



JESUS
CRISTO,
A VIDA
DO
MUNDO

Sexta
Assembléia
do Conselho
Mundial
de Igrejas

KARDEX	(<input checked="" type="checkbox"/>)
PP-DOC	(<input type="checkbox"/>)
AME	(<input type="checkbox"/>)
MC/I-DOC	(<input type="checkbox"/>)

Cadernos do CEDI 12



JESUS CRISTO, A VIDA DO MUNDO

Sexta Assembléia do
Conselho Mundial de Igrejas

Vancouver, Canadá
24 de julho a 10 de agosto de 1983

Biblioteca - Koinonia
 Cadastrado
 Processado

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

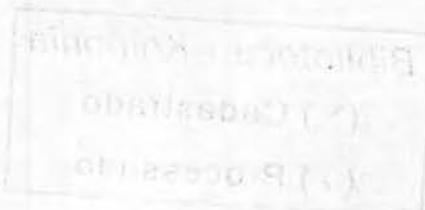
Rio de Janeiro
Abril de 1984

200
1984

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone 205-5197
22241 — Rio de Janeiro, RJ.
Av. Higienópolis, 983
Telefone 66-7273
01238 — São Paulo, SP.

Editor deste Caderno
Jether Pereira Ramalho
Copydesk e Revisão
Carlos Cunha
Programação Visual
Anita Slade
Martha Braga
Arte final
José Roberto Gouvêa
Produção Gráfica
Roberto Dalmaso
Assinaturas e Expedição
Valéria Carrera Roura
Vanderlei da Silva Gianoti

Tempo e Presença Editora Ltda.
Diretor
Domício P. de Matos
Conselho Editorial
Aloízio Mercadante Oliva
Jether Pereira Ramalho
Rubem Alves
Zwinglio Mota Dias
José Oscar Beozzo
Composição
Gui/Alberto
Rua Gen. Caldwell, 276/1002
Telefone 252-8580
Fotolito e Impressão
Clip — Rua do Senado, 200
Telefone 252-4610
Pedidos em cheques para
Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 — Rio de Janeiro, RJ.



5	Introdução
	<i>Zwinglio Mota Dias</i>
19	PROCLAMAÇÃO DA PALAVRA
	Palavra da vida 19
	<i>Pauline Webb</i>
	Casa de pedras vivas 27
	<i>Phillip Potter</i>
	Transfiguração 42
	<i>Phillip Potter</i>
	Viver juntos 48
51	OS GRANDES TEMAS
	DA ASSEMBLÉIA
	A vida em sua plenitude 51
	<i>Dorothee Sölle</i>
	Declaração sobre a paz
	e a justiça 59
	Declaração sobre a desordem
	alimentar internacional 68
	A vida em unidade 72
	<i>Jan Pronk</i>
	Jesus Cristo, a vida do mundo 69
	<i>Allan Boesak</i>
	Declaração dos direitos
	humanos 87
99	QUESTÕES E DESAFIOS
	Dar testemunho em
	um mundo dividido 99
	Fomentar a unidade
	por meio de atos concretos 111
	A vida em comunidade 120
	Fazer frente às ameaças
	à paz e à sobrevivência 129

**A luta pela justiça
e dignidade humana 139**

Aprendizagem em comunidade 149

**157 AS LINHAS FUTURAS DO
CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS**

171 Dados sobre a Assembléia

Introdução

Relata-nos Lucien Febvre em seu excelente trabalho sobre Lutero que, na noite de 27 de junho de 1538, o grande reformador jantava em Wittemberg com seu companheiro de lutas e disputas, o douto mestre Felipe Melanchton. Os dois homens estavam tristes. Falavam do futuro. Lutero interrogava: "Quantos mestres diferentes seguirá o próximo século? A confusão será total. Ninguém se deixará governar pela opinião ou pela autoridade de outro. Cada um procurará ser seu próprio Rabi (mestre): como já é o caso de Osiander, de Agrícola . . . e então quantos escândalos enormes, quantas dissipações! O melhor seria que os príncipes por meio de um Concílio, procurassem prevenir tais males; mas os papistas não aceitariam jamais isto; têm tanto medo à luz . . ."

Por sua vez Melanchton respondia no mesmo tom: "Oh! queira Deus que os príncipes e os Estados possam encontrar num Concílio uma fórmula de concórdia para a doutrina e as cerimônias, estabelecendo uma proibição para ninguém se afastar dela temerariamente para escândalo do próximo. Sim, é três vezes lamentável o rosto de nossa Igreja mascarada sob tal capa de debilidades e de escândalos!"

A lembrança desse diálogo ocorreu-me ao ler a coletânea de relatos, meditações e documentos recolhidos neste volume sobre a Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas realizada em Vancouver, em agosto de 1983, ano do quingentésimo aniversário do nascimento do grande reformador alemão. Onde a relação? — poderão perguntar os leitores. É evidente que ela se dá por oposição, ressalvadas as distâncias de todo o tipo que mediatizam ambos os acontecimentos.

Lutero e Melanchton lamentavam a divisão da Igreja. Imaginavam um futuro trágico e sonhavam com medidas eclesiástico-políticas capazes de recompor o corpo eclesial . . .

Em Vancouver, o Conselho Mundial de Igrejas deu mostras de sua vitalidade vencendo mais uma etapa no caminho da unidade, consolidando terrenos já conquistados e abrindo novas possibilidades para uma cooperação cada vez maior e mais profunda entre as trezentas e quatro Igrejas protestantes, pentecostais e ortodoxas de várias matizes e de todas as partes do mundo, que nele permanecem juntas.

Jesus Cristo a vida do mundo — melodia da esperança cantada pelos cristãos desde a luminosa manhã da Ressurreição — foi o tema da sinfonia ecumênica que essas Igrejas executaram em Vancouver, em tempos e modos diversos, procurando despertar, num mundo cada vez mais sufocado pelos poderes da morte, as possibilidades inauditas da vida.

Nas páginas que seguem, os leitores encontrarão abundante material demonstrativo de que as Igrejas filiadas ao Conselho — em que pesem todos os problemas de ordem cultural, social, política e ideológica enfrentados e que ainda as dividem — estão dispostas a nadar contra a corrente do século e lutar pela vida abundante, que é promessa evangélica, através da promoção do exercício responsável da justiça, da prática objetiva do amor, da defesa da liberdade e dos direitos permanentes de todos os povos.

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação, ao oferecer ao público brasileiro as principais comunicações e documentos do Conselho Mundial, produzidos nesta sua Sexta Assembléia, o faz com alegria e na certeza de estar contribuindo para o esforço de superação das diferenças que ainda mantêm tantos cristãos de costas uns para os outros entre nós. Fiel a sua proposta original de ser um serviço às Igrejas e aos movimentos populares que as atravessam, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), ao lançar este Caderno para a reflexão e o estudo, quer também prestar uma homenagem ao Conselho Mundial pela persistência, denodo e coragem com que tem trabalhado até aqui para aproximar as Igrejas e ajudá-las a realizar o desejo de Cristo . . . *"para que todos sejam um"*, e assim superar um estado de coisas que já Lutero e Melanchton tanto lamentavam.

Rev. Zwinglio Mota Dias

Secretário-Geral

A CAMINHO DE VANCOUVER

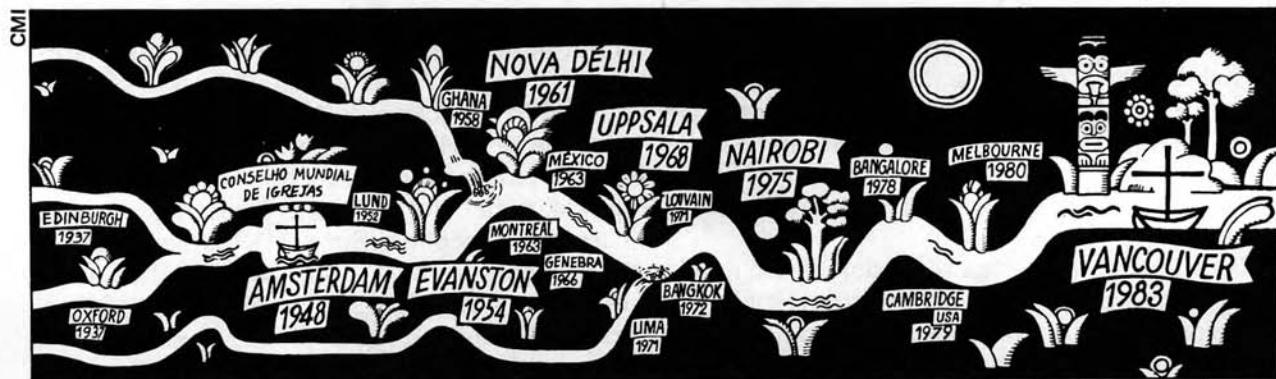
Julio de Santa Ana

O desenvolvimento do movimento ecumênico pode ser comparado à formação de um grande rio que resulta da convergência de muitos afluentes. Pela contribuição de várias torrentes, há um momento em que se transforma em poderosa corrente, em poderoso curso d'água que marca a paisagem em meio à qual vai abrindo caminho. Do mesmo modo, o movimento ecumônico chegou a transformar-se em poderoso agente que convoca os cristãos a responder ao chamado de Deus para dar testemunho da unidade daqueles que crêem em Jesus Cristo e de todos os povos do mundo habitado. Para alcançar esta importância, este movimento foi resultando da confluência de distintos grupos que, especialmente durante o presente século, vêm manifestando, em seu pensamento e prática, o interesse fundamental pela unidade da Igreja.

Dentre eles, merece especial destaque o movimento missionário. Desde o início do século XIX, já os mentores da missão cristã haviam tomado consciência de que a apresentação da mensagem cristã exigia, necessariamente, a unidade dos crentes em Jesus Cristo. Conscientizaram-se do escândalo que significava pregar o Evangelho da unidade com ênfases diferentes, surgidas a partir das diversas divisões do Corpo de Cristo ao longo da história. Aqueles a quem

se pregava o Evangelho em terras de tradições não cristãs não entendiam por que o mesmo Senhor é apresentado de um modo pelos católicos romanos e de outros modos — também diferentes — por presbiterianos, metodistas, luteranos, batistas, pentecostais, ortodoxos, etc. A exigência do Senhor que dá conteúdo à missão da Igreja, assim como o próprio desafio dos povos que são evangelizados, levaram a uma tomada de consciência da necessidade da unidade cristã. A partir daí, foi tomando forma o movimento ecumônico. Assim, a história da Igreja, durante os séculos XIX e XX, voltou a conter a urgente preocupação manifestada pelos apóstolos e pelas comunidades da Igreja Primitiva, para quem a unidade cristã está intimamente ligada à função missionária e evangelizadora da Igreja.

O testemunho de busca da unidade dos crentes marcou decisivamente a vida das Igrejas nestes últimos oitenta anos. Dentre as suas múltiplas expressões, a última delas em Vancouver (24 de julho a 10 de agosto de 1983) — onde o Conselho Mundial de Igrejas realizou a sua Sexta Assembléia Geral em torno do tema *Jesus Cristo, Vida do Mundo* — conseguiu dar uma prova incontestável da solidez dessa tomada de consciência que se vem desenvolvendo entre os cristãos, da urgente exigência de avançar no caminho que leva à unidade da Igreja.



O processo de formação do Conselho Mundial de Igrejas

Nesta apresentação interessa-nos destacar, de modo sucinto, como foi sendo forjado o caminho para Vancouver ao longo deste século. Para isso, vamos referir-nos àquelas contribuições que foram transformando o movimento ecumônico nesse poderoso e caudaloso rio que tanto tem colaborado no esforço para a unidade e renovação da Igreja em nosso tempo.

UNIDADE PARA QUE O MUNDO CREIA

Como já dissemos, a preocupação pela unidade começou a tomar forma de movimento entre os responsáveis pelo movimento missionário. Várias reuniões foram promovidas, em fins do século XIX, com o propósito de discutir a questão relativa entre missão cristã e unidade. Contudo, nenhuma delas alcançou a importância que obteve a Conferência Missionária Internacional, realizada em Edimburgo, em 1910. Della apenas esteve ausente a América Latina, considerada pelos organizadores da conferência como uma região de evidente predomínio da Igreja Católica Romana. Tendo esta recusado o convite para participar da Conferência, não houve comparecimento de delegados latino-americanos; todas as demais regiões da *oikoumene* enviaram seus representantes. Como resultado dessa reunião, um Comitê Permanente de trabalho continuou a tarefa e deitou as bases para o desenvolvimento do Conselho Missionário Internacional. Além de publicar regularmente a revista *The International Review of Missions*, o Conselho também organizou várias conferências mundiais de missão e evangelização que influíram decisivamente na marcha do movimento missionário: Jerusalém (1928), Tambaran (1938), Whitby (1947), Willingen (1952), e Gana (1958). Nesta última reunião, o Conselho Missionário Internacional decidiu unir-se ao Conselho Mundial de Igrejas, o que se concretizou por ocasião da Terceira Assembléia deste último órgão (Nova Déli, 1961). Desde então, as conferências mundiais de missão e evangelização (México, 1963; Bangkok, 1972; Melbourne, 1980) são convocadas pela Comissão de Missões e Evangelização do Conselho Mundial, que continua, dentro deste, o trabalho do Conselho Missionário Internacional.

A contribuição da vertente missionária ao movimento ecumônico é da maior importância. Já mencionamos quão urgente e prioritária se tornou a exigência de unidade cristã entre os responsáveis pela ação missionária. Eles é que toma-

ram consciência da estreita relação que existe entre unidade cristã e unidade de todos os povos do mundo habitado (*oikoumene*). Entre eles, também, é que surgiu a convicção de que o racismo é manifestação do pecado a nível social, que deve ser combatida. Essa convicção frutificaria em 1968, na criação do Programa de Luta contra o Racismo, do Conselho Mundial, tão polêmico para aqueles que só compreendem o cristianismo através de lentes ocidentais, mas também tão cheio de esperança para as vítimas da injustiça racial.

Do movimento missionário é que veio a definição de que, em nosso tempo, a missão é no mundo todo, *nos seis continentes*; isto é, a missão cristã não faz parte de nenhuma tentativa de dominação (política, cultural, religiosa) de um povo sobre outros, mas consiste num apelo a todos os povos da terra. Apelo à salvação e libertação. Apelo a tornar realidade o Reino de Deus em meio à história. Por certo essas idéias fecundaram ricamente as Igrejas e o movimento ecumônico. As práticas e experiências das quais elas dão testemunho são tentativas que procuram ser fiéis à oração de Jesus: “*Que eles (os discípulos) sejam um, para que o mundo creia*”.

CRISTIANISMO PRÁTICO

O interesse vital de setores das Igrejas por questões sociais — tais como a paz, os direitos humanos, a justiça, a luta pela liberdade e contra a opressão —, sempre presente na história das comunidades cristãs, compartilha o espaço da comunidade de crentes com o desinteresse que outros setores, da mesma comunidade, manifestam por essas mesmas questões. No entanto, essa corrente que tenta dar um testemunho da fé cristã no campo social é um poderoso fermento de renovação para as Igrejas cristãs. Sua contribuição ao movimento ecumônico é quase tão importante como a do movimento missionário.

A tragédia da guerra de 1914-1918 motivou vários líderes cristãos a convocar uma reunião na qual foram discutidos aspectos relativos ao testemunho social dos cristãos. Esse encontro teve lugar em Estocolmo, Suécia (1925), e, ao encerrar-se, ficou decidida a formação do Movimento de Vida e Ação. Este realizou uma segunda reunião mundial em Oxford (1937), onde as Igrejas discutiram o importante tema das relações entre Igreja e Estado. Nesses anos, o nazismo e o

fascismo já estendiam suas sombrias asas sobre o horizonte europeu. A Conferência de Oxford sublinhou a necessidade de que os cristãos atuassem ao mesmo tempo em prol da democracia e da justiça social.

Além desta ênfase, a Conferência de Oxford tomou a decisão de agitar a criação do Conselho Mundial de Igrejas, junto com o Movimento de Fé e Constituição, ao qual nos vamos referir mais adiante. O Movimento de Vida e Ação foi, pois, o primeiro a converter-se num afluente dessa corrente que passou a expressar-se pelo Conselho Mundial de Igrejas. E, tal como ocorreu posteriormente com o movimento missionário quando passou a integrar o Conselho Mundial, o Movimento de Vida e Ação manteve a sua identidade própria. Na estrutura do Conselho foi criado o Departamento de Igreja e Sociedade, que se encontra na origem de importantíssimas iniciativas do movimento ecumônico nestes últimos trinta anos: o programa do laicato, o da responsabilidade das Igrejas e dos cristãos em áreas de rápidas transformações sociais, o da responsabilidade dos cristãos no contexto das revoluções social e tecnológica de nossos dias, e, finalmente, o programa sobre "a fé, a ciência e o futuro".

Graças ao desenvolvimento desses programas, a corrente do "cristianismo prático" deu contribuições decisivas ao movimento ecumônico e, através deste, às Igrejas. Queremos sublinhar quatro dessas contribuições.

Primeira: a idéia de que os cristãos têm que lutar pela construção de uma "sociedade responsável", isto é, um corpo social no qual seja possível a cada pessoa fazer opções livres e responsáveis ante os desafios com que se defronta. As exigências de responsabilidade social e de liberdade são ingredientes fundamentais deste conceito de "sociedade responsável".

Segunda: foi o Departamento de Igreja e Sociedade do Conselho Mundial de Igrejas quem, em primeiro lugar, chamou a atenção do movimento ecumônico para a importância deste fato fundamental de nosso tempo: a irrupção dos povos do chamado Terceiro Mundo como protagonistas da história universal. Foi precisamente através do trabalho do Departamento de Igreja e Sociedade que começaram a ser ouvidas, no seio do Conselho, as mais genuínas vozes do Terceiro Mundo na comunidade cristã.



Terceira: participar nas revoluções social e tecnológica de nosso tempo significa tomar consciência de que estamos vivendo uma época revolucionária. Na formulação do pensamento do Departamento de Igreja e Sociedade do Conselho, o conceito de revolução deve ser compreendido a partir da perspectiva daqueles que vivem trabalhando, orando e esperando pelo Reino de Deus. Porque o símbolo do Reino de Deus nos faz contemplar o futuro, pois no futuro é que terá sua realização; portanto, os processos revolucionários devem ser considerados positivamente: apesar das ambigüidades, eles abrem caminho a uma nova sociedade; são mediações do Reino de Deus. Por isso mesmo — como foi dito na Conferência de Igreja e Sociedade em Genebra (1966) —, os cristãos são chamados a participar nesses processos. Desta convicção surgiu o programa do Conselho Mundial sobre "Participação das Igrejas no Desenvolvimento", entendido este como a busca da justiça social, da autonomia nacional e do crescimento econômico, baseada num constante exercício de participação popular.

Quarta: ao referir-se à responsabilidade dos cristãos no tocante às tensões que se criam entre fé e ciência, o trabalho do Departamento de Igreja e Sociedade levantou a necessidade de se lutar denodadamente contra toda possibilidade de guerra nuclear. Essa posição marcou nitidamente a Sexta Assembléia Geral do Conselho em Vancouver. O mais importante, porém, é que esses pontos tornaram-se geradores de um crescente consenso ecumônico. Já não é possível separar a evangelização da ação social, nem tampouco se pode dizer que esta seja um apêndice daquela. Hoje se aceita que a evangelização deve ser efetuada em meio aos conflitos sociais. É esse o modo adequado de responder à exigência da encarnação de Deus em Jesus Cristo; portanto, de dar testemunho da humanidade de Deus.

FÉ E ORDEM NA IGREJA PARA A UNIDADE

As tradições teológicas e as diferenças de organização institucional são fatores que vêm pesando

decisivamente na manutenção das divisões que desagregaram o corpo de Cristo. Até o dia de hoje, esses elementos constituem estruturas difíceis de superar quando se procura chegar a um nível de diálogo entre as Igrejas. E unicamente a partir desse diálogo é que se pode esperar uma busca frutífera da unidade. São tantas as tonalidades doutrinárias que variam de uma Igreja para outra, são tantas também as assimetrias institucionais entre elas, que se torna difícil caminhar para a unidade, a menos que essas diferenças sejam seriamente consideradas com vistas a superar-se.

Isso foi o que se propôs o Movimento de Fé e Constituição que, desde a sua origem, se caracteriza pela preocupação de elucidar questões relativas à doutrina e à ordem eclesiástica, com o propósito de construir progressivamente uma base de entendimento mútuo entre as Igrejas, cultivando, preparando e tornando adequado o terreno para que elas vivam em unidade. A primeira reunião desse movimento teve lugar em Lausane (1927). Desde o começo houve participação das Igrejas Ortodoxas. O Patriarca de Constantinopla, já em 1921, havia divulgado uma encíclica apelando para a criação de uma Liga das Igrejas. Seguindo essa inspiração, a família ortodoxa integrou-se ao movimento de Fé e Constituição, do qual continua participando até o dia de hoje.

A segunda Conferência Mundial desse movimento realizou-se em Edimburgo (1937). Tal como o havia feito o Movimento de Vida e Ação em Oxford, poucas semanas antes, em Edimburgo decidiu-se concatenar esforços com outros movimentos ecumênicos e com as Igrejas a fim de criar o Conselho Mundial de Igrejas. Assim como ocorreu com outras vertentes que tiveram parte nessa criação, ou que logo aderiram ao Conselho Mundial, o Movimento de Fé e Constituição continuou mantendo sua identidade desde a origem do Conselho até o presente. Sua contribuição ao desenvolvimento do movimento ecumônico é inegável: tanto no que concerne ao melhoramento da base doutrinal do Conselho Mundial, quanto no que se relaciona com o estabelecimento das normas para o diálogo entre as Igrejas, inclusive a Igreja Católica Romana. Esta, embora não seja membro do Conselho Mundial, participa plenamente no Movimento de Fé e Constituição.

Há, na atualidade, três aspectos deste Movimento que devem ser destacados:

Primeiro: a insistência em que a busca da unidade da Igreja não deve, nem pode, ser dissociada da busca da unidade de todo o gênero humano. Essa convicção se baseia em inúmeras afirmações neotestamentárias, segundo as quais a unidade buscada pelos cristãos não se limita somente a eles, mas deve envolver todos os povos da *oikoumene*.

Segundo: que a fase atual por que passa o caminho que leva à unidade do povo de Deus pode ser caracterizada como a de construção de uma “comunidade conciliar”, espaço no qual as Igrejas dialogam (em concílio) em pé de igualdade, procurando uma relação maior entre si. Tenta-se, deste modo, voltar a reformular aquela relação fraterna intereclesiástica, própria dos primeiros séculos da história cristã, quando se realizaram os grandes concílios ecumênicos.

Terceiro: uma das principais contribuições do “Movimento de Fé e Constituição” à comunidade ecumônica é sua reflexão (em curso) em torno de três elementos fundamentais da vida das Igrejas: batismo, eucaristia e ministério. Embora muito se tenha progredido em relação a uma compreensão ecumônica sobre o batismo, e bastante, também, sobre a eucaristia, permanece como um desafio maior a questão do ministério, estreitamente relacionada com a ordem institucional e hierárquica de cada Igreja.

Merece, ainda, ser sublinhada a contribuição do Movimento à vida litúrgica das Igrejas. Por ocasião da Assembléia do Conselho Mundial em Vancouver, isso ficou nitidamente manifesto, quando mais de cinco mil pessoas participaram na celebração da eucaristia segundo a ordem proposta pelo Movimento de Fé e Constituição, elaborada na sua Sétima Conferência Mundial em Lima (1982).

SUBSÍDIO DOS JOVENS E DOS EDUCADORES

Outros movimentos de unidade cristã também contribuíram para a expansão do movimento ecumônico. Dentre eles, dois merecem destaque especial.

Primeiro: o Movimento de Juventude Cristã que, em sua Assembléia Mundial de 1939 – realizada alguns dias antes da Segunda Guerra Mundial –, decidiu concatenar esforços com os Movimentos de Vida e Ação, e de Fé e Constituição, para fundar o Conselho Mundial de Igrejas. O Movimento de Juventude esteve muito tempo na vanguarda do movimento ecumênico, abrindo novas pistas de trabalho e explorando novas formas de ser Igreja no mundo moderno, nas quais fosse mais viável a prática da unidade cristã. A contribuição desse Movimento, sobretudo através da Federação Mundial de Movimento de Estudantes Cristãos (FUMEC), foi importantíssima. Por exemplo: logo depois da Segunda Guerra (1939-1945), quando ainda juncavam a Europa e outras partes do mundo as minas plantadas pela conflagração bélica, o Movimento de Juventude Cristã tomou a iniciativa de organizar acampamentos de trabalho nos quais, jovens de países até há pouco inimigos se encontravam para trabalhar juntos na reconstrução de suas nações, para se reconciliarem, para confraternizarem e experimentarem uma nova comunhão. O Movimento de Juventude Cristã, que na época fazia parte do Conselho Mundial pelo Departamento de Juventude, contribuiu claramente na reconstrução de um mundo dividido e destruído. E, o mais importante ainda: nessas circunstâncias, voltaram a colocar-se as questões teológicas, os problemas mais profundos da fé cristã. As respostas oferecidas pelos jovens também ajudaram na reconstrução da teologia e das Igrejas. Desse modo, os jovens injetaram nova seiva no movimento ecumônico.

Em segundo lugar, deve ser mencionada a contribuição dos educadores, especialmente a do Conselho Mundial de Educação Cristã, estreitamente vinculado ao trabalho de formação da infância e juventude, através da educação veiculada nas Escolas Dominicanais. O Movimento decidiu aderir ao Conselho Mundial de Igrejas em 1971, por ocasião da sua última Assembléia Mundial, realizada em Huampani, Peru. Com ele, integrou-se ao Conselho uma poderosa corrente de formação. A preocupação pela catequese, pela educação de adultos, pela educação permanente, pela formação teológica de ministros e leigos passou também a dar uma nova dimensão ao Conselho Mundial, ajudando ainda a criar consciência da necessidade da unidade entre as comunidades cristãs.



O CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

Como ressalta do que foi dito anteriormente em vários lugares deste artigo, o Conselho Mundial foi o resultado de decisões tomadas por dirigentes cristãos de grande visão e coragem que, num determinado momento – muito difícil, crucial, da história deste século, às vésperas da Segunda Guerra Mundial –, decidiram articular os esforços de vários movimentos ecumênicos e de suas Igrejas. Na realidade, o Conselho Mundial deveria ter realizado a sua Primeira Assembléia em 1942, o que não foi possível por causa da guerra. Só veio a realizar-se em 1948, em meio ao clima de guerra fria que continuou a existir entre as forças do capitalismo e do socialismo após o fim da contenda bélica em 1945.

Sempre houve, desde a Primeira Assembléia em Amsterdã até a Sexta (e por enquanto a última) do Conselho, uma estreita relação entre os temas das assembléias e o contexto histórico em que cada uma delas teve lugar. No caso do primeiro encontro desse tipo, o tema foi “O Desígnio de Deus e a Desordem dos Homens”. Corria o ano de 1948, período de duros confrontos ideológicos entre capitalismo e socialismo, quando, mais uma vez, o fantasma de uma nova guerra surgia no horizonte da humanidade. Apenas transcorridos três anos desde o terrível fim do conflito anterior, quando duas bombas atômicas introduziram o terror nuclear na história humana. Assim mesmo, apesar de tudo isso, as Igrejas decidiram trabalhar juntas e brigar pela unidade, o que foi entendido como um modo concreto de responder ao “desígnio de Deus”.

A Segunda Assembléia do Conselho realizou-se em Evanston, EUA (1954). Embora terminada a guerra da Coreia, nos próprios Estados Unidos predominava o espírito de suspeita e perseguição que caracterizara o clima de macarthysmo então predominante naquele país. O endurecimento ideológico persistia. O fato positivo mais notável era o surgimento do Terceiro Mundo, que poucos meses mais tarde começaria a erguer-se como um bloco “não alinhado” (Bandung,

1955). Nessa situação, o tema da Assembléia foi "Jesus Cristo: a esperança do Mundo", que por si só era uma afirmação profética ante as tentativas de dominação ideológica, política, econômica e cultural exercidas tanto por parte do Ocidente como do Oriente.

A Terceira Assembléia foi, pela primeira vez, uma reunião ecumênica de grande envergadura a realizar-se no Terceiro Mundo (Nova Déli, 1961). Teve, em mais de um sentido, influência decisiva na história do Conselho. O momento era muito contraditório: embora já se estivesse organizando o período de "coexistência pacífica" e *détente* que prevaleceu até 1977/78, também se percebiam sinais do impulso que tomavam os movimentos de libertação no Terceiro Mundo. No aspecto eclesiástico, era o período que antecedia a abertura do Concílio Vaticano II, da Igreja Católica Romana, convocado pelo Papa João XXIII em princípios de 1959. Foi um tempo de muitos encontros entre as Igrejas. Isso repercutiu na Assembléia: nela houve uma entrada maciça de Igrejas do Terceiro Mundo, entre as quais as duas primeiras Igrejas Pentecostais que se filiaram ao Conselho (ambas da América Latina; do Chile, em particular). Além destas, as Igrejas Ortodoxas que até então não haviam aderido ao Conselho (todas do mundo socialista) também entraram para a comunidade de Igrejas do Conselho.

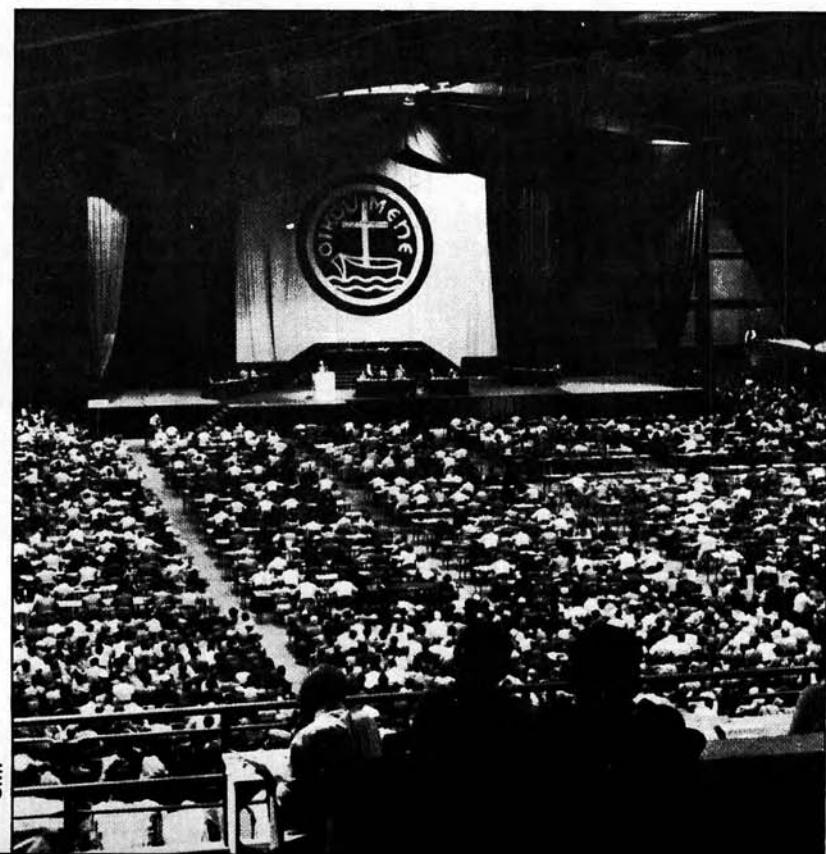
Várias coisas importantes ocorreram na Terceira Assembléia, cujo tema foi "Jesus Cristo, a luz do Mundo". Em primeiro lugar, reformulou-se a base de fé do Conselho Mundial, dando-lhe um conteúdo mais trinitário, adequado a um órgão em que a presença institucional das Igrejas ia ganhando cada vez mais peso. Em segundo lugar, definiu-se de maneira clara e concreta a unidade que o Conselho procura alcançar: aquela que se expressa quando todos os crentes em Jesus Cristo, em cada lugar, se reúnem para celebrar sua fé praticando o mesmo batismo e em torno da mesma mesa de comunhão. Trata-se de uma unidade na base, e não na cúpula. Em terceiro lugar, lançaram-se dois programas muito importantes: um sobre "a estrutura missionária da congregação local"; o outro a respeito da participação dos cristãos nas revoluções social e técnica do nosso tempo, que culminou com a Conferência de Igreja e Sociedade, em Genebra (1966). Em quarto lugar, podemos afirmar que a partir da sua Terceira Assembléia é que o Conselho Mundial passou a ser realmente ecumônico, um foro de diálogo de todos os povos da terra e de todas as culturas, superando o paroquialismo ocidental (e protestante) que o marcara até então.

A Quarta Assembléia teve lugar em Upsala, Suécia (1968). Período tumultuado: os estudantes mobilizaram-se, no mundo todo, pela justiça e liberdade. A guerra do Vietnã concitava um re-

Amsterdam, 1948



Evanston, 1954



Nova Déli, 1961



púdio crescente entre vastos setores da opinião pública. Poucos meses antes, num conflito entre negros e brancos nos EUA, fora assassinado Martin Luther King, pregador convidado a fazer o sermão de abertura da Assembléia. Ao realizar-se esta, já se pressentia a invasão da Tchecoslováquia pelas forças militares do Pacto de Varsóvia que lá pretendiam dar forma a um "socialismo com rosto humano". Em meio a essas contradições, o tema da Assembléia foi "Eis que eu faço novas todas as coisas". E, para dar consistência ao testemunho do movimento ecumênico nesse sentido, iniciaram-se vários programas de nítida intenção renovadora: o Programa de Participação das Igrejas no Desenvolvimento; o Programa de Luta contra o Racismo, etc. Este último, marcadamente militar e desde a sua origem com um destino claramente polêmico: preocupação para as Igrejas do Ocidente e, ao mesmo tempo, sinal de esperança para as do Terceiro Mundo, particularmente as da África.

A Quinta Assembléia foi realizada em Nairóbi, Quênia (1975). Eram então patentes as contradições entre o Norte e o Sul. Já se decidira, na Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU, tentar criar uma nova ordem econômica internacional (o que até agora ainda não se conseguiu). O debate sobre modalidades do crescimento econômico e a qualidade de vida competia em intensidade com o debate sobre os direitos humanos e

o militarismo. Nesse clima, o tema da Assembléia foi "Jesus Cristo liberta e une".

Já disseram que em Nairóbi o *Terceiro Mundo evangelizou as Igrejas*. Cinco grandes decisões confirmam este fato.

Primeira: a indicação para a unidade se fará pela criação de uma comunidade conciliar — não só de confissões distintas, mas de Igrejas particulares — onde o diálogo possa ser exercido em pé de igualdade.

Segunda: que entre as principais ênfases do Conselho Mundial tem que entrar, necessariamente, a preocupação pela promoção dos direitos humanos e a luta contra as violações deles.

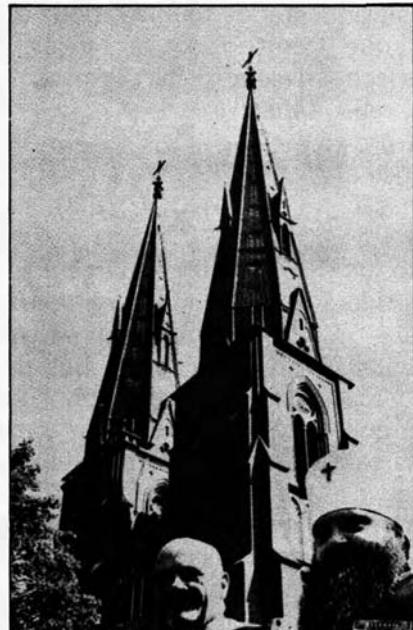
Terceira: considerando a aceleração da corrida armamentista ao mesmo tempo que a incidência dos militares sobre a vida dos povos, lançou-se um programa "Sobre o Militarismo e a Corrida Armamentista".



Uppsala, 1968



Nairóbi, 1975



Quarta: tendo em vista a penetração do capital multinacional e seu domínio crescente sobre a economia mundial, decidiu-se iniciar um estudo sobre a responsabilidade das Igrejas frente às Empresas Multinacionais.

Quinta: procurou-se definir melhor a visão de uma nova sociedade que move o Conselho Mundial, a qual foi caracterizada como uma sociedade justa, de participação e de viabilidade econômica.

Essas tomadas de posição do Conselho, unidas a outras anteriormente decididas, deram-lhe uma imagem profética, adotando opções em favor dos pobres e oprimidos, daqueles que são vítimas da injustiça. Entre os grupos conservadores não só religiosos como também políticos, o Conselho passou a ser alvo de crítica. Foi acusado de "marxista", de "favorecer as guerrilhas", "dar mais importância ao social que ao teológico", etc. A posição ecumênica do Conselho Mundial — favorável a um diálogo universal de culturas através das Igrejas, todas iguais entre si — foi duramente criticada como "antiocidental". Esse era o clima que se foi criando entre a Quinta Assembléia em Nairóbi e a Sexta, realizada em Vancouver.

RUMO A . . .

As Igrejas do Canadá, país onde existe um bom clima ecumônico, convidaram o Conselho Mundial de Igrejas a realizar ali a Sexta Assembléia. O lugar escolhido foi a cidade de Vancouver, que se abre sobre toda a bacia do Pacífico, espaço onde coexistem povos de culturas milenares, religiões de rica história e valores diversos. A província da Columbia Britânica, a que pertence a cidade de Vancouver, é a terra original da nação Dene que continua reivindicando seus direitos sobre o lugar. Tudo isso dava ao evento de Vancouver, antes mesmo de iniciar-se, um nítido caráter ecumônico.

O tema escolhido para a Assembléia foi *Jesus Cristo, Vida do Mundo*. Num momento em que a vida é agredida, ameaçada, violada pelas forças e pelos poderes da morte, essa afirmação novamente colocou o Conselho entre as forças proféticas que enfrentam aqueles que se opõem à vontade de Deus.

Para discutir o tema foram definidos quatro sub-temas:

- o dom da vida;
- a vida ante as ameaças da morte;
- a plenitude da vida;
- a vida em unidade.

Preparando a reflexão em torno do tema e sub-temas, elaborou-se uma série de estudos bíblicos, havendo também, a nível teológico, um trabalho prévio à Assembléia (cf. John Poulton: *A Festa da Vida**). Ambas as publicações, traduzidas em mais de vinte idiomas, foram estudadas nas Igrejas com suficiente antecipação, oferecendo, desse modo, a milhares de pessoas a possibilidade de participar da Assembléia à qual não iriam comparecer.

Essa índole de participação da Assembléia manifestou-se muito especialmente através de um programa de visitas a Igrejas de mais de noventa países. No ano anterior à reunião de Vancouver, esses países receberam equipes ecumênicas que tentaram dialogar sobre a vida das Igrejas, trocar experiências, refletir sobre o tema central e os subtemas da Assembléia e, desse modo, construir pontos de unidade entre Igrejas e comunidades que, até então, pouco contato haviam tido entre si.

Além de tudo isso, as diversas linhas de programa do Conselho Mundial aperfeiçoaram o seu conteúdo, relacionando-o com o tema da Assembléia. Daí, ao chegar o momento de dar início à grande reunião, pôde-se chegar a criar um clima entre todas as Igrejas, cujo conteúdo se estabeleceu pela afirmação *Jesus Cristo, Vida do Mundo*.

. . . VANCOUVER!

O Comitê de Organização trabalhou com afinco e empenho para preparar adequadamente a infra-estrutura da Assembléia. Por mais de dois anos, outros grupos de trabalho secundaram as tarefas do Comitê. Tudo isso era necessário para dar as boas-vindas a mais de novecentos delegados, a cento e vinte assessores, a trezentos membros do pessoal do Conselho Mundial, a mais de mil representantes da imprensa (a Assembléia foi televisada pelo canal local da TV canadense, minuto por minuto), a quinhentos observadores credenciados por diversas organizações, e mais

(*) Editada pelo CEDI em Português.

mil e quinhentos visitantes permanentes. A todos esses, some-se o fluxo constante de outras pessoas que por um dia ou dois também se aglomeraram no Campus da Universidade da Colúmbia Britânica (local onde se realizou a Assembléia) para poder ter alguma experiência dessa grande reunião do movimento ecumênico. Os esforços do Comitê de Organização, secundado pelos outros grupos, conseguiram criar uma situação que permitiu o desenvolvimento normal de um programa complicado que envolvia um grande número de participantes.

A Assembléia se abriu no domingo 24 de julho, com dois atos litúrgicos: um no pavilhão, levantado em pleno Campus Universitário com capacidade para cinco mil pessoas, para servir de centro das celebrações e da vida litúrgica da Assembléia. Paulina Webb, presidente do Comitê de Organização, foi a encarregada da pregação — isso mostrou, desde o início, uma das tópicas da Assembléia: a crescente importância do papel da mulher no movimento ecumênico, e no Conselho Mundial em particular. Foi altamente significativo o fato de ter sido uma mulher a apresentar



tar a mensagem inicial, num momento em que muitas Igrejas se recusam a considerar positivamente a questão da ordenação de mulheres para o ministério da pregação da Palavra de Deus.

O segundo ato litúrgico foi preparado pelas Igrejas do Canadá e se realizou num grande ginásio fechado, situado na cidade de Vancouver. Dele participaram quinze mil pessoas. Esta celebração, unida à anterior, foram sinais da intensidade que a vida litúrgica da Assembléia chegou a alcançar à medida que se foi desenvolvendo. Todos os dias, no pavilhão, celebravam-se cultos, tinham lugar momentos de oração intercessora, entoavam-se cânticos de louvor... No domingo 31 de julho, a Assembléia e numerosos visitantes do Canadá, dos EUA e outras partes do mundo reuniram-se em torno da Mesa do Senhor, seguindo a ordem elaborada pela Conferência de



CMI Michael Dominguez



Plenário da Assembléia

Fé e Constituição, em Lima, para a celebração da eucaristia. Foi um momento de intensa espiritualidade, que evidenciou quão distorcida é a imagem do Conselho Mundial propagada por aqueles que afirmam que esse órgão só se ocupa de "questões mundanas". Essa intensidade da vida de celebração voltou a manifestar-se poucos dias mais tarde, na noite de 6 para 7 de agosto (ao fazer 38 anos do lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima), quando a Assembléia realizou uma vigília pela paz que culminou numa liturgia eucarística, domingo pela manhã. Na realidade, se houve uma nota predominante nesta Assembléia, essa foi precisamente a da qualidade das celebrações. A Sexta Assembléia do Conselho foi, nesse sentido, uma clara manifestação de que as Igrejas do mundo todo (a *Oikoumene*) vivem em espírito de celebração e louvor, tratando de louvar a Deus "em espírito e em verdade".

A Assembléia se desenrolou em três etapas sucessivas. Durante a primeira semana (25-30 de julho) tiveram lugar as grandes apresentações: os

relatórios do moderador do Comitê Central, Arcebispo Scott, da Igreja Episcopal do Canadá que encerrava seu mandato; o do Secretário Geral do Conselho, Dr. Philip Potter; e o do moderador do Comitê de Finanças do Conselho, Dr. Oscar McCloud. Houve também a introdução ao tema da Assembléia. Já nesse momento, ficou claro que apesar dos ataques que lhe foram dirigidos no período precedente à Assembléia o Conselho Mundial de Igrejas manteria suas posições: para o movimento ecumênico, a apresentação da mensagem do Evangelho deve ser feita em meio à participação na luta pela vida contra os poderes da morte. Nessa luta pela vida, como destacou o Rev. Allan Boesak, Presidente da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas, a defesa da vida exige o respeito a todos os valores evangélicos; a defesa da paz, tão primordial em nosso tempo, requer também o cumprimento da justiça. Esta posição foi ratificada posteriormente, quando se adotou uma declaração sobre a responsabilidade das Igrejas na luta pela paz e a justiça: ambas caminham estreitamente unidas.

Contudo, chegou-se a dizer na Assembléia que a justiça é condição da paz. Em todo caso, deve-se insistir em que a luta por um valor evangélico não deve significar a prescindência ou o sacrifício de outro valor do Evangelho.

Outro aspecto que também surgiu nessa primeira semana e continuou afirmando-se por todo o resto da Assembléia foi a ratificação da lealdade das Igrejas Membros ao Conselho. Esse fato merece ser sublinhado, especialmente se levarmos em conta os ataques desencadeados contra o Conselho Mundial e outros órgãos ecumênicos nos meses que precederam a reunião de Vancouver. Essa tentativa de dividir o Conselho não logrou êxito. Seus adversários utilizaram todos os meios possíveis para provocar as autoridades do Conselho e participantes da Assembléia. Se conseguiram algo, foi justamente o contrário. Desde o início da reunião de Vancouver ficou patente que as Igrejas Membros estão com o Conselho. Inclusive o Exército da Salvação, que deixou de ser membro do Conselho em 1981 — fato estrondosamente usado pela imprensa contrária ao Conselho Mundial —, solicitou voltar à comunidade de Igrejas que o formam, porém a nível das “famílias confessionais mundiais”. Isto significa que a Assembléia de Vancouver deu ao Conselho Mundial um grande apoio institucional. O que também significa que o aspecto institucional começa a adquirir uma nova dimensão, mais clara e mais determinante, no desenvolvimento do movimento ecumônico.

Durante a segunda semana, a Assembléia dedicou-se ao estudo de oito “questões” que resumiam a missão cumprida pelo Conselho desde o fim da Assembléia de Nairóbi até Vancouver. Essas questões relacionavam-se com: Missão e Evangelização; Unidade da Igreja; Participação; Compartilhar de Recursos; Paz; Justiça e Dignidade Humana; Educação; Comunicação. Essa semana foi um período de intenso trabalho, por meio do qual se analisou e avaliou a tarefa realizada nos anos anteriores, ao mesmo tempo que se indicavam pistas e caminhos a seguir nos anos vindouros.

Essa segunda semana culminou com uma apresentação a cargo dos povos das ilhas do Pacífico.



Gente nobre, alegre, porém marcada profundamente pelos efeitos causados pelos repetidos exercícios nucleares que o governo da França executa na região, apesar de um protesto quase universal contra os mesmos. Por duas horas cantaram, testemunharam a sua fé, compartilharam suas dores, angústias e esperanças; contaram como o seu mundo insular, cheio de vida e cantos, aos poucos vai-se transformando num aperitivo de morte pelas experiências atômicas. Não obstante, estão dispostos a permanecer em suas queridas ilhas, a viver duramente, esperando que um mundo melhor possa tornar-se realidade nelas.

Os últimos dias da Assembléia (menos de uma semana) foram dedicados à discussão e adoção de diversos documentos. Dentre estes, merece ser mencionado um sobre a situação na América Central. O texto foi extraído do contexto determinado pela decisão do governo Reagan de enviar parte da frota dos EUA para bloquear a Nicarágua. Na Assembléia, como resposta a essa decisão, os delegados dos EUA e das Igrejas da América Central formularam um texto de um “pacto” (aliança) no qual se comprometem a exercer um apoio solidário, mútuo e ativo, no caso de ser ameaçada a vida de seus povos. Foi um instante de reconciliação e irmandade, verdadeiro testemunho do espírito ecumônico, esse que quer dar provas de que Deus derruba as paredes que separam os povos, de que ele abre brechas nas paredes que nos mantêm distantes.

Certamente, ao terminar a Assembléia, havia consciência de que o Conselho Mundial de Igrejas dela saía fortalecido. Possivelmente, como resultado da reunião de Vancouver, novas ênfases, novas orientações serão dadas a sua ação. Esse, porém, já não é mais o “Caminho para Vancouver”, mas “de Vancouver em diante”. Dele trata o restante desta publicação.

PROCLAMAÇÃO DA PALAVRA

Palavra da vida

Pauline Webb

SERMÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE ABERTURA

"Estava lá desde o princípio; o que ouvimos, o que vimos com nossos olhos; o que contemplamos e tocamos com nossas mãos; e é disso que falamos". (1 Jo: 1).

Nosso tema é *Palavra da Vida*.

INTRODUÇÃO

Começamos com entusiasmo. Tão entusiástico é esse primeiro parágrafo da Primeira Carta de João, que as palavras se atropelam umas às outras, a gramática é incoerente e até o sentido não é muito claro. Mas o tema é resumido numa frase que vibra com a confiança de um manifesto — a Palavra da Vida.

Toda a passagem apresenta claros ecos do prólogo mais profundo do Evangelho de S. João, cujo alcance teológico examinaremos mais detidamente na primeira sessão plenária sobre o tema principal da Assembléia, Jesus Cristo — A Vida do Mundo. Por enquanto, porém, fiquemos com este testemunho pessoal mais imediato de alguém que encontrou vida, vida real, vida abundante, vida infindável, ao encontrar Jesus Cristo. Pois é aí que começa o testemunho de cada delegado aqui presente e é daí que vem a contribuição singular que cada um de nós traz a esta Assembléia.

O autor não diz muito a seu respeito. Não reivindica para si qualquer autoridade apostólica especial ou *status eclesiástico*. Nem sequer está claro se ele próprio foi testemunha ocular dos acontecimentos do Evangelho ou se, como nós, enxerga os acontecimentos passados, através dos olhos da comunidade da fé. Ele assenta seu depoimento firmemente na experiência contínua do Cristo vivo, por parte da comunidade, e na convicção de que encontrar Jesus Cristo é entrar em contacto com a própria fonte e objetivo da vida, vida que não pode ser destruída pelas forças do pecado e da morte.

Ficar com Jesus, *ficar nele* (uma das palavras mais usadas na carta) é encontrar o sentido da vida. E esse sentido é o amor, o amor que é sacrificial e invencível, o amor que é partilhado dentro e fora da comunidade dos fiéis. Mas o autor sabe que se está dirigindo a uma comunidade de cristãos, que estão agora sob terrível ameaça, tanto de pressões externas como de dissensões internas. Estão vivendo em minoria na Ásia Menor, na



CMI

Pauline Webb, teóloga inglesa, quando apresentava o sermão de abertura da Assembléia

virada do primeiro século e têm dificuldades em manter a fé, não porque tenham deixado de acreditar em Deus ou se tenham tornado agnósticos, mas porque, em seu ambiente hostil, são atraídos pelo ensinamento gnóstico de que este mundo do mal não pode ser o domínio de um Deus Santo. Pensam que Deus deve ser conhecido através de um tipo especial de esclarecimento espiritual, totalmente separado da vida do mundo e do corpo. Tampouco podem acreditar que Jesus pudesse ter assumido um corpo humano corruptível. Ele deveria vir numa forma angélica, super-humana, quando viesse resgatar os escolhidos de Deus, para resgatá-los do reino das trevas e da morte.

Em resposta, o autor da epístola se mostra tão realista a respeito do mundo quanto eles. Ele também o vê como um lugar de cobiça e falso orgulho e de valor apenas transitório. Reconhece a maldade do coração humano. Mas acredita que este seja o mundo de Deus, por mais dilacerado que se encontre pela rebelião contra as leis de Deus. Os cristãos são chamados, não a se retirarem, mas a se empenharem na luta moral com todo o otimismo da fé, que opera através do amor. O autor insiste em que é essencial acreditar que Jesus Cristo seja o Filho de Deus, que ele tenha vindo viver neste mundo e que se tenha feito carne e sangue como nós, que tenha sofrido, morrido e ressuscitado e que tenha vencido as forças do pecado e da morte. Portanto, escolher Cristo é escolher a vida real, e ficar nele é ficar plenamente vivo, com uma vida que começa aqui e agora e é salva por toda a eternidade.

Assim, para o autor, o laço entre Jesus Cristo e a vida do mundo não é um mero traço de união. O Cristo é o que veio, vem e virá ao mundo, como a Palavra de Vida de Deus, e a comunidade da fé é chamada a ser o meio através do qual Deus comunica essa palavra viva ao seu mundo.

A PALAVRA VIVA

Devemos, pois, enfatizar em primeiro lugar a palavra viva. A palavra de Deus nunca é apenas uma palavra escrita ou falada. É sempre um evento, um acontecimento da vida real.

O entusiasmo com que a carta começa lembra-me o que aconteceu numa peça sobre a Natividade, representada no último Natal, em uma igreja da minha terra. As crianças estavam vestidas para o seu espetáculo anual com suas fantasias, com estrelas e anjos e um lindo boneco deitado numa manjedoura. E de repente a pastora disse: "Tenho uma surpresa para vocês" e trouxe para a igreja o seu próprio bebê recém-nascido e colocou-o na manjedoura. E Maria, os anjos e os pastores pararam de representar seus papéis e ficaram nas pontas-dos-pés, alvoroçados, por verem esse novo bebê entre eles. E o pequeno José exclamou: "Agora temos um Jesus vivo de verdade" e naquele exato momento o bebê soltou um choro.

Nós somos como aquelas crianças, nas pontas dos pés em expectativa pelo que nos aconteceu. Vimos a realidade de Jesus no meio de nós. Se nos aconteceu de forma súbita e intensa, num momento em que sentimos quase concretamente a presença de Cristo, e que nos levou a um compromisso, ou se nos aconteceu através de uma educação permanente na vida sacramental da Igreja, é sempre através do que vemos, ouvimos e manusea-

Mas acredita que este seja o mundo de Deus, por mais dilacerado que se encontre pela rebelião contra as leis de Deus. Os cristãos são chamados, não a se retirarem, mas a se empenharem na luta moral com todo o otimismo da fé, que opera através do amor.

mos que chegamos a conhecer a Palavra da Vida. Portanto, se essa palavra deve ser vista, ouvida e manuseada, em sua plenitude, nesta Assembléia, então é preciso que cada um de nós diga com confiança o que viu e ouviu.

E esta Assembléia mesma será um evento, um acontecimento da Palavra de Deus entre nós. Não é por simples hábito que o Conselho Mundial de Igrejas relembra as assembléias passadas, não tanto pelos seus nomes, nem mesmo pelos seus relatórios, como pelos locais e datas em que se realizaram. Para mim, o primeiro desses eventos foi Uppsala, 1968, e penso que foi o sermão que não foi pregado, a voz que foi silenciada por uma bala assassina, que se tornou uma das palavras mais eloquêntes, pronunciadas naquele evento. O pregador da abertura, então, deveria ter sido Martin Luther King e nós todos sabemos qual deveria ter sido o seu tema. Mas apenas algumas semanas antes do início da Assembléia, aquele sonho parecia ter-se reduzido a pó e nós nos reunimos conscientes, alguns de nós talvez mais do que nunca, da assustadora ameaça do racismo. Mas o que vimos e ouvimos então, e achamos tão difícil de manusear, tornou-se a Palavra viva de Deus para nós, e naquele evento fomos todos modificados por ela. O Programa de Combate ao Racismo, que emergiu então, tornou-se, só por isso, um acontecimento através do qual o mundo viu e ouviu o que estávamos dizendo, com muito maior eloquência do que jamais nos tinha ouvido em qualquer de nossas resoluções. Para alguns foi uma ofensa, para outros foi uma Palavra de Vida.

Depois veio Nairóbi, 1975, o ano que as Nações Unidas decretaram que deveria ser o Ano Internacional da Mulher. Para alguns de nós, uma nova dimensão foi dada ao tema "Jesus Cristo Liberta e Une" pelo evento que se tornou conhecido como "sessão das mulheres", uma sessão em que mulheres de muitas partes do mundo abriram seus corações e expressaram a dor que sentiam por serem excluídas de uma participação total com os homens, na vida e na liderança da Igreja. Foi como se finalmente estivéssemos livres para ser ouvidas e reconhecidas pelo nosso próprio valor e com nossos próprios dons. E, novamente, não são as palavras que foram ditas, nem as resoluções que foram adotadas, que eu recordo agora, mas o evento em si mesmo, um evento que levou a todo o processo de estudo sobre a Comunidade de Homens e Mulheres na Igreja, que para alguns de nós tem sido de capital importância.

E agora chegamos ao início de um outro evento. Sem dúvida haverá um fluxo torrencial de palavras durante as próximas semanas, mas a Palavra que realmente importa é a que acontece entre nós, que se encarna e age em nossas vidas, quando encontramos a própria Palavra da Vida.

COMUNICADO EM LINGUAGEM CORPORAL

As palavras são sempre coisas notoriamente difíceis de ser tratadas em assembléias internacionais. Não temos apenas que aprender a lidar com todo o aparelhamento da tradução; nossos ouvidos também têm que ficar sintonizados com muito maior sensibilidade com as experiências singulares, pessoais e culturais, subjacentes ao uso que cada pessoa faz da linguagem. Temos que ouvir com os olhos e o coração e não só com os ouvidos. Precisamos ter capacidade de ouvir até mesmo o som do silêncio. Há uma "linguagem do corpo" mais eloquente do que a fala. A Igreja, o Corpo de Cristo, precisa aprender bem essa linguagem, para que o mundo possa ouvir claramente o que ela está tentando dizer.

E esta Assembléia mesma será um evento, um acontecimento da Palavra de Deus entre nós. Não é por simples hábito que o Conselho Mundial de Igrejas relembra as assembléias passadas, não tanto pelos seus nomes, nem mesmo pelos seus relatórios, como pelos locais e datas em que se realizaram.

Corpo de Cristo, precisa aprender bem essa linguagem, para que o mundo possa ouvir claramente o que ela está tentando dizer.

Aqueles de nós que lidamos profissionalmente com as palavras sabemos que é relativamente fácil processá-las em tipos, fitas de gravar e toda a parafernália da moderna tecnologia da comunicação. Mas não podemos transformar a Palavra em carne, a não ser pelo intercâmbio humano de vida em comunidade.

Como diz o autor da epístola: "*O que vimos e ouvimos declaramos a vocês, para que vocês e nós possamos partilhar uma vida em comum, uma koinonia*". Essa palavra significa literalmente "partilhar alguma coisa com alguém". No Novo Testamento, somos chamados a uma *koinonia* de sofrimento, onde qualquer sofrimento nosso possa ser visto como parte da nossa participação no sofrimento suportado por Cristo.

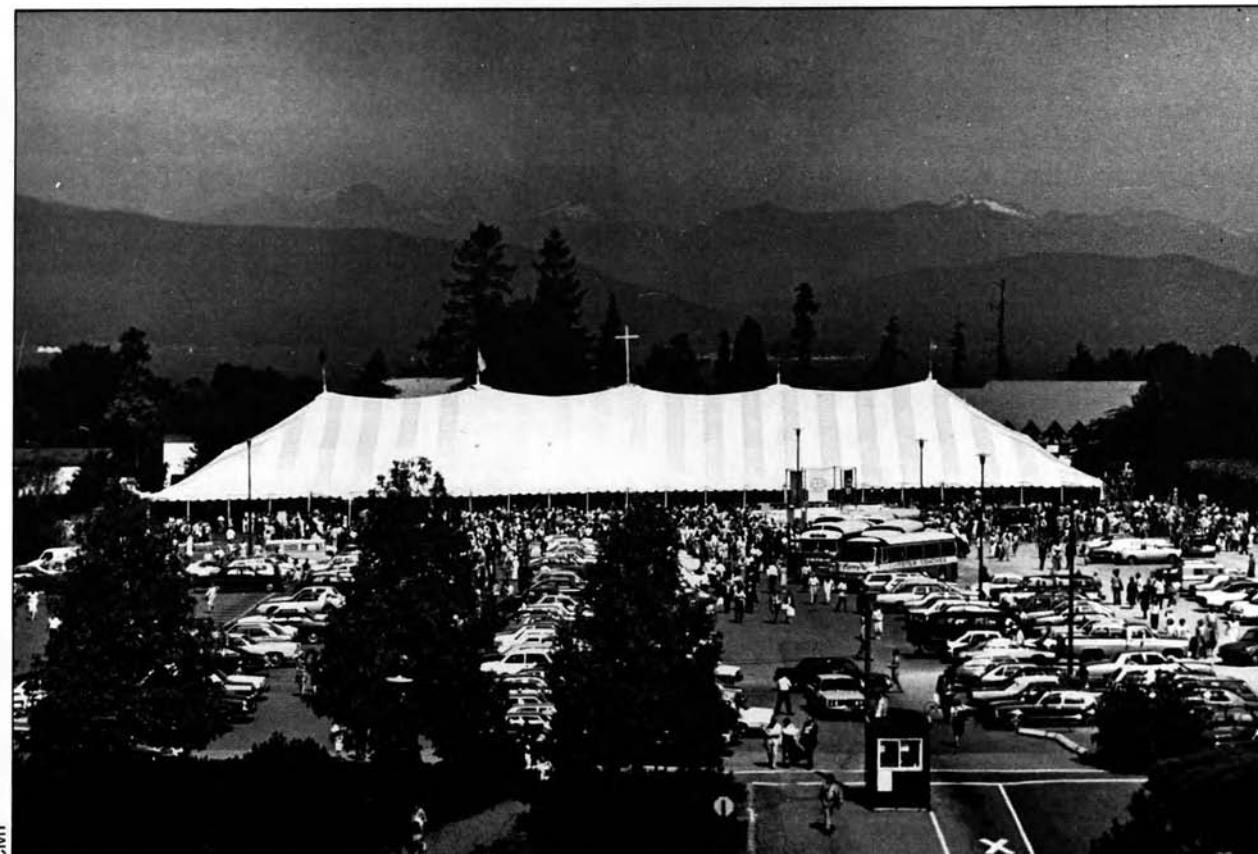
E, devido a esse laço vivo com Cristo, que o autor desta carta acentua, somos levados à comunidade dos fiéis, onde somos chamados a identificar nossas vidas uns com os outros e a partilhar os sofrimentos com todos.

Num discurso perante a Comissão Central, em 1980, o Secretário Geral lembrou-nos que a palavra *koinos*, comum, significava o que concerne a todos e tem, portanto, relação com palavras como *comunicação* e *comunidade*. Ele a comparou com a palavra *idios*, que indica o que concerne apenas ao indivíduo e da qual, significativamente, deriva a palavra *idiota*. Os gregos acreditavam que o indivíduo só podia ter uma vida plenamente humana se estivesse em relação com a vida de toda a comunidade.

É para nos comunicarmos uns com os outros, nessa *koinonia*, que nos reunimos aqui, nesta Assembléia, superando todas as barreiras "idiotas", que o mundo ergue entre nós. Reunimo-nos para partilhar a Palavra da Vida. O próprio ecumenismo ganha vida, quando vemos a face humana dessa comunidade mundial à qual pertencemos.

Talvez vocês já tenham começado a captar um pouco do entusiasmo destes encontros, quando viram todas as saudações que foram trocadas — os apertos de mão, os abraços e beijos, tudo de acordo com o seu gosto ecumênico! Muitos de nós estamos renovando amizades que fizemos naquelas memoráveis visitas em grupo, que foram parte da preparação para esta Assembléia. E agora surgiram as fotografias e os *souvenirs* — tudo como parte de nossa experiência viva de *koinonia*. No entanto, tudo isso pode ser superficial, se não representar uma verdadeira partilha de vida com vida. Enquanto eu observava os cumprimentos, lembrei-me de um poema que li numa revista chamada "Cristão", exatamente na Páscoa deste ano. Foi escrito por David Williams, de Uganda, e chama-se "Apertamos as Mãos".

É para nos comunicarmos uns com os outros, nessa koinonia, que nos reunimos aqui, nesta Assembléia, superando todas as barreiras "idiotas", que o mundo ergue entre nós. Reunimo-nos para partilhar a Palavra da Vida. O próprio ecumenismo ganha vida, quando vemos a face humana dessa comunidade mundial à qual pertencemos.



*Apertamos as mãos,
mas entre nós
havia a raça e a história
e um presente de invejas.*

*Mesmo naquele breve aperto,
Senti nossos dois pólos negativos recusarem-se
a um encontro;
cada um sentindo o desconforto
do silêncio que não cedia,
e que era a marca
da nossa derrota.*

*Apertamos as mãos e ficamos ali,
com aquele firme aperto
do encontro feliz,
uma alegria igual para o visitante e o visitado,
e sentando-nos devagar,
sorrimos e sussurramos nossas saudações
mergulhando nossos dedos
nos amendoins
que partilhávamos.*

Tenda onde se realizavam os momentos devocionais da Assembléia, armada no campus da universidade de Colúmbia, Vancouver, Canadá.

Bem, espero que haja muitas oportunidades de ficarmos por aqui, nesta Assembléia — em pequenos grupos — pelos caminhos, nas mesas de refeições, onde nos podemos encontrar face a face, e partilhar a vida com a vida. Enquanto o fizermos, descobriremos que cada encontro com outra vida, através das barreiras de raças, cultura e religião, é um novo encontro com a Fonte de toda vida. Damos as boas vindas a esta Assembléia, principalmente a nossos convidados de outros credos, porque estamos descobrindo que, no diálogo com nossos companheiros, na busca da verdade, nossos corações estão abertos para receber uma nova inspiração daquele que é a Fonte de toda a verdade. Encontremo-nos como os que não têm nada a guardar e tudo a partilhar. Segundo as palavras do texto do sermão de John Wesley sobre o Espírito Católico — “O teu coração está bem, quando o meu coração está com o teu coração? Se está, dá-me a tua mão”.

Há um preço a ser pago pela realização de nossa vida em comum. Pode ser uma experiência de alegria e sofrimento. Há toda a alegria do reconhecimento de rostos familiares, mas também o sofrimento da falta de familiaridade com tantas de suas experiências. Assim, tal como o autor da carta, à medida que os dias passarem, nosso entusiasmo poderá tornar-se perplexidade e até desilusão, quando nos deparamos com a realidade das divisões entre nós e a simples tendência para o pecado nos grupos de pessoas, quando nos atropelamos uns aos outros, em busca de posições e de poder, ao procurarmos formar uma organização viável. Mas essa desilusão não é um mal. Ninguém deve viver com ilusões. E o autor da espístola nos recordaria novamente o nosso remédio: “*Se andamos na luz, como ele próprio está na luz, partilhamos uma vida comum e estamos sendo purificados de todos os pecados pelo sangue de Jesus, seu Filho*”. Ele próprio é o remédio contra a corrupção de nossos pecados, e não apenas para os nossos pecados, mas para os pecados de todo o mundo!

ESCRITA COM SANGUE

Nosso tema é A Palavra de Vida, a palavra comunicada através do corpo e uma palavra escrita com sangue. Com seu sangue derramado por nós, Jesus assina o Novo Testamento, assegurando-nos o perdão de Deus e trazendo-nos para uma nova relação uns com os outros. Porque somos todos feitos do mesmo sangue, não só através da nossa criação, mas também através da nossa salvação. No texto de João, a única referência do autor ao Antigo Testamento é uma referência a Caim, o primeiro homem a derramar o sangue de seu irmão. Sua tragédia não foi que ele tivesse esquecido Deus, mas que ele tivesse chegado a Deus de um modo “idiótico”, envolto em sua própria vida, seus méritos e suas realizações; por isso foi incapaz de partilhar a vida de seu irmão; em vez disso tornou-se assassino de seu irmão e assim alienou-se da vida de Deus. “*O sangue de teu irmão clama a mim da sepultura*”, disse o Senhor, e o mesmo pode ser dito no nosso mundo de hoje.

Desde que nos reunimos em Assembléia, como um Conselho de Igrejas, há oito anos atrás, vimos sangue ser derramado nas ruas de Soweto e nos campos de Beirute, nas montanhas do noroeste da Ásia e nos mares do Atlântico Sul, nas explosões de bombas na Irlanda do Norte e na constante carnificina na América Central. No mundo inteiro, parece que as

Nosso tema é A Palavra de Vida, a palavra comunicada através do corpo e uma palavra escrita com sangue. Com seu sangue derramado por nós, Jesus assina o Novo Testamento, assegurando-nos o perdão de Deus e trazendo-nos para uma nova relação uns com os outros.

pessoas estão empenhadas no fanatismo sangrento da nossa época, como se as vidas humanas fossem fichas descartáveis no jogo do poder político. E a mais gritante insanidade é aquele militarismo, que pode agora até considerar que a ameaça de massacre de milhões de filhos de Deus e a destruição de grandes áreas de sua criação pode ser um fator de barganha, para manter o atual equilíbrio de terror entre as nações. E nem mesmo as Igrejas têm as mãos limpas, no meio de toda essa sangueira. Não falamos em linguagem muito clara; e mesmo aqueles profetas que têm ido para a linha de frente do engajamento, na luta para restaurar a sanidade no mundo, tiveram que lutar às vezes, na retaguarda, com críticos em sua própria comunidade, que questionaram seus atos ou suspeitaram de seus motivos.

Mas é ainda o mundo de Deus, confiado aos cuidados dos seres humanos que, como bons ecônomos, ou talvez numa analogia mais familiar nos tempos de hoje, como boas secretárias, sabem como tomar as iniciativas certas, porque conhecem a mentalidade e a vontade daquele para quem trabalham. Deus mostrou-nos a vontade divina para o seu mundo: em Jesus recebemos a iniciativa humana; através do Espírito recebemos a compreensão para conhecer e executar a obra de Deus. E essa obra, afirma o autor da epístola, é sempre um trabalho de amor. A prova definitiva de nosso amor por Deus é nosso amor pelos outros, nosso amor expresso não apenas pela doação de nossas vidas, mas pela partilha de nossos bens, de nosso sustento com os pobres da terra.

E para alguns isso tem significado literalmente o sacrifício de suas vidas. Porque desde que nos encontramos pela última vez, temos visto o Corpo de Cristo derramando seu próprio sangue, através do testemunho de seus mártires. Lamentamos, ao nos reunirmos agora, alguém que era pessoalmente conhecido por muitos de nós aqui, o arcebispo Luwum, de Uganda. Relembramos o arcebispo Romero, de El Salvador. Lembramos alguém que foi membro da comissão que preparou esta Assembléia, o bispo Samuel, do Egito, e uma legião de outros, cujos nomes estão escritos no Livro da Vida do Cordeiro e que morreram com suas vestes manchadas pelo sangue do sacrifício, sangue dado livremente pelos pobres e oprimidos, na luta pela justiça e no ministério da reconciliação.

O derramamento de sangue pode ser um símbolo de criação e vida, em lugar de destruição e morte. Para uma mulher, é o sinal de que seu corpo está sendo preparado para dar à luz, se e quando a vida for concebida dentro dela. E mesmo se ela pessoalmente nunca conhecer o privilégio da maternidade, os instintos e energias libertados dentro dela podem ser utilizados por Deus para colaborar com ele na tarefa de sustentar e alimentar seus filhos, especialmente os que são desprezados, privados ou roubados de sua plena dignidade humana. Ela é chamada a engrandecer a vida, onde quer que esta seja diminuída, pois, como Maria, mãe de Jesus, ela engrandece o Senhor.

Vivemos num mundo prenhe do seu Reino futuro. Partilhamos as dores, a labuta e o suor para dar à luz essa nova era do Filho de Deus, de quem, como diz o autor da carta, o espírito, a água e o sangue dão testemunho. Que aqui, nesta Assembléia, possamos, através do nosso ministério comum, do batismo e da eucaristia, aprender a dar testemunho, de forma efetiva e memorável, da fé que supera esse mundo mau, da fé do Filho de Deus, do qual recebemos o dom da vida eterna.

No mundo inteiro, parece que as pessoas estão empenhadas no fanatismo sangrento da nossa época, como se as vidas humanas fossem fichas descartáveis no jogo do poder político. E a mais gritante insanidade é aquele militarismo, que pode agora até considerar que a ameaça de massacre de milhões de filhos de Deus e a destruição de grandes áreas de sua criação pode ser um fator de barganha, para manter o atual equilíbrio de terror entre as nações. E nem mesmo as Igrejas têm as mãos limpas, no meio de toda essa sangueira.

A prova definitiva de nosso amor por Deus é nosso amor pelos outros, nosso amor expresso não apenas pela doação de nossas vidas, mas pela partilha de nossos bens, de nosso sustento com os pobres da terra.

De muitas formas diferentes, durante esta Assembléia, estaremos encontrando, afirmando, escolhendo e celebrando a vida. Ao fim desta Assembléia seremos pessoas diferentes das que éramos no seu início. Porque naquele encontro com a Palavra da Vida, à medida em que a escutarmos uns dos outros e daqueles que recebemos entre nós, vindos de outras comunidades de fé, nós mesmos receberemos vida nova.

O simples fato de termos estado aqui será crucial para nossa vida. E, entretanto, no fim, ainda estaremos no princípio:

Cristo é o fim, porque Cristo foi o princípio.

Cristo é o princípio, porque o fim é Cristo.

Casa de pedras vivas

Mensagem do Secretário Geral Rev. Phillip Potter

Permitam-me dar-lhes, mais uma vez, cordiais boas-vindas a esta Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas em Vancouver. É a segunda vez, nestes trinta e cinco anos de existência do Conselho, que a Assembléia se reúne na América do Norte. A outra foi a Segunda Assembléia, realizada em Evanston, Illinois (Estados Unidos) em 1954, e cujo tema foi "Cristo, a esperança do mundo". Reunimo-nos, então, numa época de temor e desespero, caracterizada pelo confronto entre o Leste e o Oeste e pelas lutas sustentadas pelos povos de todo o mundo para conseguir a justiça política, econômica e racial. A "caça às bruxas" empreendida por McCarthy fazia estragos nos Estados Unidos e seus efeitos foram sentidos na Assembléia. Contudo, pudemos dizer juntos na Mensagem de Evanston:

Aqui, onde nos encontramos (submetidos ao juízo de Deus e nas sombras da morte), Jesus esteve conosco. Veio a nós, como verdadeiro Deus e verdadeiro homem para buscar-nos e para salvar-nos. Embora fôssemos inimigos de Deus, Cristo morreu por nós. Nós o crucificamos, mas Deus o ressuscitou dentre os mortos. Ele ressuscitou. Triunfou sobre as forças do pecado e a morte. Uma nova vida começou. E no poder de sua ressurreição e de sua ascensão aos céus, enviou ao mundo uma nova comunidade que está unida por seu Espírito, que compartilha sua vida divina e tem a missão de anunciar-lo no mundo inteiro (Informe de Evanston, p. 1).

Essas palavras continuam sendo apropriadas neste momento em que nos reunimos — quase trinta anos depois — sob o tema *Jesus Cristo, Vida do Mundo*. Viemos a Vancouver compartilhando a vida divina em Cristo e desejando oferecê-la, em toda a sua plenitude, aos povos do mundo. Em comparação com a Assembléia de Evanston, constituímos, nesta ocasião, uma reunião muito mais representativa de pessoas procedentes de todas as partes do mundo. Além disso, pesa sobre nossa reunião uma atmosfera de temor e desespero muito mais sombria do que em 1954. O confronto entre o Leste e o Oeste, e entre o Norte e o Sul, bem como os conflitos por motivos de sexo, raça, classe e religião em numerosos países são, atualmente, muito mais violentos e complexos. A própria sobrevivência da espécie humana se vê diariamente ameaçada.

Na Quinta Assembléia, realizada em Nairóbi em 1975, tivemos a sensação de nos encontrarmos no deserto, como os filhos de Israel depois do êxodo, cheios de dúvidas e temores. Não obstante, apesar da dor e dos conflitos que vivemos durante essa reunião, não abandonamos as posições que havíamos adotado, nem os programas que havíamos iniciado após a Quarta Assembléia, realizada em Upsala em 1968. Pelo contrário, fiéis a nossa vocação, nos comprometemos a continuar avançando e a empreen-



Rev. Phillip Potter, secretário geral do Conselho, apresenta seu relatório oficial: Casa de Pedras Vivas

der programas mais concretos, inclusive polêmicos. Examinando o relatório oficial “De Nairóbi a Vancouver”, que o Moderador apresentou já com abundância de detalhes e perspicácia, podemos ver que, no deserto de nosso tempo, temos sido capazes de receber e proclamar a palavra de vida de Deus; mais do que nunca, temos estabelecido contatos com uma diversidade maior de pessoas e visitado mais Igrejas do que nunca; temos trabalhado em prol da unidade da Igreja e da renovação da humanidade; temos tentado responder às necessidades humanas em todas as partes do mundo e ser solidários com os oprimidos e os despojados; temos falado e agido em situações de conflito.

Em sentido profundo, a Igreja, por sua própria natureza, está sempre no deserto, prosseguindo sua peregrinação para a Cidade de Deus ou, como diz a Carta aos Hebreus para o mundo (*oikoumene*) vindouro (2.5). A Igreja é o Povo de Deus, criado e consagrado através do êxodo, na morte e ressurreição de Cristo. Ela é chamada a participar dos sofrimentos de Cristo pela salvação do nosso mundo quebrantado e dividido. No começo da sua história, a Igreja era uma comunidade de pessoas dispersas por todo o Império Romano, carentes de qualquer estatuto jurídico ou social, e expostas ao açoitamento, à perseguição e à morte.

A Primeira Carta de Pedro dirigia-se a essas igrejas da diáspora. Temos usado uma passagem dessa carta para uma das *imagens de vida* dos nossos estudos bíblicos preparatórios desta Assembléia (1 Pedro 2. 4-10). Intitula-se Casa de Pedras Vivas, que se entende como imagem da Igreja. Gostaria que meditássemos um momento sobre o que significa a Igreja como Casa de pedras vivas, num mundo hostil que aspira a ser uma casa de pedras vivas, uma comunidade que vive do intercâmbio fraterno compartilhado na justiça e na paz. Espero que esta meditação bíblica nos ajude a refletir sobre o que temos aprendido durante estes trinta e cinco anos de existência do Conselho Mundial de Igrejas, sobre a natureza e a vocação das Igrejas e do próprio Conselho, como comunidade de Igrejas. Pedro exorta as igrejas da diáspora:

“Achegando-vos a ele, pedra viva, rejeitada certamente pelos homens, mas para Deus escolhida e preciosa, vós também, como pedras vivas, sois edificados como casa espiritual e sacerdócio santo, para oferecerdes sacrifícios espirituais agradáveis a Deus, por intermédio de Jesus Cristo” (1 Pedro 2. 4,5).

Cristo é a pedra viva e preciosa enviada por Deus. Como diz o Salmista, “A pedra que os arquitetos rejeitaram tornou-se depois pedra angular” (118. 22). Desse modo, Cristo, rechaçado e crucificado, é agora o Senhor ressuscitado portador de vida. Esse é o fundamento da nossa fé e a base do Conselho Mundial de Igrejas.

Na realidade, segundo os Evangelhos, o próprio Jesus mencionou este salmo, o último de uma série de salmos chamada *Halel* (Louvores) que eram cantados em Jerusalém durante e depois das grandes festas (Salmos 111-118). O Salmo 118 era cantado depois da Páscoa — alimento que constituía o laço de união do povo de Israel na véspera do êxodo. Jesus citou esse versículo do Salmo 118 na discussão que manteve com as autoridades religiosas que planejavam a sua morte (Marcos 12. 1-12), às vésperas do que Lucas chama de sua partida (Lucas 9. 31). Disse aos seus

A Igreja é o Povo de Deus, criado e consagrado através do êxodo, na morte e ressurreição de Cristo. Ela é chamada a participar dos sofrimentos de Cristo pela salvação do nosso mundo quebrantado e dividido.

discípulos que iria ser desprezado e morto e que ressuscitaria depois de três dias (Marcos 8. 31). Ao recordar a sua experiência com Jesus e o que aprendeu com ela, Pedro diz às igrejas da diáspora, na Ásia Menor, tal como nos diz hoje, que confessar o Cristo significa participar dos seus sofrimentos e compartilhar a sua vida ressuscitada. Convida-as, e nos convida a nós, a continuar caminhando, dia após dia, para Cristo, pedra viva, para que, também nós, sejamos pedras vivas, compartilhemos sua vida e continuemos seu ministério de sofrimento pela humanidade com jubilosa esperança.

Entretanto, ser pedras vivas significa para os crentes não permanecer isolados, sozinhos, petrificados, mortos. Pelo contrário, recebem a vida e são edificados como casa (*oikos*) animada pelo Espírito. Cristo é a pedra angular, e o Espírito permite que os que vêm a Cristo sejam edificados (*oikodomein*) como essa casa.

Pois bem, a palavra *casa* era rica de significados no pensamento dos povos do Oriente Médio. Queria dizer, entre outras coisas, comunidade, nação, cultura, modo de vida, estrutura, ambiente. Deus disse a Abraão que saísse da casa – *bayith, oikos* – de seu pai (Gênesis 12. 2), isto é, que abandonasse a sua nação e a sua cultura para formar uma nova casa, *oikos*, mediante a aliança; uma casa fundada na sua fé em Deus e na sua obediência a ele (Gênesis 15. 6; 17. 12-13). Essa nova casa, esse novo povo de Deus, viu-se subjugado na “casa de servidão” no Egito. Mediante o Êxodo, foi libertado do Faraó (palavra derivada do egípcio *per-aa*, a Grande Casa) e chegou a ser “a casa de Israel”. Esta casa recebeu normas de vida que se baseavam na sua libertação do Egito e eram orientadas pela palavra libertadora do pacto (Êxodo 10. 23). A fim de que a casa de Israel continuasse sendo plena e constantemente consciente da natureza da sua existência e da sua missão, criou-se a casa de Deus, o lugar de culto, o templo, no qual o povo oferecia sua vida e seu trabalho a Deus e dele recebia a graça renovadora.

O drama do povo de Israel é que foi deixando de ser fiel ao Fundador da casa e se adaptou às atitudes espirituais e éticas das casas e culturas que o rodeavam, *oikoi*. Também deixou de viver como uma família fiel ao pacto, compartilhando uma vida comum na verdade, na justiça e na paz, como repetidamente os profetas que haviam recordado. Por exemplo, disse Jeremias:

“Não vos fieis em palavras enganadoras que dizem: Templo de Javeh é este. Mas se melhorardes completamente vossos caminhos e vossas obras; se verdadeiramente praticardes a justiça entre o homem e o seu próximo; se não oprimirdes o peregrino, o órfão, a viúva, nem derramardes neste lugar o sangue inocente, nem andardes, para desgraça vossa, atrás de deuses alheios, então eu vos farei morar neste lugar, na terra que dei a vossos pais para sempre . . . É, por acaso, a vossos olhos uma caverna de bandidos esta casa, na qual é invocado o seu nome? Eis que também eu o vejo diz Javeh” (Jeremias 7. 4-7, 11).

O que diz Jeremias é que o povo de Deus, a casa de Israel, repousa sobre certas qualidades e obrigações – justiça e misericórdia – e sobre uma fidelidade absoluta a Deus, Senhor da casa. O seu fundamento é a Torah, a Lei, as palavras da Aliança. Toda casa é realmente construída sobre as

*Ser pedras vivas significa para os crentes não permanecer isolados, sozinhos, petrificados, mortos. Pelo contrário, recebem a vida e são edificados como casa (*oikos*) animada pelo Espírito. Cristo é a pedra angular, e o Espírito permite que os que vêm a Cristo sejam edificados (*oikodomein*) como essa casa.*

qualidades que permitem aos seus habitantes viver juntos em comunidade e desfrutar o bem-estar comum (*shalom*, paz). Quando faltam essas qualidades, a casa não se sustém. As instituições e estruturas, *oikoi*, adquirem um caráter demoníaco, quando as pessoas perdem essa força vital, essa integridade e essa determinação claras, que lhes permitem analisar, retificar e transformar a sua situação. Por conseguinte, chega um momento em que essas estruturas devem ser destruídas a fim de que outras novas possam ser edificadas — uma nova casa, *oikos* — sobre uma base nova ou uma nova aliança que permita, a cada um, ser responsável por si mesmo e pelos demais, diante de Deus (Jeremias 31. 27-34). Foi isso o que Jesus fez, quando disse que se destruiria o antigo templo na sua crucifixão e que em três dias ele tornaria a edificá-la pela sua ressurreição (João 2. 19-21).

Pedro afirma que no Cristo crucificado e ressuscitado se edificou essa nova casa e que todo aquele que dele se aproxima é pedra viva que faz parte integrante da casa, compartilha uma vida comum e oferece a sua vida inteira e a de todos a Deus, no Espírito e por Jesus Cristo. Pedro continua falando, e emprega, de forma nova, algumas das velhas imagens utilizadas na casa de Israel, quando fala dos crentes como “*raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido por Deus*” (1 Pedro 2. 9). Com isso ele quer dizer que os crentes, como pedras vivas, derrubam as barreiras do racismo e se estão convertendo na verdadeira raça humana feita à imagem de Deus; que todos aqueles que crêem, mulheres e homens, são sacerdotes do Rei e Soberano de suas vidas, as quais, juntamente com o mundo, oferecem a Deus através de seu culto e de seu testemunho; que o nacionalismo, com todas as suas atitudes de exclusão, dá passagem a uma comunidade consagrada a Deus e a seu desígnio de unir numa só casa, *oikos*, todas as nações em sua diversidade; e que todos são o povo de Deus, isto é, um sinal do desígnio de Deus (*oikonomia*, administração da casa) de unir todos os povos numa família humana, na justiça e na paz. Esta casa é a que haverá de anunciar as maravilhas de Deus, que tirou o seu povo das trevas levando-o para sua admirável luz (1 Pedro 2. 9). Esse é o modo como Pedro expressa o que o Credo nos faz confessar: *Creio na Igreja, una, santa, católica e apostólica.*

Esta imagem e esta concepção da casa viva (*oikos*) é a que tem motivado o movimento ecumênico. Como se sabe, “ecumônico” deriva da palavra grega *oikoumene*, toda a terra habitada. É um termo que passou ao uso comum quando Alexandre, o Grande, estava conquistando o Oriente Médio. Era sua intenção que os povos saíssem de seu isolamento cultural e participassem de uma vida cosmopolita através da qual descobrissem a sua verdadeira humanidade. Isso era a *oikoumene*. Quando os romanos conquistaram o mundo helênico, seus governantes foram saudados como senhores e salvadores da *oikoumene*.

Sobre a base destes antecedentes, podemos entender por que se empregou essa palavra ao traduzir-se para o grego o Antigo Testamento e ao escrever-se o Novo Testamento. O Salmo 24. 1 diz o seguinte: “*De Javeh é a terra e a sua plenitude; o mundo (oikoumene), e todos os que nele habitam*”. Não César, mas Javeh — o qual sempre esteve e está presente no mundo — é o Senhor e o Salvador da *oikoumene*; quem o governa na verdade, na justiça e na paz; e manifesta o seu desígnio através do povo da aliança, a casa de Israel. Seu desígnio é que toda a *oikoumene* o reconheça como verdadeiro Senhor e Salvador. Através dele, a humanidade verdadeira se converte numa promessa e numa realidade.

Com isso ele quer dizer que os crentes, como pedras vivas, derrubam as barreiras do racismo e se estão convertendo na verdadeira raça humana feita à imagem de Deus.

Não César, mas Javeh — o qual sempre esteve e está presente no mundo — é o Senhor e o Salvador da oikoumene; quem o governa na verdade, na justiça e na paz; e manifesta o seu desígnio através do povo da aliança, a casa de Israel. Seu desígnio é que toda a oikoumene o reconheça como verdadeiro Senhor e Salvador. Através dele, a humanidade verdadeira se converte numa promessa e numa realidade.

deira se converte numa promessa e numa realidade. O Novo Testamento nos fala, por exemplo, da pregação de Paulo em Tessalônica e da formação de uma "igreja-casa". Há tumulto contra os cristãos e alguns são acusados ante as autoridades da cidade: "*Estes homens que amotinam o mundo oikoumene estão agora aqui... e todos eles contrariam os decretos de César, dizendo que há outro rei, Jesus*" (Atos 17. 6-7).

O movimento ecumênico é, pois, o meio pelo qual as Igrejas, que formam a casa (*oikos*) de Deus, estão procurando viver e testemunhar perante o mundo todo, de modo tal que a transformação da totalidade da *oikoumene* – ao converter-se na *oikos* de Deus, graças ao Cristo crucificado e ressuscitado, e no poder do Espírito, portador da vida – venha a ser uma realidade. O Conselho Mundial de Igrejas foi criado em 1948, precisamente como um meio para que esse processo tivesse lugar no conjunto da vida e no testemunho das Igrejas, em resposta a todas as exigências de Deus no tocante à vida da *oikoumene*. O que temos nós aprendido durante estes trinta e cinco anos da viagem ecumênica sobre a natureza e a vocação das Igrejas que se comprometeram a ser uma comunidade (*koinonia*)? Eis aqui uma outra maneira de expressar aquilo a que Pedro chama "a casa" (*oikos*), formada pelas Igrejas espalhadas pelo mundo todo e que, juntas, constituíram o Conselho Mundial de Igrejas.

Em primeiro lugar, aprendemos a ser uma comunidade de confissão. De fato, a base do Conselho Mundial consiste em ser *uma comunidade de Igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador, de acordo com o testemunho das Escrituras, e procuram responder juntas à sua vocação comum para glória do único Deus, Pai, Filho e Espírito Santo*.

Reuniram-se as Igrejas, após séculos de separação, numa comunhão fraterna de comunidades confessantes que vivem "conforme as Escrituras". Graças à renovação bíblica dos últimos cinqüenta anos aproximada-

*O movimento ecumênico é, pois, o meio pelo qual as Igrejas, que formam a casa (*oikos*) de Deus, estão procurando viver e testemunhar perante o mundo todo, de modo tal que a transformação da totalidade da *oikoumene* – ao converter-se na *oikos* de Deus, graças ao Cristo crucificado e ressuscitado, e no poder do Espírito, portador da vida – venha a ser uma realidade.*



Vigília pela Paz.
Observa-se, no fundo,
totens das populações
indígenas canadenses.

mente, as Igrejas voltaram a atenção para as palavras de Pedro: "porque chegou o momento de começar o juízo pela casa (oikos) de Deus" (1 Pedro 4. 17). Este foi o descobrimento revolucionário de Martinho Lutero, de cujo nascimento celebramos este ano o quinqüentésimo aniversário. Foi ele quem trouxe novamente a palavra soberana de Deus, que julga e salva, ao centro da vida da Igreja, para que esta pudesse ser reformada e, numa reforma constante, se tornasse numa verdadeira casa de pedras vivas.

Através do Conselho Mundial, as Igrejas têm sido levadas a compartilhar entre si as formas em que confessam a sua fé e, corrigindo-se mutuamente, às vezes têm-se dado conta da sua incapacidade de viver conforme as exigências do Evangelho. O movimento ecumênico, é, antes de tudo, um chamado às Igrejas para o arrependimento (*metanoia*). Uma conversão do coração e do espírito ao oferecimento e às demandas de Cristo — pedra viva — e uma abertura maior para a confissão comum da fé, com audácia e com alegria, em meio às tormentas deste mundo.

Desejo dar um exemplo dos progressos que fizemos como comunidade confessante. Quando as Igrejas Ortodoxas e as Igrejas da Reforma se uniram para formar o Conselho havia entre elas uma grande falta de confiança. Independentemente de não se acitarem como Igrejas no pleno sentido da palavra, tinham atrás delas uma longa história de proselitismo: Igrejas que professavam a sua fé dentro de um espírito de competição e procuravam converter fiéis de outras Igrejas. Na terceira Assembléia, realizada em Nova Déli em 1961, quando o Conselho Missionário Internacional se integrou no Conselho Mundial de Igrejas, foi aprovada uma declaração sobre o tema "Testemunho Cristão: Proselitismo e Liberdade Religiosa". Fez-se um apelo às Igrejas para que rejeitassem qualquer forma de proselitismo a fim de que, desse modo, tornassem mais fiel e mais convincente o seu testemunho comum de Cristo. Dentro desse mesmo espírito, o Concílio Vaticano II fez, em 1965, uma declaração sobre a Liberdade Religiosa. Depois, em 1970, o Grupo Misto de Trabalho da Igreja Católica Romana e o Conselho Mundial de Igrejas redigiram um documento de estudos sobre "Testemunho Cristão e Proselitismo", no qual se fazia ressaltar com mais vigor ainda a importância do testemunho comum. Em 1980, esse mesmo Grupo Misto de Trabalho decidiu publicar uma declaração sobre o "Testemunho Comum", onde se expunham muitos exemplos de como algumas comunidades cristãs confessavam a sua fé com palavras e obras. Por intermédio do Conselho Mundial, as Igrejas puderam, assim, superar muitos obstáculos que se opunham ao seu testemunho comum como Igrejas, comunidades de base ou grupos de ação. Frequentemente não se tem dado a este fato surpreendente a devida importância. Além disso, nós aprendemos a descobrir o significado das palavras de Pedro em sua carta: "Antes santificai a Deus, o Senhor, em vossos corações, e estai sempre preparados para apresentar defesa, com mansidão e reverência, ante todo aquele que vos pergunte a razão da esperança que há em vós" (1 Pedro 3. 15). Não me refiro aqui às importantes reflexões teológicas que encerra a frase "dar razão da esperança que há em vós", mas, antes, ao modo como as Igrejas têm encorajado o diálogo com pessoas de outras religiões e ideologias, e mesmo com pessoas que não professam nenhuma delas. A natureza desse diálogo é o que expõe Pedro. Da mesma maneira que respeitamos a Cristo, devemos

*Através do Conselho Mundial, as Igrejas têm sido levadas a compartilhar entre si as formas em que confessam a sua fé e, corrigindo-se mutuamente, às vezes têm-se dado conta da sua incapacidade de viver conforme as exigências do Evangelho. O movimento ecumênico, é, antes de tudo, um chamado às Igrejas para o arrependimento (*metanoia*). Uma conversão do coração e do espírito ao oferecimento e às demandas de Cristo — pedra viva — e uma abertura maior para a confissão comum da fé, com audácia e com alegria, em meio às tormentas deste mundo.*

respeitar aqueles com quem dialogamos. Num sentido profundo, Cristo está presente junto à pessoa que espera algo de nós. Por isso, devemos estar dispostos a escutar o nosso próximo, para recebermos dele, Cristo, uma palavra de juízo e de promessa. Nossos critérios serão as Escrituras; devemos aceitar que se renove a nossa fé quando pedimos ao Espírito Santo que ilumine os outros. Dentro deste espírito, as Igrejas e os cristãos estão se renovando para serem comunidades confessantes, facilitando, assim, a construção da Casa de pedras vivas.

Em segundo lugar, chegamos a uma nova compreensão das Igrejas como comunidades de aprendizagem, embora essa função tenha sido, logicamente, uma característica da Igreja desde a sua origem. Pedro emprega uma imagem muito vívida para descrever o que acontece aos que são batizados, aos que, tal como na igreja primitiva, na véspera da Páscoa, se despojam de suas vestes e entram nas águas do batismo, e são crucificados com Cristo, e saem das águas em Cristo ressuscitado, e se vestem com novas vestes. Precisamente antes de falar da casa de pedras vivas, diz Pedro:

"Despojando-vos, pois, de toda maldade, de todo engano, de hipocrisias e invejas, e de toda sorte de maledicências, desejaí, como crianças recém-nascidas, o leite espiritual não adulterado, para que, por ele, cresçais para a salvação, se é que já haveis experimentado a benignidade do Senhor" (1 Pedro 2. 1-3).

O cristão é como uma criança recém-nascida que do fraco seio de sua mãe tenta avidamente obter o alimento que lhe permitirá crescer e tornar-se uma pessoa completa. Aprender é esse processo íntimo de experimentar a benignidade de Deus, o que ele fez e o que deseja que se faça para que o mundo se converta num verdadeiro lar (*oikos*). Pedro cita implicitamente o Salmo 34, que descreve como descobrimos a bondade de Deus nas dores da nossa existência com nossos semelhantes, no mundo. Aprender da Bíblia é um processo pelo qual as pessoas se relacionam com Deus e com o seu caminho de verdade, justiça e paz, a fim de que possam, obedientes, seguir por esse caminho em suas relações mútuas e estendê-lo às relações entre as nações. Disse Moisés:

"... Javeh me disse: Reúne-me o povo, para que eu os faça ouvir as minhas palavras, as quais aprenderão (Ramadh), para temer-me todos os dias que viverem sobre a terra, e as ensinarão aos seus filhos... Ordenou-me também Javeh, naquele mesmo tempo, que vos ensinasse as leis e os preceitos que deveis observar na terra que ides possuir" (Deuteronômio 4. 10, 14).

O profeta Isaías pede a Deus:

"Com minha alma te desejei durante a noite, e enquanto dure o espírito dentro de mim, madrugarei buscando-te; porque, quando os teus juízos se exercem na terra, os habitantes do mundo (enoikountes, em grego) aprendem a justiça" (Isaías 26. 9).

Essas e muitas outras passagens do Antigo e do Novo Testamento nos mostram que aprender não significa simplesmente adquirir conhecimentos e práticas, ou estar preparado intelectualmente, ou, então, saber de cor algum catecismo doutrinal. Significa, muito antes, que, com todo o nosso

*O cristão é como uma criança recém-nascida que do fraco seio de sua mãe tenta avidamente obter o alimento que lhe permitirá crescer e tornar-se uma pessoa completa. Aprender é esse processo íntimo de experimentar a benignidade de Deus, o que ele fez e o que deseja que se faça para que o mundo se converta num verdadeiro lar (*oikos*).*

ser e com todas as outras pessoas, nos colocarmos em relação com Deus através da revelação que ele nos faz de si mesmo. Assim, o nosso horizonte se amplia e se fortalece a nossa vontade de estar em harmonia com Deus e com o nosso próximo, em palavras e obras. Isaías aponta claramente a motivação geral da aprendizagem ao dizer que, quando o crente aspira a Deus — como a criança aspira o seio da mãe —, essa aspiração não se refere unicamente ao indivíduo ou à sua esfera social, mas situa-se no âmbito da *oikoumene* e abrange todos os que nela habitam e cuja vida deve ser regida pela justiça, isto é, pelas relações justas com Deus e com o próximo. Aprender implica ter consciência global da vontade de Deus e de seus caminhos. Este é um conceito extremamente difícil de comunicar através dos meios públicos de informação e das estruturas e programas educacionais. Por isso, não é de admirar que o Conselho Mundial tenha feito finca-pé no aprendizado ecumênico durante todos estes anos. Todos os seus programas e reuniões constituem meios para que as pessoas possam receber a Palavra de Deus no âmbito das duras realidades do nosso mundo. Conseguem-no abrindo seu coração uns aos outros, e estando dispostos a superar o seu costumeiro modo de pensar e de agir. Esta Assembléia é um exemplo vivo do que significa o aprendizado ecumênico. As numerosas visitas de equipe entre as nossas Igrejas — que foram de grande ajuda na preparação desta Assembléia — são também um bom exemplo desse aprendizado que constitui condição prévia indispensável para qualquer forma de atuação eficaz pela causa da verdade, da paz e da justiça, bem como para a formação de uma verdadeira comunidade. Devemos reconhecer, entretanto, que esta percepção do aprendizado não foi devidamente assimilada nos programas do Conselho e que as próprias Igrejas não adotaram suficientemente as experiências e perspectivas que receberam através do processo de aprendizagem ecumênica. E, enquanto não levarmos a sério essa aprendizagem, não conseguiremos ser a casa de pedras vivas.

Em terceiro lugar, pudemos ver com clareza que as Igrejas deveriam ser uma comunidade de participação. Na realidade, as duas palavras “comunidade” e “participação” se empregam da mesma maneira no Novo Testamento grego (*koinonia*). Esse termo significa uma comunidade que está unida no apoio, na participação e no serviço mútuos. Na imagem da casa de pedras vivas Pedro utiliza um outro símbolo de *koinonia*. Fala em “*sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus por intermédio de Jesus Cristo*” (1 Pedro 2.5), e depois o descreve como “*um sacerdócio real*” (1 Pedro 2.9).

Um dos maiores méritos da Reforma iniciada por Lutero foi a conclusão, baseada nessa mesma palavra de Pedro, de que todos nós — mulheres e homens, igualmente — somos um único sacerdote diante de Deus, que lhe oferecemos a vida do mundo e recebemos a sua por intermédio do sacrifício eucarístico de Cristo pela vida do mundo. Porém, um dos aspectos curiosos na história de nossas Igrejas é que a convicção de que somos um sacerdócio santo, consagrado, um sacerdócio que deve ser lealdade ao Rei ou Soberano de nossas vidas, degenerou numa espécie de religião pietista e individualista. Isso, por um lado, destruiu o sentido da nossa responsabilidade mútua e do nosso vínculo comum com casa de pedras vivas e, por outro, expôs as Igrejas a diversas formas de exclusivismo institucional e hierárquico, com uma concentração do poder numa burocracia alheia a tudo o que Deus ordenou e prometeu ao seu antigo

Por isso, não é de admirar que o Conselho Mundial tenha feito finca-pé no aprendizado ecumênico durante todos estes anos. Todos os seus programas e reuniões constituem meios para que as pessoas possam receber a Palavra de Deus no âmbito das duras realidades do nosso mundo. Conseguem-no abrindo seu coração uns aos outros, e estando dispostos a superar o seu costumeiro modo de pensar e de agir.

Porém, um dos aspectos curiosos na história de nossas Igrejas é que a convicção de que somos um sacerdócio santo, consagrado, um sacerdócio que deve ser lealdade ao Rei ou Soberano de nossas vidas, degenerou numa espécie de religião pietista e individualista.

povo de Israel; que este seria o dono de toda a terra e constituiria um reino de sacerdotes (Êxodo 19. 6). Deus quis que o seu povo agisse como sacerdote do Rei e Soberano da terra, sustentando-a e cuidando dela como ele cuida do seu povo. Em vez disso, seguimos os caminhos dos soberanos da terra e criamos, nas Igrejas, estruturas de poder estratificadas e petrificadas, privando-nos do nosso verdadeiro sacerdócio para o mundo e da nossa qualidade de pedras vivas, dinâmicas, empregadas para edificar uma casa para todos, que seja cada vez mais habitável.

Essa tem sido uma preocupação permanente do movimento ecumônico. Temo-nos recordado mutuamente que a Igreja é, como o afirma Pedro, o povo (*Iaos*) de Deus, e não primordialmente os ministros ordenados que, embora indispensáveis, constituem menos de 1% da casa de pedras vivas. Temo-nos esforçado por estimular as Igrejas a reconhecerem que os jovens não são a Igreja de amanhã, e sim a de hoje. Com maior insistência, nestes últimos anos, temos tratado, não sem dificuldade, de chegar a um acordo sobre o fato de que a casa de pedras vivas é uma comunidade de mulheres e homens que desempenham um ministério comum de testemunho e serviço ao mundo. Recordamos que o primeiro relato que possuímos da ceia do Senhor, a que chamamos a Sagrada Comunhão, nos é dado por Paulo quando repreende os ricos, membros da classe alta da Igreja de Corinto, por excluirem dela os membros mais pobres e socialmente menos-prezados (1 Coríntios 11. 17-34). Estamos aprendendo, também, a reconhecer o direito e o privilégio que têm aqueles que estão impedidos de participar, como membros vivos, do Corpo de Cristo.

Nossa comunhão no corpo e no sangue de Cristo, nossos sacrifícios espirituais, o oferecimento do dom do Espírito que recebemos, tudo isso exige que exorcizemos a heresia do poder e da autoridade do magistério da Igreja, e que constituamos um verdadeiro sacerdócio de todos os crentes, ordenados ou leigos, entre os quais o uso dos dons e o exercício das funções não seja algo imposto, mas algo mutuamente aceito. Na medula das nossas divisões encontra-se essa disparidade e essa concentração de poder na vida das Igrejas, o que menoscaba a nossa credibilidade num mundo altamente individualista e ávido de poder. Por conseguinte, o desafio que as Igrejas e o Conselho têm pela frente consiste em determinar até que ponto estamos dispostos a obedecer às convicções da nossa fé para constituirmos, efetivamente, um sacerdócio de toda a casa de pedras vivas, dedicado a Deus e à sua soberania, compartilhando os seus dons na medida em que os oferecemos ao mundo. Isto é o que implica ser uma comunidade de participação, na qual exercemos nossa função sacerdotal, estando junto aos outros e no meio deles, com amor.

Em quarto lugar, temos tido a felicidade de ver que as Igrejas podem constituir uma comunidade que compartilha. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, quando o Conselho Mundial de Igrejas ainda estava em formação, as Igrejas têm demonstrado uma nítida vontade de compartilhar os seus recursos como prova de que constituem uma casa de pedras vivas, superando as barreiras de divisão interpostas pela guerra e pelos conflitos políticos, e atendendo às necessidades humanas, onde quer que surjam, sem nenhum outro estímulo, senão o de um amor solícito. Encontramo-nos, agora, dentro do próprio Conselho, num difícil processo de elaboração de meios que nos permitam mostrar o caráter inter-relacionado do nosso compartilhar os recursos materiais, técnicos e, sobretudo, espirituais.

*Essa tem sido uma preocupação permanente do movimento ecumônico. Temo-nos recordado mutuamente que a Igreja é, como o afirma Pedro, o povo (*Iaos*) de Deus, e não primordialmente os ministros ordenados que, embora indispensáveis, constituem menos de 1% da casa de pedras vivas. Temo-nos esforçado por estimular as Igrejas a reconhecerem que os jovens não são a Igreja de amanhã, e sim a de hoje. Com maior insistência, nestes últimos anos temos tratado, não sem dificuldade, de chegar a um acordo sobre o fato de que a casa de pedras vivas é uma comunidade de mulheres e homens que desempenham um ministério comum de testemunho e serviço ao mundo.*

Por conseguinte, o desafio que as Igrejas e o Conselho têm pela frente consiste em determinar até que ponto estamos dispostos a obedecer às convicções da nossa fé para constituirmos, efetivamente, um sacerdócio de toda a casa de pedras vivas, dedicado a Deus e à sua soberania, compartilhando os Seus dons na medida em que os oferecemos ao mundo.

Mais uma vez, Pedro desenvolve a sua imagem da casa de pedras vivas, exortando as igrejas da diáspora:

"Acima de tudo, porém, tende amor intenso, uns para com os outros, porque o amor cobre multidão de pecados. Hospedai-vos uns aos outros, sem murmuração. Cada um, conforme o dom (charisma) que recebeu, sirva aos outros, como bons administradores (oikonomoi) da multiforme graça (charis) de Deus" (1 Pedro 4. 8-10).

A graça de Deus, o amor pelo qual ele se dá a si mesmo, têm sido manifestados em Cristo que entregou o seu corpo e o seu sangue por nós e pelo mundo. Nós, que o recebemos, compartilhamos a sua graça mediante os seus dons (*charismata*). Esses dons destinam-se ao bom funcionamento da casa (*oikos*). Por isso somos chamados administradores (*oikonomoi*), "ecônominos", cuja concepção básica da política é o amor. Pedro também nos recorda que Cristo assumiu os nossos pecados em seu corpo, o que significa que podemos morrer para nossa rebelião egoísta contra Deus, para que "vivamos para a justiça" (2. 24). Esta palavra, *tsedeq*, na língua hebraica em que se formou Pedro, tinha o sentido de relações justas com Deus, e, por conseguinte, com os outros: a relação de compartilhar a vida que Deus nos deu.

Tornou-se moda acusar o Conselho e algumas Igrejas de intervirem demasiadamente em questões sociais e econômicas. Essa mesma acusação levanta o problema de como se comportam as próprias Igrejas entre si e em suas comunidades. Há muito pouco intercâmbio fraterno real no seio das Igrejas e entre elas — não só de recursos materiais e técnicos que tanto nos obsediaram a mente, mas de todos os dons de graça que recebemos. No movimento ecumênico aprendemos que a desunião das nossas Igrejas resulta, em grande parte, da nossa incapacidade de tornar patente esse intercâmbio autêntico de dons no amor recíproco. Tendemos a aferrar-nos excessivamente às formas herdadas e egoístas de poder e prestígio, e sobretudo, ao hábito paralisante da auto-suficiência ou da mendicidade obsequiosa.

Há mais um elemento nesta comunidade que compartilha.

Nas Igrejas, e em torno delas, há grupos ou comunidades cristãs que procuram empregar os dons do Espírito de modo a servirem à renovação e ao enriquecimento de todos, freqüentemente, a ponto de sofrer e inclusive morrer por isso. Entretanto, os dons desses grupos não são bem compartilhados, nem entre os próprios grupos, nem com as Igrejas de cada país. Às vezes, as Igrejas se mantêm muito afastadas deles, e o mesmo acontece entre eles e as autoridades eclesiásticas. Este é um assunto de particular gravidade para o Conselho, pois a maioria de seus programas se realiza com grupos ativos que têm a coragem de utilizar os seus dons em prol da vida do mundo, de maneira pessoal e árdua. Com freqüência, isso tem exacerbado as relações entre as Igrejas e o Conselho. Como sair deste atoleiro? Como construir juntos uma comunidade de participação, tendo presente que a comunidade e o compartilhar são, de fato, uma só realidade — *koinonia* —, comunhão no Corpo de Cristo para a vida do mundo? Esta é uma das questões fundamentais, que espero ver abordada na atual Assembleia.

No movimento ecumênico aprendemos que a desunião das nossas Igrejas resulta, em grande parte, da nossa incapacidade de tornar patente esse intercâmbio autêntico de dons no amor recíproco.

Em quinto lugar, aprendemos que as Igrejas são chamadas a ser uma comunidade de cura. O Conselho e as Igrejas têm recebido uma grande ajuda para compreender isso, graças às diversas consultas realizadas no mundo todo sobre o tema "Saúde Integral". Segundo a concepção prática de saúde, que já vai abrindo caminho, esta é . . . *um estado dinâmico de bem-estar do indivíduo e da sociedade; de bem-estar físico, mental, espiritual, econômico, político e social; de harmonia com os demais, com o meio físico e com Deus*. Este enfoque integral de saúde, que cativou a nossa atenção, é o mesmo que nos foi revelado pelo ministério de cura exercido por Jesus.

Os cientistas descobriram que a matéria, e especialmente o corpo, não constitui um fenômeno mecânico que pode ser objeto de tratamento quando uma parte qualquer do mecanismo não funciona devidamente. O corpo é, na realidade, um organismo no qual corpo e espírito, nosso meio social e natural, desempenham um papel decisivo. Temos que poder participar no processo de compreensão da relação existente entre a casa de nossos corpos e a casa de nosso meio ambiente. Devemos poder participar no processo de cura, mobilizando os elementos mais fortes em apoio aos fracos. Acima de tudo, é essencial para a saúde que o nosso ser, em sua totalidade, esteja em comunhão viva com Deus — ainda que o corpo morra. Há um modo sô de morrer, e há outro que não o é.

Essa visão da saúde põe em questão as separações que temos criado com os nossos atuais modos de ver o mundo e de agir, quer na Igreja, quer na sociedade. Separamos a alma do corpo, o espírito da matéria, o pensamento racional dos sentimentos. Esses dualismos fizeram estragos no nosso mundo, e ainda mais nas Igrejas que os converteram em sistemas de dogmas, normas éticas e atitudes a respeito das pessoas e da sociedade, totalmente alheios ao nosso patrimônio bíblico e especificamente cristão. Continuando com a imagem das pedras vivas, Pedro cita Isaías 53, referindo-se ao fato de que, pelas chagas da entrega de todo o seu ser feita por Cristo, fomos sarados (2.24), precisamente quando nos convida a viver para a retidão e a justiça, em boas relações com Deus e com o próximo, e — temos de acrescentar — com o nosso meio ambiente.

A imagem da casa de pedras vivas é aqui de grande interesse porque exige de nós que compreendamos a nossa vida como Igrejas, cuja edificação é feita com pedras vivas, ajustadas umas às outras e funcionando como um todo, acima da separação que caracteriza a nossa existência. A única separação que mantém a nossa fé é aquela que é santidade (*gadosh*, em hebraico) e que significa nossa total devoção e orientação ao Deus Trino, cujo ser íntimo e cuja manifestação como Pai, Filho e Espírito Santo é de intercâmbio recíproco, de "co-inerência" (*perichoresis*, no pensamento cristão grego) no seio da vida divina. Essa "co-inerência" é que nos dá, em nossa vida em comum, a plenitude e a paz (*shalom*), o bem-estar integrado no qual a morte, inclusive, se transforma em vitória.

A este respeito, as Igrejas e o Conselho hão de levar a termo um grande trabalho de reformulação de seus sistemas teológicos e éticos, do seu modo de vida e da sua indiferença ao meio natural (ecologia), que se baseiam em certo tipo de espiritualidade que é, de fato, uma abdicação. A imagem da casa de pedras vivas abrange toda a *oikoumene*, a totalidade do cosmos onde existem as pessoas e todas as coisas vivas.

Essa visão da saúde põe em questão as separações que temos criado com os nossos atuais modos de ver o mundo e de agir, quer na Igreja, quer na sociedade. Separamos a alma do corpo, o espírito da matéria, o pensamento racional dos sentimentos. Esses dualismos fizeram estragos no nosso mundo, e ainda mais nas Igrejas que os converteram em sistemas de dogmas, normas éticas e atitudes a respeito das pessoas e da sociedade, totalmente alheios ao nosso patrimônio bíblico e especificamente cristão.

Em sexto lugar, começamos a prestar bastante atenção à nossa vocação de ser, como Igrejas e como Conselho, uma comunidade de reconciliação. Não devemos esquecer que nos foi dado o ministério da reconciliação (2 Coríntios 5. 18), ministério especialmente urgente numa época de intenso enfrentamento em que as nações e os povos, especialmente os poderosos, se lançam mutuamente anátemas e em que somos arrastados, impotentemente, para a aniquilação apocalíptica da *oikoumene*. Como nos lembra Pedro, as Igrejas são comunidades em diáspora, minorias apenas toleradas, ignoradas, insultadas ou perseguidas que adotam uma postura favorável à reconciliação. Portanto, quando Pedro exorta essas comunidades dispersas a converterem-se em casas de pedras vivas e a assumirem os sofrimentos de Cristo pelo mundo, pede um corajoso enfrentamento com as forças do mal e a destruição existentes no mundo.

Pedro não omite o fato de que a reconciliação não é possível sem trazer-se à luz, em lugar de ocultá-las, as coisas contrárias ao desígnio de bem que Deus tem para a sua criação. Com a imagem da pedra, cita Isaías (1 Pedro 2. 8), cuja transcrição, na íntegra, será instrutiva:

"Disse o Senhor: 'Não chameis conspiração tudo aquilo a que o povo chama conspiração; não temais o que eles temem, nem vos assusteis. A Javeh dos exércitos, a ele santificai; a ele deveis respeitar, a ele deveis temer. Ele será o santuário e a pedra de tropeço para as duas casas de Israel, o laço e a cilada para os habitantes de Jerusalém. Muitos dentre eles vacilarão, cairão e serão despedaçados, serão presos ao laço e apanhados na armadilha'" (Isaías 8. 12-15).

O profeta Isaías avisava à casa de Israel que não se deixasse reduzir pelos jogos de poder que se desenvolviam entre as nações que a rodeavam, nem fizesse alianças, nem tampouco, por temor, se submetesse a uma parte ou a outra nos conflitos. Devia denunciar os conflitos entre as potências como negações do desígnio de aliança de Deus, porque o resultado desses conflitos era que todos seriam despedaçados na rocha do delito contra a vontade e o desígnio divinos. A análise e a denúncia das causas subjacentes da injustiça e da guerra, bem como o trabalho em prol da solução pacífica dos conflitos, têm sido uma tarefa constante do Conselho.

John R. Mott, o grande pioneiro ecumênico, costumava dizer: *Devemos converter os obstáculos em meios para avançar*. Os caracteres chineses empregados para "crise" são *weiji*, que significam "perigo" e "oportunidade". Nestes tempos perigosos em que nos reunimos nesta Assembléia, espero que nós, representantes da casa de pedras vivas procedentes da diáspora, adotemos uma posição clara e inequívoca, em concordância com a vontade de Deus de que reinem a paz e a justiça, que estão indissoluvelmente unidas, e que não tenhamos a tentação de tornar-nos eco das políticas, condenadas ao fracasso, das nações de onde procedemos. O que está em jogo, aqui, é a credibilidade do Evangelho de reconciliação. A este respeito, é importante recordar que o Sermão da Montanha, que nos chama a esse ministério de reconciliação, termina com a imagem de duas casas: uma edificada sobre a areia, que há de cair, e outra edificada sobre a rocha da paz de Deus. O mundo nos observará para saber se vencemos a prova de ser verdadeiramente uma casa de pedras vivas, edificada sobre a rocha da fé em Deus, que deseja a paz para todos e o direito de todos os seres humanos de viver de forma autêntica e plena, seja qual for o seu credo, sexo, raça, classe ou nação.

O mundo nos observará para saber se vencemos a prova de ser verdadeiramente uma casa de pedras vivas, edificada sobre a rocha da fé em Deus, que deseja a paz para todos e o direito de todos os seres humanos de viver de forma autêntica e plena, seja qual for o seu credo, sexo, raça, classe ou nação.

Em sétimo lugar, temos tentado prestar atenção à súplica de nosso Senhor para que sejamos uma comunidade de unidade. Mencione agora esta vocação e esta tarefa central do movimento ecumênico e das Igrejas, porque muitos são os que estão dispostos a dizer que o Conselho é indiferente à nossa missão fundamental de conversão, naquilo que somos, na ação de Deus em Cristo: uma casa de pedras vivas que oferece o sacrifício da própria vida pela unidade da *oikoumene*. Pelo contrário, aqui, precisamente, menciono essa vocação essencial das Igrejas, porque tudo o que eu disse anteriormente se referia à confissão da Igreja que é una, santa, católica e apostólica.

Podemos afirmar que fizemos notáveis progressos no caminho da unidade, principalmente nestes trinta e cinco anos. Começamos timidamente e cheios de desconfianças mútuas, ajustando um pacto pelo qual nos comprometímos a permanecer juntos. Tentamos descrever, entre nós e com toda a franqueza e honestidade possíveis, os grandes bloqueios doutrinais da unidade. Daí passamos a examinar a unidade que nos foi dada no Cristo indiviso, cuja vida crucificada e ressuscitada compartilhamos, e nos comprometemos a deixar que esse Cristo fizesse seu trabalho entre nós, procurando responder-lhe com obediência. Desde então, temos expressado a meta da unidade em cada um e em todos os lugares, bem como em todas as épocas, numa comunidade eucarística manifestada no culto e na vida comum em Cristo, para que o mundo creia. Temos ido mais longe: entabularam-se conversações bilaterais e multilaterais entre as diferentes comunhões, e o Conselho colaborou para reuni-las, todas, numa mesma tribuna, a fim de que possamos avaliar quem somos e para onde vamos. Vemos que o caminho em frente passa pelo labor em prol da comunidade conciliar, expresso de vários modos, por mais fracos que sejam, tanto no Conselho Mundial como em outros lugares. Pedimos agora às Igrejas que facilitem o desenvolvimento de um processo pelo qual as congregações possam participar na recepção de declarações convergentes sobre o Batismo, a Eucaristia e o Ministério.

As reações recebidas até o momento, nessa longa marcha para a unidade, são contraditórias. Não resta dúvida, porém, de que elas se caracterizam pelo fato de que as Igrejas ainda não avançaram, na evolução que lhes permitirá converterem-se numa comunidade de confissão, aprendizagem, participação, partilha, cura e reconciliação, o bastante para estarem prontas a superar os obstáculos que entre elas criaram divisões profundas. A unidade é a constante incorporação das pedras vivas à casa do Deus vivo, e não se baseia em adaptações feitas dentro de algumas estruturas estáticas. A unidade é um processo inter-relacionado em que estão comprometidas as Igrejas da diáspora.

Espero, pois, que, para julgar todo o trabalho desta Assembléia, se analise se o que diremos e decidiremos aqui promove, ou não, a unidade do povo de Deus, como casa de pedras vivas e como sinal e sacramento do desígnio de Deus (*oikonomia*) de unir todos os povos, como *oikoumene* regida pelas normas de amor do Deus que é uno, Pai, Filho e Espírito Santo.

Finalmente, aprendemos de novo, durante estes anos, que as Igrejas são uma comunidade de esperanças. Para elas, sua existência não é um fim em si mesma. Estão destinadas e foram chamadas a ser um sinal do Reino de Deus. A oração constante das Igrejas é “*Venha a nós o teu Reino. Faça-se*

Vemos que o caminho em frente passa pelo labor em prol da comunidade conciliar, expresso de vários modos, por mais fracos que sejam, tanto no Conselho Mundial como em outros lugares.

Pedimos agora às Igrejas que facilitem o desenvolvimento de um processo pelo qual as congregações possam participar na recepção de declarações convergentes sobre o Batismo, a Eucaristia e o Ministério.

a tua vontade, assim na terra como no céu" (Mateus 6. 10). A imagem da casa de pedras vivas da primeira Carta de Pedro, que vimos seguindo, se baseia num ato de celebração:

"Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo que, segundo a sua grande misericórdia, nos regenerou para uma viva esperança, mediante a ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos, para uma herança incorruptível, imaculada e imarcescível, reservada nos céus para vós, que sois guardados pelo poder de Deus mediante a fé, para alcançar a salvação que está preparada para revelar-se no último tempo" (1. 3-5).

Ver-nos-emos, nesta Assembléia, oprimidos pelos perigos que o nosso mundo enfrenta. Alguns de nós podem ser tentados a adotar uma atitude resignada, como se apenas fosse necessário conservar a fé e deixar que o mundo desapareça envolto em chamas. Essa atitude, freqüentemente, vem a par da submissão a mortais políticas militares das potências. Muitos sentem-se-ão impacientes porque não fazemos o bastante — ou com a devida urgência — para proclamar o Evangelho ao mundo, para trabalhar em prol da paz e da justiça para todos, ou para conseguir a unidade das Igrejas. Somos chamados a ser firmes em nossa fé e não hesitaremos em falar e agir com audácia, num espírito de esperança e amor.

Contudo, só poderemos fazê-lo celebrando a nossa fé em Cristo, a pedra viva, e como pedras vivas colocadas umas junto às outras para formar a casa de Deus. Nossa culto, nossas orações e nosso compartilhar a fé ocuparão o lugar central de tudo o que dissermos e fizermos. Porém, como diz Pedro às igrejas da diáspora, nossa esperança viva — como regenerados pela Palavra de Deus, a qual vive e é permanente (1.23), e como os que percebem que o Senhor é bom — deve fazer-nos participar dos sofrimentos do mundo, tal como compartilhamos os sofrimentos de Cristo. O caminho que se estende diante de nós é, para muitos, uma senda de dor e sofrimento, de perseguição e morte. É o caminho dos fiéis que vivem segundo as obras de Deus, mas é também um caminho de felicidade. Como diz Pedro:

"Regozijai-vos, porquanto sois participantes dos sofrimentos de Cristo, para que também na revelação de sua glória vos alegréis exultando" (1 Pedro 4. 13).

O que nos diz tudo isso, sobre a natureza e a vocação das Igrejas e do Conselho? Pouco depois de ter-se constituído este último, realizou-se em Toronto, em 1950, um grande debate sobre "A Importância Eclesiológica do Conselho Mundial de Igrejas". Reconheceu-se que o Conselho representa um enfoque novo e sem precedentes do problema das relações entre as Igrejas e que ele existe para dar um fim ao ponto morto que há entre as Igrejas. Mais de trinta anos depois, podemos dizer que a preocupação e o trabalho do Conselho Mundial tem sido precisamente a vocação das Igrejas: tornarem-se uma comunidade de confissão, aprendizagem, participação, partilha, cura, reconciliação, unidade e esperança. Quais as consequências dessa realidade para as Igrejas e o Conselho?

Podem as Igrejas continuar agindo como se o Conselho pertencesse mais à esfera de suas relações externas que à das internas? Pode o Conselho permitir-se — baseando-se nas decisões de representantes das Igrejas —

Nossa culto, nossas orações e nosso compartilhar a fé ocuparão o lugar central de tudo o que dissermos e fizermos. Porém, como diz Pedro às igrejas da diáspora, nossa esperança viva — como regenerados pela Palavra de Deus, a qual vive e é permanente (1.23), e como os que percebem que o Senhor é bom — deve fazer-nos participar dos sofrimentos do mundo, tal como compartilhamos os sofrimentos de Cristo.

seguir o seu próprio caminho, com programas e atividades que chegam aos grupos e a outras instâncias, mas que não se aplicam, não se concebem, não se planejam nem se comunicam em todas as etapas com a participação ativa das Igrejas? Podem as Igrejas agir como se existissem isoladas das demais e da sua comunidade no Conselho, desenvolvendo seus programas e atividades com escassa relação com as demais Igrejas do mundo inteiro? Podemos nós continuar agindo como se fôssemos pedras espalhadas ine-
ficazmente, ou estaremos dispostos a converter-nos em pedras vivas, reuni-
das para serem edificadas como casa do nosso Deus Trino? Não resta
dúvida de que a imagem de pedras vivas utilizada por Pedro nos recorda o
fato ineludível de que, somente com a condição de se relacionarem umas
com as outras como pedras vivas, as Igrejas descobrirão novas realidades a
respeito da sua vocação essencial de serem a Igreja, a casa do Deus Trino.
Essa vocação comum requer uma comunidade de confissão, aprendizagem,
participação, espírito de compartilhar, cura, reconciliação, unidade e espe-
rança para a glória de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo. O trabalho do
Conselho Mundial de Igrejas, bem como dos conselhos regionais e locais, é
promover essa vocação comum.

Ao reunir-se a Assembléia de Nairóbi, foi dito o seguinte: *Esta Assembléia terá fracassado em seu propósito se não avançarmos no sentido de uma nova relação de aliança entre as Igrejas Membros, em todos os planos de sua vida, e o Conselho Mundial, em todos os planos de sua atividade.* Estas palavras são aqui, em Vancouver, mais urgentes que nunca, especial-
mente porque, no período transcorrido desde Nairóbi, têm sido tensas as relações entre algumas Igrejas-Membros e o Conselho. Este tem sido severamente atacado pelos meios de informação por causa das medidas que tomou para responder ao mandato da Assembléia e do Comitê Central. Não obstante, nossa comunidade tornou-se mais profunda e mais viva por termos enfrentado aberta e francamente os conflitos, sob a cruz vitoriosa de Cristo.

Não há vida sem compartilhar. Nossa tema, *Jesus Cristo, Vida do Mundo*, é uma clara exortação a deixar que a sua vida penetre a nossa vida em comum, enquanto avançamos, com um espírito de esperança e de jubilosa coragem, em nossa conversão em pedras vivas edificadas como casa (*oikos*) que nos dará a conhecer a *oikoumene* de Deus, que está plena de sua vida.

Não resta dúvida de que a imagem de pedras vivas utilizadas por Pedro nos recorda o fato ineludível de que, somente com a condição de se relacionarem umas com as outras como pedras vivas, as Igrejas descobrirão novas realidades a respeito da sua vocação essencial de ser a Igreja, a casa do Deus Trino.

Transfiguração

Phillip Potter

"Seis dias depois, Jesus levou Pedro e os irmãos Tiago e João, somente estes, e foi com eles a um alto monte. Ali a sua aparência mudou diante deles: seu rosto ficou brilhante como o sol, e suas roupas, brancas como a luz. Então os três discípulos viram Moisés e Elias conversando com Jesus. E Pedro disse: 'Senhor, como é bom estarmos aqui! Se o senhor quiser, eu armarei três barracas neste lugar: uma para o senhor, outra para Moisés e outra para Elias.' Enquanto Pedro estava falando, uma nuvem brilhante veio sobre eles, e dela se ouviu uma voz: 'Este é o meu Filho querido que me dá muita alegria. Escutem o que ele diz!' Quando os discípulos ouviram a voz, ficaram com tanto medo que caíram com o rosto em terra, Jesus veio e tocou neles, dizendo: 'Levantem-se, e não tenham medo!' Eles olharam em volta e viram somente Jesus".

(Mt 17.1-8)

Prezadas irmãs e irmãos em Cristo,

Vocês se perguntarão por que lemos o relato da Transfiguração de Jesus no Evangelho, nesta vigília pela paz e pela justiça. De fato, no calendário da Igreja Ortodoxa Bizantina, no dia 6 de agosto, véspera da comemoração da "Santa Transfiguração" chama-se *proeortia* o serviço de preparação. Entretanto se os convido a meditar sobre este texto é por causa de uma experiência que aconteceu na minha vida e que mudou radicalmente a história da humanidade.

No dia 6 de agosto de 1945, eu participava, com outros estudantes, de um acampamento de trabalho numa região pobre da Jamaica. No "momento de oração" havíamos lido esta passagem. Entendemos muito pouco do seu significado. Devido à nossa mocidade, a história nos pareceu muito estranha e improvável. Quando, nesse dia, terminamos de trabalhar e regressamos ao acampamento, escutamos no rádio as notícias do dia. Mal podíamos acreditar no que ouvímos. Naquele dia havia sido lançada uma bomba, que transportava uma ogiva nuclear, sobre a cidade de Hiroxima. Foi uma luz ofuscante que gerou uma nuvem enorme; mas o resultado foi uma destruição generalizada, cujo verdadeiro alcance só soubemos muito mais tarde.

Logo fiz uma associação entre a brilhante luz destruidora e as nuvens de Hiroxima com a história de Jesus e seus três discípulos no monte. No Evangelho está escrito que "seu rosto ficou brilhante como o sol, e suas roupas, brancas como a luz" e que "uma nuvem brilhante veio sobre eles" sobre todos os que estavam no monte. Que estranho que o presidente dos Estados Unidos e seus assessores tenham tomado tal decisão política e

militar de lançar uma bomba sobre Hiroshima, e depois sobre Nagasáqui, no dia em que os cristãos do mundo inteiro comemoravam o acontecimento da Transfiguração de Cristo. Será que perceberam, ele e seus colegas, tal coincidência? Suponho que não. Porém, desde então isso me obceca e influiu no meu ministério.

Este relato da Transfiguração ganhou para mim um novo significado, ao longo dos anos, e se converteu num constante questionamento para a minha existência. O que aprendi, na realidade, para compartilhar com vocês, esta noite?

Em primeiro lugar, nossa vida e nosso ministério são constantemente postos à prova, e necessitamos descobrir continuamente quem somos e qual é a nossa vocação. Isto significa fazer um esforço consciente para estar em comunhão com Deus, na comunidade dos crentes. Em nosso relato, Jesus achou necessário tomar uma certa distância diante do curso precipitado dos acontecimentos, num momento crítico de sua vida e ministério. Partiu com três de seus discípulos para um alto monte a fim de estar tranquilo para refletir, para examinar o que tinha acontecido e o que ia ocorrer na perspectiva do que ele era e do que estava chamado a ser e a fazer. Necessitava estabelecer uma intensa comunhão com Deus enquanto se preparava para dar os passos seguintes em direção ao encontro final com as forças das trevas que se haviam engajado contra Deus e contra seus desígnios para a humanidade e a Criação.

Mas, por que necessitava fazê-lo? No começo do seu ministério, Jesus tinha-se juntado ao movimento de renovação de João Batista e se dispôs a ser batizado. João deu-se conta de quem era e hesitou em fazê-lo. Mas Jesus respondeu: *"Por enquanto deixe como está, porque assim faremos tudo o que Deus quer"*. Quando foi batizado, o Espírito de Deus desceu como uma pomba e pousou sobre ele, e uma voz do céu disse: *"Este é o meu Filho amado que me dá muita alegria"* (Mt 3.13-17). Então o Espírito Santo levou Jesus ao deserto, onde permaneceu quarenta dias e quarenta noites para ser tentado pelo Diabo, antes de empreender a sua missão, oferecendo a sua vida em palavra e obra pela mensagem do Reino de Deus e de sua justiça. Esta missão suscitou um cego entusiasmo por parte da multidão e a oposição igualmente cega das autoridades.

Jesus se encontrava então num momento decisivo de sua missão. Em Cesareia de Filipe perguntou a seus discípulos: *"Quem o povo diz que o Filho do Homem é?"* e: *"E vocês? Quem é que vocês dizem que eu sou?"* Pedro falou por todos quando confessou: *"O senhor é o Messias, o Filho do Deus Vivo"*. Estavam conscientes de quem ele era, mas não sabiam e nem podiam saber de que maneira. Então ele lhes disse que teria que ir a Jerusalém, que as autoridades religiosas o fariam sofrer muito, que seria morto e que no terceiro dia ressuscitaria (Mt 16.13-21). Pedro o advertiu dizendo: *"Tem compaixão de ti, Senhor; isso de modo algum te acontecerá"*. Jesus respondeu-lhe com firmeza: *"Arreda, Satanás! Tu és para mim pedra de tropeço, porque não cogitas das coisas de Deus, e, sim, das dos homens"*. Neste contexto é que Jesus levou Pedro, Tiago e João ao monte alto, longe de todos.

Paulo escreveu aos confusos e divididos, porém bem intencionados filipenses que, ainda que Cristo *"subsistindo em forma (morphe) de Deus não*

Nossa vida e nosso ministério são constantemente postos à prova, e necessitamos descobrir continuamente quem somos e qual é a nossa vocação. Isto significa fazer um esforço consciente para estar em comunhão com Deus, na comunidade dos crentes.

*julgou como usurpação o ser igual a Deus, antes a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma (morphe) de servo, tornando-se semelhante aos homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz” (Fp 2.6-8). Aqui, no monte alto, nos é dito que Jesus se transformou, se transfigurou *metamorphein*. Seu ser interior foi iluminado por uma profunda claridade da qual era centro; e isso na presença de seus companheiros. Uma voz confirmou novamente quem era: “Este é o meu Filho querido que me dá muita alegria”.*

Nós, que estamos reunidos nesta Assembléia como comunidade de crentes em Cristo, confessamos nossa fé nele, o Filho de Deus Vivo, como vida do mundo. Confessamos que tomou nossa forma *morphe* humana, ou seja, que somos em nós e para nós criados à imagem de Deus. Também fazemos esta confissão como membros da espécie humana, em toda a sua angústia e seu desespero, em sua natureza deformada e desfigurada. Representamos tudo o que influiu na decisão de lançar as bombas sobre Hiroshima e Nagasáqui, e também seus efeitos de morte e destruição. *Nossa adoração, nosso testemunho, aqui, nos permitiu ver, mais uma vez, o ser transformado, transfigurado de Cristo, que traz a paz e a justiça. Só nele e por sua mediação, podemos tomar e manter uma postura inequívoca em favor da paz e da justiça, como pacificadores e como aqueles que têm fome e sede de justiça, e que a continuam buscando.*

Mas, que paz, que justiça e que vida em toda a sua plenitude são essas? O relato da Transfiguração nos diz que Jesus se encontrava em comunhão com Deus, e com Moisés e Elias. Estes representavam o que Deus havia oferecido à humanidade, as decisões que tiveram que tomar, e o valoroso testemunho que tinham dado.

Moisés foi o meio pelo qual o povo de Israel se transformou através do êxodo, de “a casa da servidão” em “casa de Israel”. No monte, Moisés tinha tido uma intensa comunhão com Deus, falando com ele claramente (Nm 12.8) e conhecendo-o face a face (Dt 34.10). E, nessa relação, recebeu o ensinamento da Lei *Torah*, e escutou o relato de Deus, segundo o Livro de Deuteronômio: “*Vê que proponho hoje a vida e o bem, a morte e o mal (...) Os céus e a terra tomo hoje por testemunhas contra ti que te propus a vida e a morte, a bênção e a maldição: escolhe, pois, a vida, para que vivas tu e a tua descendência, amando ao Senhor teu Deus, dando ouvidos à sua voz, e apegando-te a ele; pois disto depende a tua vida e a tua longevidade...*” (30. 15,19,20).

“*Escolhe a vida*”. Escolhe o que é bom, isto é, o que reflete o nosso ser interior, feito à imagem de Deus para ser compartilhado com os demais, o que nos habilita a pôr à disposição dos demais o que somos e o que temos, para que eles também possam ser eles mesmos e compartilhar suas vidas com seus semelhantes. Esse é o propósito de Deus revelado na Criação e nos homens e mulheres feitos à sua imagem para que participem de sua vida e a comuniquem uns aos outros, de acordo com os seus mandamentos e suas promessas de bem. Isto é vida em ação e segurança, paz e justiça verdadeiras.

Na raiz de uma crise na história de Israel, o profeta Elias apareceu no monte Carmelo e interpelou o povo de Israel para fazer uma opção: “Até

Nossa adoração, nosso testemunho, aqui, nos permitiu ver, mais uma vez, o ser transformado, transfigurado de Cristo, que traz a paz e a justiça. Só nele e por sua mediação, podemos tomar e manter uma postura inequívoca em favor da paz e da justiça, como pacificadores e como aqueles que têm fome e sede de justiça, e que a continuam buscando.

quando coxeareis entre dois pensamentos? Se Javé é Deus, segui-o; e se é Baal, segui-o". A luta era entre o Senhor, Javé, aquele que se fez presente no êxodo para liberar seu povo, transformando-o no povo do pacto e cumprindo, assim, o seu destino para o mundo; e Baal, representante das forças da natureza e da história, divisoras, opressoras — e, na realidade, importantes — que fazem estragos entre os seres humanos e na criação. Elias apontou o caminho para uma justiça verdadeira, para relações justas com Deus, com os demais e com a criação, e para a autêntica paz, esse bem-estar que provém da total consagração a Deus e à sua vontade revelada para a humanidade (1 Re 18).

E foi também no monte que Elias escutou o círculo aprazível e delicado o qual marcou o curso que deviam tomar os outros em nome de Javé (1 Re 19. 9-21). O ensinamento dos profetas que seguiram a Elias foi resumido por Miquéias: "*Ele te declarou, ó homem, o que é bom; o que é que o Senhor pede de ti, senão que pratiques a justiça e ames a misericórdia, e andes humildemente com o teu Deus?*"(6.8). A justiça, o amor leal e a comunhão com Deus são uma só realidade.

Marcos, que estava muito próximo de Pedro, nos diz que Jesus manteve uma intensa conversa com Moisés e Elias, e que a voz disse aos discípulos: "*Este é o meu Filho querido que me dá muita alegria. Escutem o que ele diz!*" Estivemos repetindo as palavras da mensagem da primeira Assembleia: *Devemos fazer de nossa Igreja, em todo lugar, uma voz para aqueles que não têm voz e um lugar em que todos se sintam em casa.* Mas, não podemos ser uma voz se não escutarmos constantemente e, com todo o nosso ser, a voz de Cristo, assim como ele escutou a voz de Deus pela mediação de Moisés e de Elias. Isso significa escutarmos uns aos outros e escutarmos quando Deus nos fala através de nossa meditação, no meio das vozes sem sentido do mundo de hoje.

Vista da Vigília pela Paz.





Bispo Desmond Tutu, do Concílio de Igrejas da África do Sul, quando falava à Assembléia

O que Jesus nos tem a dizer não é reconfortante. Pedro, Tiago e João são nossos representantes; compartilham a forma (*morphe*) de nossa condição humana. Pedro confessou que Jesus era o Messias, aquele que cumpriria, na história, a promessa de Deus, e, portanto, o Filho do Deus Vivo. Porém, não pôde fazer frente às consequências. Não pôde acompanhar Jesus até à cruz. A confissão não é unicamente uma questão de palavras e de doutrinas, e, sim, uma questão de obras de auto-entrega. Em Cesaréia de Filipe, uns dias antes, Jesus tinha dito a seus discípulos: “*Se alguém quer me seguir, deve esquecer-se de si mesmo, carregar a sua cruz e me acompanhar. Porque quem quiser salvar a sua vida, vai perdê-la; mas quem perder a sua vida por minha causa, vai achá-la. Que vantagem terá alguém se ganhar o mundo inteiro e perder a sua vida? Não há nada que possa pagar para ter sua vida de volta*

No monte, a sua reação imediata à presença divina foi: “*Senhor, como é bom estarmos aqui! Se o senhor quiser, eu armarei três tendas neste lugar: uma para o senhor, outra para Moisés e outra para Elias*”. Pedro não estava preparado para entender que essa breve visão da verdadeira natureza de Cristo devia dar-lhe uma nova perspectiva de sua vocação. A Transfiguração não era um fim em si mesma; mas um descobrimento de nosso destino (apropriado). *Isso significa que não temos que permanecer em nossa barraca, num estado de euforia espiritual, que não aceitamos as coisas do mundo como estão hoje em dia, nem fugimos da luta de morte contra as forças do mal para algum seguro gueto devocional.* A Transfiguração significa que nossa consciência está alerta para que todas as forças do mal, que existem em nosso coração e no mundo, sejam transportadas em amor sofredor ao coração de Deus, pois é ele que julga e liberta.

Imediatamente depois do acontecimento da Transfiguração, Jesus e seus discípulos desceram do monte para se reunirem com a multidão. Um homem lhe suplicou que fizesse algo por seu filho epiléptico que era

Isso significa que não temos que permanecer em nossa barraca, num estado de euforia espiritual, que não aceitamos as coisas do mundo como estão hoje em dia, nem fugimos da luta de morte contra as forças do mal para algum seguro “gueto” devocional. A Transfiguração significa que nossa consciência está alerta para que todas as forças do mal, que existem em nosso coração e no mundo, sejam transportadas em amor sofredor ao coração de Deus, pois é ele que julga e liberta.

disfórmico e incapaz de bastar-se a si mesmo. Os discípulos nada tinham podido fazer por ele. Faltou-lhes fé, essa transformação de nossa vontade, que se volta para Deus em adoração e obras, e faz com que o impossível se torne possível (Mt 17.14-21; Mc 14. 24). Nesta Assembléia, pela transfiguradora Graça de Deus, somos chamados mais uma vez, a tentar o impossível em prol da paz e da justiça.

O relato da Transfiguração reflete também, nas pessoas de Tiago e João, a nossa deformação humana. Apesar dessa perturbadora experiência, na presença de Cristo e do apelo a escutá-lo e a seguir no caminho de justiça e de paz, esses dois irmãos, por intermédio de sua mãe, perguntam se ocuparão lugares privilegiados no Reino de Cristo. Para eles, a Transfiguração significava ter poder, prestígio, e exercer autoridade sobre o povo da mesma forma que os governantes deste mundo. Tiago e João representam tudo aquilo que finalmente culminou com a decisão de jogar a bomba sobre Hiroxima; as atuais ameaças à paz e à sobrevivência; as estruturas de injustiça e a rede de opressão, que desfiguram a imagem de Deus nos seres humanos e também na criação. Jesus transforma toda a concepção de poder, lembrando a Tiago, a João e a nós: *"Mas entre vocês não pode ser assim. Ao contrário, quem quiser ser importante sirva os outros. Porque até o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir, e dar a sua vida para salvar muita gente"* (Mt 20.26-28).

Queridos irmãos e irmãs, nossa vigília desta noite é uma preparação para que possamos transfigurar-nos em uma imagem verdadeira de Deus em Cristo, de maneira que possamos ser seus mensageiros de libertação, de justiça e de paz no mundo. Esta transfiguração, esta metamorfose, depende da misericórdia de Deus e do Espírito, doador da vida. Requer o compromisso da totalidade do nosso ser num sacrifício vivo e agradável a Deus. Exige que não nos conformemos (que não sigamos os esquemas) com este tempo em que vivemos, e sim, que sejamos constantemente transformados, transfigurados *metamorphein* mediante a renovação de nossa consciência, de maneira que demonstremos, em nossa ação, a vontade de Deus, que é boa, e inclui a todos. E isso podemos conseguir usando os dons do Espírito na comunhão do Corpo de Cristo para o bem de todos (Rm 12.1-8). Somente assim poderá revelar-se nosso ser verdadeiro e de todos os que compartilham a imagem de Deus.

Portanto, oremos para que o Espírito do Senhor nos liberte, e possamos assim contemplar a sua glória, sermos transfigurados de maneira contínua, à sua semelhança, de glória (em latim: *claritas*) em glória (2 Co 3.17,18). A visão de Cristo transfigurado é nossa transfiguração, para que nos seja possível responder, com clareza e valor, ao chamado que dirige aos bem-aventurados que têm fome e sede de justiça e aos pacificadores.



*Exige que não nos conformemos (que não sigamos os esquemas) com este tempo em que vivemos, e sim, que sejamos constantemente transformados, transfigurados (*metamorphein*) mediante a renovação de nossa consciência, de maneira que demonstremos, em nossa ação, a vontade de Deus, que é boa, e inclui a todos.*

Viver juntos

Mensagem da Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas

Nós os saudamos em nome de Jesus Cristo na Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, reunida em Vancouver, Canadá. Representamos quatrocentos milhões de pessoas de trezentas Igrejas Membros e entre nós é maior do que nunca a participação das mulheres, dos jovens e das pessoas com deficiência física. Nós lhes agradecemos suas orações de apoio. Transbordamos de gratidão para com Deus, que nos concedeu sua graça na nossa última reunião. Em muitos lugares aumentou o número das Igrejas Membros e aprofundou-se o seu compromisso. Enche-nos de regozijo o valor e a fé demonstrados na adversidade. Sentimo-nos cheios de humildade ante estes novos participantes chamados a serem mártires. O Espírito Santo derramou sobre nós estes e muitos outros dons e por ele nos reunimos em ação de graças.

Esta reunião é uma continuação da série de reuniões que se iniciou em Amsterdã, em 1948, com o compromisso de permanecermos unidos. Desde então nos encontramos chamados a crescer e a lutar juntos. Aqui, somos chamados a viver juntos, sob o lema *Jesus Cristo, Vida do Mundo*. Nesta Assembléia saboreamos esta vida. Nosso culto numa grande tenda que nos faz lembrar o povo peregrino, a presença de índios canadenses que nos dirigiram uma interpelação, nossas comovedoras orações e agradecimentos em muitas línguas mas num só espírito de devoção, nossos esforços para enfrentar questões que provocam a divisão, o canto das crianças... todos estes elementos são parte da nossa vida em comum no seio da família cristã. A significativa participação de hóspedes de outras religiões e de milhares de visitantes nos traz a presença da comunidade humana mais ampla.

Este compromisso que todos assumimos em Vancouver destaca como é crítico este momento da vida do mundo, quando se está virando mais uma página da história. Escutamos os clamores de milhões de pessoas que lutam diariamente pela sobrevivência, oprimidos pelo poder militar ou pela propaganda dos poderosos. Conhecemos os acampamentos de refugiados e as lágrimas de todos os que sofrem perdas desumanas. Percebemos o temor dos grupos e nações ricas e a falta de esperança de muitos que vivem num mundo rico em coisas, mas com um grande vazio espiritual. Há uma grande separação entre Norte e Sul, entre Leste e Oeste. Nosso mundo — o mundo de Deus — deve escolher entre a vida e a morte, entre a bênção e a maldição.

Esta opção decisiva nos obriga a proclamar novamente que a vida é um dom de Deus. A vida em toda sua plenitude reflete o amor da comunhão de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo. Este é o modelo para nossa vida, um dom inestimável, frágil e insubstituível, cheio de maravilhas e de glória.



No momento da oferta, uma participante apresenta, à Mesa do Senhor, a sua filhinha

Somente quando estabelecemos uma relação de amor com Deus, com nosso próximo e com o mundo da natureza, pode existir a vida em sua plenitude. A miséria e o caos do mundo são a consequência de nos havermos negado a aceitar o desígnio de Deus para nós. Constantemente — em público ou em particular — se desfaz a comunidade, se mutila a vida e vivemos isolados. Na vida de Jesus encontramos a verdadeira vida de Deus, frente a frente. Ele experimentou nossa vida, nosso nascimento e nossa infância; nosso cansaço, nossa alegria e nossas lágrimas. Compartilhou a comida com os famintos, o amor com os desprezados, a cura com os doentes, o perdão com os arrependidos. Viveu em solidariedade com os pobres e os oprimidos e, no final, deu sua vida pelos demais. No ministério da Eucaristia, Deus ressuscitado nos capacita para viver este modo de dar e receber. *"Eu afirmo a vocês que se o grão de trigo não for lançado na terra e não morrer, ele continuará a ser apenas um grão. Mas se morrer, dará muito trigo".* (João 12.24) Só o poder transformador do Espírito Santo permite que se possa abrir em nós esse caminho de vida. Essa transformação custa muito; implica que estejamos dispostos a nos expor inclusive à morte em nossa peregrinação para o Reino.

Nesse caminho reconhecemos nossa infidelidade. A divisão da Igreja em pontos centrais de sua existência, nosso fracasso no que se refere a dar testemunho com valor e imaginação, nosso apego a velhos preconceitos, nossa participação na injustiça do mundo, tudo isso nos diz que somos desobedientes. Mas a graça de Deus nos maravilha, porque ainda somos chamados a ser o Povo de Deus, a casa de pedras vivas edificadas sobre Cristo, seu fundamento. O sinal desta graça é o movimento ecumênico, no qual nenhum membro da Igreja está só.

A Assembléia, por conseguinte, renova seu compromisso com a visão ecumênica. O Senhor ora pela unidade de seu povo, que é um signo através do qual o mundo pode ser conduzido à fé, à renovação e à unidade. Avançamos com passos lentos, tropeçando pelo caminho até a unidade visível da Igreja, mas estamos seguros de que a direção é essencial para nossa fidelidade. Desde a Assembléia de Nairóbi, se progrediu em muitas coisas: novas Igrejas unidas, atos de testemunho comum e projetos ecumênicos locais. Existe uma nova convergência teológica, que poderia permitir avanços decisivos para uma comunhão eucarística. Agradecemos especialmente a Deus a esperança que nos deu com o documento "Batismo, Eucaristia e Ministério" e esperamos que obtenha uma ampla resposta.

Renovamos nosso compromisso com a missão e a evangelização. Por isto entendemos essa profunda identificação com outras pessoas na qual nos é possível propagar a boa nova de que *Jesus Cristo, Deus e Salvador, é a Vida do Mundo*. Não podemos impor a fé mediante nossa eloquência. Só podemos sustentá-la com paciência e cuidado, para que o Espírito Santo, Deus evangelista, nos inspire as palavras que vamos pronunciar. Temos que traduzir nossa proclamação. Para todas as línguas e para todas as culturas. Qualquer que seja nosso contexto, entre pessoas de religiões de nosso tempo e pessoas que não têm fé, lembramos que o amor de Deus é para todos, sem exceção. Estamos todos convidados ao banquete. Jesus Cristo, o pão vivo, chama a todos os que têm fome, e seu alimento não conhece limites.

Somente quando estabelecemos uma relação de amor com Deus, com nosso próximo e com o mundo da natureza, pode existir a vida em sua plenitude.

Nesse caminho reconhecemos nossa infidelidade. A divisão da Igreja em pontos centrais de sua existência, nosso fracasso no que se refere em dar testemunho com valor e imaginação, nosso apego a velhos preconceitos, nossa participação na injustiça do mundo, tudo isso nos diz que somos desobedientes. Mas a graça de Deus nos maravilha, porque ainda somos chamados a ser o Povo de Deus, a casa de pedras vivas edificadas sobre Cristo, seu fundamento. O sinal desta graça é o movimento ecumênico, no qual nenhum membro da Igreja está só.

Renovamos nosso compromisso com a justiça e com a paz. Da mesma maneira que Jesus Cristo curou e interpelou a vida inteira, nós temos que servir à vida de todos. Vemos que as forças da morte maltratam os dons benéficos de Deus. A injustiça nega a unidade, o compartilhar e a responsabilidade, que são dons de Deus. Quando as nações, os grupos e os sistemas têm poder de decisão sobre as vidas das pessoas, amam a este poder. O caminho de Deus é compartilhar o poder, dá-lo a cada pessoa. A injustiça corrompe os poderosos e deforma os que não têm poder. A pobreza, prolongada e sem esperança, é o destino de milhões de pessoas. A terra roubada é motivo de ressentimento e de guerra; a diversidade de raças se converte na prisão infame do racismo. Precisamos com toda urgência de uma nova ordem econômica internacional na qual o poder seja compartilhado e não se tome com avidez, e estamos comprometidos a esforçar-nos para consegui-lo. Mas voltamos a perguntar: o que acontece com a Igreja? Compartilhamos o poder livremente? Não nos estamos apegando às riquezas da Igreja? Afirmamos que os poderosos são nossos amigos e fechamos nossos ouvidos aos que não têm poder? Temos tarefas a cumprir próximas de nossa própria casa.

A injustiça flagrante, constante e opressora conduz à violência. Hoje em dia, a vida está ameaçada pela guerra, o aumento das armas de todo tipo e, em particular, a corrida de armas nucleares. A ciência e a tecnologia, que tanto podem fazer para alimentar, vestir e agasalhar a toda a humanidade, podem ser utilizadas hoje para acabar com a vida sobre a terra. A corrida de armamentos absorve em todas as partes grandes quantidades de recursos desesperadamente necessários para manter a vida humana. Aqueles que ameaçam com seu poder militar estão brincando com uma política de morte. Vivemos todos num momento de crise. Levantamo-nos, solidários, em todo lugar no mundo para pedir incessantemente, de todas as maneiras, o fim da corrida armamentista. A vida, dom de Deus, deve ser protegida quando a segurança nacional é usada como pretexto para um militarismo arrogante. As raízes da árvore da paz são feitas de justiça.

A vida é um dom que recebemos. Contemplamos este dom de Deus cheios de gratidão. No culto de abertura da Assembléia, uma mãe levou seu filho até a mesa do Senhor. Era um sinal de esperança e de continuidade de vida. Algumas vezes quase nos acanham a pequenez e a insignificância de nossas vidas, e então nos sentimos desamparados. Mas quando, no Culto, nos alimentamos com o pão da vida, reconhecemos, uma vez ou outra, o ato de salvação de Deus em Cristo, presente em nossas vidas. Admira-nos e surpreende-nos que o destino eterno de Deus seja confiado, uma vez ou outra, a homens comuns. Deus corre este risco. As forças da morte são poderosas. Porém mais poderoso é o dom da Vida em Cristo. Comprometemo-nos a viver esta vida, com seus riscos e alegrias e, por isso, com todas as cortes celestiais nos atrevemos a perguntar: *Onde está, ó morte, tua vitória?* Cristo ressuscitou! Ressuscitou verdadeiramente!



Levantamo-nos, solidários, em todo lugar no mundo para pedir incessantemente, de todas as maneiras, o fim da corrida armamentista. A vida, dom de Deus, deve ser protegida quando a segurança nacional é usada como pretexto para um militarismo arrogante. As raízes da árvore da paz são feitas de justiça.

OS GRANDES TEMAS DA ASSEMBLÉIA

A vida em sua plenitude

Dorothee Sölle

Queridas irmãs e irmãos,

Dirijo-me a vocês na qualidade de mulher originária de um dos países mais ricos do mundo, porém um país cuja história sangrenta cheira a gás, um cheiro que ainda alguns de nós, alemães, não pudemos esquecer; um país que hoje em dia dispõe da maior concentração mundial de armamentos nucleares.

Gostaria de transmitir para vocês algo sobre os temores e angústias que se colocam neste país opulento e militarista que é o meu. Dirijo-me a vocês movida pela raiva, o espírito crítico e a tristeza. Esta dor que me causa meu país, esta irritação frente à sociedade em que vivo não são arbitrárias nem significam que não tenha outra coisa para pensar; procedem da crença na vida do mundo, que chegou para mim pelo homem pobre de Nazaré, o qual não possuía nem riquezas nem armas. Esse homem pobre coloca a vida do mundo ante nosso olhar e nos mostra o fundamento da vida, ou seja Deus. Cristo é a exegese de Deus, a interpretação que nos faz compreender quem é Deus (Jo 1. 18).

Isto não implica nenhum imperialismo religioso, que pretenderia que outras religiões não pudessem proporcionar interpretações diferentes de Deus, mas sim um compromisso incondicional de colocar-nos ao lado de Cristo se vamos ao encontro da vida do mundo e não ao da morte.

Cristo veio ao mundo para que todos “*tenham vida, e para que a tenham em abundância*” ou, dito de outra maneira, para que possam viver e encontrem em abundância o que necessitam (Jo 10. 10). O que é esta “vida em sua plenitude”? De onde procede? Quem a pratica? Eu vejo em nosso mundo dois instrumentos de sua destruição: a *pobreza exterior e o vazio interior*.

Aproximadamente dois terços da família humana não conhecem “a vida em sua plenitude”, porque vivem na indigência, empobrecidos por causa de fatores econômicos, e à beira da morte. Passam fome, carecem de moradia, não dispõem de escolas nem de medicamentos para seus filhos, não têm água potável para beber, sofrem desemprego, não sabem livrar-se de seus opressores. O “Primeiro Mundo” – ou seja as nações ricas – impõe aos menos poderosos seus próprios tratados comerciais e seus tipos de relações internacionais, precipitando-os numa miséria cada vez maior. A luta pela sobrevivência destrói a plenitude da vida e o *shalom* (a paz do Senhor) de que fala a Bíblia, ou seja, que os homens não tenham que angustiar-se para obter o seu sustento diário, desfrutem boa saúde, não se vejam ameaçados por inimigos e gozem de longa vida no seio de suas

O que é esta “vida em sua plenitude”? De onde procede? Quem a pratica? Eu vejo em nosso mundo dois instrumentos de sua destruição: a pobreza exterior e o vazio interior.

famílias e de sua comunidade. "O alongar-se da vida está na sua mão direita, na sua esquerda riquezas e honra", segundo consta nos Provérbios de Salomão (Pv 3. 16). A pobreza destrói esta vida prometida a todos.

Aproveito esta ocasião para dar-lhes a conhecer uma carta de uma mulher brasileira, ditada a uma freira, porque ela não sabe escrever:

Eu, Severina, nasci no Nordeste. Ali, na minha terra, morreram dois filhos meus porque eu não tinha leite. Um dia vi no meu povoado como transportavam quarenta e dois pequenos caixões para o cemitério. Minha cunhada, que era pobre, teve dezessete filhos; só três deles viviam, todos os outros tinham morrido quando tinham entre um e quatro anos de idade. De seus três filhos, dois não são normais. Assisti a todos os partos de minha cunhada e, às vezes, nem sequer tínhamos um pedaço de pano limpo para envolver o recém-nascido. A muitas famílias, na verdade, a milhares delas sucede o mesmo: têm de dez a quinze filhos e de cada dez morrem cinco ou seis. Padres nos diziam: 'se tiveram sete filhos falecidos quando pequenos, considerem-se felizes, já que uma coroa de anjos os espera no céu'. Mas quem pode dizer o que significa para uma mulher esperar um filho dez vezes, ou mais ainda, durante nove meses e chorar durante os três primeiros meses porque sabe que não poderá criá-los? Tem que amá-lo para o ver morrer de fome depois de quatro meses? É isso que é a "dignidade humana"? Sinto que com toda a segurança o Cristo do Evangelho, que sempre Cláudia e Vera me lêem, amava a pobreza; no entanto não suportava a miséria humana. Existe uma diferença entre ser pobre e não poder dar ao próprio filho nada além de água açucarada, sabendo que dessa maneira ele vai morrer de fome.

Cristo veio para que todos "tenham vida em abundância", mas o empobreecimento absoluto, que no contexto de um mundo tecnologicamente desenvolvido constitui um crime, destrói a humanidade sob os pontos de vista físico, espiritual, psíquico e também religioso, porque desvirtua a esperança e transforma a fé numa caricatura ou numa apatia impotente. Entre Cristo, que é plenitude de vida para todos, e as vítimas da pobreza se faz presente a exploração, pecado dos ricos, os quais tentam destruir a promessa de Cristo. Com relação à "abundância de vida", no Evangelho de João, Cristo diz: "Eu sou a porta. Quem entrar por mim será salvo; poderá entrar e sair, e achará comida. O ladrão só vem para roubar, matar e destruir; mas eu vim para que as ovelhas tenham vida, e vida completa" (Jo. 10. 9-10). Cristo e "o ladrão" estão frente a frente. O ladrão vem para despojar os pobres, de tal maneira que morrem. Cristo veio com o desígnio de dar plenitude de vida. Sem dúvida, a atitude de esperar simplesmente que venha até nós o ladrão ou Cristo seria dar prova de uma espécie infantil de cristianismo. Nós participamos dos dois projetos: o de despojamentos e de plenitude de vida. Ou participamos da missão de Cristo, ou então das intenções do ladrão com relação ao mundo. Enquanto formos apenas vítimas ou observadores da luta pela justiça, estamos dando nosso apoio ao ladrão e a seus crimes. Se, pelo contrário, lutamos por um mundo mais justo, estaremos participando da obra de criação de Deus, o qual nos confiou a terra para que ela dê plenitude de vida a todos.

A vida em sua plenitude é impossível quando alguém está na pobreza forçada e absoluta. Sem dúvida, também no seio do Primeiro Mundo — o rico —, a vida plena não floresce, e em seu lugar, cada vez ganha mais

A vida em sua plenitude é impossível quando alguém está na pobreza forçada e absoluta. Sem dúvida, também no seio do Primeiro Mundo — o rico —, a vida plena não floresce, e em seu lugar, cada vez ganha mais importância o vazio interior.

importância o vazio interior. O que existe entre Cristo e a classe média do "Primeiro Mundo" não é um empobrecimento material e sim um vazio psíquico. A falta de sentido da vida, sentimento que têm muitas pessoas sensíveis, desde o começo da industrialização, constitui hoje em dia um fenômeno corriqueiro entre a população do "Primeiro Mundo": nada nos alegra, nada nos faz sofrer profundamente; as relações com as outras pessoas são superficiais e intercambiáveis, AS ESPERANÇAS E OS PROJETOS não vão além das próximas férias. Para a maioria, o trabalho não traz satisfação, carece de sentido e é aborrecido. Fomos criados por Deus como homens e mulheres capazes de trabalhar e de amar.

Participamos da criação; a plenitude da vida implica também converter-se numa pessoa ativa e afetuosa. No entanto, a vida da maioria das pessoas do primeiro mundo mais parece uma morte prolongada que pode durar muitos anos. É uma vida sem dor, já que contamos com uma grande diversidade de pílulas para a eliminar; é uma vida sem sentimentos (dizer que alguém é emotivo adquiriu uma conotação pejorativa); está desprovida da dimensão da graça, porque se considera que é cada um que faz a sua própria vida, e que não é um dom do Criador; é uma vida sem alma, que transcorre num mundo onde tudo se calcula em termos de intercâmbio. Nada é bonito por si mesmo, nada é fonte de felicidade; a única coisa que conta é o lucro que se obtém das coisas. Somos seres vazios, mas ao mesmo tempo repletos de produtos e bens supérfluos. Existe uma estranha relação entre os numerosos objetos que possuímos e consumimos, e o vazio de nossa existência verdadeira. Se Cristo veio para que tivéssemos acesso à plenitude da vida, o capitalismo veio para converter tudo em dinheiro: essa é a morte prolongada que percebemos nos rostos vazios. Pensem em um engarrafamento de carros: cada pessoa está sentada sozinha em sua respectiva caixa de metal e vai avançando com lentidão e agressividade. Considera-se muito normal sentir frustração e ódio para com os que estão na frente e atrás. Eis uma imagem do vazio da vida que existe no mundo rico.

Consta no Evangelho o relato do jovem rico que aparentemente possuía a plenitude da vida sob a forma de bens materiais, mas que, no entanto, sente o vazio interior de sua vida. A vida que o tratou tão bem. Possui tudo que precisa e mais um pouco, porém se questiona acerca de suas posses e sua satisfação. O que hei de fazer de minha vida? O que devo fazer para ganhar a vida eterna? O que posso fazer para que a minha vida seja mais clara e coerente, menos fragmentada e onde não haja concessões? De que maneira posso escapar da imperfeição de minha existência? Tive a ocasião de ler uma carta que poderia ter sido escrita por um irmão do jovem rico; trata-se de uma pessoa normal, pertencente à classe média européia, de raça branca. O texto da carta é o seguinte: *Tenho trinta e cinco anos, sou um funcionário que goza de uma boa situação e sou casado. Temos dois filhos. Até agora a relação com a minha esposa é boa. Não temos problemas em relação aos filhos. Tenho tudo que preciso; minha profissão me traz segurança e bons proveitos; em casa vai tudo bem. Apesar de tudo, ultimamente não me sinto bem. Cada vez mais sinto que há um vazio em minha vida. Falta alguma coisa que eu não sei o que é. Às vezes sinto que deveria abandonar tudo, mas faltam-me forças para fazê-lo. Não é possível deixar para trás tudo o que se fez. A carta termina com a pergunta: Que devo fazer?*

Tenho diante de mim esses dois rostos: o do funcionário da Alemanha Ocidental e o do jovem rico do Novo Testamento. Ambos possuem tudo que necessitam e no entanto falta-lhes tudo. Não pertencem ao tipo de homens viris e duros que têm êxito na vida; não são brutais e sim bem sensíveis. Não conquistaram o lugar que ocupam em suas riquezas através de roubo e do assassinato, nem com calúnias, nem com trapaças para explorar seus semelhantes. Provavelmente velam por seus pais e não maltramtam suas esposas. São corteses e rejeitam qualquer radicalismo. Tanto um como o outro aspiram a fazer algo de sua existência e gostariam de alcançar a vida eterna. Desejam viver de maneira íntegra e harmoniosa, e ser, de certo modo, o reflexo do resplendor da plenitude. Mas suas vidas carecem de todo esplendor. Não irradiam luz. É aí que se instala o vazio, por trás do qual está a morte prolongada.

O evangelista Marcos diz que Jesus olhou o jovem rico e o amou (Mc 10. 21). Jesus quis atraí-lo da mesma forma que a todos nós para uma vida mais rica do que aquela que ele tinha conhecido até então. Também este jovem rico poderia chegar a conhecer a plenitude da vida. Inclusive está consciente de que carece de algo e de que pode esperar mais da vida. Apesar de tudo isso, há algo profundamente errado na idéia que se faz da vida eterna; tenho tudo — disse — cumprí todos os mandamentos; só me falta uma coisa: o sentido da vida, a plena realização. Se a conseguir, apesar do resto, terei o que necessito. Jesus inverte esta expectativa: *"Não possuis pouco, e sim demais. Vende tudo o que tens, e dá o dinheiro aos pobres, e assim terás riquezas no céu. Depois vem e segue-me"* (Mc 10. 21).

Atualmente numerosas pessoas da classe média tentam encontrar uma nova espiritualidade. Querem algo mais do que possuem, ou seja, uma boa formação, uma profissão, instrução, proveitos assegurados, uma família e amigos. Querem algo mais: sua realização no aspecto religioso, o sentido da vida, o alimento espiritual, o consolo; querem que tudo isto se some à segurança material. Tratar-se-ia de uma espécie de "mais-valia" religiosa destinada aos que são sumamente privilegiados. Estes buscam a plenitude espiritual da vida além da material, ou seja, a bênção divina para as suas riquezas.

Porém Jesus não admite esta esperança piedosa da classe média. Não é possível obter a plenitude da vida quando já se possui tudo. Antes de alcançar a plenitude de Deus devemos despojar-nos de tudo. Dá o que possuis, entrega-o aos pobres, e assim encontrará o que estás buscando. O relato do jovem rico tem um triste fim. Triste para este jovem; é muito rico e o Evangelho nos diz que ele vai embora. Talvez caia em depressão, talvez logo comece a beber, quem sabe provoque um acidente de automóvel. Não se deixou levar por Cristo para uma vida ampla, plena e compartilhada.

Em várias cidades da Alemanha Ocidental vê-se nas paredes, escrito em inglês: *No future* (não há futuro); os autores dessas pichações são pessoas jovens, cheias de vida, que não podem imaginar a possibilidade de botar um filho no mundo; deixaram de plantar árvores. A vida em sua plenitude, a promessa do Cristo, só pode suscitar neles um sorriso cansado. Às vezes sua tristeza se exterioriza de maneira agressiva e logo se interioriza em forma de depressão: o vazio da vida.



Dorothée Sölle, teóloga alemã

Não é possível obter a plenitude da vida quando já se possui tudo. Antes de alcançar a plenitude de Deus devemos despojar-nos de tudo. Dá o que possuis, entrega-o aos pobres e, assim encontrará o que estás buscando.

Em nosso relato, Jesus também continua com tristeza: “*Como é difícil para os ricos entrarem no Reino de Deus!*” (Mc 10.23). A plenitude da vida, o Reino de Deus, a vida eterna; tudo isto se acaba diante das posses materiais, a exploração e a injustiça. Porém o jovem rico que ignora tudo isto, experimenta uma tristeza desesperada e um triste desespero. Por que tantas pessoas no mundo estão tão vazias? Os objetos supérfluos fazem a vida supérflua. Na jovem geração está aparecendo um poderoso desejo de se libertar da posse de demasiados objetos materiais. Henry David Thoreau disse: *As possibilidades que a vida oferece diminuem à medida que os chamados meios de que dispomos aumentam. O melhor que pode fazer um homem rico para salvaguardar sua humanidade é tornar reais os desejos que tinha quando era pobre.* Do ponto de vista puramente econômico não se pode encontrar nenhuma explicação para o fenômeno: Se se possui tudo, que mais se pode pretender? Tenho minhas dúvidas de que a psicologia individual, que é o ópio da classe média, possa trazer uma explicação a respeito. Não creio que nos seja necessário conhecer os pais do jovem rico, nem analisar as relações que tiveram com seu filho para entender a história deste jovem com Deus. Considero que para compreender a vida vazia e sem sentido dos ricos necessitamos dispor de um verdadeiro conhecimento de Deus, ou seja, da teologia.

Deus é o fundamento da vida: SOPROU NO HOMEM o fôlego da vida (Gn. 2: 7). Se nos escondemos de Deus atrás de nossos numerosos bens, de tal modo que Deus não nos possa alcançar, pereceremos; é a morte prolongada da classe média, que também afeta as classes dominantes do Terceiro Mundo. A riqueza cumpre o papel de um muro, que é um obstáculo muito mais difícil de transpor do que as famosas muralhas de Jericó: nos isolamos, nos colocamos fora de alcance, nosso muro torna-se à prova de som, de maneira que não podemos ouvir os gritos dos oprimidos e miseráveis. O *apartheid* não constitui simplesmente um sistema político de um país africano; o *apartheid* é uma determinada maneira de pensar, de sentir e de viver sem ter consciência do que acontece na nossa frente. Existe uma maneira de fazer teologia sem nunca levar em conta nem escutar os pobres e as vítimas da exploração econômica: é a teologia do *apartheid*. Estou me referindo à minha própria classe social, mas gostaria de incluir aqui os que se encontram em situações econômicas distintas e perseguem os mesmos ideais, ainda que não os tenham todavia alcançado. Queridos irmãos e irmãs do Terceiro Mundo e do “Segundo Mundo”: peço-lhes que não sigam o nosso exemplo. Reclamem o que lhes temos roubado, mas não nos sigam; do contrário terão que despedir-se pesarosamente de Cristo, como o jovem rico. Não se deixem arrastar para a concepção de “plenitude de vida” que elaboramos no mundo ocidental. É uma ficção. Afasta-nos de Deus; enriquece-nos, porém nos mata.

O vazio psíquico dos ricos é uma consequência da injustiça econômica, da qual tiram proveito. Escolhemos um sistema que se baseia no dinheiro e na violência. O jovem rico entrará em depressão. Não está em condições de introduzir nenhuma mudança em sua vida; apenas pode assegurar seus meios de sobrevivência. Deverá guardá-los cada vez melhor para que não possam roubá-los; por isso se arma.

A atitude ligeiramente depressiva de tantas Igrejas européias e norte-americanas equivale praticamente a estar de acordo com o militarismo. Não têm nenhuma esperança, visto que depositaram sua confiança na paz

O apartheid não constitui simplesmente um sistema político de um país africano; o apartheid é uma determinada maneira de pensar, de sentir e de viver sem ter consciência do que acontece na nossa frente. Existe uma maneira de fazer teologia sem nunca levar em conta nem escutar os pobres e as vítimas da exploração econômica: é a teologia do apartheid.”

mortal dos que se armam. O dinheiro e a violência vão juntos: os que converteram o dinheiro no seu Deus devem fazer da "segurança" a ideologia do Estado e conceder prioridade política ao rearmamento.

Muitos cristãos se perguntam: O que há de mal em procurar nossa segurança através do rearmamento? Não desejamos utilizar a bomba e sim valer-nos dela como ameaça! Mas, na realidade, a bomba destrói a plenitude de vida que Cristo nos prometeu. Destroi materialmente a vida dos pobres e espiritualmente a dos ricos. A bomba está dentro de nós mesmos; estamos possuídos por ela. Não estamos em condição de experimentar a plenitude de vida se vivemos sob o domínio da bomba, que se tornou o símbolo de maior poder de nosso mundo, a qual os políticos temem e amam acima de todas as coisas e na qual concentram mais pesquisas e dinheiro, ou seja, em seu deus.

A riqueza dos poderosos não é somente constituída por seus bens, mas também, na sua maior parte, por sua capacidade de destruição. O mundo em que vivo é rico, sobretudo rico em morte e em melhores possibilidades de matar. As bombas que estão armazenadas debaixo da terra, ou debaixo do mar em submarinos, esperando para ser usadas; as quantidades de material explosivo que estão destinadas a todos os habitantes da terra, apontam, creio eu, para Deus. A corrida armamentista significa que Deus deve desaparecer da terra de uma vez por todas. Inclusive as bombas que até agora não foram usadas apontam para Deus. O militarismo é a maior tentativa que o homem já fez para livrar-se definitivamente de Deus, anular a criação e impedir a redenção que conduz à plenitude de vida.

Se é verdade que os objetos supérfluos fazem a vida supérflua, então o caminho da conversão nos leva a nos tornar mais pobres. "Vai, vende tudo o que tens", disse Jesus ao rico da classe média, "e dá o dinheiro aos pobres". Não é possível a nós encher o vazio interior simplesmente com a presença de Deus, sem dispor de nada de nós, como pensam muitas pessoas que se vangloriam de uma espiritualidade barata; antes de tudo nos devemos despojar exteriormente de tudo o que temos em demasia. Despojar-se, para Deus, é livrar-nos de todas as posses deste mundo — ou seja, o dinheiro e o poder — e renunciar a elas ou, pelo menos, limitá-las. Fazer-se mais pobre, apelar cada vez menos para a violência, eis aí a conversão que conduz à plenitude de vida.

Jesus tratou de fazer entender ao jovem rico a conveniência de romper com o seu mundo, com as suas concepções e valores específicos, e com sua própria classe social, a dos privilegiados. Cristo nos faz a mesma pergunta: Durante quanto tempo vamos ainda participar da ordem deste mundo baseada na exploração e na opressão, e ser beneficiários e cúmplices de um sistema dominado pelo "ladrão (que) só vem para roubar, matar e destruir"? Para o meu próprio país, responder a esta pergunta hoje em dia é mais fácil do que há três anos atrás. Devo dizer que nunca teria acreditado que pudesse surgir tanta libertação e tanta vida das Igrejas tradicionais que mais de uma vez me deram a impressão de ser um túmulo de Cristo. Se com pedras Deus consegue criar filhos e filhas que lutam pela paz, porque não haveria de fazer o mesmo com comunidades paroquiais?

Faz alguns anos, muitas entre as pessoas mais esclarecidas que conheço desejavam ardente mente ir ao Terceiro Mundo, porque lá as lutas são mais

A riqueza dos poderosos não é somente constituída por seus bens, mas também, na sua maior parte, por sua capacidade de destruição.

A corrida armamentista significa que Deus deve desaparecer da terra de uma vez por todas. Inclusive as bombas que até agora não foram usadas apontam para Deus. O militarismo é a maior tentativa que o homem já fez para livrar-se definitivamente de Deus, anular a criação e impedir a redenção que conduz à plenitude de vida.

claras, as frentes mais definidas e as esperanças mais imediatas. *Gostaria de estar na Nicarágua*, escreveu-me um estudante, *lá seria possível viver em Cristo*. A muitos de nós parecia que só poderíamos encontrar Cristo junto aos pobres e não no contexto do Primeiro Mundo. Sem dúvida, tenho a impressão de que neste aspecto produziram-se algumas mudanças. Não vivemos em El Salvador e sim debaixo do domínio da OTAN. Em seus escritórios de planejamento tomam-se decisões sobre a nossa vida e a de outros povos. Ali se oferecem sacrifícios a falsos ídolos e ali deve realizar-se a nossa luta. Nossa dever histórico é lutar pela paz e contra o militarismo. Essa é a nossa maneira de participar nas lutas de libertação do Terceiro Mundo. Ninguém que se sente vinculado por um compromisso com os pobres tem motivos para desesperar-se nem para precipitar-se em atos absurdos de destruição e autodestruição. Desde que começou o novo impulso da corrida armamentista, que tende a perpetuar a tirania do terror, sabemos onde se encontra nosso El Salvador, nosso Vietnã, nosso Soweto, nossa luta de libertação e nossa conversão do dinheiro e poder em justiça e em paz. São Paulo também se refere à "plenitude de vida" como "*a glória do Senhor*" que olhamos "*o rosto descoberto, refletido como num espelho*" (2 Co 3, 18); esta glória a encontramos nos rostos dos que optaram pela justiça e pela paz.

Muitos cristãos consideram que a ausência de violência só é possível no Reino de Deus e que na terra a guerra e a miséria são inevitáveis. Os que pensam assim dissociam Deus de seu Reino e almejam, como o jovem rico, uma vida eterna sem justiça e uma plenitude de vida sem amor. Isto é absurdo. A riqueza do ser humano reside nas suas relações com os demais. A plenitude de vida não diminui quando repartida com outras pessoas, e sim aumenta da mesma maneira maravilhosa como se multiplicaram os cinco pães e os dois peixes. Cristo nos livra da miséria que devora a vida e do vazio interior que absorve essa mesma vida, para conduzir-nos a uma nova comunidade em cujo seio são suprimidas as relações de violência com os outros, e para que, assim, possamos fazer-nos felizes uns aos outros. Nós nos unimos com amor vivo e já não temos que adiar a vida eterna para uma época posterior à nossa. Existe um texto do profeta Isaías que se refere à plenitude da vida, à sua beleza e veracidade:

"Que soltes as ligaduras da impiedade, desfaças as ataduras da servidão, deixes livres os oprimidos e despedaces todo jugo? Porventura não é também que repartas o teu pão com o faminto, e recolhas em casa os pobres desabrigados, e se vires o nu, o cubras, e não te escondas do teu semelhante? Então romperá a tua luz como a alva, a tua cura brotará sem detença, a tua justiça irá diante de ti, e a glória do Senhor será a tua retaguarda (...) serás chamado reparador das brechas, e restaurador de veredas para que o país se torne habitável" (Is 58, 6-8, 12). Este texto se refere à riqueza da vida. Diz que não deve conter-se. A plenitude aumenta de acordo com a prodigalidade. A riqueza a que o texto faz alusão consiste em ser uma pessoa humana e não em ter posses. A riqueza constituída por bens materiais se mantém pela posse, a situação pessoal e o privilégio. É uma riqueza que se adquiriu às custas do empobrecimento de outros.

O homem rico a que se refere Isaías, que reparte o pão com o faminto e conversa com aquele que está triste, não é rico no sentido de posses, mas no sentido das relações humanas que estabelece. Esta mulher tem muitos amigos; isso não quer dizer que tenha uma riqueza interior que lhe permita

Muitos cristãos consideram que a ausência de violência só é possível no Reino de Deus e que na terra a guerra e a miséria são inevitáveis. Os que pensam assim dissociam Deus de seu Reino e almejam, como o jovem rico, uma vida eterna sem justiça e uma plenitude de vida sem amor. Isto é absurdo.

passar por cima da riqueza e da falta de liberdade dos demais. O homem rico de que fala Isaías, percebe a injustiça, a subjugação e a destruição da vida em sociedade, porém não está disposto a aceitar isso. Vive numa direção, com uma tendência clara e uma finalidade: que todos recebam um nome. Rico é aquele que consegue fazer para si irmãos e irmãs. Rico é, neste sentido, um pequeno país como a Nicarágua, no qual a escassez converteu-se em plenitude. Isaías não fala para aqueles que apenas cumprem ordens, aos que executam as tarefas que lhes foram confiadas. Fala para o ser humano cheio de riqueza e vitalidade que na tradição cristã tem sido caluniado e rebaixado com tanta freqüência. O profeta conta com esse tipo de pessoas e as atrai para a beleza de uma vida autêntica e plena.

O Evangelho — e nosso texto é puro Evangelho — é bonito. Promete uma vida sem desprezo pelo próximo, nem por si mesmo. Uma vida isenta de cinismo, uma vida sem medo, uma vida abundante, na qual cada minuto conta. “*Então romperá a tua luz como a alva*”. Uma nova pele nascerá sobre sua ferida. Incluída na banalidade da vida cotidiana, na terrível secura das relações petrificadas, “*tua alma se sentirá satisfeita*”. E nada carecerá de sentido. “*A tua escuridão será como o meio-dia*”.

Quando ouço este texto não me sinto frente a novas exigências — as exigências que ele contém são velhas e conhecidas —, e me sinto atraída pela vida em sua plenitude. É possível viver desta maneira. Assim quero ser. Que se pense assim em mim, e que me chamem desta maneira. Quando ouço este texto, lembra-me que somos fortes, que somos capazes de fazer algo, que não somos inúteis. Não temos necessidade de pregar ao longo dos anos que não podemos fazer nada com nossa força e que estamos perdidos. Podemos cantar um novo cântico: “*Então a tua luz nascerá das trevas; serás como um jardim regado, e como um manancial, cujas águas jamais faltam.*” Assim deve ser e assim será. Terei um nome, receberei uma resposta, nunca mais estarei indefeso nem angustiado; a verdade do mundo, o sentido da vida se revelarão claramente. “*Olha, estou aqui!*” — diz Deus neste texto, “*não estou longe nem estou em outro lugar, não estou no futuro nem no passado, com povos mais felizes, e sim aqui. Este é o sentido de todas as coisas: não te afastes de teu irmão nem de tua irmã, e então despontará tua luz como a alva.*”

O cristianismo não nos diz nada que não possamos ouvir em outras partes do mundo. “*Se eliminas a opressão . . .*” Mas oferece também uma promessa final: nada carece de sentido.

Santa Teresa de Ávila disse que todo caminho que leva ao céu já é o céu. Seja qual for a etapa desse caminho, por mais profunda que seja a escuridão para onde nos conduz, nunca estaremos sós. Se nos abandonarmos ao impulso do amor, se multiplicarão as nossas forças. Quanto mais compartilhamos, mais aumentará a nossa riqueza. Se nos abandonarmos sempre ao impulso do amor, estará em nós o amor, a plenitude de vida.

Isaías não fala para aqueles que apenas cumprem ordens, aos que executam as tarefas que lhes foram confiadas. Fala para o ser humano cheio de riqueza e vitalidade que na tradição cristã tem sido caluniado e rebaixado com tanta freqüência.

Declaração sobre a paz e a justiça

1. A humanidade se encontra hoje sob a ameaça sombria de uma corrida armamentista mais intensa do que nunca e de sistemas de injustiças mais expandidos, perigosos e difíceis como jamais o mundo conheceu. Nunca a raça humana esteve tão perto da autodestruição total. Nunca houve tanta gente carecendo do mais necessário e vivendo sob a opressão.

2. Sob essa ameaça, reunimo-nos aqui em Vancouver, na Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, para proclamar a nossa fé comum em *Jesus Cristo, Vida do Mundo*, e para dizer aos povos do mundo:

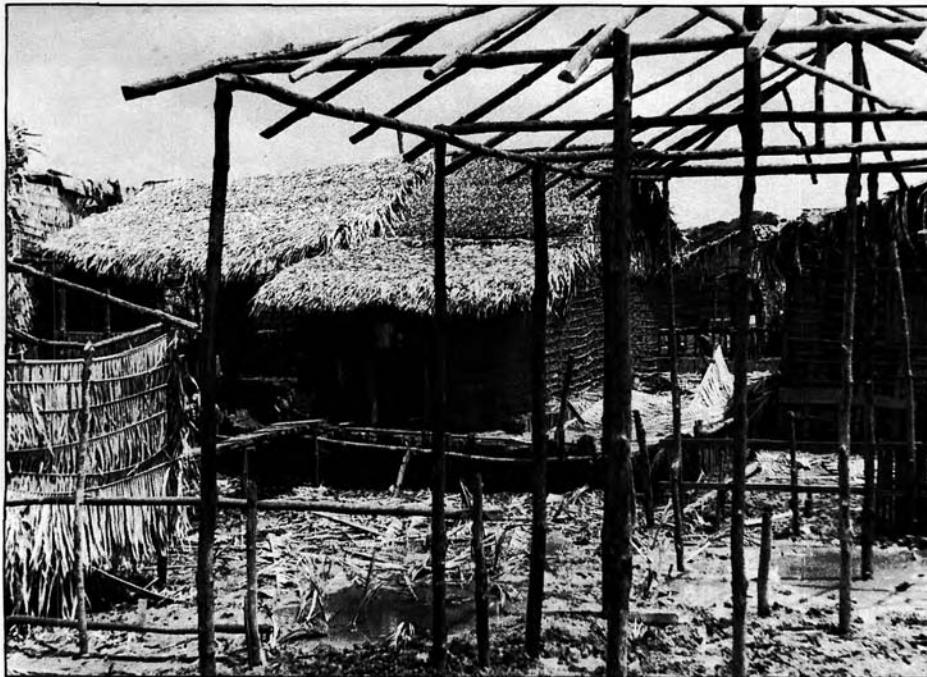
- não temam, porque Cristo venceu as forças do mal; nele se tornam novas todas as coisas;
- não temam, pelo amor de Deus, levantem-se pela justiça e a paz;
- confiem no poder de Cristo que reina sobre todas as coisas; dêem testemunho dele em palavras e obras, custe o que custar.

AMEAÇAS CRESCENTES À JUSTIÇA E À PAZ

3. Sentimo-nos, contudo, impelidos ao arrependimento quando contemplamos, alarmados, a rapidez com que aumentaram as ameaças à justiça e à sobrevivência desde a última vez que nos reunimos. A corrida frenética para uma conflagração nuclear acelerou-se vertiginosamente. Num período da história incrivelmente breve, passamos dos horrores de Hiroshima e Nagasáqui — e do perigo de que se repitam em qualquer parte do mundo — à probabilidade de que a vida possa desaparecer de todo o planeta, a menos que façamos agora algo para evitá-lo. Um momento de loucura, uma operação estratégica mal calculada, uma combinação fortuita de erros de um computador, uma interpretação falsa da intenção dos outros, um inocente equívoco — qualquer desses fatos poderia desencadear um holocausto nuclear.

4. Como nos foi recordado de maneira dramática durante esta Assembléia, as armas nucleares fazem vítimas mesmo na ausência de guerra, por causa dos efeitos duradouros das explosões nucleares, das experiências de armas nucleares ou do despejo do lixo nuclear.

5. Entretanto, para muitos bilhões de pessoas, não são as armas nucleares o perigo mais imediato para sua sobrevivência. Conflitos locais, nacionais e internacionais causam estragos no mundo inteiro. A intersecção dos conflitos Este-Oeste e Norte-Sul têm como resultado injustiças cerradas, violações sistemáticas dos direitos humanos, opressão, ausência de lar, fome e morte para muitíssimos seres humanos. Milhões de pessoas perderam a sua



nacionalidade, e foram expulsas dos países, convertendo-se em refugiados e exilados.

6. O Conselho Mundial de Igrejas chama continuamente a atenção das Igrejas para as ameaças de caráter econômico que descem sobre a paz. Mesmo sem haver guerra, milhares de pessoas morrem diariamente de fome, tanto nas nações ricas como nas pobres. A miséria e os sofrimentos oriundos de diversas formas de injustiça alcançaram nos tempos modernos um nível sem precedentes. Há um ressurgimento do racismo que, freqüentemente, se constitui numa causa de guerra. Os povos se vêem continuamente arrastados, como última solução, a pegar as armas para se defendarem contra a violência sistemática, ou para reclamarem seus direitos à autodeterminação ou à independência.

7. Enquanto se gastam diariamente, no mundo, cerca de dois bilhões de dólares americanos em armamentos, a economia mundial se encontra afundada numa crise que se prolonga e se intensifica, e que ameaça todos os países e a segurança internacional. O espectro da guerra comercial, da desvalorização competitiva e do afundamento financeiro é onipresente. Esta crise tem contribuído para que haja uma injustiça ainda maior para com os países em desenvolvimento, pois, por causa dela, milhões de pessoas vêem negadas as suas necessidades básicas de vida. O fracasso da UNCTAD VI acabou com as esperanças de se estabelecer um diálogo significativo Norte-Sul. Embora sejam numerosos os fatores que entram em jogo, o vínculo entre a corrida armamentista e o desenvolvimento econômico, os efeitos dos aumentos dos orçamentos de defesa e a dependência crescente da produção de armas dos países industrializados — com a consequente pressão sobre o sistema internacional em seu todo — constituem ameaças concretas à paz e à justiça.

O Conselho Mundial de Igrejas chama continuamente a atenção das Igrejas para as ameaças de caráter econômico que descem sobre a paz. Mesmo sem haver guerra, milhares de pessoas morrem diariamente de fome, tanto nas nações ricas como nas pobres. A miséria e os sofrimentos oriundos de diversas formas de injustiça alcançaram nos tempos modernos um nível sem precedentes.

NÃO HÁ PAZ SEM JUSTIÇA

8. Os povos do mundo têm necessidade de paz e justiça. A paz não é mera ausência de guerra. A paz não pode ser edificada sobre a injustiça, mas, sim, requer a implantação de uma nova ordem internacional baseada na justiça para todas as nações e no seio de todas elas, bem como o respeito pela humanidade, dom de Deus, e a dignidade de todas as pessoas. Tal como nos ensinou o profeta Isaías, a paz é o efeito da justiça.

9. *As Igrejas são chamadas, hoje, a fazer uma nova confissão da sua fé e a arrepender-se de todas as vezes que os cristãos guardaram silêncio ante a injustiça ou as ameaças à paz. A visão bíblica da paz unida à justiça para todos, da plenitude, da unidade e de todo o povo de Deus, não é para os discípulos de Cristo mais uma opção entre outras: é um imperativo do nosso tempo.*

10. A visão ecumênica da paz e da justiça se baseia na crença de que, se não há justiça para todos e em toda parte, nunca será possível a paz. Desde que o movimento ecumônico existe, a paz e a justiça têm sido uma de suas preocupações essenciais. O Conselho Mundial de Igrejas foi concebido em meio ao estrondo e ao espectro de guerras mundiais. Desde a sua criação, condenou a guerra e dedicou esforços quase constantes para evitá-la, para ajudar as vítimas dos conflitos armados e impedir que estoure uma nova guerra. Vem denunciando as injustiças que levam aos conflitos, afirmado a sua solidariedade com os grupos e movimentos que lutam pela justiça e a paz, e procurando instituir canais de comunicação que favoreçam a solução pacífica dos conflitos. Vem chamando repetidas vezes a atenção das Igrejas — e, por meio destas, a dos governos e a do público em geral — para as ameaças à paz e à sobrevivência e para a crise cada vez mais profunda em que nos encontramos. *Acontece que agora estamos numa situação ainda mais crítica. É mais necessário que nunca que os cristãos e as Igrejas aliem seus esforços para lutar pela paz e a justiça.*

O MILITARISMO DESENFREADO

11. Graças ao trabalho realizado pelo Conselho sobre o militarismo, desde a Quinta Assembléia de Nairóbi, em 1975, podemos compreender mais plenamente as terríveis consequências, para a justiça, da dependência cada vez maior das nações para com as forças armadas, hoje pedra angular da política nacional exterior, e, muitas vezes, interior. Deformaram-se perigosamente as prioridades. Desviou-se a atenção das necessidades e direitos fundamentais das nações pobres, bem como dos pobres das nações ricas. Aumentou o número dos regimes militares, o que contribui, ainda mais, para o progresso de militarização mundial amplamente dominado por critérios masculinos. A justiça freqüentemente se sacrifica em prol dos interesses da segurança nacional, concebidos com visão estreita. Exacerbam-se os conflitos raciais, étnicos, culturais, religiosos e ideológicos; prolifera a corrupção; incita-se o espírito ao temor e ao receio, mostrando cada vez mais os outros como inimigos. Tudo isso contribui para aumentar a desunião, o sofrimento humano e as ameaças à paz.

12. Reiteramos firmemente os apelos do Comité Central às Igrejas a fim de que:

A paz não pode ser edificada sobre a injustiça, mas, sim, requer a implantação de uma nova ordem internacional baseada na justiça para todas as nações e no seio de todas elas, bem como o respeito pela humanidade, dom de Deus, e a dignidade de todas as pessoas.

A visão ecumênica da paz e da justiça se baseia na crença de que, se não há justiça para todos e em toda parte, nunca será possível a paz. Desde que o movimento ecumônico existe, a paz e a justiça têm sido uma de suas preocupações essenciais.

- impugnem as políticas militares e militaristas que conduzem a desastrosas deformações da política exterior, que menosprezam a capacidade das nações do mundo para enfrentar os desafiantes problemas econômicos e sociais que se converteram numa questão política fundamental do nosso tempo;
- oponham-se à tendência para considerar como “inimigos” as pessoas de outros países e de outras ideologias, fomentando o ódio e as prevenções;
- contribuam para desmitificar as atuais doutrinas da segurança nacional e elaborem novos conceitos de segurança baseados na justiça e nos direitos dos povos;
- abordem os importantes problemas teológicos propostos pelas novas realidades relacionadas com a guerra e a paz, e analisem os desafios que estas representam para as posições tradicionais;
- continuem chamando a atenção para as causas profundas da guerra, especialmente a injustiça econômica, a opressão e a exploração, e para as consequências da crescente tensão que encerra, entre outras coisas, novas limitações dos direitos humanos.

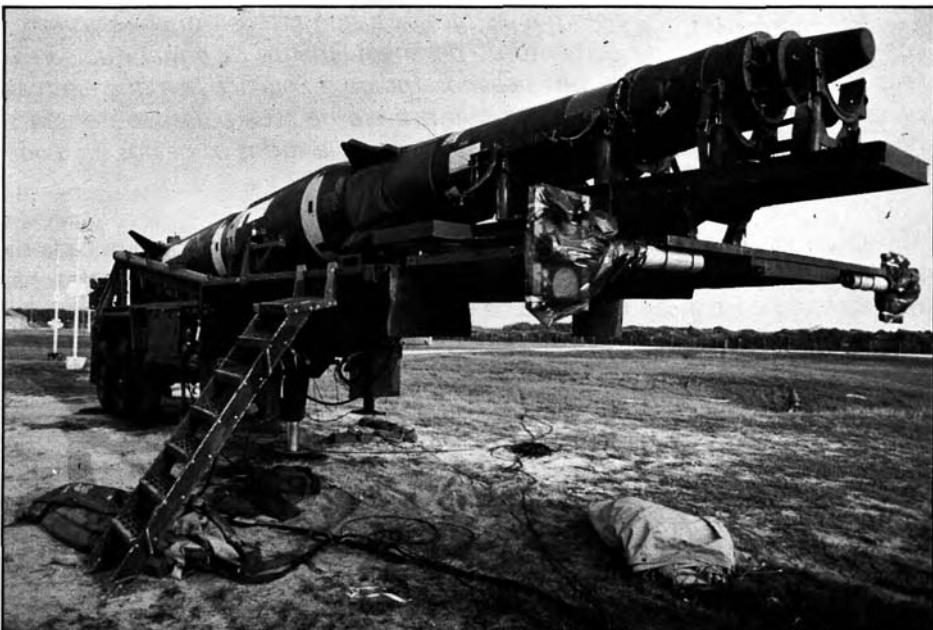
JUSTIÇA E SEGURANÇA

13. O abuso flagrante do conceito de segurança nacional para justificar a repressão, a intervenção estrangeira e o aumento vertiginoso dos orçamentos de armamentos são um tema causador de grande preocupação. Nenhuma nação pode ter pretensão à segurança enquanto se desprezem, ou não se respeitem os direitos legítimos de outras nações à soberania e à segurança. Por conseguinte, a segurança só pode ser conseguida se considerada como um empreendimento comum das nações. Ao mesmo tempo, porém, a segurança é inseparável da justiça. O conceito da “segurança comum” das nações deve fortalecer-se mediante o conceito de “segurança das pessoas”. A verdadeira segurança dos povos exige o respeito aos direitos humanos, especialmente o direito à autodeterminação, assim como a justiça social e econômica para todos, a qual cada nação deve garantir por meio de seu sistema político.

A verdadeira segurança dos povos exige o respeito aos direitos humanos, especialmente o direito à autodeterminação, assim como a justiça social e econômica para todos, a qual cada nação deve garantir por meio de seu sistema político.

SOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS

14. A este respeito, é motivo de grave preocupação o fato de que um grande número de governos se negue, cada vez mais, a utilizar as possibilidades que lhes oferecem as Nações Unidas para preservar a paz e a segurança internacionais e solucionar os conflitos pela via pacífica, ou a aplicar as resoluções daquela organização. Fazemos um apelo aos governos para que ratifiquem a sua adesão à Carta das Nações Unidas, submetam à arbitragem do Conselho de Segurança os conflitos entre os Estados numa fase precoce — quando ainda é possível achar uma solução que não requeira a intervenção maciça das forças armadas —, e cooperem com o Conselho na busca de soluções pacíficas. *Desejamos, sobretudo, chamar a atenção para o “Ano Internacional da Paz” (1986) das Nações Unidas e para a “Campanha Mundial de Desarmamento”, e insistimos com as Igrejas*



As grandes nações gastam imensos recursos com armas de destruição

para que aproveitem essas importantes oportunidades para consolidar a segurança internacional e fomentar o desarmamento, a paz e a justiça.

AS ARMAS NUCLEARES E O DESARMAMENTO

15. Já transcorreu um decênio completo sem que se tenha ratificado nenhuma medida realmente importante sobre o controle dos armamentos. Desde a nossa última Assembléia, os gastos militares do mundo se triplicaram. No ano passado, o confronto entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia atingiu um novo ponto culminante. Se fracassarem as atuais negociações de Genebra entre os Estados Unidos e a União Soviética, é bem provável que no próximo decênio as reservas mundiais de armas nucleares aumentem em proporções assustadoras. O aperfeiçoamento, a precisão e a mobilidade cada vez maiores das novas gerações de armas que já estão prontas para as manobras, ou das que estão sendo arquitetadas, faz com que sejam mais perigosas e destruidoras do que nunca. O fracasso do controle de armamentos entre os estados que dispõem de uma força nuclear fez com que o Tratado de Não Proliferação seja, de fato, um instrumento de discriminação injusta, incentivou a difusão das armas nucleares e aumentou as possibilidades de uma guerra nuclear em várias regiões do Hemisfério Sul, onde a situação é tensa. Enquanto as superpotências não tomarem medidas decisivas para o desarmamento nuclear, os esforços para conter a proliferação nuclear estarão condenados ao fracasso.

16. *Exortamos as Igrejas, especialmente as da Europa Oriental e Ocidental e as da América do Norte, a que intensifiquem seus esforços para convencer seus governos a chegarem a um acordo e a abandonarem agora, antes que seja tarde demais, os planos para desenvolver na Europa um maior número ou novos tipos de armas nucleares, começando imediatamente a reduzir, e, depois, a eliminar completamente as forças nucleares atualmente existentes.*

17. Do mesmo modo, instamos as Igrejas a que intensifiquem seus esforços para deter o rápido aumento do desenvolvimento de armas nucleares e seus dispositivos de apoio nos oceanos Índico e Pacífico, e a que exerçam pressão sobre seus governos para que retirem de seus países, ou então se neguem a servir de base ou subministrar serviço a todos os navios ou aviões que transportem armas nucleares nessas regiões.

18. O perigo de uma guerra nuclear aumenta com o fato de que cada dia se depende mais das armas convencionais. A existência de armas não nucleares de destruição maciça e de efeitos indiscriminados está aumentando quase sem nenhum controle sobre ela. O volume do comércio de armas convencionais — que dá enormes lucros — quase duplicou nos últimos cinco anos, destinando-se, em grande parte, a nações e regiões em desenvolvimento, onde já não se podem conter os conflitos armados. O poder destrutivo dessas armas aumenta constantemente, atenuando a distinção entre guerra convencional e guerra nuclear; além disso, muitas estratégias de desarmamento nuclear baseiam-se num aumento significativo da produção e do desenvolvimento de armas convencionais.

O volume do comércio de armas convencionais — que dá enormes lucros — quase duplicou nos últimos cinco anos, destinando-se, em grande parte, a nações e regiões em desenvolvimento, onde já não se podem conter os conflitos armados.

19. Desde a Assembléia de Nairóbi, o Conselho Mundial de Igrejas realizou várias consultas e conferências que deram às Igrejas a oportunidade de chegar a uma compreensão mais profunda desses problemas. Nessas reuniões foram elaborados relatórios e recomendações muito úteis às Igrejas sobre medidas concretas. A mais recente delas foi a Reunião Internacional de Informação e Debate sobre as Armas Nucleares e o Desarmamento (Amsterdã, 1981). No relatório dessa reunião são feitas análises pormenorizadas e completas, e define-se a ação que as Igrejas deverão realizar urgentemente. Instamos, mais uma vez, as Igrejas a que examinem atentamente esses relatórios e apliquem as suas recomendações.

20. O Comitê Central insistiu com as Igrejas a que prestassem especial atenção e assumissem uma posição clara sobre certo número de pontos que figuram no relatório da Reunião de Amsterdã. Reiteramos, aqui, este apelo no que se refere aos seguintes tópicos:

- a guerra nuclear não pode ser justa nem justificável em nenhuma circunstância, em nenhuma região, nem em nenhum sistema social, uma vez que haveria uma total desproporção entre a magnitude da devastação que provocasse e qualquer benefício ou vantagem que dela se pudesse obter;
- como há poucas probabilidades de uma guerra nuclear que pudesse manter-se dentro de certos limites, deve-se desencorajar, desde o princípio qualquer projeto de emprego de armas nucleares de forma "limitada" dados os perigos que isso inclui;
- todas as nações que possuem atualmente armas nucleares, ou que estão em condições de possuí-las num futuro previsível, devem renunciar de maneira inequívoca a adotar a política do "primeiro uso" como passo imediato para fomentar um clima de confiança;
- deve-se rejeitar o conceito de dissuasão, cuja credibilidade depende do possível uso de armas nucleares, por ser inaceitável moralmente e incapaz de salvaguardar a paz e a segurança a longo prazo;

- a produção e o desenvolvimento de armas nucleares, bem como o seu uso, constituem um crime contra a humanidade; portanto, deve-se deter totalmente a produção dessas armas e a pesquisa e desenvolvimento de armamentos em todas as nações, bem como se deve garantir o pronto cumprimento dessas medidas mediante um tratado. Tomar essa posição significa apoiar as pessoas que lutam para que seus próprios países se comprometam a não possuir nem utilizar nunca armas nucleares, apesar do período de vulnerabilidade nuclear, e para estimular e solidarizar-se com as pessoas — cristãs e não cristãs — que se negam a cooperar e trabalhar em projetos relacionados com as armas nucleares e a guerra nuclear;
- todas as nações devem ajustar e ratificar um tratado de proibição completa das experiências: medida necessária para que não se continue desenvolvendo a tecnologia das armas nucleares;
- todos os meios que levem ao desarmamento — tanto nuclear como convencional — devem ser favoravelmente acolhidos e considerados mutuamente complementares e fortalecedores: conferências multilaterais que dêem lugar a decisões eficazes, negociações bilaterais realizadas com audácia e decisão, e iniciativas individuais que façam diminuir a tensão e incentivem a confiança mútua entre as nações e os povos.

21. Além disso, instamos as Igrejas a que exerçam pressão sobre os seus governos para que se abstenham de todo futura pesquisa, produção ou uso de armas no espaço, e para que proíbam a fabricação e produção de todas as armas de destruição maciça ou de efeitos indiscriminados, entre elas, as armas químicas e biológicas.

EXORTAÇÃO ÀS IGREJAS

22. Nos esforços que vimos realizando desde a última Assembléia para cumprir a meta do Conselho Mundial de Igrejas — *expressar a preocupação comum das Igrejas quanto ao serviço das necessidades humanas, a supressão das barreiras entre os seres humanos e a promoção de uma só família humana na justiça e na paz* —, temo-nos sentido encorajados e fortalecidos pela ação do Espírito Santo em nós, o qual induz as Igrejas a tomarem novas iniciativas. Neste processo de conversão, os pontos de vista das mulheres e dos jovens, e as responsabilidades que assumiram, têm sido freqüentemente decisivos. Entretanto, a nossa fé comum e os tempos atuais exigem de nós muito mais, pois somos administradores da criação de Deus.

23. Nós, cristãos, não podemos considerar que os perigos do momento são inerentes à natureza das coisas, nem, tampouco, podemos entregar-nos ao desespero. Como crentes em Jesus Cristo, Senhor e Salvador único, Príncipe da Paz, somos os administradores da esperança de Deus para o futuro da Criação. Conhecemos o amor de Deus e confessamos a um Senhor da história, em quem temos a promessa da plenitude da vida. A misericórdia de Deus é eterna e o Espírito Santo age em nós; ele acende a chama do amor que dissipa os nossos temores, renova a nossa visão da paz, estimula a nossa imaginação, guia-nos através do deserto, liberta-nos e nos une. Os povos do mundo se erguem, cada vez em maior número, pedindo

Nós, cristãos, não podemos considerar que os perigos do momento são inerentes à natureza das coisas, nem, tampouco, podemos entregar-nos ao desespero. Como crentes em Jesus Cristo, Senhor e Salvador único, Príncipe da Paz, somos os administradores da esperança de Deus para o futuro da Criação.

justiça e clamando pela paz. Estes são sinais de esperança no mundo de hoje.

24. Reconhecemos que a nossa maneira de enfocar a justiça e a paz difere com freqüência, e que os pontos de partida dos debates variam de uma Igreja para outra, o que se deve à grande diversidade de nossas histórias, tradições e contextos em que vivemos e damos testemunho.

EXORTAMOS, AGORA, AS IGREJAS A QUE:

- *intensifiquem seus esforços para poder dar um testemunho comum em um mundo dividido, enfrentando, com um vigor renovado, as ameaças à paz e à sobrevivência, e lutando pela justiça e a dignidade humana;*
- *convertam-se em testemunhos vivos de paz e justiça mediante a oração, o culto e o compromisso concreto;*
- *trabalhem em favor da unidade, oferecendo com mais freqüência oportunidades de compartilhar, tanto dentro de si mesmas como entre si, a fim de conhecer e entender melhor as perspectivas de umas e outras, fazendo frente a qualquer tentativa de divisão ou separação;*
- *elaborem critérios mais inovadores para os programas de educação sobre as questões de paz e justiça.*

25. Em virtude da Convenção de Genebra de 1980, o direito internacional proscreve o uso de certas armas de efeitos indiscriminados. Cremos que as armas nucleares devem ser consideradas dentro dessa categoria. Unimos-nos, pois, à convicção expressa pelo Painel da Reunião Pública de Informação e Debate do Conselho Mundial sobre as Armas Nucleares e o Desarmamento, após o exame dos testemunhos de numerosos peritos:

Cremos haver chegado para as Igrejas o momento de declarar, de maneira inequívoca, que a produção e o desenvolvimento das armas nucleares, bem como o seu uso, é um crime contra a humanidade e que essas atividades devem ser condenadas por motivos éticos e teológicos. O problema das armas nucleares, por sua importância e pela ameaça que representa para a humanidade, é uma questão de obediência cristã e de fidelidade ao Evangelho. Reconhecemos que esta afirmação por parte das Igrejas não fará desaparecer as armas nucleares, mas dará lugar a que as Igrejas e seus membros façam um exame fundamental de seu apoio, implícito ou explícito, a políticas que, explícita ou implicitamente, se baseiam na posse e no uso de tais armas.

Instamos as Igrejas a que pressionem os seus governos, especialmente nos países que dispõem de armas nucleares, para que criem e ratifiquem um instrumento jurídico internacional que proscreve, como crime contra a humanidade, a posse e o uso de armas nucleares. Do mesmo modo, exortamos as Igrejas a que insistam com seus governos para que reconheçam o direito à objeção de consciência ao serviço militar, possibilitando substituí-lo por um serviço de caráter não violento.

Cremos haver chegado para as Igrejas o momento de declarar, de maneira inequívoca, que a produção e o desenvolvimento das armas nucleares, bem como o seu uso, é um crime contra a humanidade e que essas atividades devem ser condenadas por motivos éticos e teológicos.

26. Sobre esta mesma base, e no espírito do apelo da Quinta Assembléia para que "dêem relevância à sua disposição para viver sem a proteção das armas", *cremos que os cristãos devem confessar que não estão dispostos a participar em nenhum conflito que exija o emprego de armas de destruição maciça ou de efeitos indiscriminados.*

27. Fazemos estas afirmações com um profundo sentido de responsabilidade pastoral. Conseguir viver de acordo com elas não será trabalho fácil para nenhuma Igreja e nenhum cristão. Devemos, contudo, reconhecer que as consequências da adoção dessa postura revestirão um caráter muito mais grave para umas pessoas do que para outras. Manifestamos esta convicção sem condenar nem julgar, mas confessando a nossa fraqueza, e *fazemos um apelo às Igrejas e aos cristãos para que se apóiem mutuamente com amor, enquanto, agindo deste modo, tentamos juntos ser fiéis à nossa vocação comum de proclamar e servir ao nosso único Senhor, Jesus Cristo, Príncipe da Paz, Vida do Mundo.*

Declaração sobre a desordem alimentar internacional

1. O escândalo da fome exige que as Igrejas prestem uma atenção imediata a este problema. Segundo as estimativas, pelo menos quatrocentos milhões de pessoas no mundo não comem o suficiente. Muitas delas morrem por falta de alimento e muitas outras sofrem enfermidades e incapacidades por causa de uma alimentação deficiente ou desequilibrada. Com freqüência, as crianças são as vítimas da má nutrição e se vêem privadas da possibilidade de alcançar a plenitude de vida.
2. O Conselho Mundial de Igrejas vem respondendo, há anos, a pedidos de ajuda urgente em casos de seca e de fome. Na sua Quinta Assembléia, realizada em Nairóbi, em 1975, o Conselho chamou a atenção das Igrejas para as crises de fome e desnutrição maciça e para os problemas relacionados com as políticas de produção e distribuição de alimentos. A Assembléia pediu que se desse resposta tanto "aos problemas atuais da fome, como às difíceis soluções a longo prazo". Na sua reunião de 1980, o Comitê Central do Conselho tornou a apontar às Igrejas e à opinião pública o escândalo da fome, ressaltando a sua convicção de que o acesso a uma nutrição adequada é um direito humano fundamental.
3. Nos últimos anos, tem-se registrado um aumento considerável da produção mundial de alimentos mas, em muitos países, a fome e a má nutrição alcançaram um ponto crítico devido à impossibilidade dos pobres, tanto rurais como urbanos, de produzirem ou comprarem alimentos. Assim, pois, a atual desordem internacional em matéria de alimentos tem as suas raízes na gestão má dos recursos alimentícios. Dado o mau uso que hoje se faz dos recursos naturais, é também necessário que se preste atenção aos problemas que pode levantar o fornecimento de alimentos suficientes às gerações futuras.
4. Os atuais modelos de produção e distribuição de alimentos ocasionaram uma séria desordem nos mercados internacionais de produtos alimentícios. Muitos países do Hemisfério Sul produzem alimentos que, freqüentemente, são insuficientes para que suas populações tenham uma dieta equilibrada e, por conseguinte, se vêem obrigados a comprar no mercado mundial e a depender da ajuda alimentar externa. Grande parte da sua produção agrícola destina-se aos mercados das nações mais ricas e, por isso, depende deles. A infra-estrutura agrícola, as pesquisas e o financiamento quase sempre se dirigem mais no sentido de melhorar a produção dos cultivos de exportação do que no de produzir alimentos para o consumo da população local. Ao mesmo tempo, os países industrializados estão tratando de reduzir os níveis de produção de suas terras para que os preços das colheitas continuem subindo.

5. Também se têm utilizado os alimentos como arma política em assuntos internacionais, para fazer negociações entre os países e dentro destes. Muitas vezes se têm negado alimentos a certas pessoas ou nações consideradas hostis ou carentes de importância estratégica. Queremos insistir no fato de que os alimentos não devem ser usados como arma política. A alimentação suficiente é um direito humano fundamental e incondicional de qualquer pessoa. Além disso, cada nação tem direito à autodeterminação e à autonomia, e em caso nenhum deve ser utilizado o fornecimento de alimentos para controlar ou limitar esse direito.

6. O desenvolvimento de técnicas de produção alimentícia que requerem o emprego de produtos químicos tem sido, em certos casos, um obstáculo para essa produção nos países em desenvolvimento, aos quais foram entregues produtos químicos proibidos por não serem adequados ao uso nos países industrializados e desenvolvidos. É imprescindível pôr fim à distribuição de produtos químicos perigosos e ministrar orientação às comunidades agrícolas sobre a utilização correta dessas substâncias.

7. As causas da desordem alimentar residem, também, nos próprios países. Em muitos deles, tanto industrializados como em desenvolvimento, grande parte das terras produtivas são controladas por grandes latifundiários e por empresas multinacionais que as exploram e não permitem que os

Queremos insistir no fato de que os alimentos não devem ser usados como arma política. A alimentação suficiente é um direito humano fundamental e incondicional de qualquer pessoa.



Lourdes Grzybowski

agricultores, os camponeses e os trabalhadores rurais que não possuem terras participem na tomada de decisões que poderiam beneficiá-los. Em consequência, freqüentemente os pequenos agricultores vêem-se obrigados a deixar suas terras à força, ficando reduzidos à miséria. Além disso, quase não há sistemas eficientes de transporte e comercialização da produção alimentícia destinada ao consumo local. Existe, em muitos países, uma necessidade urgente, tanto de fazer uma reforma agrária como de reorientar a pesquisa, a extensão, a infra-estrutura e a comercialização agrícolas para deter e fazer retroceder o incremento da desnutrição entre os habitantes rurais e urbanos.

8. Relacionadas aos problemas que geram as políticas de produção e distribuição de alimentos, encontram-se as consequências dessas mesmas políticas para os recursos naturais da terra. As catástrofes naturais têm sido agravadas pela má gestão dos recursos. Entre os problemas que hoje em dia obstam a produção alimentícia e são motivo de grande preocupação para o futuro estão, não só a erosão do solo, o desmatamento, as secas, os ineficazes represamentos da água e sistemas de irrigação, como também a utilização insuficiente da terra e dos recursos humanos, via de regra como consequência das guerras e das situações críticas dos refugiados. Por acréscimo, a designação desigual de terras e a reinstalação inadequada de refugiados se traduzem, quase sempre, na superexploração da terra, o que reduz, a longo prazo, a sua capacidade.

Existe, em muitos países, uma necessidade urgente, tanto de fazer uma reforma agrária como de reorientar a pesquisa, a extensão, a infra-estrutura e a comercialização agrícolas para deter e fazer retroceder o incremento da desnutrição entre os habitantes rurais e urbanos.

9. A Sexta Assembléia do Conselho Mundial em 1983 em Vancouver (Canadá), tem por tema *Jesus Cristo, Vida do Mundo*. Cremos que esse tema nos pede uma resposta urgente à desordem alimentar internacional.

10. A realidade da fome nos recorda os numerosos relatos bíblicos com que se relacionam a resposta que damos a Cristo e a resposta que damos aos que sofrem fome no mundo. Quando lhes damos de comer, procedemos da mesma maneira que Cristo, e quando não lhes damos, fazemos o mesmo para com ele (Mt 25.35,42). Pelo milagre da alimentação dos cinco mil, Jesus mostrou a seus discípulos que, por sua vontade, poderia haver mais que o suficiente para alimentar os famintos (João 6.1-14), e disse, nesse contexto: “*Eu sou o pão da vida*” (Jo 6.35). Durante esta Assembléia temos celebrado o dom da vida em sua plenitude, a vida eucarística para a qual Jesus chama a sua Igreja. O texto ecumênico sobre “Batismo, Eucaristia e Ministério” nos recorda que *A celebração eucarística pressupõe a reconciliação e a participação com todos, olhados como irmãos e irmãs de uma só família de Deus; vem a ser um repto constante na busca de relações normais no seio da vida social, econômica e política* (Eucaristia, D.20).

11. Cremos que o alimento é um dom de Deus que, mediante o trabalho humano, serve para o sustento da vida. O mandamento de celebrar o ano jubilar (Levítico 25), nos recorda que os recursos do mundo, a serviço da manutenção da vida, por serem dons de Deus, serão distribuídos equitativamente e regularmente redistribuídos, a fim de que todos possam ter o necessário.

12. Temos que confessar o nosso fracasso. O fato de haver tantas pessoas passando fome demonstra que não temos sido administradores fiéis e responsáveis da criação de Deus.

O fato de haver tantas pessoas passando fome demonstra que não temos sido administradores fiéis e responsáveis da criação de Deus.

13. Exortamos as Igrejas Membros, com o objetivo de reparar os danos da desordem alimentar internacional, a tomarem as seguintes medidas:

- fortalecer as estruturas ecumênicas para fazer frente às necessidades alimentares de urgência e a curto prazo;
- dar apoio ecumônico às soluções a longo prazo para o problema da fome, soluções que advenham de políticas adequadas, tais como: maior acesso dos pobres do campo e da cidade à terra e ao trabalho, conservação e renovação dos recursos naturais, maior autonomia na produção de alimentos básicos, e estruturas mais justas no comércio internacional de produtos agrícolas;
- prosseguir com os programas educativos sobre as causas da fome e a desordem alimentar internacional;
- supervisionar as políticas dos governos, dos órgãos internacionais e das empresas multinacionais no que diz respeito à produção e distribuição de alimentos e à reforma agrária;
- elaborar programas para defender e apoiar a participação dos pobres na produção de alimentos e na distribuição de recursos alimentícios;
- reconhecer e incrementar os programas de ajuda internacional para pesquisa agrícola que promovam a produção de alimentos para consumo dos próprios países produtores;
- participar de um intercâmbio mais generoso e efetivo dos recursos referentes à provisão de alimentos e à capacidade de produzi-los, tanto dentro das congregações e comunidades como no plano nacional e internacional;
- apoiar os esforços em prol da paz, da justiça e dos direitos humanos, os quais resistirão às forças que desviam para outros fins os recursos que devem ser destinados à produção e à justa distribuição de alimentos;
- tomar as rédeas na preparação do futuro e colaborar com os meios científicos para certificar-se de que em todo progresso tecnológico se levem em conta as causas da desordem alimentar internacional;
- defender as comunidades e os movimentos de agricultores e de trabalhadores rurais que não possuem terra;
- denunciar as atuais políticas impostas pelo Fundo Monetário Internacional às nações endividadas, cujo resultado é a redução dos alimentos ao alcance dos pobres com o consequente aumento de má nutrição, enfermidades relacionadas com a fome, e mortalidade infantil;
- examinar os investimentos de fundos das Igrejas e a utilização de suas terras, tomando medidas a esse respeito para que sirvam de ajuda à realização de um desenvolvimento agrícola e rural com plena participação popular;
- apoiar as Igrejas e os movimentos que se esforçam por atenuar os efeitos e as causas da fome em diversos países e comunidades do mundo todo.

Defender as comunidades e os movimentos de agricultores e de trabalhadores rurais que não possuem terra.

A vida em unidade

Condições políticas para a Versão Econômica
de um Mandamento Ecumênico

Jan Pronk

Vida em unidade significa trabalho e pão para todos. Isso exige uma distribuição equitativa de escassos recursos e esta, por sua vez, uma distribuição justa do poder político. A vida em unidade é um mandamento ecumênico de grande significação econômica, a ser cumprido em termos políticos.

No passado, uma distribuição equitativa dos recursos da terra não era pré-requisito econômico nem político para reger o mundo. Havia uma só Terra, mas ela continha muitos mundos, que pouco dependiam uns dos outros. A vida ou a morte em um deles não afetava os outros. Se uma parte da Terra sofria uma deterioração, outras podiam apesar disso, prosperar. A distribuição dos recursos mundiais não estava sujeita a decisões políticas globais.

Dois fatores mudaram esse modelo: o colonialismo e a revolução tecnológica das comunicações. Ambos surgiram no Ocidente, como resultado de decisões políticas a serviço dos interesses econômicos ocidentais. A Terra transformou-se num só mundo: pequeno tecnicamente, administrado economicamente, dominado politicamente por um centro decisório, que fica no Ocidente. Uma sociedade feudal global, controlada por uma elite industrial, que não partilhava os recursos, o trabalho e o pão com os inúmeros países pobres.

Tivemos então a Segunda Guerra Mundial. Morte e destruição num mundo dividido. Depois disso, teve início uma nova era, em que, pela primeira vez na história da humanidade, fez-se um esforço para se conduzirem racionalmente as relações internacionais, criando-se uma nova ordem econômica internacional, sobre as ruínas deixadas pela Grande Depressão e pela Guerra. Foi um esforço deliberado para se dar mais pão a um maior número de pessoas. Mais vida e mais unidade, não por motivos éticos, mas devido a um interesse próprio esclarecido da elite de então, que só podia prosperar em condições de estabilidade econômica e política.

E assim conseguimos o sistema de Bretton Woods: um Banco Mundial e um Fundo Monetário Internacional, com uma organização internacional tratando do comércio mundial. E estabelecemos as Nações Unidas, com seu Conselho de Segurança e suas agências especializadas, permitindo aos países negociar a estabilidade e o desenvolvimento. O plano Marshall injetou vida nova na Europa Ocidental. Forneceu-se ajuda para o desenvolvimento aos países pobres, para auxiliá-los a construir uma infra-estrutura. Criaram-se novas instituições para promover a cooperação econômica. O desenvolvimento do Terceiro Mundo foi estimulado pela adoção das Estratégias para a Primeira e a Segunda Décadas do

Desenvolvimento. Foi também uma era de descolonização do Sul e, após a guerra fria, de entendimento entre o Leste e o Oeste.

Naturalmente, não devemos glorificar o passado. A vida em unidade continuou longe de ser uma realidade. Mas houve um certo progresso no sentido de se dar mais trabalho e mais pão a um maior número de pessoas, devido a uma ação concreta — embora insuficiente — durante vinte e cinco anos.

Agora é diferente e essa mudança se deu há uns dez anos atrás. A nova ordem econômica internacional, que havia sido criada na década de 40, desmoronou e o pedido para que se estabelecesse outra não foi ouvido. Em vez disso, tivemos um diálogo Norte-Sul, que parecia um diálogo entre surdos-mudos, ou até pior, porque na verdade os surdos-mudos conseguem comunicar-se entre si. As Nações Unidas perderam credibilidade como foro em que os problemas econômicos e políticos podem ser negociados e resolvidos. As negociações produziram apenas palavras e não estabeleceram políticas. A tensão entre o Leste e o Oeste aumentou. A corrida armamentista escapou ao controle. O mundo enfrenta uma crise econômica, com índices de desemprego de dois dígitos nos países do Norte e crescimento econômico negativo nos países do Sul. O começo dos anos 80 é caracterizado por menos trabalho e menos pão para um maior número de pessoas. Os prognósticos econômicos para a virada do século são sombrios: mesmo de acordo com as hipóteses menos pessimistas, o número de pessoas que vivem abaixo de um nível decente de existência alcança mais de um bilhão. Torna-se necessária uma ação concreta para lutar contra a crise e construir uma nova ordem como aconteceu após a Grande Depressão e a Guerra. Mas nós nos abstemos dessa ação. Até as reuniões organizadas exatamente com esse propósito, como a Reunião de Cúpula de Cancum ou a UNCTAD VI fracassaram.

Como é que isso aconteceu? Quais são as razões essenciais pelas quais o progresso em direção a uma vida mais plena e mais unida, com mais trabalho e mais pão, foi interrompido? Precisamos saber a resposta a essa pergunta, se quisermos realmente trabalhar na direção certa.

Em minha opinião, as razões são de duas naturezas. Em primeiro lugar, a crise econômica estrutural, em que o mundo se encontra hoje em dia, tem suas raízes no sistema econômico interno, que foi criado após a Segunda Guerra Mundial. Durante mais de duas décadas, aquele sistema serviu aos objetivos dos que o criaram e o controlavam: estabilidade e crescimento. Mas, ao mesmo tempo, o sistema tinha muitas deficiências estruturais básicas que o desgastaram. Uma dessas deficiências era a ausência dos países socialistas da Europa oriental e dos países do Terceiro Mundo nas negociações dos elementos básicos do sistema. A ordem econômica internacional era basicamente uma ordem ocidental, com valores ocidentais — como os mercados livres e a empresa privada — controlada pelos países do Ocidente. E se esses países tentassem acomodar-se, transferindo suas instabilidades domésticas para outros países — exportando a inflação ou manipulando taxas de câmbio — eles podiam facilmente fazê-lo, porque não havia sanções para o mau comportamento.

Esta foi a primeira razão: as deficiências do sistema tornaram-no altamente instável e frágil. A segunda razão foi que os governos, em vez de tentarem



CMI

Jan Pronk, economista holandês, um dos assessores econômicos do Conselho.

O começo dos anos 80 é caracterizado por menos trabalho e menos pão para um maior número de pessoas. Os prognósticos econômicos para a virada do século são sombrios: mesmo de acordo com as hipóteses menos pessimistas, o número de pessoas que vivem abaixo de um nível decente de existência alcança mais de um bilhão.

Reunião da Missão do FMI
com autoridades econômicas
do Brasil, tomando decisões
que afetam milhões de
trabalhadores



corrigir essas deficiências básicas, produziram um caos maior por meio de políticas míopes, introvertidas, protecionistas e que visavam empobrecer os vizinhos.

Durante dez anos estivemos paralisados. Para citar Sonny Ramphal, Secretário Geral da Commonwealth: *A forma do diálogo Norte-Sul gira em torno do que deve ser feito, mas o problema verdadeiro, a questão muitas vezes não explicitada, é por que motivos devemos fazer alguma coisa.* E ao mesmo tempo os ricos se ajudavam uns aos outros. Para citar Ramphal, outra vez: *Não havia inércia ou falta de criatividade, quando o Norte sentia seus interesses imediatos ameaçados. A Agência Internacional de Energia (Ocidental) estabeleceu-se poucos meses depois que se percebeu uma "crise energética". Os elementos da crise de dívidas, que ameaçavam mais de perto os principais bancos ocidentais ou os interesses estratégicos do Ocidente, produziram uma intervenção urgente e uma impressionante resposta coordenada. Nesse meio tempo, as facilidades negadas, quando se tratava de apoiar as economias do Sul, estavam sempre à mão, para servir aos interesses do Norte*". Não houve oferecimento de recursos financeiros adicionais de relevância aos países menos desenvolvidos, na Conferência de Paris, em 1981, mas houve dinheiro — Direitos Especiais de Saque — para apoiar moedas européias ou sustentar o dólar enfraquecido. Não há unidade, e não há sequer o esforço para esconder isso. "Por que deveríamos fazer o que quer que seja?" é a atual resposta do Norte às exigências do Sul.

Ora, há uma razão, que é a interdependência entre os países ou, para usar as palavras da Comissão Brandt, um "interesse comum" de todos os países na sobrevivência da economia mundial, e do próprio mundo em si. Pode parecer uma linguagem apocalíptica, mas na verdade a sobrevivência está ameaçada. A atual crise econômica internacional é, por vários motivos em que não me posso deter aqui, mais fundamental e mais complexa do que qualquer outra que tenha acontecido anteriormente. E os problemas

A angústia do desemprego, característica crescente dos países subdesenvolvidos

Lourdes Grzybowski



econômicos para o futuro são imensos. A transição das fontes de energia tradicionais para outras fontes renováveis, a transição de um crescimento econômico, que tem efeitos nocivos sobre o meio ambiente, para outro que não o afete, a transição de uma população mundial de quatro bilhões para oito bilhões de habitantes, todos eles a serem alimentados — no espaço de tempo de uma geração — todas essas transições são necessárias, mas não se realizarão automaticamente. São desafios que exigem uma ação global conjunta, num mundo unido e interdependente. E se esta ação não se efetivar, então realmente a sobrevivência estará ameaçada.

Naturalmente, isso já foi dito e repetido muitas vezes por cientistas, por grupos de especialistas das Nações Unidas, pela Comissão Brandt, em nossa Assembléia anterior e em muitas outras ocasiões. E interdependência já se tornou uma palavra do jargão oficial. Todos os ministros de todos os países, discursando perante a UNCTAD VI em Belgrado, em junho do corrente ano, expressaram sua crença na interdependência e nos interesses comuns. Os políticos ocidentais, praticamente todos, concordaram explicitamente com o Sr. Clausen, Presidente do Banco Mundial, no fato de que a recuperação econômica mundial, inclusive a recuperação econômica dos países industrializados do Ocidente, seria impensável sem uma grande revolução econômica do Terceiro Mundo. Mas tudo não passou de palavras. Durante as próprias negociações da UNCTAD VI, depois dos belos discursos no plenário, os países ricos recusaram-se a fornecer recursos para essa evolução econômica — e até mesmo defenderam condições e políticas econômicas dentro do Fundo Monetário International, por exemplo, que estrangulariam os países em desenvolvimento e os forçariam a cortar as despesas que beneficiariam as camadas mais pobres da população. O mais trágico é que esses países em desenvolvimento, altamente endividados e à mercê de seus credores, mal ousam pedir mudanças estruturais fundamentais nas relações financeiras e monetárias, quanto mais uma nova ordem econômica internacional. Muitos delegados

O mais trágico é que esses países em desenvolvimento, altamente endividados e à mercê de seus credores, mal ousam pedir mudanças estruturais fundamentais nas relações financeiras e monetárias, quanto mais uma nova ordem econômica internacional.

dos países ricos nos disseram, pelos corredores, que estavam muito à vontade, porque a pressão dos países do Sul nunca fora tão fraca como naquele momento.

E novamente ficou muito claro na UNCTAD VI: a vida em unidade está ainda muito longe de ser uma realidade. Há uma única verdade: os ricos não estão dando aos pobres mais trabalho e mais pão. É preciso lutar por isso, é preciso negociar, como os sindicatos fizeram, depois da revolução industrial no Ocidente. Mas as negociações só farão sentido, se três condições forem satisfeitas: Deve haver um interesse comum ou mútuo entre as partes; deve haver um certo grau de igualdade de poder entre elas; e, finalmente, deve haver uma vontade política.

O interesse comum de pobres e ricos pela sobrevivência ainda está sendo ignorado pelos ricos ou servindo apenas como tema de discursos. E os pobres estão fracos, pois mais do que nunca lhes falta poder para negociar. Além disso, a vontade política dos anos 40 e 60 evaporou-se. A tragédia é que a crise econômica internacional é acompanhada por uma crise de decisões políticas e de instituições políticas, devido à importância capital de uma visão imediatista na tomada de decisões, devido a uma orientação exclusivamente voltada para dentro por parte dos políticos, devido à tendência de cada um em transferir a sua própria carga para os ombros dos grupos mais fracos, devido à alienação das elites das suas raízes populares, devido também a situações de dilema e ao fato de que, em política, atribuem-se maiores pesos aos objetivos concebidos em termos de poder do que em termos de bem-estar.

Se essas tendências não forem revertidas, haverá uma crescente insegurança econômica e política, não só para os países mais fracos, ou para as camadas mais pobres da população, como também para a comunidade internacional como um todo. Então, a comunidade internacional ficará unida na insegurança, devido à escassez que resultará de uma política econômica inadequada; devido às crescentes desigualdades econômicas que resultarão em violência; devido à corrida armamentista; devido às crescentes tensões políticas entre as superpotências, que dão uma prioridade maior ao fortalecimento e à ampliação de suas esferas de influência do que à solução dos problemas gerais; e, finalmente, devido também à política agressiva de determinados países, que respondem a todas essas ameaças procurando criar mais "espaço vital" para si mesmo — territorial e economicamente, garantindo seu acesso aos escassos recursos, ao fundo do mar, às regiões árticas e ao espaço sideral, e que, sem dúvida, os levará ao confronto com outros países.

A tendência às crises e à confrontação deve, pois, ser desviada para a sobrevivência e a unidade. Que opções temos?

Poderíamos voltar às que foram feitas nos anos 40, quando se criou uma nova ordem econômica em resposta à crise que então dominava o mundo. Essa opção, que eu chamo de "capitalismo democrático internacional", representaria um passo para se escapar do caos atual, mediante o fortalecimento da política, dos princípios e das instituições que foram estabelecidas naquela época. Essa opção, entretanto não seria de interesse para os países mais pobres e para aquela parte da população mundial que atualmente tem apenas relações marginais com o mercado.

Poderíamos voltar às opções feitas nos anos 50, quando teve início a descolonização política (o “liberalismo internacional”) e se formou uma comunidade internacional de nações, provocando, como consequência econômica, a criação de um estado internacional de benefícios sociais, com o auxílio da transferência da renda internacional, sob a forma de ajuda ao desenvolvimento. Isso, entretanto, não seria adequado, porque não resolveria as causas da desigualdade.

Poderíamos implementar os argumentos apresentados nos anos 60, combinando a ajuda internacional com uma estratégia para o desenvolvimento, incluindo também mudanças na política de comércio dos artigos manufaturados e dos produtos primários. Essa opção (a “democracia econômica internacional”) seria uma grande melhoria, mas ainda assim implicaria apenas mudanças dentro do quadro geral da ordem econômica internacional vigente.

Poderíamos voltar ao modelo do início da década de 70, empenhando-nos seriamente para conseguir uma maior autoconfiança dos países do Sul, com base na cooperação econômica entre os países em desenvolvimento, até mesmo com um certo grau de desligamento dos países do Norte. Entretanto isso acarretaria um certo confronto entre o Norte e o Sul e não contribuiria para uma solução da insegurança, das crises e das ameaças mundiais.

Dessa forma, a única opção promissora é a que nos possibilitaria enfrentar os problemas dos anos 80. Podemos chamá-la de nova ordem econômica internacional, socialismo democrático internacional, vida em unidade, ou sociedade participatória e sustentável.

Será que a Igreja tem um papel a desempenhar nesse caso? É claro que sim. Negociar e garantir um sistema que assegure trabalho e pão para todos não deve ser tarefa deixada a cargo só de burocratas, tecnocratas e diplomatas. Também não pode ser deixada apenas a cargo dos políticos, não só por causa dos fenômenos de crise política que mencionei, mas também porque um sistema desses precisa de uma outra dimensão. Como diz Becket na peça de T.S. Eliot “Assassinato na Catedral”:

*Poder temporal, para construir um mundo bom,
Para manter a ordem, tal como o mundo concebe a ordem.
Os que põem sua fé na ordem material,
Não controlada pela ordem de Deus,
Em confiante ignorância, apenas atraem a desordem,
Apressam-na, alimentam uma doença fatal,
Degradam aquilo que exaltam.*

Isso foi na verdade o que aconteceu nos anos 70, após vinte e cinco anos de ordem material com uma doença fatal. Isso é que deve ser evitado nos anos restantes deste século.

A Igreja pode ajudar — a Igreja é uma guardiã de valores. Valores como a sobrevivência, a justiça social e a participação equitativa dos recursos estão sendo facilmente esquecidos durante as negociações. As Igrejas podem constantemente ressaltar sua crucial significação.

Será que a Igreja tem um papel a desempenhar nesse caso? É claro que sim. Negociar e garantir um sistema que assegure trabalho e pão para todos não deve ser tarefa deixada a cargo só de burocratas, tecnocratas e diplomatas. Também não pode ser deixada apenas a cargo dos políticos, não só por causa dos fenômenos de crise política que mencionei, mas também porque um sistema desses precisa de uma outra dimensão.

As Igrejas são movimentos populares, que podem desafiar o poder, agir como vanguardas e defensoras de mudanças. Isso é essencial, porque o povo e, em particular, os pobres são facilmente esquecidos durante as negociações.

Esta é a cínica lição dos últimos dez anos. Falamos e negociamos sobre trabalho e pão, bem-estar social e desenvolvimento, mas os valores básicos e o destino dos pobres nunca estão na agenda.

Poder-se-ia argumentar que sempre será assim, e que qualquer esforço para negociar mais trabalho e mais pão para mais pessoas seria uma perda de tempo. Acredito que a participação das pessoas em nível de massa seja uma condição *sine qua non*. É uma condição essencial, mas não suficiente, porque a distribuição desigual do poder, juntamente com a rápida revolução tecnológica das últimas décadas, deve às elites uma vantagem, sobre o povo, quase intransponível. A ação ao nível da massa pode ajudar a desafiar o poder, mas deve caminhar passo a passo como uma ação que se destine a influenciar esse poder. A vida em unidade exige uma ação meticulosa e incansável em todos os níveis, como o movimento de todo o povo. Além disso, a vida em unidade não deve ser vista apenas como objetivo de um processo, como seu resultado final. Deve também caracterizar o próprio processo.

Partilhar trabalho e pão uns com os outros, ou com a geração ainda por nascer, é um mandamento ético ecumênico. Sempre foi. Mas o fato de esse mandamento ter sido cumprido ou não no passado não teve maiores consequências, em termos de sobrevivência. Hoje em dia, tem.

Esta é a cínica lição dos últimos dez anos. Falamos e negociamos sobre trabalho e pão, bem-estar social e desenvolvimento, mas os valores básicos e o destino dos pobres nunca estão na agenda.

toda a história da humanidade, toda atividade humana possa renovar-se e libertar-se da morte e da destruição.

A vida do mundo, a destruição deste mundo e o futuro deste mundo são, consequentemente, objetos da preocupação da Igreja. Nós somos responsáveis por este mundo porque é o mundo de Deus. E se este mundo se acha ameaçado pelo militarismo, pelo materialismo, pela cobiça e pelo racismo então estes são problemas que dizem respeito diretamente à Igreja. Foi a Igreja que ouviu estas palavras: "*Eis que eu pus diante de ti a vida e a morte, a bênção e a maldição: escolhe pois a vida!*". Foi a Igreja que ouviu as palavras: "*Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância . . .*" E é porque ouvimos tais palavras e porque confessamos que Jesus Cristo é a vida do mundo, que nos atrevemos a romper com o silêncio.

Esta Assembléia deve falar em voz alta. Devemos confessar humildemente, porém sem qualquer dúvida, a nossa fé em Jesus Cristo, vida do mundo. Humildemente, porém sem duvidar, precisamos renovar o nosso compromisso com Jesus Cristo, a vida do mundo. E esta fé, este compromisso deverão ser a base de nossa ação no que diz respeito à paz, à justiça e à libertação humana. Não podemos hesitar nem um só instante quanto a abordar o problema da paz e a prever a possibilidade da destruição nuclear de tudo o que existe. Sejamos claros: a corrida das armas nucleares, a aplicação da inteligência e das possibilidades que Deus nos tem dado para criar armas de destruição massiva cada vez mais perfeitas, e o apelo a que confiemos nessas armas como meio de assegurarmos a nossa paz não são apenas uma loucura passageira, antes são um pecado que contraria os propósitos de Deus a respeito deste mundo e do povo que ele ama.

Não estou certo de que o problema da paz seja simplesmente uma moda, uma mania que amanhã desapareça. Muito menos estou de acordo com aqueles que crêem que tal problema consiste apenas em cálculos de caráter político e militar, de tal forma que a Igreja deveria afastar-se desse debate e deixar aos políticos e aos estrategistas militares a solução dele. Estou convencido de que a questão da paz, tal como nos é colocada atualmente, tem a sua base no Evangelho mesmo.

Há, porém, algo mais que eu devo dizer a este respeito. Quando, em agosto último, em Ottawa, se reuniu a Aliança Mundial Reformada, passamos muito tempo discutindo uma declaração sobre a paz. Durante o debate, um delegado procedente da África fez uma observação a qual pôs em evidência clara algumas das tensões que esta questão suscita no movimento ecumônico atual. Disse o seguinte:

Neste documento, a palavra "nuclear" é usada várias vezes, porém nem uma só vez sequer se usa a palavra "fome". Entre o meu povo, as pessoas não compreenderiam o vocábulo "nuclear", mas sabem muito bem o que quer dizer a fome e a pobreza.

Falando assim ele se referia na realidade a uma das preocupações de muitos cristãos do Terceiro Mundo que temem que a questão da paz chegue a se separar da questão da justiça, e que "a paz" se converta na preocupação primordial do Atlântico Norte. Isto não pode acontecer. Primeiramente porque as ideologias do militarismo e da segurança nacional são de caráter internacional e provocam privações e perpetuam a injustiça

A vida do mundo, a destruição deste mundo e o futuro deste mundo são, consequentemente, objetos da preocupação da Igreja. Nós somos responsáveis por este mundo porque é o mundo de Deus. E se este mundo se acha ameaçado pelo militarismo, pelo materialismo, pela cobiça e pelo racismo então estes são problemas que dizem respeito diretamente à Igreja.

em toda a parte, porém de forma especial nos países ditos do "Terceiro Mundo". Em segundo lugar, e este é o motivo mais importante, porque, na Bíblia, as noções de paz e de justiça nunca estão separadas. A paz não consiste simplesmente na ausência de guerra: é a presença ativa da justiça. Tem a ver com a plenitude humana, com a libertação, com a integridade, com a vida e o bem-estar que tenha sentido, não somente para o indivíduo como para toda a comunidade na sua totalidade. E assim o profeta Isaías diz que a paz é fruto da justiça.

Pois bem, pode até ser verdade que os problemas da justiça, do racismo, da fome e da pobreza sejam problemas que o movimento ecumônico considere estarem longe de se resolverem. Pode ser verdade que ditos problemas coloquem para as Igrejas dilemas dolorosos, porém não pode ser verdade que queiramos servir-nos da questão da paz para fugir a esses dilemas. Não nos podemos servir do Evangelho para escapar ao que nele se nos pede nem podemos servir-nos do tema da paz para escaparmos aos problemas existentes da injustiça, da pobreza, da fome e do racismo. Se o fizermos, converteremos a nossa preocupação pela paz em ideologia de opressão a qual acabará por servir-se disso para justificar a injustiça.

Porém ainda há um último ponto sobre o qual devemos insistir. Jesus Cristo é a vida do mundo porque revela a verdade a respeito de si mesmo, da Igreja, da humanidade e do mundo. Ele é o Messias, o escolhido de Deus que proclama o tempo aceitável do Senhor. Nele se cumprem as promessas de Jeová. Ele é o servo do Senhor, que não abandonará a sua luta até que a justiça triunfe sobre a terra (Is 42. 1-3; Mt 12. 17-21). Nele todos os países porão a sua esperança.

Jesus em sua vida, morte e ressurreição, ele mesmo é a garantia da vida, da paz e da dignidade humana. É o Messias que luta e sofre com o seu povo. E, acima de tudo, ele é o vencedor. É rei em seu sofrimento, não apesar dele. Há, pois, um laço indissolúvel entre o *Ecce Homo!* de Pôncio Pilatos e o seu "*Eis aqui o vosso Rei!*" (Jo 19. 4,19). Daí o fato de que, no Apocalipse, se fale de Jesus tanto como o cordeiro imolado, como do cavaleiro sobre o cavalo branco. Aquele que morre é aquele que vive para sempre. O servo sofredor da Palavra é o soberano dos reis da terra. Aquele que aceitou dar a sua vida é Jesus, o Messias; vida do mundo.

Esta é a verdade que é revelada à Igreja quando repetimos as palavras: Jesus Cristo é a Vida do Mundo. O Apocalipse de João nos recorda a vitória dos santos. Porém, de novo, não se trata de uma vitória conquistada pelos poderes terrenos. "*Eles, porém, o venceram pelo sangue do Cordeiro e pela palavra do seu testemunho pois desprezaram a própria vida até à morte*" (Ap 12. 11). Esta verdade é o fundamento sobre o qual se ergue a Igreja. É a essência do testemunho da Igreja no mundo. É a essência da confissão: Jesus Cristo é a Vida do Mundo. Como Igreja só podemos proclamar isto se estivermos dispostos a dar a nossa vida pelo mundo. Somente podemos dizer isto se, verdadeiramente crermos que existem coisas que são tão importantes, tão preciosas e tão eternamente verdadeiras que valham nós darmos a vida por elas. E a verdade de que Jesus Cristo é a vida do mundo é uma verdade pela qual vale a pena morrer.

Não nos podemos servir do Evangelho para escapar ao que nele se nos pede nem podemos servir-nos do tema da paz para escaparmos aos problemas existentes da injustiça, da pobreza, da fome e do racismo. Se o fizermos, converteremos a nossa preocupação pela paz em ideologia de opressão a qual acabará por servir-se disso para justificar a injustiça.



A verdade que o Messias revela é oposta à mentira, à propaganda, à idolatria e à ausência de confiança que encontramos no mundo. A sua verdade é a verdade que sustenta a liberdade, é a vida do mundo. E é isso que somos chamados a proclamar. Por isso, ao iniciarmos estas duas semanas que vamos passar juntos como Igrejas reunidas do mundo, afirmemos essa verdade e façamos a seguinte profissão de fé.

Não é verdade que este mundo e os seus habitantes estejam condenados a morrerem e a se perderem.

Isto é verdade: "Porque de tal maneira Deus amou o mundo que deu o seu Filho Unigênito para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna;"

Não é verdade que tenhamos que aceitar a falta de humanidade e a discriminação, a fome e a pobreza, a morte e a destruição.

Isto é verdade: "Eu vim para que os homens tenham vida e a tenham em abundância;"

Não é verdade que a violência e o ódio tenham de ter a última palavra e que a guerra e a destruição devam instalar-se para sempre.

Isto é verdade: "Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu; e o principado está sobre seus ombros; e o seu nome é Maravilhoso, Conselheiro, Deus forte, Pai eterno, Príncipe da paz."

Não é verdade que sejamos simples vítimas dos poderes do mal que tentam dominar o mundo.

Isto é verdade: "Todo o poder me foi dado no céu e na terra e eis que estou convosco . . . até a consumação do século."

Não é verdade que antes de fazer algo tenhamos que esperar por aqueles especialmente dotados, que são os profetas da Igreja.

Isto é verdade: "*Derramarei do meu Espírito sobre toda a carne e os vossos filhos e as vossas filhas profetizarão; e os vossos jovens terão visões e os vossos velhos sonharão sonhos.*"

Não é verdade que os nossos sonhos de libertação da humanidade, da justiça, de dignidade humana ou de paz não sejam para esta terra nem para esta história.

Isto é verdade: "*A hora vem e já veio em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade.*"

Usemos pois estas duas semanas para sonhar, para profetizar, para ter visões de amor, de paz e de justiça. Usemos estas duas semanas para afirmar com humildade, com alegria, com fé e com coragem:

JESUS CRISTO, É A VIDA DO MUNDO.

Declaração dos direitos humanos

1. A Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas se regozija e dá graças a Deus pelo crescente compromisso de trabalho em prol do respeito aos direitos humanos, demonstrado na vida e na ação das Igrejas do mundo inteiro desde a assembléia de Nairóbi. Muitas pessoas, inclusive cristãos e dirigentes eclesiásticos, foram presas e torturadas, ou perderam a vida servindo a Deus e à humanidade. A comunidade ecumênica vem participando, de forma crescente, em expressões concretas de solidariedade internacional na luta pela dignidade humana, repetidas vezes, através do Conselho Mundial de Igrejas e de órgãos ecumênicos regionais, nacionais e locais.
2. No terreno dos direitos humanos está sendo alcançada uma eficiente cooperação entre a comunidade cristã e os povos de outras religiões e ideologias, cooperação baseada num compromisso comum com os valores humanos e as comunidades sociais.
3. Entretanto, as tarefas se tornaram mais difíceis; em muitos lugares do mundo as violações dos direitos humanos são mais freqüentes e mais graves e as Igrejas devem confessar, com humildade, que não têm feito o bastante para opor-se às forças do mal e da morte, das quais, às vezes, têm sido inclusive cúmplices.
4. Tal como se afirma no tema desta Assembléia, *Jesus Cristo, a Vida do Mundo*, todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo ou crença, foram criados por Deus como indivíduos e dentro da comunidade humana. O pecado, no entanto, ocasionou a corrupção do mundo, o que resultou na destruição das relações humanas. Ao reconciliar Deus com a humanidade e a criação, Jesus Cristo reconciliou também os seres humanos entre si. O amor ao nosso próximo é a essência da obediência a Deus.

LIÇÕES DO PASSADO

5. Baseada nos Instrumentos Internacionais das Nações Unidas – Declaração Universal de Direitos Humanos, Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas, junto com o seu Protocolo Optativo – e depois de consultar amplamente as Igrejas, a Assembléia de Nairóbi afirmou seu compromisso com a promoção dos direitos humanos segundo as seguintes categorias: direito às garantias vitais básicas; direitos à livre determinação e à identidade cultural e direitos das minorias; direito à participação na tomada de decisões dentro da comunidade; direito à divergência de opiniões; direito à dignidade pessoal; e direito à liberdade

religiosa. Desde Nairóbi, as Igrejas vêm sentindo a necessidade de ampliar a sua compreensão dos direitos humanos, para incluir o direito à paz, o direito à proteção do meio ambiente, o direito a lutar pelos próprios direitos e o direito ao desenvolvimento. Também chegamos a entender mais claramente a complexidade e a inter-relação dos direitos humanos. A este respeito, reconhecemos a necessidade de situar os direitos individuais e a sua violação no contexto da sociedade e suas estruturas sociais.

6. A cada dia temos mais consciência de que os direitos humanos não podem ser considerados isolados dos problemas mais amplos da paz, da justiça, do militarismo, do desarmamento e do desenvolvimento. Quanto mais plenamente o indivíduo goze de seus direitos na sociedade, tanto mais estável será, sem dúvida, essa sociedade. Quanto mais se respeitem universalmente os direitos humanos, mais estáveis serão, com toda probabilidade, as relações internacionais. A injustiça numa sociedade, incluída a corrupção dos funcionários públicos, pode contribuir para a desordem da economia e política nacionais, o que, por sua vez, pode levar à deterioração das relações entre as nações.

A cada dia temos mais consciência de que os direitos humanos não podem ser considerados isolados dos problemas mais amplos da paz, da justiça, do militarismo, do desarmamento e do desenvolvimento.

7. Temos ido além da mera reflexão para passar a compromissos mais concretos nas lutas pelos direitos humanos. Contudo, ao fazê-lo, descobrimos como é difícil e doloroso ocupar-nos dos direitos humanos e das violações deles. Descobrimos que, ao promover os direitos da mulher, da criança e dos deficientes, por exemplo, as Igrejas têm que examinar e, freqüentemente, modificar as suas próprias estruturas e métodos de trabalho. Ao lutar pela justiça, muitos cristãos estão percorrendo o caminho da cruz.

PROGRAMA PARA O FUTURO

8. Embora reconhecendo o valioso trabalho que as Igrejas vêm realizando, não podemos ignorar que tem havido uma deterioração geral da qualidade de vida e têm surgido novas formas de degradação humana. A persistente desordem vem piorando a grave situação atual, levando alguns países à beira da bancarrota, deixando milhões de homens e mulheres sem emprego e impedindo a milhões de pessoas — sobretudo nos países em desenvolvimento — a satisfação de suas necessidades vitais básicas.

Dentre os muitos problemas prementes e as tendências que estão surgindo, os quais a comunidade cristã deve enfrentar, os seguintes exigem a nossa preocupação e compromisso, ao realizar-se a Sexta Assembléia:

- Muitos cristãos descobriram que as liberdades de expressão e associação são indispensáveis para promover uma vida digna em suas sociedades. Devemos reafirmar o nosso compromisso com essas liberdades e nossa ajuda aos que sofrem por havê-las exercido.
- O emprego de formas de tortura física e psicológica, cada vez mais refinadas, e a prática das "desaparições" e das execuções extrajudiciais não só se generalizaram mais no mundo, como também, em muitos países, se converteram em procedimentos normais das forças militares e da polícia. A Sexta Assembléia aprova as declarações do Comitê Central que condenam a prática da tortura (1977) e as execuções extrajudiciais (1982), faz



Indígenas lutam pelas suas terras

um apelo às Igrejas para que empreendam vastos programas educativos sobre os direitos humanos, a fim de que o público tenha mais consciência dessas atrocidades, e insta as Igrejas Membros e seus governos a cooperarem, nesse sentido, com as Nações Unidas e com outros órgãos governamentais e não governamentais.

• Nesta Assembléia, temos recordado vivamente a situação dos povos indígenas. Privados de todo poder político real, quase não podem opor-se à expropriação de suas terras, à sua reinstalação física e à supressão do seu direito a manter a identidade cultural. Ao apoiar a Declaração do Comitê Central sobre os "Direitos dos Povos Indígenas à Terra" (1982), exortamos as Igrejas a se solidarizarem com a luta dos povos aborígenes, fornecendo-lhes, inclusive, recursos financeiros e humanos; a cooperarem com as organizações indígenas, a insistirem com seus governos para que ratifiquem e apliquem todos os instrumentos pertinentes das Nações Unidas, e a desdobrarem esforços decididos para estabelecer os legítimos direitos à terra, inclusive os que afetem as Igrejas, direito esse que têm os povos indígenas.

• O pretexto da teoria da segurança nacional para justificar a negação dos direitos básicos adquiriu, nos últimos anos, maior expansão geográfica. Embora a segurança nacional seja uma preocupação legítima de todos os Estados, as Igrejas devem evitar que sirva de infame pretexto para proceder à violação persistente e generalizada dos direitos humanos que, em alguns casos, chega a genocídio.

• Em algumas regiões, o clima de crescente fanatismo religioso e o surgimento do fundamentalismo político vêm ameaçando seriamente os direitos das Igrejas e de outras comunidades religiosas de manifestarem sua fé mediante o culto, a observância, a prática e a doutrina. Embora tenhamos recebido com agrado a longamente esperada aprovação da Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de

O pretexto da teoria da segurança nacional para justificar a negação dos direitos básicos adquiriu, nos últimos anos, maior expansão geográfica. Embora a segurança nacional seja uma preocupação legítima de todos os Estados, as igrejas devem evitar que sirva de infame pretexto para proceder à violação persistente e generalizada dos direitos humanos que, em alguns casos, chega a genocídio.



CMI

Sofrimento dos refugiados
clama por justiça

Intolerância e de Discriminação Baseadas na Religião ou nas Crenças, tememos que ela não ofereça suficiente proteção contra problemas específicos levantados, hoje em dia, para as comunidades religiosas. Por conseguinte, é absolutamente necessário que as Igrejas Membros e o Conselho continuem pondo a descoberto as violações graves à liberdade religiosa e estendam a sua assistência moral e material aos que sofrem opressão, perseguição inclusive, por causa de suas crenças e práticas religiosas. As Igrejas que são objeto de repressão e inclusive de perseguição por causa de sua identidade espiritual, cultural e étnica, ou de sua posição minoritária, deveriam poder contar com a solidariedade de outras Igrejas, principalmente em seus próprios países, como expressão da fraternidade que deve uni-las no único corpo de Cristo.

- Em muitos países, se insiste com as Igrejas para que tomem novas e energicas medidas para apoiar o direito dos trabalhadores de criar sindicatos que representem genuinamente seus interesses e de se filiarem a eles, bem como a sua liberdade de cooperar ativamente com outros, tanto dentro de seu país como internacionalmente.
- Um motivo de preocupação crescente para a comunidade ecumênica é a difícil situação em que se encontram os refugiados em todo o mundo. Os sofrimentos dos refugiados adquirem uma nova dimensão pelas dificuldades que encontram para garantir uma proteção eficaz. Este novo fator advém da negativa de muitos governos em consentir que as pessoas que buscam asilo cruzem as fronteiras de seus países, e da imposição de requisitos de vistos para interromper a corrente de refugiados; das detenções e expulsões arbitrárias, sem o devido processo legal; e dos ataques contra refugiados indefesos por parte de forças militares e paramilitares.

Exortamos o Conselho e as Igrejas Membros a que intensifiquem seus esforços, tanto a nível nacional como internacional, para garantir que os países que recebem refugiados apliquem os pactos internacionais, determinem quais as situações que obrigam as pessoas a buscar refúgio e ajam de acordo.

EXERCÍCIO

9. Em nome de Jesus, Vida do Mundo, confirmamos fraternalmente o nosso compromisso comum de trabalhar ainda mais fervorosamente em prol da eliminação dos maus tratos desumanos, da discriminação e da opressão em todas as suas formas, tanto dentro de nossos próprios países e situações, como em nossa solidariedade ecumênica a nível regional e mundial. Como existem, inevitavelmente, discrepâncias entre o que profissionamos e o que praticamos, temos que deixar de limitar-nos a fazer declarações sobre os direitos e os deveres humanos, e temos que empregar mais eficazmente os mecanismos existentes, elaborando, quando necessário, novos instrumentos para poder levar a cabo esta tarefa.

- No exercício dos direitos humanos, instamos o Conselho Mundial de Igrejas e os seus Membros a que continuem dando a esta questão um enfoque pastoral, que combine a oração, a pregação e os esforços práticos ativos.
- Fazemos um apelo às Igrejas para que se dediquem, com novo vigor, a despertar a consciência dos seres humanos e a fazê-los ver a sua grande responsabilidade quanto ao respeito e gozo dos direitos humanos e à necessidade de demonstrar sua formação bíblica.
- Tanto as Igrejas como o movimento ecumônico teriam que reforçar o trabalho de vigilância, defesa e estudo que já empreenderam.
- As Igrejas devem liberar mais recursos financeiros para levar a termo os seus próprios programas de direitos humanos e colaborar com o movimento ecumônico.
- Deve-se refletir cuidadosamente sobre a possibilidade de tomar novas iniciativas para melhorar a forma, que as Igrejas procuram, de se respeitarem os direitos humanos. Entre essas iniciativas, poderia figurar o estabelecimento de um dia internacional de oração pelos direitos humanos e de uma semana de ação mundial destinada à instrução dos membros da igreja e à promoção dos direitos humanos; e a convocação de uma série de conferências de estudo, regionais e mundiais, com o objetivo de avaliar o trabalho realizado pelas Igrejas em matéria de direitos humanos.
- Rogamos ao Conselho Mundial de Igrejas que continue seu Programa de Direitos Humanos e recomendamos que o Grupo Consultivo de Direitos Humanos, reunindo-se mais regularmente e com um mandato mais claramente especificado, continue seu trabalho de ajuda às Igrejas e ao Conselho Mundial de Igrejas para a promoção dos direitos humanos.
- Embora reconhecendo que as tensões existentes entre Este e Oeste fazem parte da trágica divisão da humanidade, vemos com agrado que o Programa de Direitos Humanos das Igrejas colabora no cumprimento da

Entre essas iniciativas, poderia figurar o estabelecimento de um dia internacional de oração pelos direitos humanos e de uma semana de ação mundial destinada à instrução dos membros da igreja e à promoção dos direitos humanos.

Ata Final de Helsínqui, como modelo de cooperação e consultas regionais e inter-regionais, que complementa e fortalece as iniciativas que surgem a nível mundial.

10. Num mundo de sofrimento e morte, somos chamados a dar testemunho de Jesus Cristo, vida do mundo. Afirmamos que a vida é um dom de Deus, que nos confiou seu cuidado e conservação; que devemos viver em unidade completa com todos os que compartilham este dom preciso e, por isso, respeitar o domínio da lei em defesa da justiça. Esta vida, vivida em Cristo, é o que nos une na oração e na solidariedade ativa com aqueles que têm a vida ameaçada pelas forças da morte em nosso mundo.

DECLARAÇÃO SOBRE A AMÉRICA CENTRAL

1. Estão surgindo, na América Central, sinais de vida prometedores. São como uma planta jovem que se esforça por elevar-se da terra, ansiosa por crescer e tornar-se uma bênção para o mundo. *Jesus Cristo, Vida do Mundo*, nos ensina, a nós, seus discípulos, que devemos manter e amparar a vida contra os poderes da morte e da opressão que a ela se opõem.

*"Deus se lembra dos aflitos
e não esquece os seus lamentos;
Os pobres não ficarão em eterno esquecimento,
nem a sua esperança se perderá para sempre".
(Salmo 9.12,18)*

2. A América Central encontra-se envolvida numa luta desesperada para tentar reconstruir as bases da vida de seus povos. A luta da vida contra a morte é uma luta diária. Sua profundidade – política, econômica, ideológica, social, cultural e espiritual – tem dimensões históricas. Com uma história comum de violento colonialismo, de exploração do pobre e concentração do poder e da riqueza, os países da região, de maneira distinta, estão associados.

3. O atual governo dos Estados Unidos, agindo a partir da sua concepção de segurança nacional, adotou uma política de iniciativas militares, econômicas, financeiras e políticas destinada a desestabilizar o governo da Nicarágua, redimir a imagem internacional da violenta ditadura da Guatemala, resistir às forças da mudança histórica em El Salvador e militarizar Honduras, com vistas a garantir uma base de onde passará a conter as aspirações dos povos da América Central. Essa política foi amplamente divulgada sob a forma de um plano, dentro do qual se poderiam atingir os objetivos de paz, reforma, desenvolvimento econômico e democracia, e evitar o comunismo e a "exportação da revolução".

4. Na realidade, ocorre justamente o contrário: o medo e a tensão aumentam; desviam-se os escassos recursos destinados a satisfazer as necessidades humanas básicas; aumentam as possibilidades de guerra que pode devastar a América Central e o Caribe; e, a longo prazo, paira uma ameaça contra os legítimos interesses e a segurança das nações e povos do hemisfério americano. Não pode haver segurança na região, sem fidelidade à luta anelante e persistente dos povos da América Central por uma paz com justiça.

5. A queda sofrida pelos preços internacionais dos cultivos básicos de exportação da região afetaram gravemente as economias, exacerbando, ainda mais, as tensões políticas, econômicas e sociais. Além disso, com relação a esses problemas econômicos, o governo dos Estados Unidos vem lançando mão, com êxito, de instituições financeiras internacionais para sua estratégia centro-americana.

6. Nesse contexto, as Igrejas, ao mesmo tempo em que se esforçam por responder às necessidades da população sofredora nesta região, também têm que enfrentar o novo e agressivo procedimento de alguns grupos religiosos, na maioria baseados — e financiados — nos Estados Unidos, que tentam semear a discórdia. Esses grupos são fonte de grande preocupação para as Igrejas, particularmente porque, de acordo com análises feitas, as Igrejas deles são usadas com finalidades políticas para legitimar as práticas de repressão.

7. No ano passado, a Guatemala foi testemunha da matança de população civil não combatente, de um grande número de execuções extrajudiciais e do extermínio de milhares de pessoas da população indígena, de forma inimaginável. Apesar da magnitude dos recursos econômicos, políticos e militares que os Estados Unidos forneceram ao regime, o governo salvadorenho demonstrou que é incapaz de impedir as violações dos direitos humanos e efetuar as reformas necessárias.

O serviço de auxílio jurídico cristão da arquidiocese católica romana de São Salvador informa que, no período entre janeiro e abril deste ano, mais de dois mil civis e não combatentes foram executados sem processo e por motivos políticos, por membros das forças armadas, das organizações paramilitares e dos esquadrões da morte. A política do governo de Honduras ameaça a soberania territorial da Nicarágua e causa consideráveis sofrimentos aos refugiados procedentes de El Salvador. As Igrejas têm informado sobre a existência de graves violações dos direitos humanos cometidas pelas forças dos serviços secretos e da segurança. Outros países — tais como Belize, Costa Rica e Panamá — têm sido objeto de pressões para que exerçam sua influência sobre os acontecimentos da Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua.

8. Os refugiados, as pessoas deslocadas e as famílias divididas são um poderoso testemunho do banho de sangue e dos atos de terror perpetrados contra as pessoas mais pobres da região. Só na Guatemala, aproximadamente quinhentos mil seres humanos foram obrigados a fugir de seus países e mais um milhão foi deslocado de seus lares. Os refugiados de El Salvador, em Honduras, e os refugiados guatemaltecos, no sul do México, continuam expostos às incursões das forças militares nos campos.

9. Em consonância com o tema da Sexta Assembléia, *Jesus Cristo, Vida do Mundo*, e levada em conta a intensificação dos atos de agressão contra Nicarágua, manifestamos a nossa preocupação pelos povos de toda a região e consignamos a afirmação de vida que representam as realizações do povo nicaragüense e seus dirigentes, desde 1979. Digna de destaque foi a decisão do governo de abolir a pena de morte e libertar milhares de membros da Guarda Nacional de Somoza. Além disso, um programa de alfabetização reconhecido internacionalmente, a erradicação da poliomielite, a redução do impaludismo, um plano de reforma agrária eficiente e significativos

Nesse contexto, as Igrejas, ao mesmo tempo em que se esforçam por responder às necessidades da população sofredora nesta região, também têm que enfrentar o novo e agressivo procedimento de alguns grupos religiosos, na maioria baseados — e financiados — nos Estados Unidos, que tentam semear a discórdia. Esses grupos são fonte de grande preocupação para as Igrejas, particularmente porque, de acordo com análises feitas, as Igrejas deles são usadas com finalidades políticas para legitimar as práticas de repressão.

Vítimas da violência na
Guatemala



Carlos Rodrigues Brandão



progressos no desenvolvimento constitucional preparatório para as eleições de 1985 contribuíram para dar uma expressão concreta às aspirações da região. O governo deu mostras de sua boa disposição ao reconhecer o caráter inadequado de algumas das suas políticas em relação aos índios misquitos e outros grupos étnicos da costa atlântica, e está agindo no sentido da reconciliação. Importa destacar, também, que os cristãos, tanto católicos romanos como protestantes, vêm participando plenamente no progresso nicaragüense, em todos os níveis da reconstrução e da edificação nacional.

10. Este processo de afirmação de vida confronta-se, diariamente, com a morte. A antiga Guarda Nacional, financiada pelos Estados Unidos e operando atualmente em Honduras, reconheceu haver dado a morte a setecentas pessoas, na maioria jovens nicaragüenses, membros da milícia voluntária. Intensificou-se perigosamente a tensão nas relações com Honduras. Fracassaram os apelos da Nicarágua convidando a manter conversações bilaterais com Honduras. Com vistas à paz, a Nicarágua vem manifestando, atualmente, a sua vontade de entabular conversações multilaterais. Contudo, continua o apoio dos Estados Unidos aos antigos guardas nacionais, e o governo do presidente Reagan, ao mesmo tempo que se manifesta em favor da paz e do diálogo, toma medidas para concentrar armamentos e tropas de apoio em Honduras, e manter de prontidão forças navais nas duas costas nicaragüenses.

11. A desestabilização da Nicarágua é uma afronta à vida e pode perfeitamente conduzir os países da América Central e do Caribe a sofrimentos e

A desestabilização da Nicarágua é uma afronta à vida e pode perfeitamente conduzir os países da América Central e do Caribe a sofrimentos e perdas de vidas humanas cada vez maiores. Solapa a legítima luta dos pobres de toda essa região, que clamam pelo fim da exploração e por uma oportunidade para determinar seu próprio caminho na difícil peregrinação daqueles que procuram viver a vida em toda a plenitude.

perdas de vidas humanas cada vez maiores. Solapa a legítima luta dos pobres de toda essa região, que clamam pelo fim da exploração e por uma oportunidade para determinar seu próprio caminho na difícil peregrinação daqueles que procuram viver a vida em toda a plenitude.

12. A Sexta Assembléia afirma o direito dos povos da América Central de aspirarem a sustentar uma vida em toda a sua plenitude.

Portanto:

- Expressa às Igrejas da América Central a profunda preocupação e solidariedade que a comunidade ecumênica mundial — as irmãs e irmãos em Cristo — sente ante as graves ameaças que pesam sobre a vida, e reitera seu firme compromisso pelo que diz respeito ao testemunho, aos ministérios e à presença das Igrejas.
- Opõe-se, energicamente, a todo tipo de intervenção militar — aberta ou velada — dos Estados Unidos ou de qualquer outro governo na região da América Central. A Assembléia louva as proféticas expressões de condenação dessa intervenção formuladas pelas Igrejas dos Estados Unidos, exortando-as a intensificarem os seus esforços para conseguir uma mudança radical da política estadunidense na região. Insta as Igrejas Membros de outros países a solicitarem, energicamente, a seus respectivos governos que exerçam pressões sobre o governo dos Estados Unidos para que modifique radicalmente sua política militar, como passo construtivo para a pacificação da região.
- Roga ao governo da Guatemala, em nome do Deus da vida, que ponha fim à sua política de extermínio de homens, mulheres e crianças de sua população indígena.
- Insiste com o governo de El Salvador para que entabule um diálogo frutífero com os representantes da oposição política e militar, a fim de instaurar nesse país uma "paz duradoura".
- Faz um apelo veemente às Igrejas e à comunidade ecumênica para que façam valer toda a sua influência em apoio das iniciativas de paz — como, por exemplo, a dos países latino-americanos do "Grupo Contadora". *Faz um apelo veemente às Igrejas e à comunidade ecumênica para que façam valer toda a sua influência em apoio das iniciativas de paz — como, por exemplo, a dos países latino-americanos do "Grupo Contadora".*
- Exorta as Igrejas da América Central a que, enquanto seja necessário, dupliquem seus esforços para reunir informações sobre a evolução da crítica situação nessa zona e as transmitam à comunidade ecumênica mundial e a outras entidades internacionais.
- Afirma e encoraja o processo de reconciliação entre as minorias nicaraguenses e a maioria de fala espanhola, instando o governo da Nicarágua a que mantenha sua boa disposição e seu empenho para que a sua política e atuação nessa zona se caracterizem por um tato e uma capacidade de percepção cada vez maiores.

AFEGANISTÃO

A Sexta Assembléia recorda a preocupação expressa em anteriores declarações, pelo Conselho Mundial de Igrejas, a respeito da situação do Afeganistão.

Observamos que a luta contínua nesse país vem ocasionando consideráveis sofrimentos a vastos setores da população, convertendo em refugiados muitos dos habitantes do país. As Nações Unidas estimam que há mais de quatro milhões de afegãos refugiados no Paquistão e Irã.

Tomamos nota das iniciativas para resolver o conflito — inclusive a do movimento não alinhado — e accolhemos com especial agrado as iniciativas do Secretário Geral das Nações Unidas nesse sentido. Apoiamos os esforços que está realizando atualmente e esperamos que as negociações entre as partes interessadas conduza a um acordo global que cumpra as seguintes condições:

- a cessação do fornecimento de armas, do exterior, aos grupos de resistência;
- a criação de um clima favorável para o regresso dos refugiados;
- a garantia de um acordo entre a União Soviética, os Estados Unidos da América, a República Popular da China e o Paquistão;
- a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão no marco de um acordo político geral, que compreenda um acordo entre o Afeganistão e a URSS.

Cremos que estas medidas permitirão ao povo afegão determinar livremente a sua própria via de desenvolvimento e progredir em direção a uma sociedade mais justa. Cremos, também, que esse acordo reduzirá a tensão nessa região e contribuirá para melhorar as relações entre os Estados Unidos da América e a União Soviética, e as relações internacionais em geral.

Entretanto, o Conselho Mundial de Igrejas deverá continuar prestando assistência humanitária aos refugiados afegãos.

CHIPRE

A Sexta Assembléia recorda as declarações feitas pelo Conselho Mundial de Igrejas, bem como as medidas que vem tomando, desde 1974, quanto à situação criada em Chipre pela intervenção militar das forças armadas turcas. São preocupações da Assembléia a continuação da violação da independência, a soberania e a integridade territorial de Chipre — signatário da Ata Final de Helsínqui —, bem como a possibilidade de que a tensão nesse país se intensifique e tenha repercussões mais amplas na delicada região do Mediterrâneo oriental.

A Assembléia reitera os mesmos apelos do Conselho Mundial de Igrejas em favor de:

- aplicação imediata de todas as resoluções pertinentes das Nações Unidas sobre Chipre, especialmente das que pedem a retirada das tropas turcas da ilha;
- imediato reatamento — de forma construtiva e significativa — sob os auspícios do Secretário Geral das Nações Unidas, das negociações entre representantes das comunidades cipriota grega e cipriota turca, que devem ser livremente levadas a termo numa base de igualdade, a fim de chegar a um acordo mutuamente aceitável, que garanta os respectivos direitos fundamentais e legítimos;
- respeito devido aos lugares sagrados e religiosos.

A Assembléia pede ao Secretário Geral do Conselho Mundial de Igrejas e a sua Comissão de Igrejas para Assuntos Internacionais que continuem a ocupar-se da questão dos cipriotas desaparecidos, em colaboração com algumas Igrejas Membros, sobretudo da Europa Ocidental e da América do Norte, bem como com os órgãos intergovernamentais e internacionais competentes.

QUESTÕES E DESAFIOS

Dar testemunho em um mundo dividido

INTRODUÇÃO

1. O ponto de partida para a nossa reflexão é Jesus Cristo. Ele ensinou e pregou, proclamou e curou, viveu para Deus e para o próximo. Ele aceitava as pessoas, perdoava-as e renovava-as, e trazia mudanças para a vida dos que se abriam para ouvi-lo.
2. Dar testemunho significa viver a vida de Cristo no lugar em que estivermos; significa ouvir e procurar entender a fé e as perspectivas de nosso próximo, significa falar sobre Jesus Cristo como a Vida do Mundo.
3. Os cristãos são chamados a testemunhar Cristo em todas as épocas; em cada geração somos chamados a examinar a natureza do nosso testemunho. Ao discutir esse tema, abordamos cinco áreas em que o Conselho Mundial de Igrejas trabalhou, durante o período que se seguiu a Nairóbi. Nosso relatório é o seguinte:

CULTURA: O CONTEXTO DO NOSSO TESTEMUNHO

4. A questão da natureza da relação entre o Evangelho e a cultura tem sido uma preocupação nossa há algum tempo, mas a questão da cultura assumiu um novo aspecto, porque estamos atingindo:
 - uma compreensão mais profunda do sentido e da função da cultura e da sua pluralidade;
 - uma melhor compreensão das formas pelas quais o Evangelho tem interagido com as culturas; e
 - um entendimento mais claro dos problemas que têm sido causados pelo fato de se ignorarem e denegrarem as culturas nativas, durante a época dos missionários ocidentais, que geralmente acompanhavam passo a passo a expansão colonial ocidental.
5. Cultura é aquilo que une uma comunidade, consolidando-a numa mesma estrutura de significado. É preservada na língua, nos padrões de pensamento, nas atitudes, nos símbolos e nos pressupostos, e é celebrada na arte, na música, no teatro, na literatura e em outras formas semelhantes. Constitui a memória coletiva do povo e a herança coletiva que será transmitida para as gerações futuras.

6. Embora afirmemos e celebremos as culturas como expressão da maravilhosa pluralidade da criação de Deus, reconhecemos que nem todos os aspectos de todas as culturas são necessariamente bons. Há aspectos dentro de cada cultura que negam a vida e oprimem as pessoas. Também emergem, em nossos dias, certas formas de cultura religiosa e de subculturas que são demoníacas, porque manipulam as pessoas e projetam uma visão de mundo e valores que negam a vida em vez de afirmá-la.

7. Consideramos, por um lado, a riqueza e a variedade das culturas e, pelo outro, o conflito entre os aspectos de afirmação e negação da vida, dentro de cada cultura. Precisamos reexaminar a questão global de Cristo e cultura na situação histórica atual.

8. Ao fazer essa sugestão, temos em mente, entre outros, dois exemplos históricos específicos do encontro do Evangelho com a cultura, que iremos explicitar.

9. Cristo transcende todos os cenários culturais. Ao confrontar e ser confrontado pelo mundo, ao qual o Evangelho foi trazido, o cristianismo abandonou algumas de suas características judaico-helenísticas, e ao mesmo tempo adquiriu características das culturas que o receberam. Ao fazê-lo, às vezes aceitou certos elementos tais como eram, outras vezes transformou-os e outras, ainda, rejeitou elementos que eram considerados inimigos do Evangelho. Esse processo continuou, à medida que a mensagem do Evangelho se divulgou pela Europa e partes do mundo oriental.

10. O último empreendimento missionário que levou a mensagem cristã às Américas, África, Ásia e Pacífico, levantou um problema novo quanto à compreensão da relação entre o Evangelho e a cultura. Esse movimento missionário levou o Evangelho a todas as partes do mundo. Sempre houve gente que fez como Paulo, que se tornou judeu para os judeus e grego para os gregos. Confrontados pelas culturas, cuja visão do mundo, formas de pensamento e expressões artísticas lhes eram estranhas, os missionários "ocidentais", entretanto, de modo geral, desmoralizaram essas culturas como pagãs e inimigas do Evangelho. Ao fazê-lo, muitos missionários não entenderam que o Evangelho que pregavam já era influenciado por uma interação de centenas de anos com muitas culturas diferentes e que eles estavam, agora, impondo a outros povos uma proclamação do cristianismo condicionada culturalmente. Tampouco entenderam que estavam na verdade impedindo o Evangelho de tomar raízes no solo cultural ao qual chegara.

11. Entretanto, temos agora expressões indígenas ou locais da fé cristã, em muitas partes do mundo, que representam outras manifestações de formas diversas de cristianismo. A mensagem do Evangelho torna-se um poder transformador dentro da vida de uma comunidade, quando é expressa nas formas culturais em que a comunidade a comprehende.

12. Portanto, na busca de uma compreensão teológica da cultura, estamos trabalhando no sentido de uma agenda ecumênica, em que várias expressões da fé cristã possam conversar umas com as outras. Nesse encontro, a teologia, as perspectivas missionárias e as experiências de muitas Igrejas das mais diversas tradições (por exemplo Igrejas Ortodoxas e Católicas Romanas) oferecem novas possibilidades. Assim também acontece com as

A mensagem do Evangelho torna-se um poder transformador dentro da vida de uma comunidade, quando é expressa nas formas culturais em que a comunidade a comprehende.

contribuições feitas por mulheres e jovens, nesta busca de uma nova agenda ecumênica.

13. Tendo em mente este *background*, precisamos tomar providências específicas:

- na busca de uma compreensão teológica da cultura, podemos fazer o seguinte: partilhar a rica variedade de manifestações da fé cristã; descobrir a unidade que as liga, e afirmar, juntos, o centro cristológico e a fonte trinitária de nossa fé, em todas as suas variadas expressões.
- precisamos ter consciência da possibilidade de nosso testemunho do Evangelho tornar-se escravo de uma cultura qualquer, reconhecendo o fato de que todas as culturas são julgadas pelo Evangelho.
- nas sociedades contemporâneas, há uma evolução de uma nova cultura devida, em parte, à modernização e à tecnologia. Há uma busca por uma cultura que preserve os valores humanos e construa uma comunidade. Precisamos reavaliar o papel desempenhado, em especial, pelas ideologias seculares e religiosas na formação da cultura, e a relação entre esse processo e as exigências do Evangelho e do nosso testemunho com relação a este.
- ao mesmo tempo que reconhecemos a emergência de comunidades cristãs dentro de grupos minoritários, que reafirmam sua identidade cultural, devemos prestar especial atenção ao fato de que muitos deles correm o risco de ser destruídos porque são vistos como uma ameaça a uma cultura dominante.
- precisamos examinar de novo toda a questão do testemunho do Evangelho através dos limites culturais, compreendendo que ouvir e aprender da cultura receptora é parte essencial da mensagem cristã.

CULTO: A PERSPECTIVA E O PODER COM O QUAL TESTEMUNHAMOS

14. Reunidos nesta Assembléia, como membros de Igrejas de diferentes confissões, continentes e culturas, lebramo-nos novamente que somos recebedores, em primeiro lugar. Como recebedores do amor de Cristo, devemos compartilhar no testemunho perante o nosso próximo, na vida diária, o que recebemos na comunidade da fé. Se não o fizermos, não continuaremos a receber. Nossa testemunho de Jesus Cristo como Vida do Mundo é nossa resposta ao trabalho de liberação e união do Espírito de Deus, que experimentamos, apesar das divisões do nosso mundo.

15. Durante as várias reuniões nesta Assembléia, expressamos a urgente necessidade de justiça, igualdade e solidariedade com os pobres. Mas será que realmente compartilhamos, ou afinal preferimos a nós mesmos?

16. A questão básica é: Quem nos pode livrar dessa escravidão a nós mesmos? De acordo com a experiência apostólica, somente uma amizade viva com Cristo — tal como a recebemos na oração e no culto — nos pode livrar de nossos interesses e preocupações pessoais e renovar o espírito de



Encontro de mulheres em preparação para a Assembléia

sacrifício e coragem, de modo que possamos lutar pela justiça, mesmo quando as situações parecem desesperadoras.

17. Avaliamos o papel capital que o culto diário tem desempenhado nesta Assembléia. Ele renovou a amizade com o Espírito Santo e nos deu força espiritual para enfrentar os diferentes desafios e até mesmo as frustrações com as quais nos defrontamos.

18. O culto é o ato central da vida e da missão, do testemunho e do serviço da Igreja. É a maneira pela qual homens e mulheres, ricos e pobres, válidos e inválidos, compartilham a graça de Deus e buscam o perdão. É uma realização litúrgica, sacramental e pública do ato singular de Jesus Cristo pela vida do mundo. O poder evangélico e redentor do culto reside no próprio fato do *"anúncio da morte do Senhor até que ele venha"* (1 Co 11.26).

19. O culto deve ser o ato central da vida da Igreja; entretanto, ouvimos falar de um cansaço generalizado com relação ao culto dominical. Onde isso acontece, o culto não tem o caráter do testemunho público que deveria ter.

20. Quais são as razões por trás disso? Além de uma falta geral de entusiasmo espiritual em nossas congregações, as pessoas podem achar o culto aborrecido porque:

- há uma barreira lingüística, que torna a participação efetiva impossível para muitos;
- é formal e não permite uma participação espontânea e significativa da congregação;
- há, com freqüência, uma falta de companheirismo verdadeiro;
- o culto não traz as ansiedades das pessoas perante Deus; parece ao contrário, ser irrelevante para a vida diária dos crentes e a comunidade em que se realiza.

O culto é o ato central da vida e da missão, do testemunho e do serviço da Igreja. É a maneira pela qual homens e mulheres, ricos e pobres, válidos e inválidos, compartilham a graça de Deus e buscam o perdão.



Como podemos superar esse dilema? Ouvimos falar dos exemplos encorajadores de uma fecundação cruzada entre diferentes tradições litúrgicas, surgida das trocas de visitas ao culto de membros de confissões diferentes. Algumas Igrejas estão experimentando renovação litúrgica. Velhas liturgias estão sendo reintroduzidas na vida litúrgica de algumas Igrejas e novas formas de culto estão sendo criadas. A dimensão do testemunho no culto é com freqüência enfatizada em serviços para os jovens, e para pais e filhos. Assistir ao culto com a família é recomendado como um modo proveitoso de compartilhar a fé cristã. A participação ativa de todos os membros da comunidade dos fiéis deve ser encorajada. Também precisamos orar uns pelos outros.

Revmo. Robert Runcie,
Arcebispo de Cantuária,
ministra a comunhão à
Revda. Elizabeth Sidell,
pastora concelebrante

22. Confessando o Credo Apostólico em nosso culto, afirmamos nossa crença na comunhão dos santos. Assim somos lembrados que vivemos junto com os mártires de todas as épocas. Os cristãos que dão suas vidas por amor ao Reino são mártires. Lembramo-nos deles em nosso culto como exemplos encorajadores. São símbolos da Igreja total. Dão-nos inspiração "sobre o modo de conduzir o culto e o trabalho". Aprendemos que a unidade entre o culto e a vida quotidiana cristã precisa urgentemente ser recuperada.

23. Em virtude da vocação de testemunho da Igreja, precisamos encontrar um ritmo verdadeiro do envolvimento cristão no mundo. A Igreja se reúne para adorar e se separa para a vida quotidiana. Enquanto em algumas situações, na dimensão testemunhal do culto, deve haver um serviço ao mundo, de "liturgia após a liturgia", para louvar a Deus, em outros contextos deve-se acentuar que não há serviço cristão ao mundo a não ser que esteja enraizado no serviço do culto.

ÁREAS DE INTERESSE ESPECIAL: O TESTEMUNHO ENTRE AS CRIANÇAS

24. A criança é uma parábola viva da forma pela qual o Reino deve ser recebido e incorporado. A Bíblia fala da preocupação especial de Deus com os pequeninos: "*Deixai vir a mim as criancinhas e não as estorveis, porque a elas pertence o Reino do céu*" (Mt 19.14).

Em outra ocasião, Jesus e os discípulos estavam discutindo a questão: "*Quem é o maior no Reino dos céus?*" quando Jesus chamou a si uma criança e disse: "*Em verdade vos digo que, se não fordes como crianças, jamais entrareis no Reino dos céus. Quem quer que se humilhe como esta criança, este é o maior no Reino dos céus*" (Mt 18.3-4)

25. A população do mundo está crescendo rapidamente. Em alguns lugares as crianças constituem a maioria da população e questionam os adultos. No encontro de Jesus com as crianças, vemos o Evangelho em ação. O perdão e o amor são dados e recebidos com uma liberdade e uma franqueza que os adultos perdem rapidamente. As crianças, como são impotentes e vulneráveis, respondem ao amor de Deus com calor e aceitação, mas não são idealizadas pela Bíblia. Demonstram sua necessidade da graça e do amor de Deus. Entretanto, Jesus proclamou que "seu é o reino". A própria vulnerabilidade e impotência das crianças exigem que falemos por elas e fiquemos a seu lado, que utilizemos suas necessidades e situações como um padrão para medir o pensamento das Igrejas, os seus programas e prioridades.

A população do mundo está crescendo rapidamente. Em alguns lugares as crianças constituem a maioria da população e questionam os adultos. No encontro de Jesus com as crianças, vemos o Evangelho em ação. O perdão e o amor são dados e recebidos com uma liberdade e uma franqueza que os adultos perdem rapidamente.

26. Estórias sobre crianças podem ajudar a focalizar as questões globais que enfrentamos e a nos interrogarmos sobre nossas prioridades e atitudes. Através delas, podemos começar a entender o Evangelho de uma forma diferente. Hoje à noite e todas as noites, milhares de crianças dormirão nas ruas de nossas cidades, ao relento. Milhares de crianças malnutridas acabarão por tornar-se adultos retardados mentalmente, incapazes de participar tão completamente da sociedade como poderiam, se tivessem recebido alimentação adequada. Milhares de crianças são deixadas sem lar, órfãs e mutiladas pela guerra. Jovens adolescentes atiram pedras e carregam armas, motivados pela crueldade e o ódio criados por um mundo adulto.

27. Nosso meio ambiente está poluído, danificado e ameaçado. "Bebês de geléia" e crianças deformadas nascem nas ilhas do Pacífico, devido às provas nucleares. Uma criança recusa-se a pensar no futuro e perde seus sonhos esperançosos por causa de uma crença de que o mundo será destruído pela guerra nuclear antes que ela termine a escola. Milhares de crianças morrem, sem necessidade, a cada dia, de doenças curáveis e evitáveis.

28. As atitudes e prioridades de nossa sociedade adulta são questionadas pelo que acontece às crianças em nosso mundo.

29. O batismo ou a consagração de uma criança numa paróquia é uma ocasião de festa e alegria. No entanto as crianças freqüentemente não são incluídas no culto e às vezes não conseguem participar da eucaristia. Uma criança de quatorze anos junta-se a uma seita secreta, afirmando que

encontrou sentido e valores naquele grupo e não na Igreja. Os pais e a Igreja ficam profundamente decepcionados e confusos com esse ato. Algumas crianças sentem que não pertencem à Igreja e que não têm um lugar real nela. Muitas crianças nunca ouvirão o Evangelho, porque seus pais são indiferentes à fé cristã ou não têm fé alguma.

30. Essas estórias levantam questões importantes para as Igrejas, com relação ao nosso testemunho num mundo real e dividido.

31. “*Não estorveis as crianças*”, diz Jesus. Tudo o que fazemos em nome de Jesus Cristo precisa ser visto à luz dessa exigência. Há, portanto, uma necessidade urgente de que as Igrejas, através do Conselho Mundial de Igrejas, enfrentem o desafio que as crianças representam para nós.

ÁREAS DE INTERESSE ESPECIAL: O TESTEMUNHO ENTRE OS POBRES

32. A Igreja é chamada a testemunhar a boa nova da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, num mundo em que há uma diferença crescente e assustadora entre nações ricas e pobres e entre ricos e pobres dentro das nações. A pobreza existe numa escala global sem precedentes. Num mundo que está hoje dividido por ideologias conflitantes, os pobres estão mais sujeitos a serem ignorados e esquecidos. Pessoas em número cada vez maior encontram-se marginalizadas, como cidadãos de segunda classe, incapazes de controlar seu próprio destino e resignados a ser e permanecer pobres. As crianças, os inválidos e as mulheres estão entre os que sofrem mais seriamente a crueldade e o desespero da pobreza. O racismo, a exploração, a militarização e os recursos gastos na corrida armamentista são modos diferentes de promover e aumentar a pobreza. A pobreza é tratada como problema e não como um escândalo, que clama por uma ação radical para atacar suas causas e raízes, no pecado e na má vontade de partilhar.

A Igreja é chamada a testemunhar a boa nova da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, num mundo em que há uma diferença crescente e assustadora entre nações ricas e pobres e entre ricos e pobres dentro das nações.

33. O Evangelho cristão da salvação é a boa nova para todos os povos, mas especialmente para os pobres (ver Lc 7.22). A eles, como a todos, dirige-se a oferta do perdão de Deus, o chamado ao arrependimento e a visão de um novo céu e uma nova terra. A mensagem dos profetas é que Deus de forma alguma assume uma posição neutra entre ricos e pobres. Deus está do lado dos pobres e defende sua causa pela justiça e plenitude da vida. Eles são abençoados, não porque sejam pobres, mas porque em sua pobreza, Cristo veio para oferecer-lhes o dom do Reino. Os pobres têm possibilidade de uma nova consciência da riqueza que existe em Cristo e portanto têm muito para dar.

34. Ao não partilharem da boa nova do Evangelho, os pobres sofrem uma dupla injustiça: são vítimas da opressão social, econômica e política e com freqüência privados do conhecimento do amor especial de Deus por eles e da libertação animadora que esse conhecimento traz. Na parábola do último julgamento (Mt 25.30) Jesus se identifica com os famintos, os sem lar, os nus, os doentes e os prisioneiros. Isso exige de nós, cristãos, um compromisso semelhante. Se quisermos seguir Cristo, então devemos cuidar dos pobres e tentar reverter sua situação.

35. O chamado da Igreja ao testemunho na vida dos pobres é, portanto, um chamado para que o povo de Deus repense as prioridades da Igreja em suas missões e seus programas, e é um desafio ao seu estilo de vida, tanto em nível coletivo como individual. Um estilo de vida mais simples e até pobre é colocado para a Igreja e os cristãos como um testemunho da pobreza de Cristo, “que embora fosse rico, tornou-se pobre por nossa causa” (2 Co 8.9). Os cristãos e as Igrejas, naturalmente, encontram-se em circunstâncias muito diversas, alguns ricos e outros pobres. Para todos o chamado a partilhar a boa nova com os pobres vem como uma prioridade e um desafio especial. O Evangelho deve ser proclamado tanto por meio de palavras como de atos; palavra sem serviço é vazia, e serviço sem palavra não tem poder. As Igrejas, hoje em dia, estão aprendendo de novo, através do chamado para testemunhar aos pobres, para superar a antiga dicotomia entre evangelismo e ação social. No anúncio do Reino feito por Jesus, o Evangelho espiritual e o material se fundem.

O chamado da Igreja ao testemunho na vida dos pobres é, portanto, um chamado para que o povo de Deus repense as prioridades da Igreja em suas missões e seus programas, e é um desafio ao seu estilo de vida, tanto em nível coletivo como individual.

36. Na medida em que a Igreja testemunha o Evangelho, ela precisa refletir fielmente a totalidade e a universalidade da missão de Deus num mundo dividido entre ricos e pobres, campos ideológicos diferentes, homens e mulheres, jovens e velhos, homens livres e escravos, válidos e inválidos. Em seu testemunho dos pobres e oprimidos, a Igreja pode e deve ser a voz dos que são com freqüência emudecidos. A própria defesa feita por Deus do direito dos pobres, dos rejeitados, das viúvas e dos órfãos é uma censura aos cristãos e às Igrejas complacentes, e um chamado ao arrependimento e a um novo compromisso com a causa da justiça. Afirmar o testemunho aos pobres e formar a seu lado sem trabalhar para mudar as condições que causam a pobreza é uma hipocrisia. As Igrejas devem lutar para pôr em prática uma nova ordem internacional por um mundo mais justo, e estar dispostas a mudar suas próprias estruturas como resposta. Elas devem apelar para os que têm poder, para que utilizem esse poder, tornando a vida dos homens mais humana.

37. Quando a Igreja ministra aos que são ricos, deve-se chamá-los ao arrependimento e anunciar-lhes a boa nova da libertação da escravidão dos bens terrenos. Há uma pobreza na condição humana que a riqueza consegue mascarar e a Igreja tem o ministério de testemunhar perante Cristo, que pode libertar o povo de todas as suas necessidades. Devemos ajudar os membros de nossa Igreja a entender que a abundância às vezes empobrece, separa e cega os ricos de tal forma que eles não enxergam os pobres (Lc 16.19-31). Os que se concentram na riqueza, como o rico lavrador da parábola de Jesus, correm o risco de perder suas almas. Assim, os autores do Novo Testamento advertem contra os perigos da riqueza, particularmente o apóstolo Tiago, que faz severas advertências aos ricos (5.1-3) e os censura por explorarem os pobres (5.4-6).

38. Todos os cristãos e Igrejas têm, como parte de sua missão profética, o dever de denunciar a concentração de bens nas mãos de poucos, a adesão aos valores do consumismo e o investimento na morte, representado pela corrida armamentista, que é uma das principais causas da crescente diferença entre ricos e pobres e um consequente obstáculo aos investimentos para aliviar a pobreza. As Igrejas que têm bens são chamadas a partilhá-los com as Igrejas que não os têm, e dentro das Igrejas deve haver um compartir de forma que se possa atingir o padrão apostólico “não havia uma só pessoa necessitada entre eles” (At 4.34).

Todos os cristãos e Igrejas têm, como parte de sua missão profética, o dever de denunciar a concentração de bens nas mãos de poucos, a adesão aos valores do consumismo e o investimento na morte, representado pela corrida armamentista, que é uma das principais causas da crescente diferença entre ricos e pobres e um consequente obstáculo aos investimentos para aliviar a pobreza.

39. Alegramo-nos que as Igrejas estejam hoje em dia crescendo entre os pobres da terra e que uma nova compreensão e perspectiva do Evangelho estejam chegando à Igreja, como um todo, partindo das comunidades dos pobres. Eles estão descobrindo e tornando conhecidas dimensões do Evangelho, que há muito foram desprezadas e esquecidas pela Igreja. A riqueza e o frescor de sua experiência são uma inspiração, uma bênção e um desafio às Igrejas estabelecidas. Os centros de expansão missionária estão-se mudando do Norte para o Sul, na medida em que os pobres se tornaram não apenas os sujeitos mas também os portadores da boa nova; quando as pessoas descobrem Cristo, elas descobrem por si mesmas uma iniciativa libertadora e uma nova afirmação: *Deus está trabalhando através dos pobres da terra para despertar a consciência da humanidade para o seu chamado ao arrependimento, à justiça e ao amor.*

ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE: TESTEMUNHAR ENTRE AS PESSOAS DE FÉ VIVA

40. Vivemos como pessoas e como cristãos num mundo religiosa e ideologicamente pluralístico. Os cristãos de todas as partes da terra levantam questões sobre a vida, ao lado de companheiros de outras crenças e diferentes compromissos ideológicos, que têm seus próprios testemunhos específicos a oferecer. Em tais situações o testemunho não é um processo só num sentido "de nós para eles". Há também um testemunho "deles para nós", exceto em certos casos de mártires — o testemunho que chega até a morte — que poderiam ser compreendidos como exemplos extremos de testemunho num único sentido. Entretanto, em circunstâncias normais, nós, como seres humanos, somos levados a uma busca da realidade e da satisfação, procurando compreender e ser compreendidos e assim descobrir o significado da vida. De todas as coisas que fazemos como cristãos, o dar testemunho entre pessoas de crenças e ideologias vivas é o que causa a maior dificuldade e confusão. Nessa tarefa, somos ainda aprendizes vacilantes e precisamos adquirir sensibilidade, não só com relação aos povos de outras crenças e ideologias, mas também aos cristãos colocados em situações de testemunho e diálogo em diferentes partes do mundo.

41. Em nossas discussões e reflexões sobre a questão do testemunho de Cristo entre pessoas de outras crenças, ouvimos relatórios encorajadores de muitos exemplos de diálogo em situações locais. Mas também tomamos consciência de algumas questões que permanecem para ser examinadas nos anos futuros. Observamos, entre outras coisas, o seguinte:

- Desejamos registrar nossa admiração a nossos amigos de outras crenças, que estiveram presentes conosco nesta Sexta Assembléia. Valorizamos sua contribuição, e sua presença tem levantado para nós questões sobre a natureza especial do testemunho que os cristãos trazem à comunidade mundial.
- Ao mesmo tempo que afirmamos a singularidade do nascimento, vida, morte e ressurreição de Jesus, ao qual prestamos testemunho, reconhecemos o trabalho criativo de Deus na procura da verdade religiosa pelos povos de outras crenças.
- Reconhecemos a experiência de ação comum e cooperação entre cristãos e pessoas de outras crenças e a urgência de um trabalho conjunto,

especialmente em áreas ligadas aos pobres, à dignidade humana essencial, justiça, paz, reconstrução econômica e erradicação da fome e da doença.

42. Vemos, entretanto, a necessidade de distinguir entre testemunho e diálogo, enquanto, ao mesmo tempo, afirmamos sua "inter-relação".

43. O testemunho pode ser descrito como os atos e palavras pelos quais um cristão ou uma comunidade dá provas de Cristo e convida outros a responder-lhe. No testemunho esperamos compartilhar a boa nova de Jesus e ser desafiados com relação à nossa compreensão e à nossa obediência a essa boa nova.

44. O diálogo pode ser descrito como o encontro em que as pessoas, que têm pontos de vista diferentes sobre a realidade, podem reunir-se e explorar esses pontos de vista, num contexto de respeito mútuo. Com o diálogo, esperamos discernir mais sobre a maneira pela qual Deus age em nosso mundo e apreciar, por seu valor intrínseco, a compreensão e as experiências que as pessoas de outras crenças têm da realidade última.

45. O diálogo não é um artifício nem uma negação do testemunho cristão. É, antes, uma aventura em que se engajam os que desejam dar testemunho um ao outro e tentar compreender as diferentes percepções da realidade última.

46. Embora possam ser feitas distinções entre diálogo, cooperação e testemunho mútuo, na experiência real da vida, num mundo pluralístico religiosa e ideologicamente, eles se fundem na prática e estão intimamente relacionados.

47. Tudo isso deve ser visto no contexto da responsabilidade compartilhada por um futuro comum, baseada no respeito mútuo, direitos iguais e obrigações iguais.

48. Há ainda muitas questões a serem estudadas:

- Ao dar testemunho entre pessoas de crenças ativas, deve-se levar em conta a influência das ideologias dominantes sobre a fé religiosa e as práticas presentes e ativas no contexto cultural específico.
- Uma preocupação importante é o grau em que os cristãos de confissões diferentes podem trabalhar para compartilhar uma compreensão comum do que significa ser humano, uma compreensão do que significa ser a Igreja e como essas preocupações se relacionam com o testemunho da comunidade cristã e o envolvimento dos cristãos em diálogo com pessoas de crenças vivas e determinadas ideologias.
- A reunião de Vancouver e o relato da vida religiosa dos povos nativos chamaram a atenção para a necessidade de dar uma maior relevância ao diálogo com pessoas de crenças tradicionais.
- A questão do culto ou da prece compartilhada com pessoas de outras crenças precisa ser explorada.

O diálogo não é um artifício nem uma negação do testemunho cristão. É, antes, uma aventura em que se engajam os que desejam dar testemunho um ao outro e tentar compreender as diferentes percepções da realidade última.



Manifestação cultural de
índios canadenses. O totem
encontra-se no campus da
Universidade de Colúmbia

- Outro fenômeno religioso de nossos dias é a influência dos vários tipos de novos movimentos religiosos. Precisamos discutir mais a respeito deles.

Em todos esses estudos sobre a fé, é importante envolver as mulheres e os jovens. A sua autocompreensão do seu papel na comunidade da fé aprofundará e ampliará a busca teológica.

49. Somos encorajados pela compreensão e a experiência que se têm construído gradualmente, através de vários encontros entre cristãos e pessoas de outras crenças. Estamos na expectativa de frutos de outros encontros. Nos próximos sete anos, prevemos uma reflexão teológica sobre a natureza do testemunho e do diálogo, que encorajará a vida da comunidade cristã em muitas partes do mundo.

RECOMENDAÇÕES ÀS IGREJAS MEMBROS

- Que as Igrejas Membros sejam encorajadas a se empenhar ativamente em seu chamado a testemunhar a sua fé: nesse sentido são estimuladas a traduzir e distribuir amplamente o documento "Missão e Evangelização, uma Afirmação Ecumênica".
- Que as Igrejas Membros sejam estimuladas a se visitarem umas às outras, em nível de paróquia local, a fim de partilharem o culto umas das outras e construírem uma relação de sociedade com diferentes tradições litúrgicas.

- Que as Igrejas Membros sejam solicitadas a estudar o relatório da Conferência de Melbourne, especialmente a seção sobre os pobres, e continuem ou iniciem programas de ação baseados nisso.
- Que as Igrejas Membros sejam encorajadas a traduzir, distribuir e estudar as *linhas de orientação sobre o diálogo*.
- Que as Igrejas Membros sejam estimuladas a partilhar suas experiências de testemunho e diálogo entre pessoas de outros credos e pessoas sem religião, através do Conselho Mundial de Igrejas.
- Que as Igrejas Membros iniciem estudos sobre o Evangelho e a Cultura, em cooperação com os conselhos regionais de Igrejas e o Conselho Mundial de Igrejas.

Fomentar a unidade por meio de atos concretos

O OBJETIVO: A UNIDADE DA IGREJA COMO SINAL E TESTEMUNHO FIDEDIGNOS

1. Nossa objetivo ecumênico central se reconhece no primeiro objetivo e na função primordial do Conselho Mundial de Igrejas: *Convidar as Igrejas a se dirigirem para a unidade visível, numa só fé e numa só comunidade eucarística, expressa no culto e na vida comum em Cristo; e a caminharem para a unidade, a fim de que o mundo possa crer.* Esta única visão une as nossas duas preocupações ecumênicas mais profundas: a unidade e a renovação da Igreja, e o destino e a salvação da comunidade humana. A unidade da Igreja é essencial para a saúde das Igrejas e para o futuro da família humana. Além disso, é uma resposta de obediência à vontade de Deus e um oferecimento de louvor à glória de Deus.

2. As reuniões anteriores haviam percebido e destacado vários aspectos desta visão. As Igrejas disseram em Amsterdã (1948): *Nós nos propomos permanecer juntas, na jornada para este objetivo.* A Assembléia de Evanston (1954) reconheceu em Jesus Cristo a única esperança que pode motivar essa jornada. Em Nova Déli (1961), salientou-se que a unidade significa: *Todos em cada lugar, como uma comunidade plenamente comprometida.* Em Montreal (1963), falou-se da fonte primeira dessa unidade: *A tradição do Evangelho, testemunhada nas Escrituras, transmitida na Igreja e por ela, graças ao poder do Espírito Santo.* Em Uppsala (1968), colocou-se em relevo a catolicidade e a diversidade da verdadeira unidade.



Índios Canadenses voluntários e colaboradores honorários cumprem o ritual de levantar um totem.

3. Em Nairóbi (1975), procuraram-se reunir muitos desses temas, destacando a universalidade do objetivo ecumênico. A Igreja, que é única, deve ser concebida como uma comunidade conciliar de igrejas locais que estão verdadeiramente unidas. Nessa comunidade conciliar, cada igreja local possui — em comunhão com as outras — a plenitude da catolicidade; dá testemunho da mesma fé apostólica reconhecendo, portanto, que as outras Igrejas pertencem à mesma Igreja de Cristo e são guiadas pelo mesmo Espírito. (...) Estão juntas porque receberam o mesmo batismo e compartilham a mesma eucaristia; reconhecem mutuamente seus respectivos membros e ministérios. São uma só Igreja no compromisso comum de confessar o Evangelho de Cristo, proclamando-o e servindo ao mundo. Cada Igreja tende para este objetivo, mantendo, com as Igrejas irmãs, permanentes e enriquecedoras relações que se manifestam em reuniões conciliares, quando assim o exige o cumprimento de sua vocação comum. É evidente que esta concepção do objetivo deve, e pode continuar a desenvolver-se.

4. As repercussões desta unidade da Igreja no destino da comunidade humana — embora algumas não tão claramente expressas como em declarações anteriores — causaram impacto nesta Assembléia de Vancouver. Paz e justiça, por um lado, batismo, eucaristia e ministério, por outro, pediram a nossa atenção e são inseparáveis. Na realidade, a *visão eucarística* foi o aspecto da unidade cristã que mais nos impressionou. Cristo, Vida do Mundo, une céus e terra, Deus e o mundo, o espiritual e o secular. Seu corpo e seu sangue, dados a nós no pão e no vinho, integram a liturgia e o diaconato, a proclamação e os atos de cura. Assim, pois, nossa visão eucarística abrange a realidade total da vida e dá testemunho cristão e, quando a descobrimos realmente, espalha uma nova luz sobre a unidade cristã como a totalidade do povo de Deus, na plena riqueza da sua diversidade. Ao concretizar a unidade orgânica do compromisso cristão e da sua única fonte no auto-sacrifício encarnado de Cristo, a *visão eucarística* nos inspira e nos guia em nossa jornada para uma realização plena e fidedigna da unidade que Deus nos dá.

Cristo, Vida do Mundo, une céus e terra, Deus e o mundo, o espiritual e o secular. Seu corpo e seu sangue, dados a nós no pão e no vinho, integram a liturgia e o diaconato, a proclamação e os atos de cura. Assim, pois, nossa visão eucarística abrange a realidade total da vida e dá testemunho cristão e, quando a descobrimos realmente, espalha uma nova luz sobre a unidade cristã como a totalidade do povo de Deus, na plena riqueza da sua diversidade.

CARACTERÍSTICAS DESSA UNIDADE DE TESTEMUNHO

5. Essa firme unidade da Igreja, ratificada em palavras, vivida em obras, pertinente e fidedigna para os problemas da comunidade humana, deveria ter pelo menos três características que as Igrejas divididas ainda não compartilham plenamente:

6. Em primeiro lugar, as Igrejas teriam uma compreensão comum da fé apostólica e seriam capazes de confessar, juntas, de modo comprehensível, reconciliador e libertador, essa mensagem aos seus contemporâneos. Ao viverem juntas essa fé apostólica, as Igrejas contribuiriam para que o mundo realizasse o desígnio de Deus para a criação.

7. Em segundo lugar, confessando juntas a fé apostólica, as Igrejas compartilhariam o pleno reconhecimento recíproco do batismo, da eucaristia e do ministério, e, mediante sua comunhão visível, poderiam tornar mais patente, em meio às divisões da humanidade, o poder que têm esses dons de curar e de unir.

8. Em terceiro lugar, as Igrejas se poriam de acordo quanto aos métodos comuns de tomada de decisões e às formas de exercer o magistério, e poderiam demonstrar as qualidades da comunhão, da participação e da responsabilidade coletiva para difundir uma luz de salvação num mundo em conflito.

9. Assim, pois, cada uma dessas características é importante para a nossa visão da unidade da Igreja e renovação da comunidade humana.

MEDIDAS QUE PODEMOS TOMAR, AGORA, PARA ATINGIR ESSE OBJETIVO

10. Embora seja importante continuar refletindo sobre o objetivo de unidade da Igreja, a necessidade fundamental é, atualmente, tomar medidas que nos permitam avançar no sentido de atingi-lo, como já o comprendemos no Conselho Mundial de Igrejas. Considerando a nossa visão desse objetivo, quatro medidas nos parecem especialmente promissoras nos próximos anos:

Podemos fomentar o processo de recepção do documento "Batismo, Eucaristia e Ministério" pelas Igrejas

11. O texto de Lima é, ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade para as Igrejas. Pela primeira vez, as diversas tradições se vêem diante da tarefa de confrontar-se mutuamente, não só sobre a base da identidade própria, mas também na presença de uma tentativa comum de fazer uma declaração convergente da fé apostólica. O texto se enraiza na "Tradição do Evangelho", de que se falou na reunião de Montreal. Diante dele, as Igrejas deverão manifestar em que medida podem reconhecer, *juntas*, a mesma fé apostólica. O documento convida as Igrejas a percorrer o caminho que vai desde as identidades isoladas até uma comunidade mais plena. Recebemos esse convite com verdadeiro entusiasmo, embora sabendo que, apesar de seus êxitos, o "Batismo, Eucaristia e Ministério" não conseguiu a convergência em algumas questões importantes. Sentiremos, ao longo da nossa jornada, a dor que isso nos causa.

O texto de Lima é, ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade para as Igrejas. Pela primeira vez, as diversas tradições se vêem diante da tarefa de confrontar-se mutuamente, não só sobre a base da identidade própria, mas também na presença de uma tentativa comum de fazer uma declaração convergente da fé apostólica.

12. A terminologia que deveremos usar nesse processo de recepção difere segundo as diferentes Igrejas e não é possível, nem conveniente, que o Conselho Mundial prescreva definições oficiais. Contudo, podem ser úteis as seguintes sugestões: quando dizemos que o texto de Lima é uma "declaração convergente", não entendemos que já se tenha alcançado um acordo total. Falamos mais numa declaração que surge dos diversos modos de expressar a mesma fé, mas que se dirige a uma vida e a uma concepção comuns ainda não alcançadas ou expressas plenamente; não obstante, essa unidade continua sendo a meta do trabalho ecumênico. Essas expressões tendem umas para outras. Essas convergências são uma garantia de que, apesar da diversidade de tradições, é muito o que as Igrejas têm em comum no tocante à sua compreensão da fé. O texto de Lima, entretanto, não é ainda uma "declaração de consenso", entendido como a experiência de vida e de expressão da fé necessária para realizar e manter a unidade visível da Igreja (Prefácio do documento "Batismo, Eucaristia e Ministério" p. 9).

Carlos Rodrigues Brandão



Trabalhadores em mutirão, no Brasil



13. Importa distinguir, também, o "processo de recepção" e a "resposta oficial". A "resposta oficial" que se pede para uma data relativamente breve, permitirá iniciar um processo de estudo e comunicação em que cada Igreja tentará responder às quatro perguntas do Prefácio. As respostas não serão simplesmente de pessoas ou grupos de uma Igreja, mas, de certo modo, serão abonadas pela própria Igreja, isto é, serão feitas em nome da própria Igreja. Essa "resposta oficial" não é considerada explicitamente como a decisão definitiva das Igrejas sobre o texto de Lima, mas como o primeiro passo de um processo de recepção mais prolongado.

O "processo de recepção" é algo que cada Igreja deverá entender conforme a sua própria tradição, embora se refira, de modo geral, ao processo de longo alcance mediante o qual as Igrejas procuram reconhecer a fé apostólica única nas palavras do texto e, valendo-se delas, fazer sua, com renovado vigor, a nova vida que essa fé promete. Por isso, costuma-se dizer que se trata de um "processo espiritual de recepção", que exigirá muito tempo e uma ampla participação nos diversos níveis da vida da Igreja: congregações, faculdades de teologia, comissões ecumênicas e autoridades eclesiásticas. Talvez convenha realizar novas consultas ecumênicas. Sublinhamos quão importante é este "processo espiritual de recepção". A medida de nossa participação nesta peregrinação espiritual será, ao mesmo tempo, uma indicação da qualidade de nossa recepção. É evidente que o sentido do vocábulo "recepção" — aqui utilizado em referência às Igrejas que vivem numa situação de divisão — afasta-se um pouco do seu uso comum nos primeiros séculos, mas não o contradiz.

14. Reconhecemos que algumas Igrejas precisarão de mais tempo que outras para apresentar a sua resposta oficial. Por conseguinte, esta Assembléia recomenda o seguinte cronograma:

- 31 de dezembro de 1984 — Pede-se a todas as Igrejas que, até esta data, informem brevemente a "Fé e Constituição" como se está realizando o processo de resposta oficial e de recepção.
- 31 de dezembro de 1985 — Data desejada para as respostas oficiais.
- 1987 ou 1988 — Quinta Conferência Mundial sobre Fé e Constituição.

15. Por ser essencial que o processo de recepção do documento "Batismo, Eucaristia e Ministério" permita o compromisso e a participação ativa de todo o povo de Deus, em todos os níveis da vida da Igreja, recomendamos que as Igrejas considerem o seguinte:

- O Documento já foi traduzido em mais de doze idiomas. É de se esperar que esse trabalho de tradução continue, para que o texto possa chegar a um público o mais numeroso possível. Havendo condições, as traduções serão feitas por equipes ecumênicas.
- O Conselho Mundial já elaborou um guia de estudo e outros materiais para facilitar o estudo das congregações. A adaptação desses materiais às situações locais e a produção de outros materiais de estudo contribuirão grandemente para que um grande número de membros da Igreja possam estudar mais eficientemente o documento.
- A celebração da liturgia baseada nas diretrizes já incorporadas ao documento foi um acontecimento memorável e profundamente emocionante para muitos de nós, aqui em Vancouver. Essa experiência nos incita a sublinhar quão importante é a petição de que a resposta oficial trate, também, das *indicações que a sua Igreja possa depreender deste texto no que concerne à sua vida (. . .) no plano do Culto*.
- Dentro do quadro do processo espiritual de recepção do Documento, as Igrejas Membros deverão recordar continuamente o processo de recepção diante de Deus, na oração e na meditação com arrependimento, ação de graças, alegria e esperança de que poderão encontrar no texto do Documento a fé da Igreja através dos séculos.

16. O Documento "Batismo, Eucaristia e Ministério" deve ser considerado em relação com outros componentes do movimento ecumônico, a saber:

- conversações bilaterais entre as Igrejas;
- negociações para a união entre as Igrejas;
- conselhos nacionais e regionais de Igrejas.

**Podemos esclarecer o significado da expressão
"uma concepção comum da fé apostólica"**

17. A recepção do documento "Batismo, Eucaristia e Ministério" requer, sem dúvida alguma, esta medida adicional, pois o que se pede às Igrejas que recebam no texto de Lima não é simplesmente um documento, mas, no documento, a fé apostólica da qual procede e dá testemunho. Em Nairóbi (1975), recomendou-se firmemente que: ... as Igrejas (. . .)

realizassem um esforço comum para receber, tornar a fazer suas e confessar juntas, como o exige o momento atual, a verdade e a fé cristãs, comunicadas pelos apóstolos e transmitidas através dos séculos. Essa ação comum, que nasce de um debate livre e completo sob a autoridade conjuntamente reconhecida da Palavra de Deus, deve tender a esclarecer e expressar a unidade e a diversidade próprias da vida e da missão da Igreja.

18. À medida que tomou forma essa tarefa — cujos frutos só veremos daqui a vários anos —, ficou claro que toda tentativa comum das Igrejas, de expressar a fé que une à Igreja apostólica todas as Igrejas contemporâneas e os crentes de todos os tempos, deve ser concebida em conformidade com três critérios: primeiro, um reconhecimento comum da fé apostólica, como é expresso nos credos da Igreja não dividida, tal como o símbolo dos Apóstolos e, sobretudo, o credo de Nicéia; segundo, uma explicação comum da fé assim reconhecida em termos comprehensíveis no mundo de hoje; terceiro, uma confissão comum, feita pelas Igrejas de hoje, daquela mesma fé apostólica em relação com as interpretações contemporâneas do Evangelho.

19. Semelhante realização está, obviamente, mais além do alcance de qualquer documento elaborado por uma comissão ou de qualquer ação do Conselho Mundial de Igrejas. Só poderá ser um acontecimento, um dom de Deus que as Igrejas recebem; talvez, como foi a descrição de Nairóbi sobre a comunidade conciliar a que aspiramos. Podemos, contudo, esperar e orar por esse acontecimento; o estudo "Para uma Expressão Comum da Fé Apostólica no Mundo de Hoje" é um primeiro passo para esse acontecimento. Será impossível tomar esta medida em comum se, no estudo sobre a fé apostólica, não prestarmos especial atenção à natureza e ao mistério da Igreja de Deus, pois a confissão de que a Igreja é una, santa, católica e apostólica pertence à fé apostólica.

**Podemos ajudar nossas igrejas a investigar e expressar
mais claramente a relação existente entre a unidade da Igreja,
a comunidade eucarística dos crentes,
e a transformação da comunidade humana.**

20. Percebemos, nesta Assembléia, uma tensão entre alguns que se preocupam com a unidade da Igreja e outros que se preocupam com a desesperada necessidade de justiça, paz e reconciliação no seio da comunidade humana. Para alguns, a busca da unidade numa só fé e numa só comunidade eucarística é, no melhor dos casos, secundária, e, no pior, alheia às lutas pela paz, pela justiça e pela dignidade humana; outros consideram que a intervenção política das Igrejas contra os males da história é, no melhor dos casos, secundária e, no pior, prejudicial para a sua função de comunidade eucarística e seu testemunho do Evangelho.

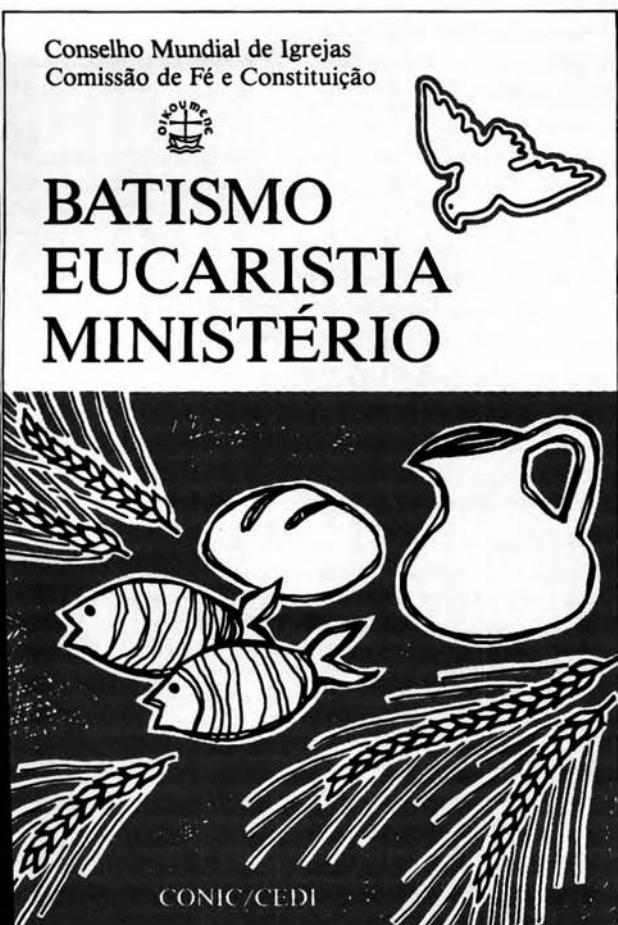
21. Como cristãos, queremos afirmar que não pode haver lugar para divisões desse tipo entre a unidade e a renovação da humanidade, nem na Igreja, nem no programa do Conselho. De fato, o texto de Lima sublinha que o batismo, a eucaristia e o ministério são sinais de regeneração e unificação de uma Igreja que vive e atua em prol da renovação e reconciliação da humanidade.

Crescendo na vida da fé, os crentes batizados manifestam que a humanidade pode ser regenerada e libertada. (...) Reconhecem, igualmente, que o batismo na morte de Cristo tem implicações éticas, que não só convidam à santificação pessoal, como também engajam todos os cristãos na luta pela realização da vontade de Deus em todos os setores da vida” (Rm 6.9ss; Gl 3.26-28; 1 Pe 2.21-4.6).

22. Do mesmo modo, o texto sobre a eucaristia ratifica expressamente certo modo eucarístico de vida em meio a todas as lutas pela justiça, pela paz e pela liberdade do mundo de hoje:

A eucaristia abrange todos os aspectos da vida. É um ato representativo de ação de graças e de oferecimento em nome do mundo inteiro. Todas as formas de injustiça, racismo, separação e carência de liberdade são radicalmente impugnadas quando compartilhamos o corpo e o sangue de Cristo. Através da eucaristia, a graça de Deus, que tudo renova, penetra e restaura a pessoa humana e sua dignidade.

23. Ao explorarmos, juntos, a relação entre a Igreja de Deus e o mundo de Deus, impressionou-nos a afirmação feita em Upsala de que *A Igreja tem a audácia de falar de si mesma como sinal da unidade vindoura da humanidade*. Em Vancouver, reafirmamos essas palavras e desejamos chegar a uma compreensão mais profunda do que queremos dizer ao fazermos essa ousada afirmação. Propomos pois, que a “Comissão Fé e



Relatório final da Comissão de Fé e Constituição do Conselho Mundial, publicação conjunta do CEDI e CONIC

Constituição" faça com que a pesquisa teológica da Igreja como "sinal" seja uma parte fundamental do seu programa sobre a unidade da Igreja e a renovação da comunidade humana. Essa recomendação se baseia em nossa convicção de que a Igreja é chamada a ser um "sinal" profético, uma comunidade profética através da qual e pela qual pode ter lugar a transformação do mundo. Somente uma Igreja que parta de seu centro eucarístico, fortalecida em sua identidade própria e resolvida a converter-se no que realmente é pode incluir o mundo na sua ordem do dia. Nunca chegará o momento em que o mundo, com todos os seus problemas políticos, sociais e econômicos, deixe de figurar na ordem do dia da Igreja. Ao mesmo tempo, a Igreja pode ir até os setores marginais da sociedade, sem recear que o temário do mundo a deforme ou a confunda, mas confiante, sentindo-se capaz de reconhecer que Deus já se encontra ali.

Podemos favorecer a busca comum, pelas Igrejas, de um acordo quanto aos modos comuns de tomar decisões e exercer o magistério

24. As formas como as Igrejas respondem ao documento "Batismo, Eucaristia e Ministério" e os modos como empreendem um processo mais prolongado de recepção constituem o quadro ecumênico no qual essas Igrejas podem aprender a compreender as maneiras como as demais tomam decisões quanto ao magistério eclesiástico, e a familiarizar-se com elas. Deve-se ressaltar a importância dessa oportunidade, dado que o acordo comum acerca dos modos de ensinar e tomar decisões é uma das características fundamentais de unidade da Igreja. Os estudos ecumênicos realizados anteriormente sobre a forma como a Igreja exerce, hoje, seu ministério devem ser reexaminados dentro deste novo quadro.

Com destino a uma Quinta Conferência Mundial de Fé e Constituição

25. Depois de vinte e cinco anos, as Igrejas tiveram a oportunidade de examinar e avaliar, mediante uma assembléia que abarcasse todos os aspectos de Fé e Constituição, os progressos realizados na causa da unidade cristã. Cada uma das conferências anteriores — Lausanne 1927, Edimburgo 1937, Lund 1952, Montreal 1963 — constituiu importante marco ecumônico.

26. Uma conferência desse tipo é fundamental para podermos reunir os frutos do nosso trabalho — especialmente no que se refere a "Batismo, Eucaristia e Ministério" — sobre a expressão comum da fé apostólica, as formas comuns de ensino e de tomada de decisões, e a unidade da Igreja e a renovação da comunidade humana. Nesta conferência, deverão outorgar-se papéis importantes aos representantes dos diálogos bilaterais, das Igrejas unidas e das que estão em via de união, das Comunhões Cristãs Mundiais e dos conselhos nacionais e regionais de Igrejas. O trabalho desta conferência terá que ser algo mais que examinar a situação ecumônica. Deverá prestar ajuda às Igrejas, a fim de avaliar as consequências destes diversos passos para a unidade em suas tarefas e relações ecumênicas. O documento "Batismo, Eucaristia e Ministério" está ensinando ao Conselho Mundial de Igrejas como formular e levantar, ante as Igrejas, questões



ecumênicas; as Igrejas, por sua vez, estão manifestando uma autêntica disposição a responder, de forma criativa, a tais iniciativas. Por conseguinte, recomendamos que esta Assembléia respalte a convocatória de uma Quinta Conferência Mundial de Fé e Constituição no ano de 1987 ou 1988, e instamos a secretaria de "Fé e Constituição" a apresentar, na reunião de 1984 do Comitê Central, planos concretos para serem submetidos à sua aprovação.

O CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS NO SEIO DE UM ÚNICO MOVIMENTO ECUMÊNICO

27. O objetivo do movimento ecumênico é servir à causa da unidade visível da Igreja que é una, santa, católica e apostólica. O movimento ecumênico é mais que o Conselho Mundial de Igrejas e não se limitou a nenhuma das Comunhões ou Igrejas cristãs mundiais. Em resposta à inspiração do Espírito Santo, abrange uma ampla variedade mundial de formas de expressão — Igrejas Cristãs, tanto unidas como em via de união, conselhos, diálogos bilaterais e multilaterais e outras redes —: todas quantas proclamam, por palavras e obras, que Jesus Cristo é a Vida do Mundo.

O movimento ecumênico é mais que o Conselho Mundial de Igrejas e não se limitou a nenhuma das Comunhões ou Igrejas cristãs mundiais.

28. O Conselho Mundial de Igrejas se constitui num instrumento privilegiado do movimento ecumênico. A unidade visível da Igreja e a sua missão dinâmica formam o núcleo central e inter-relacionado do programa permanente do Conselho Mundial. Nossa unidade, dada por Deus, e nossa missão dirigida ao mundo jamais deverão separar-se uma da outra. Esta é a vontade revelada do Cristo crucificado e ressuscitado, a quem adoramos e servimos como Senhor e Salvador. *"Que todos sejam um"* é a fonte de nossa unidade; *"para que o mundo creia"*, a razão de ser de nossa missão (Jo. 17.21).

29. A comunidade de Igrejas que constitui o Conselho Mundial de Igrejas é a expressão preliminar dessa unidade, que é a vontade de Deus e o dom pelo qual os cristãos oram e trabalham. Provê um fórum para encontros profundos e para trocas de experiências cristãs, de convicções teológicas e de percepções espirituais, e constitui um marco ecumênico para a cooperação cada vez mais inclusiva de suas Igrejas Membros, num testemunho e num serviço comuns para o mundo. Embora o Conselho Mundial de Igrejas seja uma expressão do movimento ecumênico, os agentes reais desse movimento são as próprias Igrejas cristãs.

A comunidade de Igrejas que constitui o Conselho Mundial de Igrejas é a expressão preliminar dessa unidade, que é a vontade de Deus e o dom pelo qual os cristãos oram e trabalham.

30. Confessamos, com gratidão, que em Vancouver experimentamos isso de maneira nova. Nesta Assembléia, fomos abençoados de modo especial, pois nossa teologia culminou numa doxologia, e nossas convergências doutrináis em nosso louvor e adoração ao Deus Trino. O celebrarmos juntos a liturgia eucarística de Lima poderia ser um vigoroso passo à frente no processo espiritual de recepção dos ensinamentos do texto ecumênico em que ele se baseia, o que cremos, verdadeiramente, determina a nossa maneira de orar e de trabalhar. Que nossos crescentes acordos doutrinários, dentro da comunidade do Conselho Mundial de Igrejas, nos permitam celebrar um culto mais profundo e unido, e dar um testemunho comum mais eficaz. Somente como Senhor da Igreja, Jesus Cristo é a Vida do Mundo (cf. Cl 1. 18).

A vida em comunidade: curar e compartilhar

FUNDAMENTO TEOLÓGICO

1. O curar se enraíza na própria natureza do Deus Trino, já que a Igreja é “uma comunidade que compartilha” e se caracteriza por fazê-lo de forma criativa e mútua. Cristo é a expressão concreta, no tempo e no espaço, da economia do compartilhar de Deus. Em Cristo, Deus e o homem entram em relação existencial de compartilhar e de curar. A cruz é a expressão do completo compartilhar de Cristo. É assim que a Igreja, como o corpo vivo de Cristo, por sua natureza e missão, é uma *koinonia* do compartilhar e curar.

2. O compartilhar e o curar de uma forma consciente da Igreja começa com a eucaristia. Esta é o sinal e o lugar do ministério misterioso de compartilhar e curar da Igreja. A eucaristia é, em essência, a ação de Deus de compartilhar-se a si mesmo com o mundo através de Cristo. É, ao mesmo tempo, confirmação e imperativo. Ao compartilharmos do corpo partido de Cristo, nós nos convertemos no pão para ser partido e oferecido ao mundo. Isto implica a cruz (*kenosis*) que nos perturba criativamente.

3. A “liturgia depois da liturgia” é a *diakonia*. A *diakonia* é o ministério de compartilhar da Igreja. A *diakonia*, a sanidade e a reconciliação pertencem à natureza essencial da Igreja (reconciliação é a “razão de ser” da Igreja). Exige das pessoas e da Igreja o compartilhar não do que sobra, mas do essencial que as expõe ao risco da insegurança e do sacrifício da justiça e liberdade.

A *diakonia* deve desafiar constantemente as estruturas da Igreja que freqüentemente estão congeladas, são estáticas e egoístas, e deve converte-las em instrumentos vivos do compartilhar e curar da Igreja. A *diakonia* não pode limitar-se às estruturas institucionais, mas, sim, transcender as fronteiras da Igreja institucional e converter-se na ação de curar e de compartilhar o Espírito Santo através da comunidade do povo de Deus, no mundo e a favor dele.

4. O ministério do compartilhar e sanar da Igreja tem sua origem na própria missão de Cristo: começa a nível pessoal, mas abrange toda a sociedade, tanto a nível local como ecumônico. Demanda uma relação correta e direta baseada no amor, na justiça para consigo mesmo, para com o próximo e para com Deus. O compartilhar e o curar têm uma origem sacramental e um enfoque comunitário, estando intimamente relacionados.

O ministério do compartilhar e sanar da Igreja tem sua origem na própria missão de Cristo: começa a nível pessoal, mas abrange toda a sociedade, tanto a nível local como ecumônico.

5. É de vital importância que o compartilhar e sanar em comunidade sejam abordados de modo integral, já que compreendem a totalidade da vida, das pessoas e da comunidade em todos os seus aspectos e dimensões: físicos, materiais, mentais e espirituais. Não se trata de mero processo de dar e receber, mas de uma participação comprometida e de uma oferenda de si mesmo de maneira consciente. É, também, essencialmente, um processo edificador da comunidade.

O MINISTÉRIO DE COMPARTILHAR

Depois da Quinta Assembléia em Nairóbi, o Comitê Central iniciou um programa de estudos do Compartilhar Ecumênico dos Recursos. Em 1980, o Comitê Central dirigiu uma mensagem às Igrejas e assinalou a importância do manual do estudo, intitulado "Mãos Vazias". As valiosas perspectivas, fruto do estudo, desafiaram o Conselho Mundial e as Igrejas a revisar o seu entendimento e envolvimento no compartilhar dos recursos.

Todos os recursos das Igrejas lhes foram confiados por Deus. O ministério de compartilhá-los é um repto às Igrejas para exercitarem sua vocação: o de converter-se em comunidades que compartilham e buscam a justiça, ficando do lado de todos aqueles a quem foi negado o compartilhar a vida em abundância, prometida por Deus.

Recursos espirituais e humanos

Foi-nos dada, a nós que formamos a Igreja, uma riqueza de recursos espirituais e humanos. Esta Assembléia, por meio dos cultos, do companheirismo e intercâmbios pessoais, ajudou-nos a compreender o quanto temos que receber e dar, dentro do Corpo de Cristo.

- Todos os cristãos podem enriquecer-se ao compartilhar as suas formas devocionais e de vida cristã, que são diferentes das dos outros. Temos muito que aprender um do outro, sobre nossa espiritualidade, oração, estilo de vida, sofrimentos e lutas.
- Na aldeia global, os cristãos deveriam visitar-se mais a miúdo. As Igrejas muito poderiam fazer para promover este compartilhar e intercâmbio. Animamos para que se encontrem novas formas de compartilhar e, ao mesmo tempo, damos as boas-vindas às expressões do compartilhar multilateral de pessoas na missão mundial, bem como ao ministério de curar e compartilhar das Igrejas.

Recursos materiais

O compartilhar dos recursos materiais deve ser enfocado a partir do contexto da mordomia cristã. Todas as Igrejas têm direito mútuo a seus recursos, como também a responsabilidade de se desafiarem e ajudarem mutuamente para usar corretamente os recursos. A riqueza material não deve dar poder a quem a possui e dependência aos demais. Ao contrário, o compartilhar entre as Igrejas deveria ser um sinal que aponta para a justiça e a renovação da comunidade humana.

- Existe a grande necessidade de desenvolver um novo entendimento teológico do compartilhar dos recursos materiais, que se baseie na justiça e solidariedade com os pobres. A educação e o diálogo são necessários para ajudar as Igrejas e suas agências a compreender e exercitar o verdadeiro significado de tal compartilhar.
- A mordomia cristã implica que as Igrejas desenvolverão uma confiança mútua e se responsabilizarão,umas com as outras, pelos recursos que Deus lhes confiou.
- Nos países ricos, as Igrejas terão que aprender a receber das que materialmente são pobres, da mesma forma que estas deverão aprender a doar.
- Novos modos de compartilhar os recursos materiais devem ser procurados. As relações doadores/recebedores devem ceder a relações que facilitem a tomada de decisões e o poder. Isto significa que as prioridades na destinação de fundos devem ser fixadas pelas comunidades locais e que mais fundos, sem destinação específica, devem ser executáveis. As formas de compartilhar, que sejam bilaterais ou confessionais, devem ser estimuladas a fim de que as Igrejas possam chegar a um compartilhar ecumênico, local, regional e internacionalmente. As juntas missionárias e as agências de desenvolvimento deveriam participar conjuntamente de tais esforços.

Existe a grande necessidade de desenvolver um novo entendimento teológico do compartilhar dos recursos materiais, que se baseiam na justiça e solidariedade com os pobres.

O MINISTÉRIO DE CURA DA IGREJA

Reconhecemos o subsídio da Comissão Médica Cristã desde a Quinta Assembléia do Conselho, em Nairóbi, especialmente sua contribuição para definir um novo conceito de saúde integral, que envolve tanto o indivíduo como a sua relação com a sociedade, com o meio ambiente e com Deus.

Amor, justiça e saúde

A Igreja vive num mundo onde o quebrantamento e a falta de harmonia se expressam agudamente, não só em enfermidades e conflitos, como também na marginalização e opressão que muitas pessoas sofrem por motivos econômicos, raciais, políticos, culturais etc. Esta situação desafia a Igreja a exercer seu ministério de cura de maneira totalizadora e numa prática renovada pelo poder do amor de Cristo como elemento básico de tal ministério.

- Numa situação mundial onde, muitas vezes, os recursos são limitados e a isso devem ajustar-se as prioridades nacionais, a questão da justiça na distribuição dos recursos é de crucial importância, pois, em muitos países, apenas alguns privilegiados têm acesso aos serviços de saúde. Onde predomina a doutrina da segurança nacional, baseada na força das armas, diminuem as possibilidades de contar com recursos para o cuidado elementar da saúde, saindo mais prejudicados os setores pobres, quer no campo, quer na cidade.
- Afirmou-se energicamente que as Igrejas têm um grande papel a desempenhar para mudar — local e externamente — as suas próprias

políticas de saúde e seus programas, bem como influir nas políticas de saúde nacionais e internacionais.

Nesse contexto de justiça e saúde, a questão das empresas multinacionais deve ser examinada com suma atenção, não só em relação aos países subdesenvolvidos, mas também aos pobres das nações desenvolvidas: eles sofrem de desnutrição e más condições de saúde, embora, paralelamente, possam existir excelentes serviços institucionalizados aos quais eles não têm acesso.

Programas de saúde das Igrejas

As Igrejas devem continuar com a exploração do atendimento primário como uma das maneiras possíveis para superar as injustiças do atual sistema de distribuição de recursos para a saúde. Esta ênfase, porém, não descarta a necessidade de manter e utilizar o atendimento institucionalizado, dentro do qual se deve procurar uma permanente humanização dos serviços. Enfatiza-se que o estudo das práticas tradicionais de cura e a contribuição dos "curadores" tradicionais deve fazer parte da mencionada redefinição.

- TAMBÉM é necessário sublinhar a importância da cura espiritual e a responsabilidade de cura da congregação local, dentro da qual o cuidado pastoral é parte essencial deste enfoque integrador da saúde. Só quando oferece a seus membros uma participação plena, em todos os aspectos de sua vida e missão, é que uma congregação se converte numa comunidade de cura.
- A chave para o desenvolvimento do ministério de saúde das Igrejas é a participação do povo, que deve estar motivado e treinado para isso.

Portanto, o compromisso das Igrejas no atendimento à saúde deve dar-se em vários níveis: *política* — sentido e objetivos guiados pela preocupação com a justiça e fundamentados num amor transcendente; *planejamento* — identificação de prioridades, recursos e tecnologia; *serviço* — funcionamento, administração, motivação; *capacitação* — recrutamento de pessoal, educação, redistribuição de tarefas, conteúdo dos cursos. Esta perspectiva do cuidado da saúde pode prover as bases para programas governamentais e aplicar-se a convênios entre a Igreja e o governo. Deve também continuar o apoio das Igrejas a programas de saúde integrados, o máximo possível, ao esforço nacional.

- O caminho para a seleção das prioridades, em resposta às necessidades locais, começa com uma preocupação ampla pelos pobres do campo e da cidade e pelos grupos mais vulneráveis — crianças, e mulheres em idade fecunda. Deve-se, igualmente, enfocar o papel da mulher como provedora de cuidados de saúde, de alimentos, e com necessidades especiais de saúde.

A chave para o desenvolvimento do ministério de saúde das Igrejas é a participação do povo, que deve estar motivado e treinado para isso.

Valores humanos e assuntos éticos

O processo de humanização do cuidado da saúde, bem como a participação responsável de cada indivíduo no cuidado da saúde da comunidade e

da sua própria, devem ser continuamente incrementados. Ao mesmo tempo, deve-se dar um vigoroso impulso à educação para a saúde nessas áreas. Do mesmo modo, deve ser corajosa a abordagem dos assuntos éticos que confrontam a sociedade e as Igrejas.

- Faz-se necessário colocar os avanços tecnológicos dentro da medicina, em sua justa dimensão, como dádivas de Deus, evitando cair na idolatria da ciência que leva à perda da compreensão cristã da saúde, da enfermidade e da morte, que, para muitos, se mostram hoje como disfunções ou acidentes desgraçados que a ciência médica pode curar ou prevenir.

Incapacitados e anciões

A natureza inclusiva deste tema se nota no seguinte fato: 450 milhões de pessoas, 85 por cento das quais no Terceiro Mundo, são incapacitadas; e todos nós estamos envelhecendo e, em certo sentido, estamos morrendo. A incapacidade é causada por acidentes, enfermidades, males hereditários e congênitos, tortura, fome e guerras. Por trás de muitas dessas razões, estão as condições de injustiça econômica e social e a pobreza em que muitos vivem. Isso representa um desafio, tanto para a Igreja como para a sociedade, e é uma realidade que não pode ser ignorada porque a incapacitação atravessa todos os estratos econômicos e sociais.

- No passado, os deficientes, assim como os anciões e os moribundos, eram freqüentemente postos à margem de uma participação plena na vida familiar, sendo-lhes negadas oportunidades para a educação ou a expressão própria, e sendo, outras vezes, recolhidos a instituições. Eram obrigados a viver com pouco ou nenhum apoio emocional ou espiritual por parte da sociedade ou da Igreja. As consequências eram a desumanização, a solidão, o isolamento, o temor, a culpa e a degradação econômica.
- Não apenas os portadores de deficiências, ou os anciões, ou os moribundos, devem enfrentar a sua mortalidade e haver-se com ela, mas,

Deficientes físicos e velhos
não podem ficar à margem.

Deficientes que foram a
Vancouver



Sidney Waismann

sim, todos nós. Aprendendo a aceitar-nos a nós mesmos, estamos em condições de aceitar os outros. Pela graça de Deus, estamos capacitados a aceitar e amar os outros como Cristo nos amou. A Igreja tem sido, geralmente, remissa em assumir um papel de liderança na ajuda aos incapacitados, anciãos e moribundos. Só recentemente começamos a reconhecer esta repulsa e negligência.

Alcoolismo e Drogas

As estatísticas assinalam um crescente aumento do alcoolismo, dos tóxicos e do tabagismo em todas as partes do mundo, denunciando um problema que não pode ser ignorado. Por trás das estatísticas há seres humanos, nos quais os devastadores efeitos do álcool, do tabaco e das drogas produzem debilitação, enfermidade e morte.

A Igreja tem sido, geralmente, remissa em assumir um papel de liderança na ajuda aos incapacitados, anciãos e moribundos. Só recentemente começamos a reconhecer esta repulsa e negligência.

- A adesão ao álcool, à droga ou ao tabaco mina as capacidades físicas, mentais e espirituais dos indivíduos. A Igreja tem a responsabilidade de enfrentar estes problemas que escravizam tanta gente. Não é surpresa encontrar também, entre as lideranças de nossas próprias Igrejas, adeptos do álcool, do tabaco ou do abuso de drogas.
- Os jovens estão entre os mais profundamente afetados e continuam sendo o alvo principal dos esforços da propaganda que procura incrementar as vendas e lucros de tais substâncias. As causas mais profundas deste problema global podem ser encontradas nas condições sociais e econômicas que levam ao *stress*, no temor, no desemprego, na solidão, no isolamento, na insatisfação e na necessidade de ser socialmente aceito.
- As forças econômicas e políticas subjacentes ao tráfico de álcool e drogas são muito poderosas, sem dúvida alguma, e abarcam países de todas as partes do mundo. Os esforços para restringir, controlar ou legislar esse tráfico encontraram fortes resistências, não sendo a menor delas o fato das implicações financeiras que significariam a produção e o consumo, se tivessem que diminuir. Se estas questões devem ser revisadas, se a próxima geração deve ser preservada de uma dependência maior do álcool do fumo ou das drogas, é necessário que as Igrejas desenvolvam um vigoroso programa de ação, juntamente com outros grupos sociais preocupados com a mesma questão.

Este esforço demandará um entendimento mais compenetrado das causas profundas por trás do problema, tanto nos países ricos como nos pobres. Isto também demanda uma nova perspectiva do ministério pastoral junto às pessoas atormentadas pela dependência. Um tal esforço exigirá, também, uma capacitação específica para os trabalhadores da Igreja, bem como programas educacionais a nível congregacional.

A COMUNIDADE DE MULHERES E HOMENS NA IGREJA

1. A ampla definição de saúde, que inclui a harmonia na comunidade, contribui para melhor compreensão da relação entre homens e mulheres na sociedade e torna claro que essa relação, quando harmoniosa, produz saúde.

2. Insistimos em que os dons únicos da mulher e do homem sejam preservados para a vida da Igreja. Ao mesmo tempo, reconhecemos o valor da contribuição da Igreja para o desenvolvimento de novos papéis para homens e mulheres.

3. Os papéis cambiantes não são um fato muito familiar. A aceitação passiva de um papel de opressão pode ser um dos maiores obstáculos a uma mudança criativa. Por outro lado, um compromisso comum de participação conjunta na resolução dos problemas sociais — tais como a paz, a crise ecológica, etc. — pode contribuir para alcançar uma comunidade mais equitativa de mulheres e homens. Apontou-se, em muitas situações, que a dominação masculina permanece como modelo dominante de organização social, apesar de suas manifestações diferirem de uma cultura para outra.

4. A responsabilidade de ser mães e pais parece-nos constituir o ponto medular do entendimento do significado da mudança dos papéis femininos e masculinos. Muitas das preocupações de tais papéis cambiantes se expressam em termos de cuidado dos filhos e desejamos sublinhar, tanto no papel da mãe como no do pai, o cuidado das crianças. Cremos que as Igrejas devem dedicar escrupulosa atenção ao estudo e compreensão desta área de mudanças, bem como dos princípios bíblicos que justificam o desejo de conseguir modificações.

5. Ao refletirmos sobre a família, devemos também refletir sobre as tensões que surgem em muitas sociedades, à medida em que se afastam do modelo de família extensiva e mesmo de família nuclear: as condições exploradoras do trabalho, em muitas partes do mundo, separam as famílias; o aumento de divórios e o surgimento de famílias com apenas um dos pais é comum em quase todas as culturas; e as pessoas que permanecem, ou se tornam, solteiras em diferentes períodos da vida. Todas essas situações exigem a atenção das Igrejas e as desafiam para criar condições de sanidade, compartilhar a integridade da vida.

RECOMENDAÇÕES

Os participantes recomendam:

1. Que as Igrejas sejam estimuladas a desenvolver estudos teológicos referidos a um melhor entendimento do imperativo comum para a sanidade e o compartilhar, bem como sobre as implicações desse entendimento para o ministério da Igreja.

2. Que as Igrejas iniciem novos modelos de *diakonia*, enraizados na congregação local, na medida em que esta é confrontada com a crescente deterioração causada pela pobreza, o desemprego, a marginalização e o consumismo.

3. Que as Igrejas desenvolvam o compartilhar e o intercâmbio com cristãos através do mundo; por exemplo, por meio de intercâmbios congregacionais e pastorais, promovendo ajustes entre igrejas locais e intercâmbios de pessoas em todos os âmbitos da vida e vocação cristãs.

4. Que as Igrejas se unam aos esforços do Conselho Mundial de Igrejas para construir um novo sistema de compartilhar os recursos, como um modelo de ação ecumênica mais além dos limites confessionais e num espírito de igualdade e reciprocidade; mantenham um fluxo constante de informações sobre o seu envolvimento no compartilhar dos recursos, de forma tal que todos possam aprender, uns com os outros, com sua experiência enriquecedora. O Conselho Mundial deveria facilitar esse fluxo de informações.

Que as Igrejas se unam aos esforços do Conselho Mundial de Igrejas para construir um novo sistema de compartilhar os recursos, como um modelo de ação ecumênica mais além dos limites confessionais e num espírito de igualdade e reciprocidade.

5. Que as Igrejas aumentem o seu apoio ao “Fundo Ecumônico de Desenvolvimento” (2%) e ao Fundo Ecumônico de Empréstimos às Igrejas, e revisem suas políticas de investimento para incrementar seu apoio à Sociedade Cooperativa de Desenvolvimento Ecumônico, através de seus fundos de investimento.

6. Que as Igrejas, tanto em nível nacional como internacional, supervisão-nem as políticas dos governos e as negociações e convênios internacionais vinculados ao compartilhar os recursos do planeta, com o propósito de estabelecer um compartilhar e uma distribuição justa e participativa dos recursos do mundo.

7. Que se torna necessário, a fim de que as Igrejas continuem desenvolvendo seu ministério de saúde:

- refletir mais profundamente sobre a natureza do ministério de saúde da Igreja e da congregação;
- considerar ativamente expressões diferentes e alternativas de um ministério de sanidade integral, conforme a um espírito de justiça e de amor inclusivo;
- manter a capacidade de responder às necessidades urgentes e especiais que possam surgir;
- comunicar-se e coordenar esforços entre elas e dentro delas, em todos estes temas.

8. Que as Igrejas sejam incentivadas a examinar, entre si e com outras Igrejas, todas as questões difíceis que surgem nas áreas dos valores humanos e da ética, inclusive as relacionadas com a tecnologia biomédica — como aborto, eutanásia, engenharia genética, homossexualidade —, destacando especialmente a responsabilidade pastoral das Igrejas, em toda parte, quanto àqueles cujas vidas são afetadas por estes assuntos.

9. Que as Igrejas reconheçam e utilizem igualmente os dons dos jovens e dos anciãos, envolvendo os anciãos e as pessoas deficientes no ministério total da Igreja, construindo assim o verdadeiro corpo de Cristo; afirmem que uma pessoa deficiente tem capacidade para ser um dirigente na Igreja e que a ordenação dos incapacitados não só é possível, como constitui um símbolo salvífico da nossa aceitação.

10. Que as Igrejas aceitem o lugar normal e justo que devem dar aos incapacitados e aos anciãos, e trabalhem ativamente para identificar e superar as barreiras pessoais e de não aceitação, assim como assegurar

lugares adequados para a comunicação durante o culto. Do mesmo modo, assegurar a prestação de cuidados adequados e afetuosos aos muito idosos, aos enfermos e moribundos.

11. Que as Igrejas forneçam orientação num estilo de vida cristão pessoal, levando em conta os chamamentos e atrativos do álcool, do tabaco e das drogas, especialmente entre os jovens. Prossiga, ao mesmo tempo, a análise e a luta contra as condições sociais, políticas e econômicas subjacentes a este problema global, envolvendo os próprios jovens neste ministério.

12. Que as Igrejas sejam desafiadas a exercer influência sobre seus governos, a fim de que controlem e restrinjam a produção e a comercialização do álcool, do tabaco e de substâncias que causam dependência, continuando, ao mesmo tempo, um estudo das implicações econômicas e políticas desse controle.

13. Que as congregações locais sejam estimuladas urgentemente a oferecer um apoio permanente às pessoas e famílias solitárias, e tratem de descobrir as necessidades específicas das mães e pais de família que carecem de companheiro ou companheira.

14. Que as Igrejas continuem explorando modelos apropriados para responder aos papéis cambiantes de mulheres e homens dentro da sociedade, do trabalho, da Igreja e da vida familiar, levando em conta os efeitos das pressões econômicas e políticas, bem como as diferenças regionais e culturais; e que, reconhecendo ao mesmo tempo a sensibilidade gerada em muitas Igrejas pela questão da ordenação das mulheres e a necessidade da sanidade e do compartilhar neste contexto de nosso quebrantamento, as Igrejas continuem desenvolvendo um processo de consultas sobre este tema.

Fazer frente às ameaças à paz e à sobrevivência

1. O Espírito de Deus opera entre os povos e as nações, à medida em que estes se vão deixando guiar por ele e procuram a paz. Muitas vezes, os próprios cristãos são culpados de odiar o “inimigo”, procurar vingança e causar divisão e discórdia. A paz no mundo não pode ser apenas obra do homem. Entretanto, se damos testemunho do nosso verdadeiro desejo de paz por meio de ações concretas, o Espírito de Deus pode utilizar nossos débeis esforços para aproximar mais os reinos deste mundo do Reino de Deus.

2. Reconhecemos que uma paz injusta pode ser insuportável. Muitos de nós nos libertamos, há bem pouco, da paz injusta do colonialismo. Outros se acham em plena luta por se emanciparem de uma paz injusta e opressora, de sistemas apoiados pela força bruta, pela tortura e pelo assassinio, e, inclusive, por tentativas de genocídio. Uma paz baseada no racismo, no “sexismo”, na dominação, na cobiça e no militarismo não pode ser aquela que procuram os cristãos.

SEGURANÇA COMUM

3. Os seres humanos têm direito a viver em segurança. Isso implica a justiça econômica e social para todos, a proteção e a defesa da vida dentro de um quadro político destinado a esse fim. Cada nação tem direito a procurar a sua própria segurança e a proteger-se dos ataques do exterior, sem pôr em perigo a segurança de outras nações.

4. Os atuais conceitos de segurança nacional devem ser postos em questão sempre que entrarem em conflito com as exigências de justiça, ultrapassarem as necessidades de legítima defesa ou tentarem dominar econômica, política ou militarmente outros países. As doutrinas predominantes de segurança nacional fazem com que a preparação para a guerra seja um modo quase permanente de vida para nações e sociedades. O condicionamento militar da população, inclusive as crianças, subverte as prioridades no planejamento político, social e cultural e, freqüentemente, trata de legitimar a violação sistemática dos direitos humanos sob pretexto de segurança nacional.

5. Isso também se aplica ao plano internacional. Enquanto a injustiça econômica prevalecer entre as nações, não se conseguirá uma segurança internacional duradoura, nem por um sistema coletivo de defesa, nem pela simples redução dos armamentos obtida mediante negociações. Somente um empreendimento comum, em que participem todas as nações do mundo reunidas, poderá garantir uma segurança internacional merecedora de confiança.



CMI

6. Nenhum país pode alcançar a segurança à custa de outros países, tentando conseguir uma superioridade militar sobre eles ou intervindo em sua vida. A discussão ou a paz mediante o terror devem ceder à noção de segurança comum para todos, o que inclui a segurança da população de cada país.

7. A segurança comum implica:

- o respeito aos direitos legítimos de todas as nações e povos;
- o incentivo da compreensão e apreciação mútuas entre as diferentes culturas, religiões, ideologias, mediante uma franca comunicação;
- ampla cooperação internacional em matéria de ciência e tecnologia, economia e cultura;
- a reconversão de todas as economias mediante a passagem da produção militar à produção civil;
- a utilização e o fortalecimento da Organização das Nações Unidas e de outras instituições internacionais, com objetivos similares;
- a promoção de uma legislação internacional adequada e provisão de meios para pronunciar sentenças sobre as disputas internacionais, e para a execução das decisões;
- maior eficácia dos mecanismos para a solução pacífica dos conflitos internacionais.

O MILITARISMO EM RELAÇÃO COM A INJUSTIÇA ECONÔMICA

8. Cremos que o atual aumento do poder militar e a corrida armamentista estão totalmente vinculados às práticas de uma ordem internacional injusta. A tendência mundial à militarização não é mero enfrentamento e tensão entre as principais potências, mas também a expressão do desejo de

Manifestantes das Ilhas do Pacífico portam cartazes durante a Assembléia. Os cartazes dizem: "Se são seguras, jogue-as em Tóquio; teste-as em Paris; estoque-as em Washington; mas mantenha o meu Pacífico livre das armas nucleares."

reprimir as forças que estão surgindo em busca de uma ordem mundial mais justa. Isto levanta uma ameaça fundamental contra a paz. Embora as aspirações e esperanças dos povos por uma ordem mais justa se considerem legítimas, e, como tais, tenham recebido apoio, as grandes potências continuam empregando o poder militar para escorar a ordem injusta, a fim de proteger os seus próprios interesses. A defesa destes oculta-se, quase sempre, atrás de disfarces enganosos, tais como a segurança nacional, a manutenção da lei e da ordem, a defesa da democracia, ou a proteção do "mundo livre".

9. Entre os fatores que fomentam o militarismo, podemos determinar os seguintes: os progressos tecnológicos, que aumentam a eficácia e o poder das forças militares e policiais; a crescente integração de setores militares e civis; uma consciente promoção da insegurança psicológica para justificar a posterior aquisição de armas; uma rede crescente de comércio de armas no mundo inteiro; uma insana competição entre os Estados Unidos e a União Soviética para conseguir superioridade militar e tecnológica; a criação e manutenção de esferas de influência por parte das principais nações desenvolvidas e de, aproximadamente, dois terços das nações do Terceiro Mundo; a "egomania" e o desejo de prestígio de certos dirigentes políticos; o fanatismo religioso.

10. O comércio de armas é uma nova forma de intervenção que mantém e desenvolve relações baseadas na dominação e na dependência, e incentiva a repressão e a violação dos direitos humanos. O militarismo faz com que se destinem enormes recursos humanos e materiais à pesquisa e produção no setor militar de todos os países, ao preço de preterir a prioridade exigida pela satisfação das necessidades do desenvolvimento humano. Este processo parece que já escapa ao controle político.

11. Enquanto cresce a oposição às armas nucleares, produzem-se em massa novas armas de destruição — não nucleares, ou chamadas convencionais — com surpreendente velocidade e que procuram desviar a atenção pública. As Igrejas deveriam investigar mais esta questão, ajudar o público a avaliar tais processos e opor-se a eles, quando necessário.

ARMAS NUCLEARES, DOUTRINAS E DESARMAMENTO

12. Existe uma contradição intolerável e perniciosa entre o tema da Sexta Assembléia, *Jesus Cristo, Vida do Mundo*, e o apoio às armas nucleares e às doutrinas que ameaçam provocar a morte do mundo. Nós afirmamos agora, e assim o declara esta Assembléia, a convicção expressa na Reunião Pública de Informação e Debate sobre as Armas Nucleares e o Desarmamento, realizada em Amsterdã (1981), e recomendada pelo Comitê Central (1982) às Igrejas Membros do Conselho Mundial:

Creamos haver chegado para as Igrejas o momento de declarar, de maneira inequívoca, que a produção e o desenvolvimento das armas nucleares, bem como seu uso, é um crime contra a humanidade, e que essas atividades devem ser condenadas por motivos éticos e teológicos.

Além disso, fazemos um apelo para que se estabeleça um pacto universal a este respeito, a fim de que seja negada toda e qualquer legitimidade à

Existe uma contradição intolerável e perniciosa entre o tema da Sexta Assembléia, "Jesus Cristo, Vida do Mundo", e o apoio às armas nucleares e às doutrinas que ameaçam provocar a morte do mundo.

guerra e às armas nucleares, e que elas sejam condenadas como violações do direito internacional.

13. A dissuasão nuclear, como doutrina estratégica que justifica as armas nucleares em nome da segurança e da prevenção da guerra, deve ser redondamente repelida por ser contrária à nossa fé em Jesus Cristo, que é nossa vida e nossa paz. A dissuasão nuclear é moralmente inaceitável, porque depende do crédito que se possa dar à *intenção de utilizar* armas nucleares. Cremos que toda intenção de empregar armas de destruição em massa é uma violação completamente inumana da mente e do espírito de Cristo que deve habitar em nós. Sabemos que muitos cristãos, assim como outras pessoas, crêem sinceramente que a dissuasão oferece, de maneira provisória, a garantia de paz e estabilidade no caminho para o desarmamento.

Devemos colaborar com os que propugnam a prática provisória da dissuasão, que estão seriamente empenhados numa redução dos armamentos. Entretanto, as probabilidades cada vez maiores de uma guerra nuclear e o espectro da corrida armamentista que foge a todo controle puseram a descoberto a cruel ilusão de acreditar na dissuasão.

14. A dissuasão nuclear jamais poderá constituir a base de uma paz autêntica. É a antítese de uma fé última nesse amor que afugenta nosso temor. Incrementa a corrida armamentista num a vã procura de estabilidade. Ignora as dimensões econômicas, sociais e psicológicas da segurança e obsta a justiça ao manter o *statu quo* na política mundial. Destroi a realidade do livre arbítrio para a maioria das nações, no que diz respeito à sua própria segurança e sobrevivência, e absorve recursos que poderiam satisfazer necessidades humanas básicas. É a contradição do desarmamento, porque exalta a ameaça da força, organiza racionalmente a construção de novas armas de destruição em massa e age como estímulo da proliferação de armas nucleares ao romper, permanentemente, a promessa de "boa fé" de proceder ao desarmamento, contida no Tratado de Não Proliferação, induzindo, dessa maneira, outros governos a possuir armas nucleares. A dissuasão está cada vez mais desacreditada em razão das estratégias de guerra e de ataque inicial, que põem a descoberto as dúvidas sobre sua confiabilidade.

15. Instamos as nossas comunidades a que eduquem seus membros na imperiosa necessidade de despojar as armas nucleares de toda e qualquer legitimidade e de destruir o mito da dissuasão.

16. Afirmamos, entretanto, nosso apoio às seguintes medidas concretas:

- proceder a um congelamento mútuo e verificável da elaboração, experiência, produção e desenvolvimento de armas nucleares e veículos portadores;
- estabelecer um tratado de Proibição Completa das Experiências;
- finalizar, em curto prazo e com bom êxito, as negociações de Genebra entre os Estados Unidos e a União Soviética, encaminhadas no sentido de reduzir substancialmente as armas nucleares estratégicas;



Os mísseis Cruise, de longo alcance, chegam à Inglaterra

- não desenvolver os *Pershing II* e os mísseis de longo alcance lançados da terra, diminuir mais os projéteis soviéticos de médio alcance — inclusive os SS-20 — e finalizar, com bom êxito, as negociações de Genebra sobre as forças nucleares médias;
- criar zonas livres de armas nucleares, sempre que possível;
- cessar todos as experiências de armas e projéteis nucleares no Pacífico e levar a termo um programa de auxílio médico e de medidas dirigidas à proteção do meio ambiente, para promover a saúde dos povos do Pacífico afetados pelas atividades nucleares;
- negociar um tratado que estipule a total desmilitarização do espaço, incluída a proibição de todos os sistemas de antiprojetéis e anti-satélites nucleares;
- que todos os Estados possuidores de armas nucleares se comprometam a não ser os primeiros a fazer uso delas;
- adotar iniciativas independentes e não negociadas, tais como uma moratória na experiência ou no desenvolvimento de armas nucleares, a renúncia a um sistema específico de armas, o cessamento da produção de materiais fissionáveis para fins bélicos, ou a redução dos arsenais existentes, ou dos gastos militares previstos.

Propostas às Igrejas Membros

17. Propomos, pois, às Igrejas que:

- organizem e apóiem programas educacionais sobre a paz com justiça, como parte integrante da Campanha de Desarmamento Mundial, relacionada com as Nações Unidas, e, em particular, se dirijam a todas as pessoas que se ocupam na produção e pesquisa para fins militares;
- estabeleçam e apóiem centros de estudo com a finalidade específica de definir alternativas positivas ao militarismo e à defesa militar;
- apóiem energicamente programas permanentes e intensivos de investigação sobre a paz e os conflitos, e tornem amplamente acessíveis os dados estatísticos e objetivos sobre os gastos da militarização e o desenvolvimento;
- estabeleçam vínculos com os movimentos que se esforçam para resistir ao militarismo e a seus efeitos sociais, culturais e econômicos;
- desenvolvam a reflexão teológica ecumênica sobre as circunstâncias que justificam a resistência passiva dos cristãos e investiguem os possíveis modos de levar a efeito ações de protesto não violento;
- apóiem, pastoral e praticamente, aqueles que, por motivos de consciência, se negam a participar da guerra ou de seus preparativos, dentre estes, a fabricação de ogivas nucleares e sistemas de vetores;
- apóiem os esforços dirigidos ao estabelecimento de uma Ordem Econômica Internacional justa, que constitua a base da segurança mundial.

SOBREVIVÊNCIA HUMANA: A CIÊNCIA, A TECNOLOGIA E O FUTURO DA HUMANIDADE

O Desafio Teológico

18. Entre os conhecimentos que puderam ser adquiridos até o momento, mediante esse diálogo, figuram os seguintes:

- O consenso, cada vez maior, em teologia, sobre a necessidade de entender Deus, a Humanidade e a Natureza em sua relação entre si, cuja expressão central é Cristo.
- O reconhecimento crescente, por parte dos cientistas, de que a ciência não é uma atividade isenta de valores ou neutra, mas ocupa lugar num mundo de decisões e de valores éticos.
- A teologia e a ciência falam línguas diferentes, o que continua criando problemas para o diálogo, problemas que devem ser abordados com uma compreensão mais profunda — por parte de cada uma — dos enfoques e limitações de ambas.

• A humanidade tem que reconhecer os dois pólos ao redor dos quais, e entre os quais, se desenvolve e evolui a vida: o Criador e a Criação. A tentativa de fazer caso omisso de um destes pólos tem consequências desastrosas.

20. Por isso, deveriam prosseguir, em todos os níveis, as conversações entre a Igreja e o mundo da ciência e da tecnologia. Nelas deveriam tomar parte todos os que têm que conviver com as consequências do desenvolvimento tecnológico. Esse diálogo faz parte do testemunho da Igreja sobre a responsabilidade do mundo quanto ao futuro da Criação e, por isso, também faz parte da teologia e da ética social ecumônica.

21. Na atualidade, tanto a ciência como a tecnologia estão implicadas, de maneira decisiva, em três ameaças à sobrevivência do mundo contemporâneo: a corrida armamentista mundial, a exploração e o domínio econômicos e a crise ecológica. A forma como estão implicados e as estruturas e poderes que desempenham uma função a este respeito devem ser objeto de uma análise mais detalhada. A maneira de conseguir que sirvam a uma sociedade justa, viável e baseada na participação tem que ser definida, continuamente, em termos práticos. Num mundo em que existem tantas religiões e ideologias, todos devem participar na procura comum de soluções.

Na atualidade, tanto a ciência como a tecnologia estão implicadas, de maneira decisiva, em três ameaças à sobrevivência do mundo contemporâneo: a corrida armamentista mundial, a exploração e o domínio econômicos e a crise ecológica.

22. Deve continuar o intercâmbio e a consulta recíproca no seio da comunidade cristã. Precisamos de diretrizes éticas para uma sociedade baseada na participação, que seja responsável do ponto de vista ecológico, economicamente justa, e possa lutar com êxito contra as forças que ameaçam a vida e põem em perigo o nosso futuro.

Questões Fundamentais para o Diálogo

23. Sugerimos que o diálogo contínuo com a comunidade científica se centralize nos seguintes pontos:

A tecnologia experimentada como poder destrutivo. Nos países industrializados, o poder econômico alcançado mediante os sistemas de produção e distribuição em massa se está difundindo, ainda mais largamente, na atualidade. Contudo, os custos sociais e ambientais têm sido muito elevados e ainda há pessoas que continuam a pagar o seu preço. Os problemas levantados pela contaminação e os riscos para a saúde e a segurança continuam ameaçando a vida das pessoas. Numa época de recessão econômica existe sempre o risco de se passarem por alto estes problemas ou de conceder-lhes menos prioridade do que a que merecem.

Nos países em desenvolvimento, o uso da ciência e tecnologia pelas nações industrializadas é considerado como permanente instrumento de domínio. A tecnologia é o que põe em marcha a vida econômica moderna e, ao tratar de alcançar esse progresso econômico, esses países têm a impressão de estar envolvidos numa corrida tecnológica interminável, que não podem ganhar e na qual jamais desempenharão o papel principal. O preço pago por comunidades inteiras é muito alto. A introdução da tecnologia avançada destruirá, é quase certo, os modos tradicionais de vida, repetindo-se o ciclo de exploração dos recursos com a contaminação do meio que ele traz consigo.

Tecnologia apropriada. Os sistemas apropriados de desenvolvimento tecnológico deverão levar em conta a cultura e os recursos autóctones em relação aos modelos viáveis de desenvolvimento. Entretanto, o poder da ciência e tecnologia no desenvolvimento econômico suscita problemas importantes quanto aos sistemas de controle que podem ser utilizados, particularmente, pelos países em desenvolvimento. Os principais agentes que intervêm na transferência de tecnologia são as empresas multinacionais que, quase sempre, deformam os modelos de desenvolvimento: podem sufocar as iniciativas locais, exercer uma influência indevida na tomada de decisões a nível nacional e, especialmente nas economias mistas, debilitar o setor público. Os poderes econômicos que decidem sobre a localização de um determinado complexo industrial prestam pouca atenção aos fatores sociais, culturais e ambientais que regem a vida de comunidades inteiras. Nessas circunstâncias, rapidamente é posta de lado qualquer consideração minuciosa quanto às formas mais convenientes de tecnologia adequada, baseadas nos recursos indígenas, tanto humanos quanto materiais. Se os países altamente industrializados e os menos industrializados compartilhassem a experiência adquirida, tornar-se-ia mais fácil obter modelos de desenvolvimento humano adequados a distintas situações. As Igrejas têm uma função importante: tornar possível esse intercâmbio de experiências.

Automação, microeletrônica e modos de emprego. As novas tecnologias continuam alterando e deformando o ritmo do planejamento econômico. As Igrejas devem colocar-se a par desses fatos, e o Conselho Mundial de Igrejas tem como função especial manter as Igrejas informadas.

Três fatos puderam ser determinados:

- Uma das tendências da tecnologia é dirigir a ciência e os interesses comerciais, sem levar em conta, praticamente para nada, o fator público.
- Quase não há planejamento geral sistemático, nem avaliação do impacto social causado pelas inovações.
- A noção do crescimento guiado pela tecnologia é utilizada para justificar políticas econômicas muito rígidas ("automatizar ou liquidar"). A microeletrônica levanta, de modo particularmente agudo, novos problemas relativos à tecnologia, devido ao seu rápido crescimento atual e à sua vasta gama de aplicações. A tecnologia pode ser empregada para aumentar as capacidades humanas, substituí-las ou transformá-las. A questão que se coloca é a seguinte: "Quais os critérios éticos adequados para a adoção desta tecnologia, num determinado contexto social e cultural?"

O Controle da Ciência e Tecnologia

24. Tanto a ciência como a tecnologia são formas de poder e podem ser utilizadas como forças desencadeadas na luta pelo poder. Certas formas de controle direto são exercidas através de seu quadro social, por exemplo, as instituições acadêmicas e de pesquisa, as empresas industriais e os departamentos governamentais. Variam, porém, as possibilidades de outros tipos de controle. Não se pode dizer, de antemão, que direção tomará a ciência pura, e, aqui, a liberdade pode ter uma importância capital. A tecnologia é mais controlável e pode ser útil classificar as

diferentes tecnologias em função de seus benefícios e desvantagens, a longo e a curto prazo.

25. Em alguns países, a ciência e a tecnologia estão centralizadas sob o controle do governo. Embora em todos os países o governo possa exercer certo controle, às vezes ele pode-se recusar a fazê-lo ou pode exercê-lo de maneira destrutiva. Os grupos de pressão podem apontar os piores abusos, mas, tanto os governos como os grupos de pressão pertencem a um âmbito cultural e sócio-econômico mais amplo que, por sua vez, pode precisar de mudanças fundamentais, se se deseja que a ciência e a tecnologia estejam a serviço de objetivos verdadeiramente humanos. Avaliar de modo crítico as expectativas e as prioridades é uma das tarefas das Igrejas.

26. Órgãos assessores, de bem diversas índoles, que contem com a participação pública, podem desempenhar importante missão elaborando diretrizes para o desenvolvimento científico e tecnológico na verificação dos resultados. Também é possível colaborar com os cientistas e tecnólogos a fim de que possam exercer um controle mais perspicaz de suas próprias atividades, particularmente quanto aos seguintes pontos:

- na educação científica, deve-se levar muito em conta a responsabilidade social. Os cientistas em formação não devem constituir um grupo seletivo, alheio ao patrimônio cultural de seu povo, e desconhecedor das consequências sociais e éticas de seu trabalho;
- a liberdade da investigação científica e o livre intercâmbio de informações são o fundamento da ciência. Devemos apoiar os cientistas em sua resistência contra a não divulgação de informações.

É animador comprovar o número cada vez maior de organizações preocupadas em aumentar a conscientização, proporcionando, assim, um âmbito de ação comum para os cientistas e as comunidades religiosas.

Setores que Preocupam mais Particularmente

27. *Bioética*: Os rápidos progressos na engenharia genética, na fecundação *in vitro* e nas técnicas correlatas suscitaram angustiantes perguntas sobre a integridade da natureza humana, da dignidade e do valor do corpo humano, da relação entre ser genitores e ser pais e as consequências sociais da interferência direta no patrimônio genético humano. Decisões de longo alcance já estão sendo tomadas a respeito, e consideramos fundamental que as Igrejas as verifiquem e contribuam para o seu exame, trazendo uma compreensão teológica mais profunda da natureza humana.

28. No relatório de Igreja e Sociedade sobre a manipulação da vida (1982), destacam-se alguns dos problemas. Ratificamos as suas recomendações e, em particular, apoiamos firmemente a recomendação do relatório que insiste em que "os cientistas de todo o mundo não participem de nenhuma pesquisa relacionada com a produção de armas biológicas e químicas". Instamos a que continuem os trabalhos empreendidos, constantes nesse relatório, e a que se lhes dê uma base teológica mais sólida. Observamos, também, os efeitos benéficos da tecnologia genética, sobre-

tudo para a agricultura, bem como, ao mesmo tempo, os eventuais efeitos nocivos que pode acarretar a competição no mercado mundial de alimentos. Os benefícios devem ficar ao alcance de todos os pobres do mundo.

29. *Opções relativas à energia:* A preocupação da opinião pública passou do poder nuclear e da crise mundial de energia ao desarmamento nuclear. Isso não deve ocultar o fato de que o fornecimento de combustível não renovável continua diminuindo de modo alarmante, apesar do momentâneo excedente atual. Quanto ao mais, reconhecemos, cada vez melhor, que, nas duas terças parte do mundo, o desmatamento é um problema sumamente grave que afeta sobretudo as comunidades rurais e as mulheres que devem percorrer grandes distâncias para buscar lenha.

30. A Conferência realizada no Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT) foi um marco de grande importância no programa sobre energia, de Igreja e Sociedade, que se seguiu à Reunião de Informação, realizada em Sigtuna (1975), sobre as consequências dos programas relativos ao uso da energia nuclear para fins pacíficos, e que deverá concluir com sua fase mais recente, isto é, com as consultas regionais no Terceiro Mundo, organizadas pelo Programa de Energia para meu Próximo.

Desde a Conferência do MIT, a diminuição da demanda de petróleo e uma moratória, *de facto*, na construção de novas centrais nucleares alteraram o planejamento energético. Persistem os problemas fundamentais relativos à diminuição do fornecimento de combustíveis tradicionais não renováveis e ao grave desmatamento. Depois do desastre de Harrisburg, a indústria de energia nuclear procura atualmente exportar novas variedades de reatores pequenos, pré-fabricados, para o Terceiro Mundo, o que levanta graves problemas morais, econômicos e políticos que merecem uma séria avaliação da base dos antecedentes gerais da questão energética.

31. Por conseguinte, reveste uma desesperada urgência, para os mais pobres dentre os pobres, o mitigar a crise de combustível nos próximos decênios e, por isso, essa é uma questão de grande prioridade para as Igrejas do mundo.

32. Mencionamos apenas alguns dos problemas teológicos, éticos e sociais colocados pela ciência e tecnologia. Existirão muitos outros, nos anos vindouros. Portanto, é uma necessidade imperativa que as Igrejas reservem recursos e criem estruturas apropriadas para responder a problemas tais, como: a dominação tecnológica sobre a cultura, as consequências humanas e sociais da revolução tecnológica permanente, os critérios e estruturas para o controle social da ciência e tecnologia, e as novas questões que suscitem o diálogo em curso entre ciência e fé.

A luta pela justiça e dignidade humana

INTRODUÇÃO

1. Desde a Quinta Assembléia (Nairóbi, 1975), as Igrejas e o movimento ecumênico têm feito grandes progressos em seu compromisso a favor da justiça. Aprofundaram e ampliaram a sua luta pela dignidade humana de todos os povos do mundo e estabeleceram um fundamento firme para uma nova etapa na peregrinação ecumênica para o Reino de Deus.
2. É significativo que, por toda parte, os pobres, os oprimidos e os que sofrem discriminação tomem consciência da necessidade de resistir aos poderes injustos e de determinar o seu próprio destino. É um sinal de vida.
3. Paralelamente, os poderes da injustiça e da opressão tratam de defender sua segurança absoluta, mediante a justificação ideológica e mesmo religiosa.
4. Portanto, surge uma nova situação, em que os povos lutam pela justiça e os direitos humanos, em diferentes setores de sua vida.

CONVICÇÕES BÁSICAS BÍBLICAS E TEOLÓGICAS

"Porque nele habita corporalmente toda a plenitude da Divindade, e vós, também nele estais aperfeiçoados, porque ele é o cabeça de todo principado e potestade" (Cl 2. 9, 10).

1. Confessamos nossa fé no Deus Trino, doador, redentor e santificador da vida. Por isso é que, como cristãos e como Igrejas, confiamos, oramos e procuramos os sinais do Reino de Deus em sua criação. Desde Nairóbi, temos feito progressos em nossa concepção de uma sociedade mais justa, viável, e baseada na participação.

Contudo, desde então, os acontecimentos sociais, econômicos e políticos evoluíram dramaticamente em sentido contrário. Mais e mais pessoas são detidas e "desaparecem", são torturadas, privadas de sua liberdade religiosa e obrigadas a transferir-se ou a exilar-se. A máquina da ordem econômica vigente condena à fome milhões de desocupados, por ano. O abuso da ciência e da tecnologia oprime o povo e destrói a terra, numa desenfreada corrida armamentista.

Interpretamos tal desenvolvimento como uma idolatria que surge do pecado dos seres humanos seduzidos por forças satânicas. Estamos em situação semelhante à das igrejas primitivas, às quais se dirige João no

Apocalipse. Atacados pela besta dos poderes internos e internacionais, pressionados pela besta das ideologias da segurança nacional vigentes (ver Ap. 13), alguns de nós permanecem fiéis, outros lutam e outros se deixam levar pela indiferença. Como chegamos a esta situação?

Parte do poder benéfico que Deus compartilhou com a humanidade, feita à sua imagem, implica compartilhar a responsabilidade criadora no mundo (Gn 1. 26-28). Dá-se, no entanto, o contrário (Gn 3. 5). Em termos atuais, são ídolos os poderes que dominam a "natureza" (a terra, os povos aborígenes, o trabalho manual, as mulheres) e as posses ilimitadas. Esta cultura de violência gerou sistemas internacionais de segurança que procuram manter, a todo custo, o controle total da situação. É uma obsessão para as nações industrializadas e contagia as demais.

Não obstante, confessamos a Jesus Cristo, em quem a totalidade do universo foi criada, como Senhor dos demônios, de todas as forças da morte e de todas as coisas (Ef. 1. 9-19). Antecipamos a vitória do Cordeiro (Ap 12. 21) que inspira os que sofrem e dá valor aos mártires em qualquer parte do mundo.

2. Este desenvolvimento autodestrutivo não conhece limites. Não só as seitas fundamentalistas, mas também alguns membros das Igrejas, partidos políticos e governos, tratam de legitimá-lo, qualificando-o de "cristão". Esses grupos se opõem à identificação das Igrejas com os pobres em seu testemunho do Reino de Deus.

Isto põe em questão não só a ação da Igreja, mas também seu próprio ser e sua própria fé. Muitas estão alertas diante do perigo, como no caso da heresia do *apertheid*. Contudo, os assim chamados argumentos cristãos defendem os sistemas multinacionais, as aplicações, sem críticas, da ciência e da tecnologia e a produção de armas nucleares de destruição em massa. Ao confessar o Cristo, a Igreja deve confessar seu pecado. Reconhece, timidamente, sua cumplicidade nos processos de morte e sua tolerância a respeito. Também reconhece os perigos inerentes ao exorcismo.

Ao mesmo tempo, a Igreja é a nova comunidade (*koinonia*), o povo escolhido de Deus:

- que proclama o Cristo como o Bom Pastor que dá "vida, e vida em abundância" (Jo 10. 10; Ez. 34), em oposição aos assalariados e aos mercenários;
- que afirma que Deus ama a todo mundo (Jo 3. 16); que se aproxima dos cegos e oprimidos (Lc 4. 18); que escolheu os pobres para serem ricos (Tg 2. 15); e que a justificação nos impele a trabalhar pela justiça (Paulo);
- que resiste aos ídolos, denuncia injustiças, assume riscos pelo Reino de Deus e, se necessário, sofre o martírio por amor de Cristo e da justiça.

3. A luta espiritual da Igreja implica sua participação concreta nas lutas espirituais dos pobres, dos oprimidos, dos alienados e dos exilados. O Espírito está entre os que lutam. O Espírito infunde amor e coragem, e

A luta espiritual da Igreja implica sua participação concreta nas lutas espirituais dos pobres, dos oprimidos, dos alienados e dos exilados.

oferece uma visão criadora. A Igreja de Cristo celebra a Eucaristia como a encarnação do amor de Deus e a fonte de toda força espiritual no povo de Deus (Ez 37. 10; Ap 11. 11). Dado que o problema crucial é o abuso — sistematizado, mecanizado e exercido sem controle — do poder que recebemos de Deus, é imperativo que o poder tecnológico, econômico, político e militar seja, uma vez mais, submetido a controle.

Enquanto isso, os cristãos são chamados a resistir a qualquer poder que os induza a ser cúmplices do pecado. Todos estamos expostos à tentação dos abusos do poder. Portanto, justificados pela fé, os seres humanos lutam por afirmar a vida como sinal do Reino que há de vir. A persistência e a obstinação da viúva, quando discutia com o juiz (Lc 18. 2-5), indica claramente a atitude e a energia com as quais devemos agir na luta pela justiça e dignidade humana. O Senhor da Igreja nos dá uma visão transcendente e a paciência dos mártires para resistir às estruturas em que se apóia um sistema pecaminoso, quando promete: *"Eis que estou convosco todos os dias, até a consumação do século"* (Mt 28. 20).

PODERES OPRESSORES E PODERES DE LIBERTAÇÃO

1. Deus, como doador da vida, é a fonte de todos os poderes, mesmo daqueles que podem ser usados contra o seu próprio ser (Jo 19. 11). Deus provê a vida com a capacidade de agir sobre si mesma e, com amor, confia em que esse poder será utilizado conforme a sua vontade. Daí, que o poder e a autoridade existem com a permissão de Deus (Rm 13. 1-2), para operar pelo bem de sua criação.

2. Há, em nossos dias, um tremendo abuso de poder. Apesar da abundância de recursos, aumentam as desigualdades sociais. Embora o racismo seja condenado internacionalmente, o *apartheid*, vigente na África do Sul, ameaça a integridade territorial dos seus vizinhos. A discriminação, as execuções extrajudiciais, a regressão política, o genocídio e as violações dos direitos sócio-econômicos põem em evidência o exercício do poder contra os interesses do povo e, de fato, contra o próprio povo. As elites de poder concentram riqueza para controlar as instituições políticas e os

Trabalhadores urbanos e do campo fazem greve por melhores salários, no Brasil



Valdir Afonso



Aloizio M. Oliva

meios econômicos. Esses grupos fazem entre si alianças, caracterizadas por uma permanente colaboração econômica, militar e política, que se justifica mediante as doutrinas da segurança nacional. Estas não garantem a segurança do povo que, assim, é controlado pelos ricos através do desenvolvimento tecnológico. As relações sociais se desumanizam e as manifestações de vida se pervertem.

Particular manifestação dessa injustiça é a ordem econômica internacional vigente, que institucionalizou o domínio das economias do Norte sobre o comércio, as finanças, a indústria, a fabricação de alimentos e o conhecimento. Essa ordem econômica, dirigida sobretudo pelas empresas multinacionais, subordina e torna dependentes as economias do Sul.

Em resumo: somos, hoje em dia, testemunhas de um novo tipo de abuso de poder. Jamais os interesses econômicos, o poderio militar, o conhecimento tecnológico e as alianças internacionais constituíram, como agora, uma constelação de forças que atentam contra a dignidade da vida do mundo: contra o próprio Jesus Cristo! As consequências são um terrível sofrimento humano, a degradação e a morte.

3. Não deixemos que o pessimismo se apodere de nós. O poder, como dom de Deus, é utilizado, e deve ser, para deter a influência daqueles que adoram os ídolos da morte. Representa a capacidade dos seres humanos para compartilhar a criação de Deus. Este tipo de poder positivo encontra-se naqueles, e entre eles, que, precisamente por terem tão pouco, amam e apreciam os formosos dons do Deus Trino. Existem ricas possibilidades entre os desvalidos, os pobres, manifestadas ao longo dos tempos, poderes que afirmam a dignidade e celebram a justiça. O mesmo ocorre agora, neste exato momento da história. Com criatividade e coragem, que são o sinal da esperança em nosso tempo, procuram a libertação com justiça. Devemos afirmar o direito a compartilhar o poder com eqüidade, porque isso é vida compartilhada. O poder dos poderosos é confrontado com o poder do povo: os negros na África do Sul, as mulheres discriminadas, o Minjung (o povo) na Coréia, os camponeses pobres na América Central. Suas lutas demonstram a força espiritual dos que foram chamados por nosso Senhor "os herdeiros do Reino".

4. A luta pela justiça e dignidade exige que resistamos aos abusos dos poderes de opressão. Chama-nos à solidariedade com os que procuram construir o poder do povo, que aspira a criar uma sociedade com maior participação. Tem por meta um legítimo exercício do poder. Por isso, devem fortalecer-se e ampliar-se as redes internacionais de apoio instituídas pelas Igrejas, a fim de que o povo possa resistir, denunciar e combater as causas da injustiça e, também, para que se arrisque a buscar uma nova sociedade. Essas redes contribuem para a acumulação de forças entre os pobres, acompanhando-os e estimulando-os em seus atos de resistência aos abusos do poder. Consideradas pelos poderosos como vulgares e desprezíveis, as vidas dos pobres — vidas dadas por Deus, criadas em Jesus Cristo e por meio dele — são compartilhadas sem limites, como seu único recurso.

Jamais os interesses econômicos, o poderio militar, o conhecimento tecnológico e as alianças internacionais constituíram, como agora, uma constelação de forças que atentam contra a dignidade da vida do mundo: contra o próprio Jesus Cristo!

O SISTEMA DE OPRESSÃO E DE INJUSTIÇA

São cada vez mais íntimas e mais claras as inter-relações entre as distintas manifestações da injustiça e da opressão. O racismo, o "sexismo", a

dominação de classes, a negação dos direitos do povo e outras formas de opressão; o desprezo e a marginalização encontram-se vinculados entre si, numa estrutura semelhante à da teia de aranha, na qual se incorporam e se iniciam as muitas injustiças, causa de tanto sofrimento e morte. Os instrumentos de opressão mantidos e sustentados nessa teia de aranha variam, desde o sorriso formal que acompanha uma negociação, até a gigantesca maquinaria militar.

Racismo

1. A conferência do Conselho Mundial de Igrejas intitulada "As Igrejas frente ao Racismo na Década de 80" pôs em evidência o alcance mundial do racismo. Embora o sistema legalizado do *apartheid* na África do Sul seja o exemplo mais patente e repulsivo, o racismo levanta sua cabeça monstruosa em todas as partes do mundo. A violência premeditada, e mesmo o genocídio, contra grupos indígenas da Guatemala é um exemplo revelador.

O racismo intensifica-se, muitas vezes, mediante os fatores econômicos e militares dos sistemas internacionais predominantes. As reivindicações dos povos indígenas quanto ao direito à terra são, muitas vezes, desprezadas em nome do desenvolvimento e da segurança nacional. Em alguns lugares da Europa e América do Norte, as políticas e práticas de imigração são discriminatórias por motivos raciais. E por motivos raciais, as políticas educativas negam igualdade de oportunidades e de emprego. Na África do Sul, os chamados "territórios pátrios" (*homelands*) converteram-se em depósito de milhares de pessoas privadas de seus direitos de nascimento e expulsas de seus lares para a manutenção da supremacia branca. A frequente resistência dessas pessoas leva-as ao desterro, à detenção arbitrária, à prisão sem julgamento e, às vezes, a mortes misteriosas durante o encarceramento. As atuais mudanças constitucionais prometem fortalecer o domínio dos brancos, afastar os negros uns dos outros e impedir-lhes a participação na instauração de uma sociedade comum, justa e pacífica.



Multidão de negros enfurecidos é detida por cães especialmente treinados, em Soweto, África do Sul.

As Igrejas não só começaram a aprofundar sua compreensão das causas fundamentais do racismo atual, como também empreenderam ações corajosas para responder às forças do racismo a nível nacional e mundial. Isso deu novas esperanças aos que sofrem a opressão racial, como os povos aborígenes, as minorias étnicas, os que reclamam os direitos à terra e o livre arbítrio, na sua luta desafiante contra as enraizadas forças do racismo. À medida que aumenta o racismo, aumentam as lutas dos que sofrem a opressão racial.

As Igrejas não só começaram a aprofundar sua compreensão das causas fundamentais do racismo atual, como também empreenderam ações corajosas para responder às forças do racismo a nível nacional e mundial.

“Sexismo”

2. Assim como entendemos por racismo qualquer atitude ou ação estrutural que trate as pessoas como seres inferiores por motivos de raça, entendemos por “sexismo” qualquer domínio ou exclusão por motivos de sexo. Os fatores econômicos apóiam muitas das diferentes manifestações do “sexismo” que levam à exploração e à manipulação. Apesar da considerável transformação na divisão tradicional do trabalho dos homens e das mulheres, sobretudo no mundo industrializado, estas têm ainda um longo caminho a percorrer em sua luta pela igualdade. É alarmante o crescente fenômeno do turismo sexual, organizado por agências turísticas internacionais, que afeta principalmente, embora não de maneira exclusiva, as mulheres e meninas. O abuso dos meninos, nesse comércio, acrescenta-se a esta horrível tendência.

A violência contra as mulheres é outra forma censurável de “sexismo”. A violação, como expressão de domínio por parte de indivíduos ou de grupos de homens, como soldados ou bandidos, é um atentado contra a vulnerabilidade física da mulher. Além disso, as surras causam às mulheres sofrimento e humilhação incalculáveis. Para deter este tipo de violência, são necessários mais estudos e informações sobre as consequências e as causas desse mal.

Deve-se reconhecer a influência perniciosa dos meios de informação e tratar de que se convertam num instrumento positivo para eliminar os prejuízos estereotipados e as atitudes discriminatórias, no que se refere aos valores raciais e sexuais.

3. A supremacia de classe apóia muitas manifestações de “sexismo” e racismo, baseadas na exploração econômica e avidez de lucro, na escravidão cultural, no colonialismo e neocolonialismo.

4. É uma triste realidade o fato de que, freqüentemente, as Igrejas são cúmplices da opressão e da dominação, ao apoiá-las e consenti-las. Em muitíssimas ocasiões, a vida da Igreja só reflete o seu meio ambiente social, enquanto os setores mais fracos da sociedade — os pobres, os que sofrem opressão racial e as mulheres — estão ausentes dos cargos de direção e dos processos de tomada de decisões.

O estudo do Conselho Mundial sobre a Comunidade de Mulheres e Homens na Igreja, realizado depois de Nairóbi e que culminou com a Conferência de Sheffield, em 1981, contribuiu para determinar as causas básicas da opressão sobre a mulher e fortaleceu a concepção do poder como apropriação do poder. Deste ponto de vista, o poder não é algo

finito, isto é, quando um grupo tem maior poder, outro tem menos, mas esta apropriação do poder pode-se tornar ilimitada. Além disso, não é concebido em termos de poder sobre uma pessoa ou de uns contra outros. Permite que os que são oprimidos se defendam a si próprios e sejam co-partícipes, de pleno direito, na luta pela justiça e dignidade para a instauração de uma verdadeira comunidade.

OS DIREITOS DOS POVOS

1. Os poderes da dominação e opressão formam um violento torvelinho de forças, políticas e sócio-econômicas, que criam graves condições favoráveis à violação múltipla e variada dos direitos dos povos.
2. Os poderes autoritários e ditatoriais, o abuso da doutrina da segurança nacional, a militarização e o uso indevido da ciência e tecnologia nos mecanismos repressivos são parte integrante do processo de opressão que nega os direitos civis, políticos e culturais do povo, em muitos países.
3. Na maioria das sociedades, ocorrem violações flagrantes e sistemáticas dos direitos humanos. As pessoas são objeto de detenções arbitrárias, tortura, execuções sumárias e desaparecimento, quase sempre de modo extrajudicial, numa escala e freqüência sem precedentes.
4. O domínio econômico e as estruturas sociais injustas eliminam os direitos sócio-econômicos do povo, tais como as necessidades básicas das famílias e comunidades e os direitos dos trabalhadores.
5. A dominação racial nega os direitos à terra dos povos indígenas étnicos e aborígenes, e, com freqüência, causa o encarceramento ilegal de setores inteiros da população. O povo reclama seus direitos a compartilhar a vida e a plenitude da vida, que é um dom de Deus. Eles têm direito a ser reconhecidos como seres humanos e participantes plenos em seu destino.
6. As Igrejas são chamadas à solidariedade com o povo que luta e com aqueles que se unem à sua luta pela defesa dos seus direitos, particularmente as Igrejas e comunidades cristãs cujo testemunho — inclusive o martírio — galvanizou a irmandade ecumênica mundial.

CONCLUSÕES

1. As bestas estão soltas no cosmos (Ap 20. 7-9) e manifestam seu poder de maneira aterradora.
2. Cristo reina no mundo. Seu povo é chamado a participar em sua luta que dá poder contra os poderes demoníacos do mundo.
3. As Igrejas são chamadas a ser testemunhas fiéis e firmes do Reino do Cordeiro e a ser um sinal claro de esperança no mundo, como aliadas daqueles que lutam pela sua libertação.

As Igrejas são chamadas a ser testemunhas fiéis e firmes do Reino do Cordeiro e a ser um sinal de esperança no mundo, como aliadas daqueles que lutam pela sua libertação.

RECOMENDAÇÕES ÀS IGREJAS PARA A AÇÃO ECUMÉNICA

Ajuste de um pacto

Que as Igrejas, em todos os níveis — congregações, dioceses/sínodos, redes de grupos cristãos e comunidades de base —, juntamente com o Conselho Mundial, ajustem um pacto num processo conciliar:

- para confessar o Cristo, vida do mundo, como Senhor sobre os ídolos de nossos tempos, o Bom Pastor que dá “*vida, e vida em abundância*” para seu povo e toda a criação;
- para resistir aos poderes demoníacos da morte inerentes ao racismo, ao “*sexismo*”, à dominação de classe e ao militarismo;
- para repudiar o uso indevido da organização econômica, da ciência e tecnologia a serviço de principados e potestades e contra o povo.

Que firmemos um compromisso claro, em forma de pacto, para trabalhar pela justiça e paz, como o fizeram em Vancouver os representantes centro-americanos e estadunidenses, como sinal de firme resistência a qualquer tipo de opressão e como um passo a favor da paz com justiça.

Que repudiemos as forças heréticas que utilizam o nome de Cristo ou “cristão” para legitimar os poderes da morte.

Espiritualidade

Que as Igrejas examinem os modos de manifestação da espiritualidade cristã na luta pela justiça e a dignidade humana. A este respeito, fazemos um apelo às Igrejas para que cultivem e fortaleçam a vida espiritual do povo pela oração, o estudo bíblico e o culto, e que a justiça e a dignidade humana façam parte da vida da Igreja.

Que as Igrejas e os cristãos apóiem os valores com os quais as culturas populares, outras confissões de fé e ideologias contribuem para a ação comum do povo, em sua luta pela justiça e pela dignidade humana.

Solidariedade

Que as Igrejas se solidarizem com os pobres, os oprimidos e os que sofrem discriminação, a fim de fortalecer seus movimentos e organizações.

Para solidarizar-se com aqueles que lutam por transformar as estruturas injustas do poder, especialmente aqueles que, por seu compromisso com a justiça e a dignidade humana, são vítimas da tortura e de outras formas de violência, que todas as Igrejas aumentem seus esforços, mediante ações concretas, como:

- expor e denunciar publicamente a tortura e todas as outras formas de violência;
- expor e denunciar a violência contra a mulher e as crianças, em particular a violência no lar e o estupro;
- prestar auxílio às vítimas e suas famílias;



CMI Peter Williams

- proporcionar ajuda material e jurídica aos que foram presos por razões de consciência;
- realizar reuniões de oração e outras manifestações públicas de preocupação;
- dar asilo aos refugiados ameaçados de exílio sem o devido processo judicial;
- intensificar os esforços no sentido de tomar medidas internacionais eficazes para proteger os refugiados dos insultos, do refluxo (*refoulement*) e para que tenham direito ao procedimento.

Que as Igrejas Membros demonstrem sua solidariedade ecumênica internacional combatendo as estruturas econômicas injustas, mediante:

- a reflexão teológica sobre os princípios do trabalho e da dignidade humana e sobre novos modelos econômicos, com vistas a uma sociedade justa, viável e baseada na participação;
- a participação num processo intensivo de informação a seus membros sobre a natureza das estruturas econômicas repressivas e a cumplicidade deles no fortalecimento dessas estruturas;
- a denúncia do papel das empresas multinacionais que apóiam estruturas econômicas injustas, fortalecem os regimes racistas, exploram as mulheres como fontes de mão-de-obra barata, e utilizam tecnologia que dá lugar à demissão da mão-de-obra e ao desemprego;
- o exame minucioso, por parte das Igrejas, de seus investimentos e do investimento em outros tipos de desenvolvimento e comércio, que tentam assentar as bases de relações econômicas mais justas e viáveis.

Fortalecimento das redes

As Igrejas devem continuar consolidando e expandindo as redes e vínculos de solidariedade entre Norte e Sul, particularmente entre os países do Sul

Ronda Alta, RS, Brasil:
Igreja e povo solidários

O moderador do Comitê Central, Arcebispo E.W. Scott e o Dr. Phillip Potter na processional de abertura do culto

entre si e devem incentivar o diálogo entre as Igrejas do Oriente e Ocidente, de distintas maneiras e formas, para que sejam mais eficazes.

As Igrejas são chamadas a afirmar seu compromisso com um processo de diálogo contínuo e de visitas recíprocas, buscando um apoio mútuo para seu ministério e suas atividades de solidariedade.

As Igrejas devem contribuir na busca de medidas de estímulo à confiança entre os governos, a fim de reduzir as tensões e criar um clima favorável às relações internacionais sadias.

As Igrejas devem instituir comissões, ou continuar seu trabalho e/ou traçar programas regionais relativos aos Direitos Humanos. Essas organizações têm sido muito importantes a nível internacional, para apoiar as lutas dos povos pelo respeito aos seus direitos.

As Igrejas devem educar seus membros para permitirem a participação de todos os setores nas lutas destas redes de solidariedade. Portanto, insistimos em que aprofundem a sua compreensão do exercício do poder a favor da justiça social e da libertação humana, e dos assuntos de ética política. A este respeito, devem empreender um processo intensivo de informação a seus membros sobre a natureza dos principados e potestades que exercem a opressão, e sobre a cumplicidade que possam ter com eles.

Financiamento

As Igrejas são chamadas a proclamar e lutar pela justiça no mundo, e a própria vida das Igrejas deve encarnar essa justiça, principalmente ao nível de sua vida financeira. Deve-se fortalecer a solicitação dos dois por cento como um instrumento da solidariedade contínua com os pobres e de apoio aos movimentos populares que trabalham em prol da justiça e da dignidade humana.

Instamos as Igrejas a darem uma expressão concreta a suas preocupações pelo trabalho em benefício dos direitos humanos e da justiça social, mediante o incremento do seu compromisso financeiro.

Instamos as Igrejas a continuarem e aumentar seu apoio ao "Fundo Especial do Programa de Combate ao Racismo".

Aprendizagem em comunidade

PREÂMBULO

Viemos de diferentes contextos e com uma variedade de experiências, de expectativas e de frustrações na área da aprendizagem. Viemos dispostos a aprender uns com os outros e a descobrir como a Igreja pode ser uma comunidade de aprendizagem. Desde o início, tratamos de ver como nós mesmos constituímos uma comunidade de aprendizagem. Enumeramos, a seguir, as experiências de aprendizagem que tivemos no transcurso de nossas sessões:

Descobrimos vários obstáculos no caminho para a constituição de uma comunidade de aprendizagem, tais como:

- limitações da linguagem, impedindo uma comunicação plena entre nós;
- as ainda conflitivas diferenças culturais, sociais e econômicas dos membros tornaram difícil o encontro em clima de confiança;
- as diferenças de abordagem teológica resultaram, às vezes, em mal-entendidos e conflitos;
- as limitações do tempo disponível nos mostraram que a aprendizagem em comunidade requer muito tempo, muita paciência e disponibilidade para escutar o outro.

Ao mesmo tempo nos convencemos, não só pela experiência que tivemos em nosso grupo particular, mas também por todo o processo da Assembleia, de que:

- o apoio mútuo ajuda a vencer as barreiras da linguagem;
- a disposição para discutir francamente conceitos, opções e experiências diferentes cria um clima de confiança que facilita a aprendizagem recíproca;
- a comunhão entre as Igrejas é, ao mesmo tempo, um desafio e uma riqueza. Portanto, a comunhão é requisito indispensável para a aprendizagem em comunidade.

Tanto as experiências negativas como as positivas deram resposta a nossa pergunta inicial: "Que tipo de comunidade procuramos?" Ajudaram-nos, também, a descobrir e a refletir sobre as metas futuras da aprendizagem em comunidade. São elas:

- descobrir, juntos, que Deus nos deu *um* mundo;
- participar das tarefas exigidas pela obtenção da justiça e da paz;
- participar de comunidades que dão um testemunho profético;
- relacionar nossos esforços locais com as perspectivas globais.

Esta é à visão maior que percebemos em relação ao futuro do movimento ecumênico, como uma comunidade de aprendizagem. Esta foi discutida e expressa em nosso grupo por meio da análise que fizemos sobre seis grandes áreas: educação familiar, aprendizagem litúrgica, aprendizagem congregacional, educação formal, educação teológica e educação para o desenvolvimento. Em cada uma destas áreas, a frase "aprendizagem em comunidade" significa, para os cristãos: que a aprendizagem é tanto pessoal como comunitária; que é crucial a plena participação de todos os envolvidos; que todos os participantes são simultaneamente mestres e discípulos; que a criação de uma comunidade humana mais inclusiva é meta importante da aprendizagem. Sustentamos que uma comunidade, seja qual for o seu tamanho, não se constitui por acaso, mas vai-se formando através das lutas fundadas no poder do Espírito Santo e do compromisso com os valores do Reino de Deus.

SEIS ÁREAS DE APRENDIZAGEM ECUMÊNICA

Educação para a Família

Considera-se a educação para a família como um processo mediante o qual a Igreja capacita os membros de um lar a assumir a responsabilidade de viver de acordo com sua fé, no contexto social em que se desenvolvem. A educação para a família é um aspecto fundamental da educação congregacional. Assim como a congregação vem a ser uma família extensiva da família do lar, a comunidade vem a ser a família extensiva da congregação. Por extensão, considera-se a inter-relação entre comunidades uma expressão da *oikoumene*. Assim, pois, a educação para a família deve ser considerada um instrumento privilegiado da pastoral familiar.

Entretanto, nosso conceito de família já não corresponde à realidade da família atual. Por isso, a Igreja deveria ampliar seu conceito de família para nele poder incluir as famílias de lares separados, de pais não casados, bem como os viúvos e seus filhos. A Igreja também deveria estudar a evolução experimentada pelos conceitos de maternidade, paternidade, as relações pessoais e o papel dos adultos na formação das crianças.

A educação cristã, nas congregações, deveria orientar-se para a família. Considerando a brecha que separa, cada vez mais, os velhos dos jovens, os homens das mulheres, os adultos das crianças, a pastoral familiar deveria implementar atividades comuns às diversas gerações, a fim de contribuir para a unidade da família. Em todos os lugares, mas especialmente onde existe uma alta proporção de analfabetos, as Igrejas devem procurar que seus programas de educação para a família sejam realizados por meio de trabalhos manuais, artesanato, dramatização, audiovisuais, etc.

Aprendizagem Litúrgica

A liturgia é o serviço da comunidade que inclui, em si, as dimensões da aprendizagem em comunidade. O aprendizado litúrgico encerra os seguintes elementos:

- a experiência da presença de Deus na comunidade de crentes;

- a revelação de Cristo, enquanto realidade vivente transmitida pela pregação da Palavra e recebida por meio dos sacramentos;
- nossa resposta a Deus, em termos de arrependimento, oferendas, ação de graças, adoração e celebração.

Tudo isso se realiza na comunhão e se expressa mediante uma linguagem específica e uma ordem determinada. Essa linguagem não é meramente verbal, mas inclui várias expressões não verbais, tais como: sinais, símbolos, drama, ritos e gestos.

Os propósitos da vida litúrgica são:

- redescobrir e atualizar a herança contínua da comunidade cristã;
- trazer, como oferenda, nossa experiência atual à vida total e comunitária da Igreja;
- levar da liturgia nossa visão comum e nossa experiência comum, e manifestá-las numa vida de serviço e testemunho no mundo.

Aprendizagem Congregacional

Os seguintes elementos da aprendizagem ajudam a formar as pessoas como indivíduos e como uma congregação do Povo de Deus:

- educação litúrgica, como centro espiritual da aprendizagem congregacional;
- educação familiar, como o fundamento da vida e do crescimento cristão;
- educação formal, como uma oportunidade necessária à reflexão sobre a experiência religiosa através da vida.

Numa perspectiva teológica, entendemos que a congregação deveria estar:

- baseada no Evangelho, com um compromisso real com as exigências do Reino de Deus, e aberta ao poder libertador do Espírito Santo;
- fundamentada na tradição, sustentada pela adoração, aberta à renovação e à transformação, através do compromisso concreto no mundo;

Encontro de trabalhadores,
no Brasil



José Ricardo Ramalho

- comprometida com uma vivência de acordo com a fé, interpretando o Evangelho em novos e diferentes contextos, dando apoio mútuo e aberto ao mundo, sendo sinal e instrumento de melhores relações humanas;
- colocada em solidariedade com os “mais humildes” dos filhos de Deus, procurando a participação de todos: mulheres e homens, velhos e jovens, ricos e pobres, e aqueles que ninguém escuta;
- disposta a tratar os conflitos abertamente, vendo-os como oportunidades para a aprendizagem em comunidade.

Em tal comunidade, a aprendizagem congregacional torna-se numa aprendizagem ecumênica. Essa aprendizagem permite que uma Igreja unificada possa ser instrumento da obra de Deus no mundo, a fim de que todo o mundo habitado seja habitável para toda a criação.

Educação Formal

Dentro da sua própria situação local, as Igrejas precisam desenvolver estratégias para dar um testemunho no campo da educação formal, isto é, os programas de educação geral já devem ser estruturados em relação com as Igrejas ou o Estado.

Às vezes, nossas instituições educativas dividem, em lugar de contribuir para a construção de comunidades. A missão das escolas não é impor preconceitos, uma visão estreita ou divisões artificiais entre as pessoas, mas, sim, motivar uma ampla tolerância.

Já que a educação incrementa as possibilidades de desenvolvimento pessoal, precisamos preocupar-nos especialmente em atender às necessidades daqueles que sofrem desvantagens ou impedimentos, de modo a assegurar-nos de que não sejam discriminados com relação aos mais aquinhoados.

A educação deve combinar uma preocupação pelas pessoas, a verdade e a formação de aptidões. Uma educação que não leva em consideração cada um desses fatores é deficiente. As Igrejas têm a responsabilidade de incluir no currículo oferecido aos alunos as preocupações de justiça, paz e sobrevivência ecológica.

Reconhecendo que nos países de minoria cristã a existência de escolas patrocinadas pela Igreja é, por si mesma, um testemunho cristão, cremos que as Igrejas devem empenhar-se mais em manter uma presença cristã nas instituições seculares. Em relação a esta situação, dever-se-ia dar prioridade à formação de professores, ao desenvolvimento do currículo e, nos casos em que se justifique, à formação de capelães escolares.

Educação Teológica

A educação teológica é um processo de aprendizagem que pertence aos afazeres de todo o Povo de Deus. Mais do que o desenvolvimento de capacidades para o exercício do pastorado, ou a aquisição de conhecimento teológico de *algumas* pessoas, a educação teológica quer transfor-

mar as pessoas para uma liderança comprometida com o Reino de Deus. Neste contexto, a educação teológica é uma reflexão sobre a fé no Deus da Bíblia, o que tem implicações no estilo de vida, na escolha de opções e na relação com Deus e com as pessoas.

A teologia e a educação teológica devem ser vistas dentro do contexto sócio-político, econômico, cultural e espiritual. A educação teológica deve criar consciência sobre os problemas e oportunidades a nível local e regional, e sua relação com os problemas a nível mundial.

Além disso, a educação teológica deve ocupar-se das relações entre a ação e a reflexão, a experiência e a tradição, o pessoal e o coletivo, o local e o mundial. A aprendizagem teológica encerra o desenvolvimento espiritual e uma compreensão ecumênica orientada para o objetivo de uma nova sociedade. Observa-se, contudo, a necessidade de desenvolver novos conteúdos de programas, e critérios adequados para a avaliação dos participantes, coerentes com uma ampla e plena participação da comunidade humana (*oikoumene*).

Educação para o Desenvolvimento

A educação para o desenvolvimento deveria constituir uma dimensão essencial de todos os programas e atividades do Conselho e das Igrejas. Deveria capacitar as Igrejas a chegarem a ser Igrejas que se coloquem ao lado dos pobres. O aumento da pobreza, tanto no Norte como no Sul, torna este esforço mais urgente hoje em dia do que no momento em que foi implementado o programa de Educação para o Desenvolvimento, do Conselho Mundial de Igrejas.

Quanto ao grupo ecumônico internacional, descobrimos que o mesmo termo, "educação para o desenvolvimento", cria freqüentemente confusão e inibe a comunicação e a colaboração. Sugerimos, portanto, que as Igrejas e o Conselho considerem a possibilidade de trocar o nome "educação para o desenvolvimento" por "educação para a paz e a justiça".

RECOMENDAÇÕES ÀS IGREJAS

Quanto à Educação para a Família

As Igrejas deveriam promover a produção de material de aprendizagem e literatura simples, sobre o modo como todos os membros da família podem engajar-se na vida e no trabalho da Igreja desde a infância, através do batismo, da confirmação e outros eventos especiais da vida cristã.

As Igrejas devem estar devidamente preparadas para responder à constante demanda, por parte dos pais e, especialmente, das mães, quanto ao modo de responder cristãmente aos problemas da vida em família. Isto recomenda a reestruturação da educação teológica, para nela incluir várias formas de aconselhamento e aptidões educativas.

As Igrejas devem ajudar as famílias a chegar à compreensão das perspectivas econômicas, tanto a nível da comunidade local, como global. Devem

promover o culto em outras congregações, visitas, e troca de correspondência entre famílias e crianças que vivem em diferentes países.

Quanto à Aprendizagem Litúrgica

Para ajudar na formação de comunidades litúrgicas ecumênicas, recomendamos que as igrejas locais:

- usem o Círculo Ecumênico de Orações;
- unam suas intercessões a suas oferendas;
- incorporem hinos que expressem atitudes comunitárias em lugar de atitudes individualistas; usem uma linguagem inclusiva e uma música que reflita a *oikoumene*; expressem o compromisso com a justiça e a paz;
- incentivem a expressão da comunidade através de sinais e atos: troca de saudações da paz, co-participação numa refeição, “ágape”, participação em procissões e estímulo à participação de todas as gerações;
- implementem a visão adquirida mediante a adoração, no serviço e na missão no mundo.

Quanto à Aprendizagem Congregacional

Recomendamos às Igrejas Membros que:

- animem a participação das crianças no culto, inclusive na Santa Ceia, quando conveniente;
- dêem oportunidade a todas as gerações para a aprendizagem em comum;
- ajudem os pastores a tomar conhecimento do processo de aprendizagem em comunidade e a se disporem a compartilhar o ministério;
- incitem as congregações a dar espaço a grupos locais que lutam pela justiça e paz oferecendo a eles um lugar na vida congregacional. A relação dinâmica entre as congregações e grupos locais deveria permitir uma reflexão sobre o compromisso e a fé. As congregações deveriam abrir-se aos migrantes, refugiados, grupos marginalizados e àqueles que lutam pela justiça e pela paz;
- ajudem todos os membros da congregação, velhos e jovens, a desenvolver, juntos, estilos de vida baseados no Evangelho e uma nova espiritualidade fundada na adoração, na oração e no compromisso.

Quanto à Educação Formal

- Instamos as Igrejas a que orientem as suas instituições educacionais no sentido de criar uma comunidade, dando prioridade, em seu pensamento e ação, às necessidades de cada um dos grupos marginalizados, inclusive os deficientes, os pobres, as minorias étnicas, aqueles que constituem minorias lingüísticas etc.
- Animamos as Igrejas Membros a assumirem seriamente suas responsabilidades sobre todos os tipos de educação formal, sejam estes patrocinados pelas Igrejas ou pelos Estados, a fim de descobrir oportunidades existentes neste campo para oferecer um serviço cristão, tanto em termos de ensino

como de tarefas administrativas, e de que maneira apoiar aqueles que prestam seus serviços nas escolas para dar um testemunho.

• Insistimos com as Igrejas em que estudem a inter-relação das mudanças tecnológicas / o desemprego dos jovens / as implicações de novos moldes de educação, e tomem as devidas atitudes.

• Instamos as Igrejas a tomarem a iniciativa de se certificarem de que, tanto nas escolas sob seu patrocínio como nas escolas públicas, se incluam no currículo matérias tais como: educação para a justiça, a paz e a sobrevivência ecológica.

• Incentivamos as Igrejas a aproveitarem as oportunidades de incluir o ensino religioso no currículo escolar.

Quanto à Educação Teológica

• Recomendamos que se reconheça a participação crescente de leigos nos programas de educação teológica e que esta seja fortalecida. Que se aceitem as novas dimensões que esta mudança traz consigo e que se compartilhem as experiências para estudar os significados que têm para a pedagogia e a missão.

• Urgimos com as Igrejas a que promovam uma consciência global, a interação e a solidariedade em seus programas de educação teológica. Isto poderia ser feito mediante visitas ecumênicas recíprocas, permuta de pessoal docente com outras regiões, desenvolvimento de currículos com enfoque global, co-participação em recursos e maior abertura para a herança espiritual e litúrgica, bem como para as teologias que emergem de diferentes partes do mundo. Tudo isso poderia encaminhar-se para a criação de redes nacionais, regionais e mundiais para apoio mútuo e interação entre a grande variedade de programas teológicos existentes no mundo.

• Recomendamos que as Igrejas e as escolas teológicas dêem atenção à contribuição de pessoas e de diversas situações — sociais, econômicas, culturais e confessionais — à educação teológica.

• Pedimos às Igrejas que incentivem as instituições de educação teológica a prepararem estudos bíblicos e outros materiais de apoio ao estudo do documento “Batismo, Eucaristia e Ministério”, a fim de que as Igrejas possam responder devidamente aos conteúdos desse documento.

Quanto à Educação para o Desenvolvimento

• Instamos todas as Igrejas a considerarem seriamente a dimensão ecumênica da aprendizagem e a incluí-la em todos os seus programas e atividades educativas; particularmente os currículos escolares, os seminários e congregações deveriam ser revistos com esse fim.

• A preparação da Assembléia de Vancouver permitiu descobrir um precioso instrumento de aprendizagem ecumênica nas equipes de visitas

Instamos as igrejas a tomarem a iniciativa de se certificarem de que, tanto nas escolas sob seu patrocínio como nas escolas públicas, se incluam no currículo matérias tais como: educação para a justiça, a paz e a sobrevivência ecológica.

ecumênicas. Cremos que as Igrejas e os concílios deveriam usar este modelo, relacionando suas próprias experiências com preocupações globais, e vice-versa.

- O trabalho em conjunto constitui uma das maneiras mais valiosas de aprendizagem. Particularmente, pensamos que os jovens de nossas Igrejas, no mundo todo, deveriam ter a oportunidade de conhecer as preocupações pela justiça e a paz em suas próprias comunidades e no contexto mundial.

O trabalho em conjunto constitui uma das maneiras mais valiosas de aprendizagem. Particularmente, pensamos que os jovens de nossas Igrejas, no mundo todo, deveriam ter a oportunidade de conhecer as preocupações pela justiça e a paz em suas próprias comunidades e no contexto mundial.

AS LINHAS FUTURAS DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

MANDATO DO COMITÊ DE ORIENTAÇÃO DO PROGRAMA

O Comitê de Orientação do Programa teve duas tarefas a cumprir:

- receber e avaliar o relatório oficial do Comitê Central "De Nairóbi a Vancouver" e propor medidas oficiais a respeito do mesmo;
- formular diretrizes para os futuros programas do Conselho, tendo bem presentes as propostas feitas em dados momentos da Assembléia.

DE NAIRÓBI A VANCOUVER

O Comitê de Orientação do Programa pede à Assembléia que receba o Relatório, apreciando o trabalho que ele reflete e fazendo as seguintes observações:

1. O Relatório se apresenta de modo bem organizado e numa linguagem clara e acessível às pessoas que não conhecem muito bem o trabalho do Conselho Mundial, o qual é exposto de maneira tão lúcida e legível que merece elogios. Também merece elogios especiais o capítulo relativo ao Comitê de Finanças, pela clareza da sua apresentação. Além disso, o Prólogo e a Introdução são de grande utilidade para estabelecer o contexto no qual podem ser examinados os programas do Conselho desde Nairóbi. O Comitê vê também com agrado que o Relatório foi publicado em todos os idiomas oficiais do Conselho; contudo, poderia ter sido melhorado com a inclusão de resumos ao final de cada capítulo, bem como de um índice. Na parte relativa à Seção da Juventude se expõe o trabalho internacional da juventude, mas não se refletem adequadamente as relações regionais e nacionais da Seção. Também se teria facilitado a tarefa dos participantes de língua espanhola na Assembléia se eles tivessem recebido a edição espanhola do relatório "De Nairóbi a Vancouver" antes da sua chegada a Vancouver.

O Comitê observa que o popular livro de Leon Howell, "Fé em Ação", que precedeu a publicação do Relatório oficial do Comitê Central, prestou bons serviços como apresentação do Conselho e como útil introdução à obra "De Nairóbi a Vancouver", e à própria Assembléia.

O Comitê de Orientação do Programa recomenda que o Comitê Central envie às Igrejas, nos períodos entre as assembléias, relatórios semelhantes ao "De Nairóbi a Vancouver", para que as Igrejas possam dispor, com mais freqüência, de um amplo sumário dos trabalhos do Conselho. Esses relatô-



rios intermediários poderiam ter como base os relatórios sobre os programas das Unidades e as Seções que se apresentam em cada reunião do Comitê Central, necessitando, portanto, poucos recursos adicionais.

2. Desejamos fazer as seguintes observações a respeito do cumprimento das diretrizes para o programa, estabelecidas em Nairóbi:

- Com relação às "Características de uma Autêntica Comunidade Ecumênica", a questão da comunicação, em seu mais vasto contexto, entre Genebra e as trezentas e quatro Igrejas Membros do Conselho Mundial de Igrejas, continua sendo um dos problemas principais. Este problema tem, em parte, as suas raízes na opinião de que Genebra é quem deve pôr-se em comunicação com as Igrejas. Por isso, algumas Igrejas não se preocupam muito em iniciar o contato e a comunicação com Genebra, responder às comunicações dali procedentes ou influir na comunicação horizontal entre as próprias Igrejas. Inversamente, contudo, a responsabilidade do estabelecimento de relações e comunicação com as Igrejas Membros está, com freqüência, demasiadamente dividida entre os programas do Conselho. Tem que haver mais coordenação e vigilância, no Conselho, a respeito dessas relações.

O programa de visitas preparatórias à Assembléia foi objeto de um apoio amplo e entusiasta, e representa uma boa aplicação da diretriz relativa a uma autêntica comunidade ecumênica. As visitas constituíram uma prova palpável de que o ecumenismo tem que tomar plena forma numa relação múltipla: entre as congregações, Igrejas, instituições relacionadas com elas, conselhos regionais de Igrejas, e o Conselho Mundial. Prova evidente da comunidade ecumênica foi também a compreensão de que as questões relativas à paz e à luta em prol da justiça são preocupações inter-relacionadas em todas as zonas visitadas. Ratifica-se o programa como um meio importante de conseguir um compromisso maior, por parte dos cristãos, a respeito do movimento ecumônico a nível local e uma educação que abranja esferas mais amplas. Algumas das críticas recebidas indicam que essas visitas foram, freqüentemente, demasiado breves; que seus propósitos nem sempre ficaram claros, quer para os visitantes quer para os visitados; que na recepção das equipes deveriam participar mais pessoas das congregações locais, inclusive aquelas que ainda não demonstram um entusiasmo ecumênico; e que, tanto para as Comissões como para os Grupos de Trabalho, foi impossível reunir-se no período imediatamente anterior à realização da Assembléia, devido ao custo do programa de visitas.

- A segunda diretriz aprovada pela Quinta Assembléia — "A Encarnação de Nossa Fé" — punha em relevo a interdependência essencial da unidade na fé e a unidade na vida cristã. Torna-se evidente, de muitas maneiras, que essa interdependência tem servido de guia para o trabalho do Conselho. A declaração de convergência sobre "Batismo, Eucaristia e Ministério" ressalta a inter-relação orgânica da vida sacramental dos cristãos e seu compromisso nas lutas humanas de nossos dias. O estudo "A Comunidade de Mulheres e Homens na Igreja" reúne em si a eclesiologia e as experiências vitais de mulheres e homens na Igreja e na sociedade. O trabalho da Unidade "Justiça e Serviço" foi levado a termo em constante referência às visões bíblicas e teológicas do Reino de Deus. Considerou-se que a renovação da vida das congregações tem a ver com a espiritualidade, a evangelização e o compromisso na esfera social. Poder-se-iam citar, facilmente, outros exemplos.

Embora todo o Relatório ressalte a atenção prestada à interdependência da vida e da fé, é também evidente que ele nem sempre reflete a tensão existente entre esses dois elementos, nem chega a um acordo sobre a natureza de cada um deles. A diversidade teológica entre as Unidades e as Seções do Conselho é interpretada por alguns como um sinal de vitalidade e, por outros, como sinal de uma integração demasiado frágil e uma divisão excessiva. Alguns são de opinião de que a luta diária e a angústia da vida humana ainda estão muito distantes das discussões teológicas técnicas sobre questões da doutrina tradicional. Outros temem a ruptura das meticulosas deliberações teológicas, precisamente pela introdução dessa luta no processo de liberação. A tensão entre o confessionalismo cada vez maior e a unidade conciliar agrava, também, a falta de conexão entre a unidade da fé e a unidade da vida cristã. Tais tensões no inter-relacionamento previsto nas diretrizes impedem que se dê forma à mensagem de libertação de Cristo e obstam o diálogo com pessoas de outras religiões e ideologias de nosso tempo.

• A terceira diretriz, relativa à "Luta por uma Autêntica Humanidade", sublinha "o imperativo cristão básico de participar da luta em prol da dignidade humana e da justiça social". Desde a Assembléia de Nairóbi, o Conselho tem conseguido, em grande parte, estabelecer um enfoque "holístico" da compreensão dessa luta e participação nela. Por exemplo, programas tais como os de "Ética Política", "Fé, Ciência e Futuro", "Compartilhar Ecumênico de Recursos", "Saúde Integral" e a Conferência Mundial de Missões de Melbourne "Venha seu Reino" estabeleceram claramente a inter-relação das distintas questões em todo o mundo, bem como os vínculos entre a nossa fé e o nosso testemunho na luta pela justiça. Reconhecendo que cada Igreja deve comprometer-se genuinamente no lugar onde se encontra e no mundo inteiro, em busca de uma sociedade justa, viável e baseada na participação, a missão do Conselho Mundial consiste em facilitar esse processo, fomentando "a autonomia e a identidade própria das Igrejas Membros" (ver *Breaking Barriers* — Nairóbi Report. p. 299).

Observamos que houve alguns progressos com relação ao aumento das oportunidades que se apresentam para a participação das pessoas impedidas, dos jovens e das mulheres em toda a vida e trabalho do Conselho. Alguns programas, no entanto, não refletem a compreensão da importância dessa participação. Não se pode lutar com êxito por uma humanidade autêntica, sem a cooperação de todos no seio da Igreja.

Comprovamos também, a respeito desta diretriz, que o Conselho Mundial, através da Unidade II, incrementou seus esforços no sentido de salvaguardar os direitos humanos, apesar da diminuição dos seus recursos financeiros. Embora suas atividades talvez não tenham alcançado o volume previsto em Nairóbi, o Conselho tornou possível que algumas Igrejas intensificassem sua luta em prol dos direitos humanos em seu próprio meio e prestou ajuda ao estabelecimento de uma base de confiança mútua entre as Igrejas, para que estas possam continuar ocupando-se, juntas e maisativamente, desses problemas.

FUTURO TRABALHO DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

Toda assembléia do Conselho Mundial de Igrejas engloba os aspectos de continuidade e de nova visão. A continuidade apóia-se nas funções e propósitos estabelecidos na constituição do Conselho: objetivo da unidade visível, testemunho comum, evangelização, justiça e paz, renovação e educação, inter-relacionamento ecumênico. A nova visão surge quando os participantes da Assembléia expressam as suas esperanças para o futuro, baseadas em sua fé viva e na diversidade de experiências que trazem do mundo todo. Assim, os propósitos constantes se renovam e adquirem uma forma característica para os sete anos seguintes.

A Quinta Assembléia, realizada em Nairóbi, adotou três diretrizes para os futuros programas: as características de uma autêntica comunidade ecumênica, a encarnação da nossa fé e a luta por uma autêntica humanidade. O Comitê de Orientação do Programa da Sexta Assembléia reafirma essas diretrizes. A importância conferida à unidade, ao testemunho comum e à luta pela verdadeira humanidade está no centro da continuidade de Nairóbi a Vancouver e se projeta para o futuro. Também desta Assembléia surgiu uma nova visão: visão de crescimento. O tema da Assembléia, *Jesus Cristo, Vida do Mundo*, expressa essa visão. A vida é o dom que recebemos. Entretanto, a menos que continuemos crescendo, a visão de uma fé e de uma humanidade não amadurecerá. Com a visão de um avanço progressivo para Jesus Cristo, Vida do Mundo, propomos para o Conselho, nos próximos sete anos, as seguintes diretrizes de programa, interdependentes:

Diretrizes que deveriam inspirar todas as atividades do Conselho Mundial de Igrejas nos próximos anos

1. Avançar para a unidade. Jesus Cristo é a vida do mundo, que deve expressar-se através de relações ecuménicas entre as Igrejas que progridem no sentido da maturidade. O avanço para a unidade da comunidade conciliar deveria ser um propósito de todos os programas do Conselho. Novas relações ecuménicas deveriam ser fomentadas a nível local e regional, sobretudo entre as congregações, as igrejas locais e a variedade de comunidades, ministérios e redes que expressam a missão da Igreja. Deveriam renovar-se e sustentar-se as relações existentes, para que expressem mais plenamente o progresso na unidade da fé, na comunhão eucarística e no serviço.

Avançar para a unidade.
Jesus Cristo é a vida do mundo, que deve expressar-se através de relações ecuménicas entre as Igrejas que progridem no sentido da maturidade.

2. Avançar para a justiça e a paz. Jesus Cristo é a vida do mundo, que há de expressar-se através da justiça e da paz para todo o mundo e no respeito pela integridade de toda a criação. O progresso em direção ao pleno compromisso eclesiástico, espiritual e político com esta expressão de todas as Igrejas Membros, em todas as suas dimensões, deveria ser um propósito de todos os programas do Conselho. A justiça, a paz e o bem-estar de toda a criação são inseparáveis. Atualmente, a confissão de Jesus Cristo, Vida do Mundo, e o fato de viver esta confissão no mundo se plasmam especialmente no culto, na ação e reflexão pela paz e a justiça. A urgência desta situação exige a cooperação com todos quantos compartilhem a esperança de uma ordem social, justa e pacífica, e o bem-estar de toda a criação, em particular com aqueles que confessam e atuam em oposição direta às forças da morte.

Avançar para a justiça e a paz.
Jesus Cristo é a vida do mundo, que há de expressar-se através da justiça e da paz para todo o mundo e no respeito pela integridade de toda a criação.

3. Avançar para uma teologia vital e coerente. Jesus Cristo é a vida do mundo, que há de expressar-se através de um pensamento bíblico e teológico e de uma visão ativa. O progresso no sentido de uma teologia vital e coerente deveria ser um propósito de todos os programas do Conselho. Uma teologia vital terá que incorporar a vasta gama de enfoques teológicos que surgem das diversas experiências das Igrejas em todo o mundo. Um enfoque teológico coerente terá que incorporar a tradição e os métodos de reflexão que representam as necessidades concretas e a vocação de todos e de cada um dos membros do movimento ecumônico para a unidade da vida e da fé.

4. Avançar para novas dimensões da autocompreensão das Igrejas. Jesus Cristo é a vida do mundo, que há de expressar-se através do descobrimento de novas dimensões da autocompreensão das Igrejas, em resposta à sua participação cada vez mais profunda no movimento ecumônico. O progresso no sentido dessa compreensão enriquecida deveria ser um propósito de todos os programas do Conselho Mundial. Apóia-se no compromisso ecumônico vivo com as questões da natureza e vocação da Igreja, seu ministério, o caráter e exercício da autoridade, as diversas formas de comunidade cristã, os desafios lançados pelas ameaças à autêntica humanidade, e as formas de viver e celebrar a fé da Igreja. Esse progresso para a autocompreensão apóia-se, também, no diálogo com o próximo de todo o mundo e no serviço a ele.

5. Avançar para uma comunidade de confissão e aprendizado. Jesus Cristo é a vida do mundo, que há de expressar-se através da sua proclamação irresistível, a educação ecumônica e a formação espiritual. O progresso em direção ao amadurecimento dessas dimensões interdependentes da vida ecumônica deveria ser um propósito de todos os programas do Conselho. O Evangelho deverá ser proclamado para que se creia nele. A unidade na vida comum deve ser experimentada para poder ser aprendida. A espiritualidade deve ser formada para que se possa vivê-la. Os três elementos devem situar-se no centro da vida de todas as Igrejas, para o bem do mundo; os três devem incorporar-se ao culto e ao trabalho. O engajamento pleno dos leigos é de capital importância para essa incorporação. As crianças e os jovens podem trazer e comunicar nova vitalidade a esse engajamento, fortalecendo a visão e tornando mais profunda a participação dos adultos.

Esferas prioritárias do programa do Conselho

As esferas prioritárias aqui recomendadas surgiram das deliberações desta Assembléia e destinam-se a proporcionar um centro e uma orientação para as novas iniciativas que o Conselho deverá tomar nos próximos anos. Implicam a continuação do trabalho nos aspectos determinados pelas funções do Conselho, isto é, a unidade da Igreja, a missão, o serviço, a educação e a renovação.

1. A unidade. A busca de medidas concretas para atingir o objetivo da *unidade visível* deve continuar a ser uma prioridade nos próximos anos. Nessa esfera surgiu uma nova dinâmica que deverá ser mantida e incrementada. Por um lado, decênios de trabalho teológico levaram a acordos e convergências importantes; por outro, a busca da unidade converteu-se,

Avançar para uma teologia vital e coerente. Jesus Cristo é a vida do mundo, que há de expressar-se através de um pensamento bíblico e teológico e de uma visão ativa.

Avançar para novas dimensões da autocompreensão das Igrejas. Jesus Cristo é a vida do mundo, que há de expressar-se através do descobrimento de novas dimensões da autocompreensão das Igrejas, em resposta à sua participação cada vez mais profunda no movimento ecumônico.

Avançar para uma comunidade de confissão e aprendizado. Jesus Cristo é a vida do mundo, que há de expressar-se através da sua proclamação irresistível, a educação ecumônica e a formação espiritual.

em grande parte, numa questão de "ecumenismo prático" que exige maior intercâmbio de experiências e um enfoque mais inclusivo.

A Assembléia de Nairóbi descreveu o objetivo da unidade como *uma comunidade conciliar de igrejas locais que constituem, realmente, em si, uma unidade*. Afirmou-se largamente essa descrição que permitiu encontrar novos caminhos para que as Igrejas aprofundem seu compromisso recíproco (por exemplo, acordos com caráter de pacto solene).

Durante o período que se aproxima, o Conselho terá que prestar especial atenção ao processo de recepção das declarações sobre "Batismo, Eucaristia e Ministério" nas Igrejas Membros, incluídas as congregações locais. As consequências litúrgicas e espirituais dessas declarações são particularmente importantes. É necessário continuar o trabalho sobre a compreensão comum da fé apostólica, condição prévia para os progressos eficazes no sentido da unidade. Entretanto, em todos esses esforços, será decisivo saber se a busca de unidade é percebida como o ponto crucial de referência de todas as atividades do Conselho Mundial e em que medida isso ocorre.

2. O incentivo às relações ecumênicas com as Igrejas, comunidades, grupos e organizações ecumênicas — e dentro de todos eles, em todos os níveis — deveria ser uma prioridade para o Conselho nos próximos anos. O crescimento e a vitalidade do movimento ecumônico dependem mais do encontro e da confiança entre as pessoas que dos vínculos institucionais. Dever-se-ia prestar atenção especial a três aspectos desta tarefa:

- A aplicação do novo sistema de compartilhar os recursos, sobre a base da compreensão ampla do compartilhar ecumônico de recursos e como parte de um contínuo diálogo sobre a missão e o serviço da Igreja. A finalidade evidente deveria ser a de facilitar a aplicação de modelos de compartilhar ecumônico, e não a criação de uma estrutura muito centralizada.
- O fortalecimento e a maior coordenação dos instrumentos de comunicação dentro do Conselho e suas Igrejas Membros, com o objetivo de facilitar a mútua compreensão e solidariedade baseada numa informação autêntica e não distorcida.
- A iniciação de um processo regular de visitas ecumênicas entre as Igrejas Membros e os associados ecumênicos, a nível local, nacional e internacional. As Igrejas Membros deveriam ser incentivadas a realizar essas visitas, compartilhando as suas respectivas experiências de vida. As visitas iniciadas pelo Conselho, a não ser as de pesquisa ou as pastorais, deveriam vincular-se às esferas de interesse para o programa do Conselho. Um membro do quadro pertencente à Secretaria Geral deveria ser encarregado de coordenar e supervisionar o processo, garantir sua cuidadosa preparação e sua índole específica.

3. Em todo o Conselho Mundial está sendo realizado um *trabalho teológico criativo*. O desenvolvimento de interconexões vitais e coerentes nesse trabalho deveria ser uma prioridade para todas as unidades e seções. Deveria haver uma ação recíproca entre a diversidade de enfoques teológicos. Isso implicará a cooperação das unidades e seções nos progra-



mas de caráter teológico, como a avaliação do processo de recepção de "Batismo, Eucaristia e Ministério", o estudo de "The Unity of the Church and the Renewal of Human Community" (A Unidade da Igreja e a Renovação da Comunidade Humana), os recentes estudos sobre as relações entre cultura, e proclamação, e unidade, e sobre as bases bíblicas e teológicas da ética social e o encontro com outras religiões e ideologias modernas.

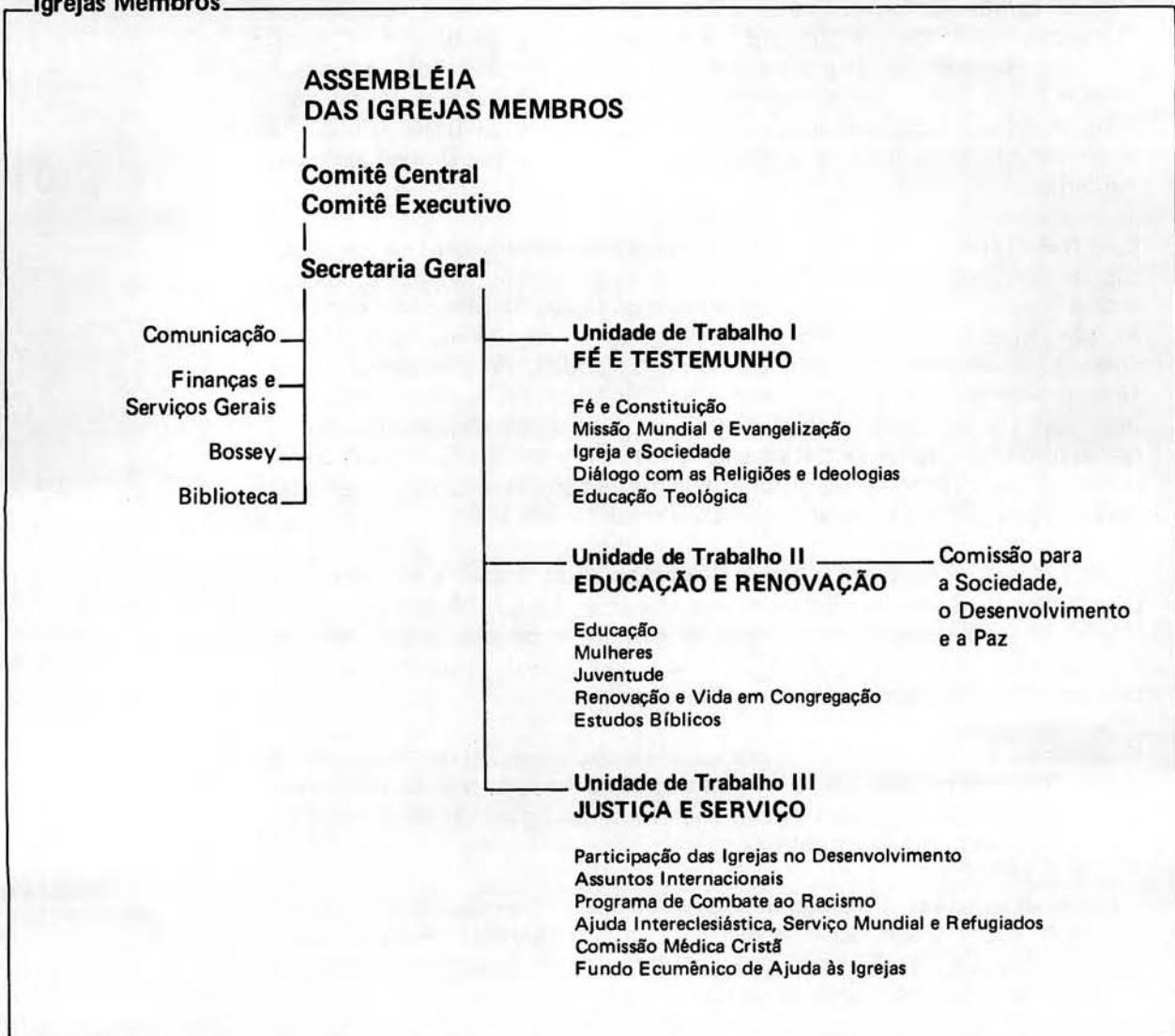
Esse trabalho em colaboração deveria ser promovido mediante a constituição de um Grupo Assessor Teológico, representativo de todas as unidades, seções e perspectivas teológicas existentes no Conselho Mundial e composto por membros dos grupos de trabalho e comissões; para efeitos administrativos, deveria enquadrar-se na Unidade I: Fé e Testemunho. O Grupo Assessor Teológico examinaria a localização, a diversidade e a interação do trabalho teológico em todas as dimensões do Conselho, realizando uma avaliação crítica e construtiva. Pede-se ao Secretário Geral que esclareça o mandato do grupo mediante as consultas apropriadas e que apresente ao Comitê Central propostas a respeito, em 1984.

4. A evangelização deveria ser o fundamento do trabalho em todos os programas do Conselho. Este deveria ajudar as Igrejas Membros em sua missão de proclamar Cristo, Vida do Mundo, e em seu apelo, dirigido a homens e mulheres, à fé e ao discipulado. Essa prioridade deveria refletir-se em três aspectos. O Conselho deveria:

- ajudar as Igrejas Membros a alcançar uma compreensão da relação entre evangelização e cultura, tanto no que se refere ao contexto da proclamação do Evangelho em todas as culturas, como ao poder de transformação do Evangelho em qualquer cultura;
- tentar desenvolver o diálogo com os evangélicos não relacionados com o Conselho, sobre o sentido e os métodos da evangelização, especialmente com referência à relação entre esta e a plenitude da salvação e os critérios de um autêntico crescimento da Igreja;
- contribuir para o esclarecimento da distinção entre a evangelização, processada de acordo com a liberdade e o poder espirituais do Evangelho, e o proselitismo, principalmente levando em conta as atividades das seitas e os movimentos neo-religiosos que dão mostras de uma indiferença arrogante a respeito da integridade cultural dos povos e que, freqüentemente, estão — consciente ou inconscientemente — a serviço de interesses políticos estrangeiros.

A evangelização deveria ser o fundamento do trabalho em todos os programas do Conselho.

5. Para os programas do Conselho Mundial deveria ser uma prioridade a participação das Igrejas Membros num processo conciliar de *compromisso mútuo (pacto)* a respeito da justiça, da paz e da integridade de toda a criação. Esta prioridade se baseia em nossa confissão de Cristo, como Vida do Mundo, e na resistência cristã aos poderes demoníacos de morte inerentes ao racismo, ao "sexismo", à exploração econômica, ao militarismo e ao mau uso da ciência e da tecnologia. Deveriam ser organizadas ações e estudos ecumênicos sobre as consequências eclesiológicas, espirituais e ético-sociais deste processo de compromisso. São necessárias novas iniciativas que fomentem a educação para a paz, a justiça, e uma atitude responsável ante a natureza. Para esse fim, deveriam ser utilizados estudos



Organograma do Conselho Mundial de Igrejas

realizados anteriormente sobre Ética Política, Violência e Não Violência; os Programas de Desarmamento e de Luta contra o Militarismo e a Corrida Armamentista; a Igreja e os Pobres; Fé, Ciência e Futuro; a Comunidade de Mulheres e Homens na Igreja; o Programa de Luta contra o Racismo; o de Direitos Humanos; e outros programas pertinentes. Deveriam ser examinadas, numa perspectiva bíblica, sócio-econômica e política, as relações e as tensões entre os objetivos de justiça, paz e bem-estar da criação. Dever-se-ia acentuar o bom e o mau uso do poder. Do mesmo modo, deveriam fazer parte integrante desta prioridade as contribuições tendentes a compreender a integridade da vida, do ponto de vista das crianças, jovens e mulheres.

6. Outra prioridade deveria ser a edificação de uma comunidade que cure e compartilhe, dentro do Conselho e das Igrejas Membros, na qual,



Organograma atualizado do Conselho Mundial de Igrejas Abril de 1984

Igrejas Membros

ASSEMBLÉIA DAS IGREJAS MEMBROS

Comitê Central
Comitê Executivo

Secretaria Geral

Comunicação
Finanças e
Serviços Gerais
Bossey
Biblioteca

Unidade I **FÉ E TESTEMUNHO**

Fé e Constituição
Missão Mundial e Evangelização
Igreja e Sociedade
Diálogo com as Religiões e Ideologias

Unidade II **JUSTIÇA E SERVIÇO**

Participação das Igrejas no Desenvolvimento
Assuntos Internacionais
Programa de Combate ao Racismo
Ajuda Intereclesiástica, Serviço Mundial e
Refugiados
Comissão Médica Cristã
Fundo Ecumênico de Ajuda às Igrejas

Unidade III **EDUCAÇÃO E RENOVAÇÃO**

Educação
Mulheres
Juventude
Renovação e Vida em Congregação
Educação Teológica

mulheres, homens, jovens e crianças, sãos e impedidos, ordenados e leigos, *participem plenamente* e tenham uma preocupação pastoral uns com os outros. A participação implica encontrar-se e compartilhar com os outros, trabalhar e tomar decisões em conjunto para que todos fiquem incluídos, e viver unidos como povo de Deus. O Conselho deveria continuar analisando as funções que correspondem a leigos e ordenados na missão e no testemunho das Igrejas do mundo. Deveria, também, ajudar as Igrejas a conhecerem as necessidades e dons dos impedidos, contribuindo, ao mesmo tempo, para combate aos temores, superstições e atitudes negativas para com eles. Deveria haver interesse em colaborar e participar no Ano Internacional da Juventude das Nações Unidas (1985), cujo tema é "Paz, Participação e Desenvolvimento". Dever-se-ia oferecer aos leigos e aos impedidos mais oportunidades de fazer parte dos órgãos do Conselho Mundial que tomam decisões; os futuros grupos de trabalho, comissões e comitês nomeados pelo Comitê Central do Conselho deveriam contar, dentro do possível, com pelo menos a mesma proporção de mulheres e jovens que a atual Assembléia. Medidas deveriam ser tomadas para garantir o aumento do número de mulheres que desempenham funções executivas dentro do Conselho Mundial.

7. As preocupações e perspectivas das mulheres deveriam ser parte integrante dos trabalhos de todas as unidades e seções do Conselho. Os programas e políticas do Conselho deveriam fazer seus, e refleti-los, os pontos de vista adquiridos a partir do estudo sobre a Comunidade de Mulheres e Homens na Igreja. Deveria ser dada mais importância à observação do modo como participam e reagem as Igrejas no que se refere ao mencionado estudo: o Conselho Mundial deveria continuar a debater amplamente as questões da participação das mulheres em toda a vida das Igrejas. Empregando uma metodologia similar à utilizada no estudo da Comissão Mundial de Missões e Evangelização e aproveitando a competência e os recursos de todos os âmbitos do Conselho, deveria ser empreendido um estudo, sistemático e situado num contexto, das causas e consequências sociais, religiosas, culturais, econômicas e políticas do "sexismo". O estudo deveria abranger os temas: a mulher e o trabalho, a mulher e a pobreza, a violência contra a mulher, o sexo e o turismo, as mulheres como iniciadoras e partícipes da transformação social.

8. A força e a vitalidade do movimento ecumênico dependem do incremento à perspectiva ecumônica entre leigos e ordenados em todas as Igrejas Membros. Dever-se-ia prestar urgente atenção aos métodos e ao conteúdo do *aprendizado ecumônico*, em que três aspectos devem ser destacados. O primeiro é o desenvolvimento de um testemunho comum, de atividades litúrgicas e de uma formação espiritual, como responsabilidades ecumênicas. O segundo implica a compreensão da tradição e da situação atual de outras Igrejas que não sejam a própria; a aquisição de conhecimentos bíblicos e teológicos adequados; e a formação para dirigir atividades ecumênicas. O terceiro supõe o empenho em compreender as questões básicas da ordem social, em cooperar para enfrentar os problemas e em participar na renovação das perspectivas morais e éticas entre cristãos e não cristãos, no que se refere ao mundo de hoje.

Esta prioridade deveria ser aplicada a todos os programas do Conselho, mas os exemplos aqui mencionados sublinham a importância que reveste a cooperação entre as unidades ao incentivar a educação para o ecume-

nismo. Esses exemplos são: os diferentes programas de educação teológica de leigos, inclusive os preparatórios à ordenação; a elaboração e promoção de materiais litúrgicos ecumênicos (por ex., a Liturgia de Lima); e a preocupação expressa nesta Assembléia de se contar com mais material de estudo bíblico.

A educação para o ecumenismo, em todas as suas formas, deve levar seriamente em conta a metodologia do estudo "A Comunidade de Mulheres e Homens na Igreja", a fim de que se mantenham à frente dos processos educativos as necessidades, perspectivas e contribuições dos cristãos locais.

Estilos de trabalho

A aplicação das diretrizes e das prioridades recomendadas anteriormente influirá nos métodos e no estilo de trabalho do Conselho. As seguintes indicações baseiam-se na avaliação preliminar das visitas preparatórias para a Assembléia e num estudo das políticas a respeito de questões de estrutura e métodos de trabalho, realizado pelos Comitês Executivo e Central que estão saindo.

1. *Consolidação do ecumenismo local.* As visitas preparatórias à Assembléia contribuíram para pôr em relevo a importância decisiva das relações ecumênicas em determinadas situações locais para o futuro do movimento ecumônico. Todas as atividades do Conselho Mundial deveriam desdobrar-se de modo a responder às expectativas das comunidades cristãs locais que precisam de apoio e estímulo ecumênicos, bem como de provas concretas de solidariedade e troca de experiências.

2. *Interação dinâmica com as Igrejas Membros.* As visitas preparatórias da Assembléia e as deliberações na própria Assembléia revelaram uma grande falta de informação e compreensão, nas Igrejas, a respeito dos programas e atividades do Conselho. No futuro, o Conselho deverá encontrar meios mais criativos para manter-se em contato com as Igrejas Membros e realizar com elas maior número de programas, dedicando mais tempo e recursos para consegui-lo. É importante prestar mais atenção ao curso dado às iniciativas e à interpretação e distribuição de material do Conselho, sobretudo nas zonas lingüísticas do Terceiro Mundo.

Ao formular programas, deve-se ter, desde o início, uma idéia mais clara de seus destinatários e dos efeitos que se pretende que eles tenham na vida das Igrejas. Os delegados na Assembléia, bem como os membros do Comitê Central e das Comissões, deveriam ser estimulados e habilitados para participar ativamente na tarefa de interpretação. É particularmente necessário que haja maior clareza na utilização e fluxo dos recursos financeiros confiados ao Conselho.

3. *Mais cooperação e integração.* Os aspectos prioritários anteriormente definidos não levam em conta as distinções estruturais em unidades e seções. Apontam a necessidade de decisivos esforços para aumentar a cooperação e a integração entre as partes operacionais da estrutura do Conselho Mundial e dentro delas. Isso afeta todas as atividades do Conselho; por exemplo, estudos, programas de ação e esforços para



fomentar as relações. Os Comitês Central e Executivo que estão saindo aprovaram diretrizes básicas e recomendações de política relativas a um enfoque coordenado mais eficaz das relações e do compartilhar recursos no plano regional. Essas recomendações foram retificadas pela Assembléia (Comitê de Estudo de Diretrizes I e Comitê de Finanças) e deverão ser logo após e imediatamente aplicadas. São exigidos maiores esforços para a coordenação no que diz respeito à arrecadação de fundos e à destinação de recursos para as atividades do próprio Conselho.

4. Estruturas do Conselho Mundial relativas à tomada de decisões. Depois de examinar durante anos as estruturas, as políticas e os métodos de trabalho do Conselho, o Comitê Executivo concluiu que a estrutura operativa básica do Conselho continuava sã e refletia as principais tarefas a ele atribuídas. Na reunião realizada em março de 1983, o Comitê Executivo aprovou, contudo, várias diretrizes destinadas a esclarecer a relação entre os distintos níveis da tomada de decisões no Conselho. O Comitê de Orientação do Programa ratificou explicitamente essas diretrizes, como consta na citação das Atas do Comitê Executivo, que figuram a seguir (fevereiro/março de 1983, p.21):

I. O Comitê Central, a quem cabe claramente a responsabilidade de determinar e supervisionar a aplicação da política e do programa, em particular no tocante às questões de finanças e de pessoal, precisa ser habilitado para desempenhar essa tarefa de modo mais eficaz.

II. Os Comitês das Unidades que exercem a função de Comitês de Estudo de Diretrizes, deveriam orientar o Comitê Central em sua tarefa.

III. Para facilitar o trabalho desses Comitês de Estudo, cada Unidade de Trabalho e a unidade correspondente à Secretaria Geral deveriam contar com um grupo coordenado, ou executivo, para garantir a cooperação e a coordenação permanentes na Unidade, e manter-se a par das questões comuns, particularmente no que diz respeito aos aspectos financeiros e de pessoal. Cada grupo seria integrado pelos membros da Mesa do moderador de pessoal e da Unidade, os membros da Mesa e os diretores das seções ou departamentos e, possivelmente, outras pessoas designadas.

IV. O funcionamento das unidades deveria permitir a promoção de relações de trabalho, o mais estreitas possível, entre as seções e, por intermédio da Secretaria Geral, entre as Unidades. Para fortalecer as relações com o Comitê Central, os moderadores das Unidades deveriam ser, de preferência, membros do Comitê Executivo, ou ser convidados a assistir às correspondentes reuniões como assessores. Um dos membros da Mesa de cada Comissão ou grupo de trabalho deveria ser membro do Comitê Central.

Com o objetivo de tornar mais claros os processos de tomada de decisões, os membros do Comitê Central e das Comissões deveriam encarregar-se de informar as respectivas Igrejas e de incentivar a comunicação em ambos os sentidos.

Instruções para os grupos reduzidos das Unidades de Trabalho

As diretrizes e esferas prioritárias recomendadas pelo Comitê de Orientação do Programa deverão traduzir-se em políticas de programas específicos. Essa é a tarefa do novo Comitê Central, que tomará suas decisões em 1984 sobre a base das propostas formuladas pelos "grupos reduzidos". O Comitê Central, baseando-se nas propostas preparadas pelo Comitê Executivo que se afasta, nomeará, na reunião imediatamente posterior a esta Assembléia, um grupo reduzido por cada unidade de trabalho, composto com os grupos reduzidos de cada seção. Os grupos reduzidos são nomeados com a finalidade específica de refletirem as diretrizes, prioridades e demais propostas vinculadas ao programa, procedentes de diversos lugares da Assembléia, num mandato realista e coerente para o trabalho das unidades e seções nos anos vindouros; não deverão ser considerados como grupos executivos das futuras comissões, que devem ser nomeadas pelo Comitê Central em 1984.

Os grupos reduzidos realizarão seu trabalho com base nas medidas determinadas pela Assembléia quanto às diretrizes do programa. Como guia adicional para os grupos reduzidos, o Comitê de Orientação do Programa apresenta os seguintes pontos:

1. As deliberações desenvolvidas durante a Assembléia em grupos pequenos, os grupos compostos e os grupos de questões revelaram um amplo apoio ao atual programa básico do Conselho. O Comitê de Orientação do Programa faz notar, com reconhecimento, que a obra do Conselho, dentro da sua diversidade, responde de fato às necessidades reais e às expectativas de seus membros. As freqüências acerca da "falta de equilíbrio" ou "unilateralidade" nos programas do Conselho foram refutadas resolutamente durante os debates da Assembléia. A diversidade, a complementariedade e, às vezes, também a tensão, aceitam-se largamente dentro do Conselho como parte necessária de sua vida. Isso deveria ser preservado no futuro.
2. O Comitê de Orientação do Programa recebeu uma significativa quantidade de propostas específicas para determinados setores do programa, provenientes de delegados, grupos pequenos, grupos compostos, reuniões de informação e debate ou grupos de questões. Reconhecendo que a Assembléia não pode levar à prática, responsávelmente, todas essas propostas, o Comitê de Orientação do Programa limitou-se a identificar certo número de setores prioritários mais vastos. O restante das propostas, inclusive todas as recomendações dos grupos de questões, foi transmitido ao Secretário Geral, a quem pedimos agrupá-las e integrá-las, e apresentar um memorando a cada um dos grupos reduzidos de unidade. Estes teriam que passar em revista essas propostas, levando em conta as medidas pertinentes da Assembléia, e propor, então, um plano apropriado e realista para o trabalho futuro.
3. Os grupos reduzidos formaram-se conforme as Unidades de Trabalho. Sua primeira tarefa é revisar o mandato da unidade em seu conjunto e os seus métodos de trabalho, levando em consideração as medidas desta Assembléia. Inclusive, embora estejam compostos conforme cada seção, os

grupos reduzidos têm que prestar toda a atenção à futura orientação da unidade em sua totalidade e à sua cooperação com as demais unidades.

4. Cada grupo reduzido de unidade deve prever iniciativas que respondam às prioridades identificadas pelo Comitê de Orientação do Programa. Essa tarefa não estará subordinada às preocupações específicas da seção. Ao formular as políticas do programa para submetê-las ao Comitê Central, cada grupo reduzido deverá considerar cuidadosamente a maneira de organizar a cooperação, a atribuição de responsabilidades ao pessoal, o momento e o financiamento, incluída a possibilidade de compartilhar recursos dentro da unidade ou com as demais unidades. Quando necessário, os grupos reduzidos deverão considerar o adiamento ou o término de certas atividades para dar lugar a novas tarefas.

5. Ao avaliar a validade das diferentes propostas, o grupo reduzido de cada unidade tomará como guia as seguintes interrogações:

- Expressa, o programa proposto, a totalidade da tarefa ecumênica?
- Quem será o destinatário das experiências obtidas ou das medidas que serão adotadas? Que prioridade deve estabelecer o Conselho para servir a esses mandantes dentro do conjunto de seus membros?
- Quais as necessidades da aprendizagem e comunicação ecumênicas, bem como da reflexão teológica permanente, que são consideradas, quando se põe em prática o aspecto principal do programa proposto?
- Permitirão, os recursos de que dispõe o Conselho, a realização da proposta, e que ajustes pediria ela quanto às formas de trabalho e distribuição de fundos? Poderia ser posta em prática a proposta, de igual ou melhor forma, por outros órgãos ecumênicos ou em colaboração com eles?

6. Levando em conta as recomendações para considerar as visitas ecumênicas como característica permanente do trabalho do Conselho, intimamente relacionada com as atividades de programa, cada grupo reduzido deveria adotar as medidas necessárias no que se refere à destinação de recursos humanos e materiais, baseando-se nas propostas que o Secretário Geral apresentar.

CONCLUSÃO

O Comitê de Orientação do Programa apresenta este relatório na esperança de que ele permita ao Conselho Mundial de Igrejas manter, no centro de sua obra, o lema que inspirou esta Assembléia: *Jesus Cristo, Vida do Mundo.*

Dados sobre a Assembléia

A participação no Comitê Central

Um dos critérios dominantes na composição do novo Comitê Central foi garantir uma efetiva participação dos diversos setores sociais que compõem as Igrejas. Assim sendo foram eleitos mulheres (26,21%) e jovens (11,72%). Também participarão clérigos (59,31%) e leigos (40,69%).

Também houve muito cuidado na busca de uma coerência na participação confessional no Comitê Central, partindo-se especialmente do número de membros de cada Igreja. Os maiores contingentes vêm das Igrejas Ortodoxa (32), Reformada (29), Luterana (22), Anglicana (15), Metodista (14), Unida (14) e Batista (7).

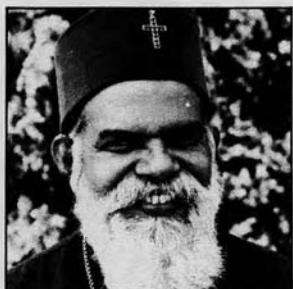
No sentido de uma renovação dos quadros dirigentes, apenas 26,89% dos antigos membros do Comitê Central foram reeleitos.

Novas Igrejas filiam-se ao Conselho

Já sobe a 304 as Igrejas filiadas ao Conselho, representando mais de 400 milhões de membros. Na Assembléia foram aceitas a Convenção Batista da Nicarágua e a Igreja Presbiteriana da África do Sul. Há muitas outras Igrejas num processo de filiação, incluindo a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil.

Os novos Presidentes do Conselho

Foi ampliado de 6 para 7 o número de Presidentes do CMI. Foram eleitos para o período 83 a 90 as seguintes pessoas: Sra. Nita Barrow, da Igreja Metodista do Caribe; Dra. Marga Bührig, da Igreja Reformada Suíça; Metropolita Paulo Gregórios, da Igreja Ortodoxa Síria;



Dra. Nita Barrow; Dra. Marga Bührig; Metropolita Paulo Gregórios; Bispo Johannes Hempel; Patriarca Ignatios IV; Rev. W. P. K. Makhulu; Dra. Löis M. Wilson

Bispo Johannes Hempel, da Igreja Evangélica da Alemanha Oriental;
Patriarca Ignatios IV, da Igreja Ortodoxa Grega,
Patriarcado de Antioquia;
Rev. W. P. K. Makhulu, da Província da África Central;
Revda. Dra. Löis M. Wilson, da Igreja Unida do Canadá.

Para diretores do Comitê Central foram eleitos:
Moderador: Rev. Dr. Heinz J. Held, da Igreja Evangélica da Alemanha Ocidental;
Vice-Moderador: Metropolita Chrysostomos de Myra, Patriarca Ecumênico;
Vice-Moderador: Dra. Sylvia Talbot, da Igreja Metodista Episcopal da África — EUA.

Esta publicação reproduz os principais documentos da Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, realizada de 24 de julho a 10 de agosto de 1983, em Vancouver, Canadá. Não se trata de um relatório oficial, mas é uma colaboração para se divulgar, no Brasil e nos demais países de fala portuguesa, os mais importantes pronunciamentos e resoluções desse evento de tão alto significado para o Movimento Ecumênico na atualidade.

O Centro Ecumônico de Documentação e Informação (CEDI) considera um privilégio ter a oportunidade de divulgar o conteúdo daquela Assembléia. Esperamos que ele seja de muito valor para as diversas Igrejas que o poderão tomar como base para estudo e exame.

O Conselho Mundial de Igrejas congrega mais de trezentas Igrejas de cerca de cem países. Inclui a totalidade das Igrejas Ortodoxas, todas as Províncias Anglicanas, a vasta maioria das Igrejas Luteranas, Reformadas, Presbiterianas, Metodistas e algumas das maiores Igrejas Batistas. Conta ainda com Igrejas Congregacionais, algumas Pentecostais, Moravianas, Velhos Católicos, o Exército de Salvação e as Igrejas Unidas de alguns países.

No Brasil fazem parte do Conselho Mundial de Igrejas a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, a Igreja Metodista, a Igreja Episcopal, a Igreja Reformada e a Igreja Pentecostal "O Brasil para Cristo".

